HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

CAIO PRADO JÚNIOR

26ª EDIÇÃO

editora brasiliense

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

CAIO PRADO JÚNIOR

26ª EDIÇÃO

editora brasiliense

SUMÁRIO

PRELIMINARES

1500-1530

1

O Meio Geográfico

EM CONJUNTO, o Brasil se apresenta em compacta massa territorial, limitada a leste por uma linha costeira extremamente regular, sem sinuosidades acentuadas nem endentações, e por isso, em geral, desfavorável à aproximação humana e utilização nas comunicações marítimas; e a oeste, por territórios agrestes, de penetração e ocupação difíceis (e por isso, até hoje ainda, muito pouco habitados), estendidos ao longo das fraldas da Cordilheira dos Andes, e barrando assim as ligações com o litoral Pacífico do continente. O Brasil, embora ocupe longitudinalmente a maior parte do território sul-americano, volta-se inteiramente para o Atlântico.

Passemos rapidamente em revista este cenário geográfico imenso (mais de 8 ½ milhões de km2) onde se desenrola a história econômica que vamos analisar. Sua primeira unidade regional, e historicamen-te a mais importante, é constituída pela longa faixa costeira que borda o Oceano. De largura variável, mas não excedendo nunca algumas dezenas de quilômetros de profundidade (além dos quais o meio geográfico já muda de feição), ela conserva apreciável unidade de condições desde o Extremo-Norte até aproximadamente o paralelo de 26°, onde a influência da latitude mais elevada já começa a se fazer sentir no clima, e se refletirá por conseguinte na vida econô-

mica. Esta faixa, embora com variações locais mais ou menos importantes, é, em regra, formada de terras baixas, submetidas a clima nitidamente tropical, de calores fortes e regulares, e com chuvas abundantes (salvo, quanto a este último elemento, em trecho relativamente curto, compreendido entre os paralelos de 2°30' e 6º, que é extremamente seco). Seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país.

Para trás desta faixa litorânea estendem-se as demais regiões brasileiras. Com uma exceção apenas, o Extremo-Norte, a bacia amazônica, elas se apartam nitidamente, do ponto de vista geográfico, do litoral. Na saliência do Nordeste, grosseiramente entre os paralelos de 2º e 15°, seguem-no para o interior extensos territórios semi-áridos, imprestáveis em geral para a agricultura corrente. Tal circunstância deteve a expansão do povoamento que se aglomerou nos núcleos litorâneos, ficando o interior quase ao abandono, e apenas ralamente ocupado por dispersas fazendas de ga-do.

Ao sul do paralelo de 15°, outra circunstância geográfica oporá uma barreira à penetração: o relevo. Acompanhando a faixa costeira, estende-se daí para o sul o desenvolvimento abrupto da Serra do Mar que forma o rebordo oriental de um elevado planalto de altitudes médias oscilando entre 600 e mais de 1.000 metros, e que em vez de inclinar-se para o mar, volta-se para o coração do continente; o que faz com que os rios excepcionalmente se dirijam pa-ra a costa. A maior parte deles, e sobretudo os de maior volume, correm para o interior em demanda da bacia do rio Paraná.

As condições para a penetração do território não são portanto, aí, muito favoráveis. E até hoje constituem sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral. Mas ao contrário do interior nordestino, o planalto centro-meridional brasileiro oferece es-plêndidas condições naturais para o estabelecimento do homem. Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. Finalmente, o planalto brasileiro encerra abundantes recursos minerais. Tudo isto atraiu para ele a colonização, que o procurará desde o início, mas particularmente, em grandes massas humanas, a partir do século XVIII. Ele concentra hoje a maior parcela da população brasileira.

Compreende-se nele o território de vários dos atuais Estados: a parte ocidental do Rio de Janeiro, Minas Gerais, grande parte de Goiás (a outra pertence mais à bacia amazônica), sul de Mato Grosso, e a maior parcela (com exceção apenas do litoral) dos quatro Estados meridionais: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.1 É muito variável na sua paisagem geográfica. Pode ser grosseiramente dividido em três setores: um setentrional, de grande altitude (até mil metros e mais) e relevo acidentado. Compreende-se aí sobretudo o Estado de Minas Gerais, cujo nome já indica sua função econômica essencial: a mineração, do ouro e dos diamantes no passado, e hoje em dia, principalmente do ferro, além de outros minerais. O setor meridional do planalto estende-se de São Paulo para o sul. Desaparecem aí as serranias alcantiladas de Minas Gerais, substituídas por um relevo mais uniforme e unido que se reveste de uma sucessão de florestas sub-tropicais (os excessos da latitude são corrigidos pela altitude) e de campos naturais. No lugar daquelas, onde o solo é mais fértil, instalou-se a agricultura, avantajada por um clima privilegiado em que se dão perfeitamente, lado a lado, as mais variadas espécies vegetais, desde as dos trópicos até as das zonas temperadas. Os campos se aproveita-ram para a pecuária.

A parte ocidental do planalto, onde ele descamba para o rio Paraguai (que corre em altitude inferior a 300 m), forma um setor à parte, composto de um conjunto de planícies herbosas e terrenos alagadiços. Localizado em situação de difícil

acesso, sem grandes 1 Em rigor, a parte meridional deste último fica além do planalto, cujo rebordo sul atravessa o Estado, pelo centro, de leste para oeste.

recursos naturais, este setor esperará até o séc. XIX para ser efetivamente ocupado pela colonização; será a pecuária sua principal e quase única atividade econômica.

Resta-nos, para completar este rápido esboço da geografia brasileira, o Extremo-Norte. Nesta altura, o interior, ao contrário das outras partes do país, abre-se para o mar pelo delta do Amazonas, desembocadura de um imenso sistema hidrográfico, sem paralelo no mundo, que se estende sobre uma área de 6.400.000 km2

(dos quais 3.800.000 em território brasileiro) e é formado de cursos d'água de grande volume, em boa parte perfeitamente navegáveis até por embarcações de vulto. A penetração foi, por isso, muito fácil. É a isto aliás que a colonização luso-brasileira deveu o domínio sobre o vasto interior do continente sul-americano que de direito cabia aos hispano-americanos segundo os primeiros acordos ajustados entre as duas coroas ibéricas. Mas estes últimos, vindos do Ocidente, esbarraram com o obstáculo da Cordilheira dos Andes, onde os detiveram, aliás, as minas de metais preciosos e a abundante mão-de-obra indígena que lá encontraram. Não se opuseram por isso ao avanço de seus concorrentes tão avantajados pela geografia. Mas se os rios amazônicos oferecem esplêndida via de penetração e trânsito, e são assim altamente favoráveis ao homem, doutro lado a floresta equatorial que os envolve, densa e semi-aquática — nas enchentes as águas fluviais alagam extensões consideráveis das margens. — representa grande obstáculo à instalação e progresso humanos. Em particular ao europeu, afeiçoado a climas mais frios e desconcertado ante as asperezas da selva bruta. A colonização apenas encetará muito modestamente o ataque da floresta, e estender-se-á numa ocupação rala e linear pelas margens dos rios, caminho da penetração e única via possível de comunicações e transportes até os dias de hoje.

São estas as condições naturais que os colonizadores europeus encontraram no território que formaria o Brasil. Outra circunstância ainda pesará muito nos seus destinos econômicos: a população indígena que o habitava. Ao contrário do México e dos países andinos, não havia no território brasileiro senão ralas populações de nível cultural muito baixo. Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a coloniza-

ção; pouco afeitos a ocupações sedentárias (tratava-se de povos semi-nômades, vivendo quase unicamente da caça, pesca e colheita natural), resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos. Outros se defenderam de armas na mão; foram sendo aos poucos eliminados, mas não sem antes embaraçar consideravelmente o progresso da colonização nascente que, em muitos lugares e durante longo tempo, teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade do gentio.

2

Caráter Inicial e Geral

da Formação Econômica Brasileira

PARA SE compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo para antes do seu início, e indagar das circunstâncias que a determinaram. A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que a descoberta e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente, é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, dos cantões suí-

ços, dos grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde es-tão as cidades flamengas. No séc. XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois pólos do comércio europeu: será a ma-rítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transforma-

ção, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a sua fachada oceânica, a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha, a Península Ibérica.

Este novo equilíbrio firma-se desde princípios do séc. XV. De-le derivará, não só todo um novo sistema de relações internas do continente como, nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão européia ultramarina. O primeiro passo estava dado, e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o Oceano.

O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geograficamente, no extremo desta península que avança pelo mar. Enquanto os holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na vida comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem

concorrentes mais antigos já instalados, e para o que contavam com vantagens geográ-

ficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo Oceano descobrirão as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul.

Tudo isso se passa ainda na primeira metade do séc. XV. Lá por meados dele, começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir para seu proveito uma ro-ta que os poria em contacto direto com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros, por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo. Não é preciso repetir aqui o que foi o périplo africano, realizado afinal depois de tenazes e sistemáticos esforços de meio século.

Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolheram outra rota: pelo Ocidente, ao invés do Oriente. Descobrirão a América, seguidos de perto pelos portugueses que também toparão com o novo continente. Virão depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navega-

ção oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela.

Só ficarão atrás aqueles que dominavam o antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo, e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados geograficamente com relação às novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre eles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário a par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimentos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus

esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam.

Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com eles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para eles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser con-tornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem cuja existência se admitiu a priori. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México; Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada. Procura-se então mais para o sul: as viagens de Solis, de que resultará a descoberta do Rio da Prata, não tiveram outro objetivo. Magalhães será seu continuador, e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constitui afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e será desprezada. Enquanto isto se passava no sul, as pesquisas se ativam para o norte; a iniciativa cabe aqui aos ingleses, embora tomassem para isto o serviço de estrangeiros, pois não contavam ainda com pilotos bastante prá-

ticos para empresas de tamanho vulto. As primeiras pesquisas serão empreendidas pelos italianos João Cabôto e seu filho Sebastião. Os portugueses também figurarão nestas explorações do Extremo Norte com os irmãos Corte Real, que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzano de iguais objetivos. Outros mais se sucedem, e embora tudo isto servisse para explorar e tornar conhecido o novo mundo, firmando a sua posse pelos vários paí-

ses da Europa, não se encontra a almejada passagem que hoje sabemos não existir2. Ainda em princípios do séc. XVII, a Virgínia Company of London incluía, entre seus principais objetivos, o descobrimento da brecha para o Pacífico que se esperava encontrar no continente.

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a Amé-

rica; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas

ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se re-fizera de todo das tremendas devastações da peste que assolara o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.

Nestas condições, "colonizar" ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante, como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo, habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. A idéia de povoar surge daí e só daí.

Aqui, ainda Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos neste terreno são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente. Repe-2 Também se tentou, a partir de meados do séc. XVI, a passagem para o Oriente pelas regiões árticas, a Europa e Ásia. A iniciativa cabe ao mesmo Sebastião Cabô-

to, que já encontramos na América, e mais uma vez a serviço dos ingleses (1553).

ti-lo-á na América.

Os problemas do novo sistema de colonização, implicando a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio, naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que não sejam produtos espontâneos, extrativos. É ainda quase o antigo sistema de

feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras de construção ou tinturarias (como o pau-brasil entre nós), na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca no Extremo-Norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova onde, desde os primeiros anos do séc.

XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vas-conhos. Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e do Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e a ocupação das colônias espanholas citadas; mais tarde, já no séc. XVIII, intensificarão a colonização portuguesa da América do Sul e levá-la-ão para o centro do continente. Mas é só.3 Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelos prematuros descobrimentos castelhanos, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se, a princípio, exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura.

Não é meu intuito entrar aqui nos pormenores e vicissitudes da colonização européia na América. Mas podemos, e isto muito interessa nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que cor-respondem respectivamente às zonas temperada, de um lado, tropical e subtropical, do outro. A primeira, que compreende grosseiramente o território americano ao norte da Baía de Delaware (a outra extremidade temperada do continente, hoje países platinos e Chile, esperará muito tempo antes de tomar forma e significar alguma coisa), não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá, ainda por muito tempo, adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca. Na Nova Inglaterra, nos primeiros anos da colonização, viam-se até com maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de peles e pesca as atividades dos poucos colonos presentes. Se esta área temperada se povoou, o que aliás só ocorre depois do séc. XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem 3 Se excetuarmos, quase em nossos dias, o rush da Califórnia e do Alasca.

à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções.

Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios, schwenkjelders, inspiracionalistas e menoni-tas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo o resíduo das lutas político-religiosas da Europa. É certo que se espalhará por todas as colô-

nias; até no Brasil, tanto afastado e por isso tanto mais ignorado, procurarão refugiar-se huguenotes franceses (França Antártica, no Rio de Janeiro). Mas concentrar-se-á quase inteiramente nas da zona temperada, de condições naturais mais afins às da Europa, e por isso preferidas para quem não buscava "fazer a América", mas unicamente abrigar-se dos vendavais políticos que varriam a Europa e reconstruir um lar desfeito ou ameaçado.

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do séc. XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformam em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que come-

ça a ser conhecida, um largo centro de afluência. Também estes elementos escolherão, de preferência e por motivos similares, as colônias temperadas. Os que se dirigem mais para o sul, para as colônias incluídas na zona subtropical da América do Norte, porque nem sempre lhes foi dado escolher seu destino com conhecimento de causa, fá-lo-ão apenas, no mais das vezes, provisoriamente; o maior número deles refluirá mais tarde, e na medida do possível, para as colônias temperadas.

São assim circunstâncias especiais que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América. Circunstâncias aliás que surgem posteriormente ao descobrimento do novo continente, e que não se filiam à ordem geral e primitiva de acontecimentos que impelem os povos da Europa para o ultramar. Daí derivará também um novo tipo de colonização que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em

vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja por motivos religiosos ou meramente econômicos (estes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram, en-tão, uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência comprometida. O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade que embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada com a do continente de onde se origina. Será pouco mais que um simples prolongamento dele.

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do *habitat* de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Muito se tem exagerado a inadaptabilidade do branco aos trópicos, meia verdade apenas que os fatos têm demonstrado e redemonstrado falha em um sem-número de casos. O que há nela de acertado é uma falta de predisposição em raças formadas em climas mais frios, e por isso afeiçoadas a eles, em suportarem os trópicos e se com-portarem similarmente neles. Mas falta de predisposição apenas, que não é absoluta e se corrige, pelo menos em gerações subseqüentes, por um novo processo de adaptação. Contudo, se aquela afirma-

ção, posta em termos absolutos, é falsa, não deixa de ser verdadeira no caso vertente, isto é, nas circunstâncias em que os primeiros povoadores vieram encontrar a América. São trópicos brutos indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinha-dora do homem, semeada de obstáculos imprevisíveis, sem conta, pa-ra o que o colono europeu não estava preparado e contra o que não contava com defesas suficientes. Aliás, a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas entregues ainda ao livre jogo da natureza, é comum também à zona temperada.

Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in American History*) um recente escritor norte-americano analisa este fato com grande atenção, e mostra que a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico ianque, que dotado de aptidão e técnica particulares, foi marchan-do na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa.4 Se assim foi numa zona que afora o fato de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que

não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí o colono tinha que encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas. De fato assim aconteceu, embora em circunstâncias especiais que, por isso, também particularizarão o tipo de colono branco dos trópicos. A diversidade de condições naturais, em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, revelar-se-ia por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta. E gêneros de particular atrativo. Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XVI, isolada dos trópicos, só indireta e longinquamente acessíveis, e ima-ginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje pela sua banalidade, parecem secundários, eram tão prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas ele chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimen-4 Marcus Lee Hansen, *The immigrant in American History* — veja-se o capítulo *Immigration and Expansión*.

ta, importada do Oriente, constituiu durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que para abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América, e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria, depois de conhecido, menor importância. E não será este também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América por-lhe-ia à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Nesta base realizar-se-ia uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige de livre e espontânea vontade quando pode ser um dirigente, quando dispõe de recursos e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração

agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras — fazendas, engenhos, plantações (as *plantations* das colônias inglesas) — que reúnem, cada qual, um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. Voltarei em outro capítulo, com mais vagar, sobre as causas que determinaram este tipo de organização da produção tropical. A grande maioria dos colonos estava assim, nos trópicos, condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão-de-obra escrava de outras ra-

ças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, àquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, e em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiam como deportados; também menores, abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores, eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhes fora imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria — o que é exceção naturalmente —, emigravam logo que possível para as colônias temperadas, onde (ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de progresso. Situação de instabilidade do trabalho nas plantações do Sul que durará até a adoção definitiva e geral do escravo africano. O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: a de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a quem pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc.

XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em

escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princí-

pios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia, portanto, que provocasse no Reino um êxodo da população; e é sabi-do como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana.

Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso, em sua colina, quase de início —

possivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século.5

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beau-lieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*) escoadouro para excessos demográficos da Europa, que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre 5 Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na primeira expedição colonizadora em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619.

raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o

segundo plano nas colônias temperadas, manter-se-ão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas come-

çamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil, que passo agora a analisar.

3

Primeiras Atividades

A Extração do Pau-Brasil

DESDE OS últimos anos do séc. XV as costas brasileiras começam a ser freqüentadas por navegantes portugueses e espanhóis. Não interessa discutir aqui prioridades, o que muitos historiadores, ocupados mais em procurar glórias nacionais que em escrever histó-

ria verdadeira, já fizeram à saciedade; aliás sem maiores resultados. De início aquelas viagens eram apenas de exploração. Tratava-se no momento, como foi lembrado, de resolver um problema geográ-

fico de grande importância: descobrir o caminho das Índias. Os portugueses tinham procurado a solução na rota do Oriente, contornando a África; os espanhóis, partindo da premissa de que a Terra era redonda, dirigem-se para o Ocidente. Uns e outros topariam com a América: os espanhóis, porque ela se encontrava em seu caminho natural; e perlongando-a em busca da passagem que os levaria às Índias, tocariam as costas brasileiras. Os portugueses, por seu turno, arrastados pelos azares da navegação, e interessados em observar o que os espanhóis estavam realizando, afastar-se-ão da sua rota ao longo da África e também chegarão ali.

Descoberto assim o território que haveria de constituir o Brasil, não se tardou muito em procurar aproveitá-lo. As perspectivas não eram brilhantes. O famoso Américo Vespúcio, que viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com suas cartas a primeira descrição do novo mundo, escreverá a respeito: "Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito". E

devia ser assim para aqueles navegantes-mercadores que se tinham lançado em arriscadas empresas marítimas unicamente na esperança de trazerem para o comércio europeu as preciosas mercadorias do Oriente. Que interesse tinha para eles uma terra parcamente habi-tada por tribos nômades ainda na idade da pedra, e que nada de ú-

til podiam oferecer? Assim mesmo contudo, o espírito empreendedor daqueles aventureiros conseguiu encontrar algo que poderia satisfazer suas ambições. Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria. Tratava-se do pau-brasil, mais tarde batizado cientificamente com o nome de Caesalpinia e-chinata. Os primeiros contactos com o território que hoje constitui o Brasil,

devem-se àquela madeira que se perpetuaria no nome do país.

São os portugueses que antes de quaisquer outros ocupar-se-ão do assunto. Os espanhóis, embora tivessem concorrido com eles nas primeiras viagens de exploração, abandonarão o campo em respeito ao tratado de Tordesilhas (1494) e à bula papal que dividira o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as coroas portuguesa e espanhola. O litoral brasileiro ficava na parte lusitana, e os espanhóis respeitaram seus direitos. O mesmo não se deu com os franceses, cujo rei (Francisco I) afirmaria desconhecer a cláusula do testamento de Adão que reservara o mundo unicamente a portugueses e espanhóis. Assim eles virão também, e a concorrência só se resolveria pelas armas.

Mas, com ou sem direitos, o certo é que até quase meados do séc. XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira. Não se criaram estabelecimentos fixos e definitivos. Os traficantes se aproximavam da costa, escolhendo um ponto abrigado e próximo das matas onde se encontrava a essência procurada, e ali embarcavam a mercadoria que lhes era trazida pelos indígenas. É graça aliás à presença relativamente numerosa de tribos nativas no litoral brasileiro que foi possível dar à in-dústria um desenvolvimento apreciável. Só as tripulações dos navios que efetuavam o tráfico não dariam conta, a não ser de forma muito limitada, da árdua tarefa de cortar árvores de grande porte como o pau-brasil, que alcança um metro de diâmetro na base do tronco e 10 a 15 m de altura, transportá-las até a praia e daí às embarcações. Não foi difícil obter que os indígenas trabalhassem; miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação; e em troca desta quinquilharia, de valor ínfimo para os traficantes, empregavam-se arduamente em servi-los. Para facilitar o serviço e apressar o trabalho, também se presenteavam os índios com ferramentas mais importantes e custosas: serras, machados. Assim mesmo, a margem de lucros era considerável, pois a madeira alcançava grandes preços na Europa. O negócio, sem comparar-se embora com os que se realizavam no Oriente, não era desprezível, e despertou bastante interesse.

Indiretamente, a exploração do pau-brasil deu origem a alguns estabelecimentos coloniais. A concorrência de franceses e portugueses, que se resolvia sempre em luta armada quando os contendores se deparavam uns com os outros, o que acontecia freqüentemente apesar da extensão da costa, levou ambas as facções a procurar fortificar certos trechos da costa mais ricos e proveitosos.

Construíram, para isto, pequenos fortins onde se abrigavam em caso de ataque. Serviam igualmente para armazenar o pau-brasil à espera de transporte. Também se utilizavam para a defesa contra alguma tribo hostil de índios. Porque é de notar que embora estes a princípio recebessem amigavelmente os europeus, sem distinção de nacionalidade, não tardou que as rivalidades que dividiam os brancos os contaminassem. Separam-se então em tribos aliadas respectivamente aos portugueses e franceses, e cada parcialidade defendia contra a outra os interesses de seus amigos.

Tais estabelecimentos militares, contudo, não tiveram futuro.

Eram guarnecidos unicamente quando os respectivos traficantes andavam recolhendo seus produtos, o que às vezes durava meses. Depois eram abandonados. De sorte que a exploração do pau-brasil, mesmo desta forma indireta, não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país. Nem era de esperá-lo. Não havia interesse em localizar-se num ponto, quando a madeira procurada se espalhava aos azares da natureza e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo. A indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um povoamento regular e estável.

Não são muitos os dados que possuímos sobre esta primeira forma de atividade econômica no Brasil. No que se relaciona com os portugueses, sabemos que a extração do pau-brasil foi, desde o i-nício, considerada monopólio real. Para dedicar-se a ela tornava--

se necessária uma concessão do soberano. Era esse aliás o sistema empregado por Portugal com relação a todas as atividades comerciais ultramarinas. Assim foi com o comércio das especiarias na Índia, do ouro, marfim ou escravos na África, e agora com o pau-brasil na América. Tudo isto constituía privilégio da coroa, que cobrava direitos por sua exploração. A primeira concessão relativa ao pau-brasil data de 1501 e foi outorgada a um Fernando de No-ronha (que deixou seu nome a uma ilha do Atlântico que hoje pertence ao Brasil), associado a vários mercadores judeus. A concessão era exclusiva, e durou até 1504. Depois desta data, por motivos que não são conhecidos, não se concedeu mais a ninguém, com exclusividade, a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes.

Os franceses tiveram sempre uma política mais liberal que os portugueses. Embora conheçamos ainda menos de suas atividades, sa-be-se que nunca instituíram monopólios ou privilégios reais. O que se explica, porque era sem direito algum que traficavam na costa brasileira, concedida como ela estava ao

Rei de Portugal pela autoridade do Papa, então reconhecida universalmente entre povos cristãos. Não podia pois o soberano francês arrogar-se um direito que ninguém lhe reconhecia; e as atividades de seus súditos no Brasil representavam iniciativa puramente individual que o Rei, aliás, nunca endossou oficialmente.

Foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse. Assim mesmo continuar-se-á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio real, realizando uma pequena exportação que durará até princípios do século passado. Mas não terá mais importância alguma apreciável, nem em termos absolutos, nem relativamente aos outros setores da economia brasileira. São estes, que passaremos agora a analisar, que ocuparão depois de 1530 o cenário econômico do país.

A OCUPAÇÃO EFETIVA

1530-1640

4

Início da Agricultura

NO TERCEIRO decênio do séc. XVI o Rei de Portugal estará bem convencido que nem seu direito sobre as terras brasileiras, fundado embora na soberania do Papa, nem o sistema, até então seguido, de simples guardas-costas volantes, era suficiente para afugentar os franceses que cada vez mais tomam pé em suas possessões americanas. Cogitará então de defendê-las por processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização. Mas para isto ocorria uma dificuldade: ninguém se interessava pelo Brasil.

A não ser os traficantes de madeira — e estes mesmos já começavam a abandonar uma empresa cujos proveitos iam em declínio — ninguém se interessara seriamente, até então, pelas novas terras; menos ainda para habitá-las. Todas as atenções de Portugal estavam voltadas para o Oriente, cujo comércio chegara neste momento ao apogeu. Nem o Reino contava com população suficiente para sofrer novas sangrias; os seus parcos habitantes, que não chegavam a dois milhões, já suportavam com grande sacrifício as expedições orientais. Nestas condições, realizar o povoamento de uma costa imensa como a do Brasil era tarefa difícil. Procurou-se compensar a dificuldade outorgando àqueles que se abalançassem a ir colonizar o Brasil vantagens consideráveis: nada menos que poderes soberanos, de que o Rei abria mão em benefício de seus súditos que se dispu-sessem a arriscar cabedais e esforços na empresa. Assim mesmo, poucos serão os pretendentes. Podemos inferi-lo da qualidade das pessoas que se apresentaram, entre as quais não figura nenhum nome da grande nobreza ou do alto comércio do Reino. São todos (doze apenas, aliás), indivíduos de pequena expressão social e econômi-ca. A maior parte deles fracassará na empresa e perderá nela todas as suas posses (alguns até a vida), sem ter conseguido estabelecer no Brasil nenhum núcleo fixo de povoamento. Apenas dois tiveram sucesso; e um destes foi grandemente auxiliado pelo Rei.

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: divi-diu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas.6 Estes setores chamar-se-ão capitanias, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O Rei conservará apenas 6 Légua é uma antiga medida portuguesa equivalente aproximadamente a 6 quilômetros.

direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitanias arcariam com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores.

Somas relativamente grandes foram despendidas nestas primeiras empresas colonizadoras do Brasil. Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus. A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa. Forneciam-no, mas em pequena quantidade, a Sicília, as ilhas do Atlântico ocupadas e exploradas pelos portugueses desde o século anterior (Madeira, Cabo Verde), e o Oriente de onde chegava por intermédio dos árabes e dos traficantes italianos do Mediterrâneo. O volume deste fornecimento era contudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas, pesado aos gramas.

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, como vimos, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Estas perspectivas seriam ampla-mente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propí-

cio, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo baiano, como seria chamado). Não seriam a-liás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar.

É nesta base, portanto, que se iniciarão a ocupação efetiva e a colonização do Brasil. Sem entrar nos pormenores das vicissitudes sofridas pelos primeiros colonos, seus sucessos e fracassos, examinemos como se organizará sua economia. O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e lati-fundiários. Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da ca-na somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar

convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tomava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir.

São sobretudo estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. A mesma coisa aliás se verificou em todas as colônias tropicais e subtropicais da América. O clima terá um papel decisivo na discriminação dos tipos agrários. As colônias inglesas do Norte, pela contiguidade aí de zonas diferentes e variedade de tentativas e experiências ensaiadas, bem como pelo fato de serem todas da mesma origem nacional, nos oferecem esplêndido campo de observação. Nas de clima temperado (Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia, No-va Jérsei, Delaware) estabeleceu-se a pequena propriedade do tipo camponês; às vezes encontramos a grande propriedade, como em Nova Iorque, mas parcelada pelo arrendamento; a pequena exploração em todo caso, realizada pelo próprio lavrador, proprietário ou arrendatário, auxiliado quando muito por um pequeno número de subordinados. Ao sul da baía de Delaware, nesta planície litorânea úmida e quente, onde já nos encontramos em meio físico de natureza subtropical, estabeleceu--se pelo contrário a grande propriedade trabalhada por escravos, a *plantation*. Na mesma altura, mas para o interior, nos elevados vales da cordilheira dos Apalaches, onde a altitude corrige a latitude, reaparece novamente a colonização por pequenas propriedades. A influência dos fatores naturais é tão sensível nesta discriminação de tipos agrários que ela acaba se impondo mesmo quando o objetivo inicial e deliberado de seus pro-motores é outro. Assim na Geórgia e Carolina, onde nos achamos em zona nitidamente subtropical, a intenção dos organizadores da colonização (neste caso, como em geral nas colônias inglesas, companhias ou indivíduos concessionários) foi constituir um regime de pequenas propriedades de área proporcional à capacidade de trabalho próprio de cada lavrador; com este critério iniciou-se a colonização e a distribuição das terras. Mas frustrou-se tal objetivo, e o plano inicial fracassou, instituindo-se em lugar dele o tipo geral das colônias tropicais.

Nas ilhas de Barbados passou-se qualquer coisa de semelhante.

A primeira organização que se estabeleceu aí foi de propriedades regularmente subdivididas, e não se empregou o trabalho escravo em escala apreciável. Mas pouco depois, introduzia-se na ilha a cultura eminentemente tropical da cana-de-açúcar: as propriedades se congregam, transformando-se em imensas plantações; e os escravos, em número de pouco mais de 6.000, em 1643, sobem,

23 anos depois, para mais de 50.000.

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lu-crativos. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. É

fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior, como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversifi-cada e de alto nível técnico.

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de mão-de-obra suficiente, co-mo também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América.

Nas inglesas, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliás uma semi-escravidão de trabalhadores brancos, os *inden-tured servants*, a substituição pelo negro não tardou muito. É ali-

ás esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento, na civilização ocidental, da escravidão em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste séc. XVI em que se inicia aquela colonização.

Assinalei que no Brasil se recorreu, a princípio, ao trabalho dos indígenas. Estes já se tinham iniciado na tarefa no período anterior da extração do pau-brasil; prestar-se-iam agora, mais ou menos benevolentemente, a trabalharem na lavoura de cana. Mas esta situação não duraria muito. Em primeiro lugar, à medida que afluí-

am mais colonos, e portanto as solicitações de trabalho, ia de-crescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção.

Chegou-se a entregar-lhes armas, inclusive de fogo, o que foi rigorosamente proibido, por motivos que se compreendem. Além disto, se o índio, por natureza

nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte.

Isto não se fez, aliás, sem lutas prolongadas. Os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram lo-go de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios.

Revidaram então à altura, indo assaltar os estabelecimentos dos brancos; e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado nú-

mero relativamente aos poucos colonos era freqüente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos.

Foi este um período agitado da história brasileira. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentadas pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam o pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca chegaram a se organizar normalmente; e vegetaram na mediocridade, assistindo periodicamente à destruição de suas lavouras e povoações. Estão no caso o sul do atual Estado da Bahia e o Espí-

rito Santo. Até princípios do século passado ainda sofrerão duramente da agressividade dos índios.

Para fazer frente a este estado de coisas, a metrópole procurará legislar na matéria. Data de 1570 a primeira carta régia a respeito. Estabelece-se nela o direito da escravidão dos índios, mas limitada aos aprisionados em "guerra justa". Era entendida co-mo tal aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles. A esta lei sucederam-se, a jato contínuo, outras sucessivas que seria muito longo analisar aqui. Mas todas mantiveram em

princípio a escravidão dos índios, que somente será abolida inteiramente em meados do séc. XVIII.

Manter-se-á, aliás, mesmo depois, embora mais ou menos disfarçada.

A questão indígena e os atritos dela resultantes nunca serão resolvidos no Brasil senão indiretamente pelo recurso a outras fontes de trabalho, como veremos abaixo, o que aliviará os índios.

Mesmo assim, sobretudo em regiões mais pobres que não poderão pagar o elevado preço dos escravos africanos, os colonos nunca abrirão mão de sua pretensão de constranger os índios ao trabalho; e não houve lei ou limitação que os detivesse. Este será, entre outros, o caso de São Vicente (hoje São Paulo). A luta aí continuará vivíssima pelo séc. XVII adiante, e os paulistas irão buscar os índios em fuga nos mais longínquos territórios. Daí estas expedi-

ções conhecidas por "bandeiras", que percorrerão todo o interior do continente e que alargarão consideravelmente, embora sem consciência disto, os limites das possessões portuguesas. Entre suas vítimas estarão as missões dos Jesuítas, que se tinham localizado com seus índios domesticados numa sucessão de núcleos estendidos pelo coração do continente, desde o rio Uruguai, no Sul, até o al-to Amazonas. Periodicamente, estas missões serão atacadas pelas bandeiras, que levarão os índios encontrados em cativeiro. Em muitos casos, os padres desalojados abandonarão a partida; e o território, antes ocupado por eles (e incluídos por isso até então, porque eles eram de origem espanhola, nos domínios castelhanos) ficará livre para a expansão da colonização portuguesa. A caça ao índio será um dos principais fatores da grandeza atual do Brasil.

Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mí-

nima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala. Está aí o exemplo da Amazônia, onde não chegou a ser substituído em escala apreciável por outro trabalhador e onde, em grande parte por isso, a colonização estacionou até quase nossos dias. É que, de um lado, seu número era relativamente pequeno; doutro, o índio brasileiro, saindo de uma civiliza-

ção muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. O Brasil, neste assunto, estava em situação radicalmente diversa do México e dos países andinos.

Aqui será o negro africano que resolverá o problema do trabalho. Os portugueses

estavam bem preparados para a substituição; já de longa data, desde meados do séc. XV, traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no Reino europeu onde eram empregados em várias ocupações; serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura. Também se utilizavam nas ilhas (Madeira e Cabo Verde), colonizadas pelos portugueses na segunda metade daquele século. Não se sabe ao certo quando apareceram pela primeira vez no Brasil; há quem afirme que vieram já na primeira expedição oficial de povoadores (1532). O

fato é que na metade do século eles são numerosos.

O processo de substituição do índio pelo negro prolongar-se-á até o fim da era colonial. Far-se-á rapidamente em algumas regi-

ões: Pernambuco, Bahia. Noutras será muito lento, e mesmo imperceptível em certas zonas mais pobres, como no Extremo-Norte (Amazônia), e até o séc. XIX em São Paulo. Contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África; mas em conseqüência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. O valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo.

Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos in-dígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da co-lônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. Ê a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se assim à pequena exploração parcelaria realizada diretamente por proprietários ou arrendatários.

O seu elemento central é o engenho, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar. O nome de "engenho" estendeu-se depois da fá-

brica para o conjunto da propriedade com suas terras e culturas:

"engenho" e "propriedade canavieira" se tornaram sinônimos. Embora o

proprietário explore, em regra, diretamente suas terras (como ficou entendido acima), há casos freqüentes em que cede partes delas a lavradores que se ocupam com a cultura e produzem a cana por conta própria, obrigando-se contudo a moerem sua produção no engenho do proprietário. São as chamadas fazendas obrigadas; o lavrador recebe metade do açúcar extraído da sua cana, e ainda paga pe-lo aluguel das terras que utiliza urna certa porcentagem, variável segundo o tempo e os lugares, e que vai de 5 a 20%. Há também os lavradores livres, proprietários das terras que ocupam, e que fazem moer a sua cana no engenho que entendem; recebem então a mea-

ção integral. Os lavradores, embora estejam socialmente abaixo dos senhores de engenho, não são pequenos produtores, da categoria de camponeses. Trata-se de senhores de escravos, e suas lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, formam como os engenhos grandes unidades.

A razão por que nem todas as propriedades dispõem de engenho próprio são as proporções e o custo das instalações necessárias. O

engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremi-da); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa esta purifica-

ção. Além de outras, o que todas as propriedades possuem é, em regra, a casa-grande, a habitação do senhor; a senzala dos escravos; e instalações acessórias ou suntuarias: oficinas, estrebarias, etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens para animais de trabalho; culturas alimentares pa-ra o pessoal numeroso; matas para fornecimento de lenha e madeira de construção. A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade.

O número de trabalhadores é naturalmente variável. Nos bons engenhos, os escravos são de 80 a 100. Chegam às vezes a muito mais; há notícias, embora isto já se refira ao século XVIII, de engenhos com mais de 1.000 escravos. Os trabalhadores livres são raros, apenas nas funções de direção e nas especializadas: feitores, mestres, purgadores, caixeiros (são os que fazem as caixas em que o açúcar é acondicionado), etc. São, aliás, mais freqüentemente, antigos escravos libertos.

Além do açúcar, extrai-se também da cana a aguardente. É um subproduto de grande consumo na colônia, e que se exportava para as costas da África, onde

servia no escambo e aquisição de escravos. A par das destilarias de aguardente anexas aos engenhos, há os estabelecimentos próprios e exclusivos para este fim; são as engenhocas ou molinetes, em regra de proporções mais modestas que os engenhos, pois as instalações para o preparo da aguardente são muito mais simples e menos dispendiosas. A aguardente é uma produ-

ção mais democrática que o aristocrático açúcar. Há no entanto destilarias com dezenas de escravos.

Durante mais de século e meio a produção do açúcar, com as características assinaladas, representará praticamente a única base em que assenta a economia brasileira. Aliás sua importância, mesmo internacional, é considerável. Até meados do séc. XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar, e é somente então que co-meçarão a aparecer concorrentes sérios: as colônias da América Central e Antilhas. Contando com tal fator, a colonização brasileira, superados os problemas e as dificuldades do primeiro momento, desenvolveu-se rápida e brilhantemente, estendendo-se cada vez mais para novos setores. E cada extensão corresponde efetivamente a um alargamento da área canavieira. Os dois grandes núcleos iniciais estão, como já foi referido, na Bahia e em Pernambuco. Num segundo plano está São Vicente. De Pernambuco, a colonização se alargou para o sul e norte, acompanhando sempre a fímbria costeira; para o interior esbarraria com a zona semi-árida do sertão nordestino. Na direção setentrional interrompe-se a expansão no Rio Grande do Norte; além, desaparecem os solos férteis, que são substituídos por extensões arenosas impróprias para qualquer forma de agricultura. Somente pequenos núcleos de importância mínima vão surgir esparsos na costa setentrional do Brasil: no Maranhão, na foz do rio Amazonas.

Na Bahia o movimento mais ou menos estacionou em torno da baía de Todos os Santos; mas tomará tamanho vulto que não será superado por nenhum outro setor da colônia. Localiza-se aí o maior centro produtor. Na costa meridional da Bahia (Porto Seguro, Ilhéus) formam-se pequenos centros açucareiros; mas a hostilidade permanente dos índios, bem como outras condições menos favoráveis, como a qualidade do solo, impediram qualquer progresso apreciável. No Es-pírito Santo dá-se mais ou menos a mesma coisa. Para o sul, finalmente, a produção de açúcar concentrar-se-á na vizinhança do Rio de Janeiro e em São Vicente. Também estes centros, devido sobretudo à sua posição excêntrica e afastamento dos mercados europeus onde se consumia o açúcar brasileiro, não gozarão nesta primeira fase da história brasileira de grande prosperidade. Até o séc.

XVIII permanecerão num apagado segundo plano.

Além do açúcar, embora em escala relativamente pequena, come-

çará a cultivar-se também, desde princípios do séc. XVII, o tabaco. Trata-se, como se sabe, de uma planta indígena da América, e cujo produto teve logo crescente aceitação na Europa. Mas não é só com este objetivo que se cultivou no Brasil, e sim também para ser utilizada no tráfico de escravos; o tabaco servirá para adquiri-los pelo escambo na costa da África, e será em grande parte em função deste negócio que se desenvolverá a cultura brasileira.

Quando em princípios do séc. XIX começam a se estabelecer restri-

ções ao tráfico, a produção entrará paralelamente em crise. Mas até esta época será próspera, e embora de segundo plano e muito inferior à do açúcar, merece algum destaque.

O centro principal da produção é na Bahia, e como a do açúcar desta região, no contorno do Recôncavo, particularmente na vila de Cachoeira. Outras zonas produtoras serão em Sergipe e Alagoas.

5

Atividades Acessórias

NUMA ECONOMIA como a brasileira — particularmente em sua primeira fase — é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, que vimos no capítulo anterior; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência. A distinção é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ela serve para conclusões de grande relevo na vida e na evolução econômica da co-lônia. No primeiro capítulo em que procurei destacar o caráter geral da colonização brasileira, já se verificou que ele é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constituiu. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial.

Inclui-se aí a economia de subsistência de que trataremos agora. Ao contrário da cana-de-açúcar, onde encontramos a exploração em larga escala, neste setor são outras formas e tipos de organização que vamos observar. Eles são aliás variáveis. Encontramos a produção de gêneros de consumo, em primeiro lugar, incluída nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas.

Estes são em regra autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que os habitam e neles trabalham. Praticam-se aí, subsidiariamente, as culturas necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, e entremeando-a, ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam da lavoura principal e que não estão permanentemente ocupados nela; outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concede um dia por semana, geralmente o domingo, e até às vezes, no caso de um senhor particularmente generoso, mais outro dia qualquer, para tratarem de suas culturas. Assim, de um modo geral, pode-se dizer que a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e que constitui a quase totalidade dela, provê suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, e sem necessidade de recorrer para fora.

Não está nestas condições a urbana. É certo que no primeiro século e meio da colonização os centros urbanos são muito pequenos. Assim mesmo, incluem uma população dedicada sobretudo à administração e ao comércio que não tem tempo nem meios para ocupar-se de sua subsistência, e cujo número é suficiente para fazer sentir o problema da sua manutenção. Em parte, abastecem-na com seus excessos os grandes domínios. Parte pequena, freqüentemente nula. O

açúcar se encontra numa fase de prosperidade ascendente; os preços são vantajosos", e os esforços se canalizam no máximo para sua produção. Não sobra assim grande margem para atender às necessidades alimentares dos centros urbanos. Por este motivo constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros de manutenção. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se a-proximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo. A população indígena contribuiu em grande parte para esta classe de pequenos produtores autônomos. Os primeiros colonos chegados tiveram naturalmente que apelar, de início, para os índios a fim de satisfazerem suas necessidades alimentares; ocupados em organizarem suas empresas, não lhes sobrava tempo para se dedicarem a outras atividades. Os índios, que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora muito rudimentar e seminômade, encontraram neste abastecimento dos colonos brancos um meio de obter os objetos e mercadorias que tanto prezavam. Muitos deles foram-se por isso fixando em torno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária. Mestiçando-se depois aos poucos, e adotando os hábitos e costumes europeus, embora de mistura com suas tradi-

ções próprias, constituirão o que mais tarde se chamou de "cabo-clos", e formarão o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e os escravos.

Quanto aos produtos desta pequena agricultura de subsistência, eles foram em grande parte procurados na cultura indígena. Assim, diferentes espécies de tubérculos, em particular a mandioca (*mani-hot utilissima*, Pohl). Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia, e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nesta lista.

As verduras, pelo contrário, sempre foram pouco consumidas na co-lônia. A abundância de frutas substituiu suas qualidades nutriti-vas; não somente a flora nativa do Brasil conta com grande número de frutas comestíveis e saborosas,

como algumas espécies exóticas (a banana e a laranja, sobretudo), introduzidas desde o início da colonização, foram largamente disseminadas.

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota à agricultura de subsistência, determinou um problema dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. Naturalmente a questão aparece mais seriamente no séc.

XVIII, quando os centros urbanos adquirem relativa importância; mas o problema já existe desde o princípio da colonização, e a legislação preocupa-se muito com ele. Estabelecem-se medidas obrigando os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos; gravam-se as doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano da concessão. E assim outras. Todas estas medidas eram mais ou menos frustradas na práti-ca. As atenções estavam fixas no açúcar, cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém dará importância aos gêneros alimentares. Um grande senhor de engenho chegará a lançar seu formal desafio às leis que o compeliam ao plantio da mandioca; "Não planto um só pé de mandioca, escreverá ele dirigindo-se. às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há..." Compreende-se aliás esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema da carestia e da falta de alimentos não existia para eles, e convinha-lhes muito mais plantar a cana, embora pagassem preços mais elevados pelos gêneros que consumiam. E como eram eles que detinham a maior e melhor parte das terras aproveitáveis, o problema da alimentação nunca se resolverá convenientemente. A população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservara para si as melhores terras disponíveis.

As importantes conseqüências deste fato, que podem ser avaliadas sem necessidade de maior insistência na matéria, justifica suficientemente só por si a necessidade de distinguir na economia brasileira aqueles dois setores em que se dividem suas atividades produtivas: o da grande lavoura e o da subsistência. Se não, não se explicaria este quadro característico da vida colonial: de um lado abastança, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome.

Neste setor da subsistência também entra a pecuária. Ela também se destina a

satisfazer as necessidades alimentares da população. A carne de vaca será um dos gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória. Havemos de observá-lo em todos os caracteres que a acompanham: o seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as contingências.

A começar pela sua localização. A cultura da cana não permitiu que se desenvolvesse nos férteis terrenos da beira-mar. Relegou-a para o interior mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades, como se dá em particular no sertão do Nordeste. Alia-se aí uma baixa pluviosidade à grande irregularidade das precipitações. Estas se concentram em dois ou três meses do ano; e isto nos casos mais felizes, porque são freqüentes as secas prolongadas, de anos seguidos de falta completa de chuvas. Um tal regime determinou condições fisiográficas particulares e muito desfavoráveis. Com a exceção de uns raríssimos ri-os, todos os cursos d'água desta vasta região que abrange mais 1.000.000 km2, são intermitentes, e neles se alterna a ausência prolongada e total de água, com cursos torrenciais, de pequena du-ração, mas arrasadores na sua violência momentânea. A vegetação compõe-se de uma pobre cobertura de plantas hidrófilas em que predominam as cactácias. Unicamente nos raros períodos de chuvas nelas se desenvolve uma vegetação mais aproveitável que logo depois das precipitações é crestada pela ardência do sol.

Ê nesta região ingrata que se desenvolve a pecuária que abastecerá os núcleos povoados do litoral norte, do Maranhão até a Bahia Pode-se avaliar como seria baixo seu nível econômico e índice de produtividade. Basta dizer que neste milhão de quilômetros quadrados, praticamente todo ocupado, o número de cabeças de gado não alcançará talvez nunca 2 milhões, umas duas cabeças em média por quilômetro. Quanto à qualidade, ela também é ínfima: as reses, em média, não fornecerão mais de 120 kg de carne por animal; e carne de pouco valor.

Apesar das condições desvantajosas — em parte graças a elas porque forçaram uma grande dispersão —, as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Seu centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco. A partir do primeiro, elas se espalham sobretudo para norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc.

XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão: elas se localizam aí ao longo do rio Itapicuru.

A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. Mas também pela facilidade com que se es-tabeleciam as fazendas: levantada uma casa, coberta em geral de palha — são as folhas de uma espécie de palmeira, a carnaubeira, muito abundante, que se empregam —, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em ruga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo.

Uma fazenda se constitui em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso d'água, por uma de largura, sendo meia para cada margem. Daí aliás o nome genérico de "ribeira" que se dá às várias regiões do interior nordestino: a designação vem da estrutura do povoamento que se origina nas fazendas que margeiam os rios. Entre cada fazenda medeava uma légua de terras que se conservam devolu-tas; nesta légua nenhum dos confinantes pode levantar construções ou realizar quaisquer obras. Ela serve apenas de divisa, providência necessária onde, por falta de materiais apropriados, não se usam cercas ou quaisquer outras tapagens. Evitam-se assim as incursões do gado em fazendas vizinhas e confusão dos rebanhos.

O trabalho é em regra livre. Nestes territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos. A fazenda é dirigida por um administrador, o vaqueiro; o proprietário, em regra senhor de muitas fazendas, é um absentista que reside ordinariamente nos grandes centros do litoral.

Para o abastecimento dos núcleos coloniais do Sul (Rio de Janeiro, São Vicente), formam-se outras regiões criatórias. O Rio de Janeiro se abastece, sobretudo nesta primeira fase da colonização, nos chamados Campos dos Goitacases, que ficam a leste do atual Estado da Guanabara, margeando o baixo curso do rio Paraíba. São Vicente — e subsidiariamente também o Rio de Janeiro — recebem

seu gado dos Campos Gerais estendidos para o sul dos atuais Estados de São Paulo e Paraná. Nestas regiões as condições naturais são muito superiores às do Nordeste. A qualidade do gado é por isso melhor, sua densidade mais elevada. E em conseqüência as fazendas não se dispersaram tanto como no Nordeste. Em parte também porque o Rio de Janeiro e São Vicente constituem, nos dois primeiros séculos, núcleos secundários e muito menos povoados que os do Norte; as su-as necessidades de carne são por isso menores.

EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

1640-1770

6

Novo Sistema Político e

Administrativo na Colônia

DE 1580 A 1640 a coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha.

O reino de Portugal não foi englobado na monarquia espanhola; embora sob a dominação do mesmo monarca, conservou sua autonomia, sendo governado por um Vice-Rei em nome do soberano espanhol. Foi um período sombrio da história portuguesa. Descuraram-se por completo seus interesses; e o reino teve de participar da desastrosa política guerreira dos Habsburgos na Europa, contribuindo para ela com gente e avultados recursos. Portugal sairia arruinado da dominação espanhola, a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com que a Espanha es-tivera em luta quase permanente, ocuparão, para não mais a devolver, boa parte das possessões portuguesas. Estava definitivamente perdido para Portugal o comércio asiático; as pequenas colônias que ainda conservará no Oriente não têm expressão apreciável. Efetivamente só lhe sobrariam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses na África. Estas aliás só valerão como fornecedores de escravos para o Brasil. Na própria colônia americana a soberania portuguesa correrá grande risco. Além de incursões esporá-

dicas de ingleses e holandeses, estes últimos ocuparão efetivamente durante longos anos boa parte da colônia. Em 1630 instalam-se em Pernambuco, e daí estendem suas conquistas para o sul até Alagoas, e para o norte até o Maranhão. É somente depois de restaura-da a independência portuguesa que os holandeses serão definitivamente expulsos do Brasil (1654).

Todas estas circunstâncias determinarão profunda modificação da política de Portugal com relação à colônia. A prosperidade, a própria existência do Reino europeu passavam a depender exclusivamente dela. Tratava-se pois de tirar-lhe o maior proveito e partido possíveis. Doutro lado, o empobrecimento de Portugal, privado do comércio asiático que durante mais de um século lhe forne-cera o melhor de seus recursos, força o êxodo em larga escala de sua população que procurará na colônia americana os meios de subsistência que já não encontrava na mãe pátria. A emigração para o Brasil será, a partir de meados do séc. XVII, considerável. Amea-

çou por vezes despovoar regiões importantes de Portugal, como o Minho; e tomaram-se em conseqüência enérgicas medidas repressoras.

As leis que coíbem a emigração se sucedem sem interrupção por um século; e a sua própria freqüência nos mostra que eram ineficazes.

Para o Brasil, naturalmente, este fato terá largas conseqüências. Determinará um rápido crescimento da população e extensão da colonização. Até a primeira metade do séc. XVII esta se limitara a uma estreita faixa ao longo do litoral, ou antes, pequenos núcleos esparsos por ele; e um início de rala ocupação do interior nordestino. Depois daquela data, não somente se avolumará rapidamente nos setores já ocupados, mas estender-se-á largamente pelo território, invadindo importantes áreas que pertenciam legitimamente à Espanha. Em um século a contar de 1650, os portugueses terão ocupado efetivamente, embora de forma dispersa, todo o território que ainda hoje constitui o Brasil. Quando em 1750 e posteriormente se redigem os grandes tratados que limitariam definitivamente as possessões portuguesas e espanholas neste continente, a Espanha será obrigada a reconhecer a soberania de Portugal sobre toda esta metade da América do Sul que forma o Brasil e que de direito lhe cabia na maior parte. E isto graças apenas à ocupação efetiva que, antes dos espanhóis, realizara o colono e povoador português. A ruína de Portugal significara o desenvolvimento desmesurado do nosso país.

Mas a afluência ininterrupta de grandes levas de colonos não terá no Brasil apenas este efeito. Provocará um grande distúrbio do equilíbrio econômico e social da colônia. A concorrência dos recém-vindos que procuram naturalmente desalojar os já estabelecidos de suas posições, dará origem a um conflito permanente que não raro degenerou em luta armada. Os últimos anos do séc. XVII e primeira metade do seguinte caracterizam-se por uma sucessão de atritos mais ou menos graves entre os naturais da colônia è os adventícios. O reforçamento da administração pública e da coação metropolitana conseguirão superar a situação em meados do séc. XVIII, impedindo-a de degenerar em violências. Mas as rivalidades continuarão a lavrar surdamente e irão explodir afinal, em princípios do século passado, nas lutas pela emancipação.

De fato, ao mesmo tempo que progride o afluxo de novos colonos, a administração colonial se reforça. A começar pela alta di-reção governamental. No primeiro século da colonização não havia em Portugal aparelhamento algum destinado especialmente à administração da colônia. Os assuntos relativos a ela corriam pelas repartições ordinárias da administração portuguesa. Sob o domínio castelhano, criou-se em Portugal, à imitação do que havia em Sevi-lha, um Conselho das Índias. Isto se fez em 1604. Mas, aos poucos voltar-se-á à situação anterior, dispersando-se novamente os serviços administrativos da colônia. Um dos primeiros cuidados do soberano português restaurado em 1640 (D. João IV), foi restabelecer a unidade administrativa criando o Conselho Ultramarino, cujo

regulamento data de 14 de julho de 1642, e que permanecerá até o fim da era colonial.

No que diz respeito à administração local, a centralização e reforçamento do poder real é sensível. Os antigos donatários das capitanias serão cada vez mais subordinados a governadores nomeados pelo Rei. Já em 1584, diante do fracasso da maior parte dos donatários, criara-se um governo geral que embora respeitando os direitos daqueles senhores feudais das capitanias, exercerá sobre eles uma supervisão geral e auxiliá-los-á quando necessário. Este governo geral foi, em épocas distintas, separado em dois, repartindo-se entre eles o território da colônia, e reunido novamente num só. Mas a partir dos fins do séc. XVII, os poderes e a jurisdição dos donatários serão cada vez mais restringidos e absorvidos pelos governadores reais. Aqueles ficarão aos poucos reduzidos unicamente aos direitos pecuniários que auferiam de suas capitanias. Quem administrava efetivamente a colônia eram os delegados do Rei. Aliás os donatários desaparecerão logo completamente, pois a coroa resgatar-lhes-á por compra os direitos hereditários de que gozavam. Compelindo-o muitas vezes a isto contra sua vontade. Em meados do séc. XVIII todas as capitanias terão voltado ao domínio direto da coroa, e serão governadas por funcionários de nomeação real.

Ainda mais importante que este aspecto da evolução centra-lizadora da política e administração metropolitanas relativas ao Brasil, é a decadência das autoridades locais. Refiro-me às Câ-

maras municipais. Repetindo aqui as instituições do Reino, tinham-se criado órgãos eletivos para a administração local. As Câmaras, em Portugal, já tinham perdido a maior parte de sua importância quando se inicia a colonização do Brasil. Mas suas congêneres da colônia adquirirão, desde logo, um poder considerável. É fácil explicá-lo pelo isolamento em que viviam os colonos e a debilidade de uma administração longínqua e mal representada aqui por donatá-

rios indiferentes por tudo quanto não fosse a percepção de proveitos pecuniários. Grande parte dos negócios públicos, inclusive ma-térias relevantes de caráter geral, eram tratados e resolvidos nas Câmaras, que chegaram num momento a legislar sobre quase todos os assuntos governamentais.

Isto vai desaparecer com a nova ordem instituída em meados do séc. XVII. Os representantes diretos do poder real irão aos poucos reivindicando para si toda a autoridade, e acabam transformando as Câmaras em simples executoras de ordens deles emanadas. Um dos maiores golpes desferidos nas franquias locais foi a introdução dos juízes-de-fora no Brasil em substituição aos juízes ordinários

de eleição popular. Além de suas funções jurisdicionais, cabia aos juízes a presidência das Câmaras. É em 1696 que são criados os primeiros juízes-de-fora de nomeação do Rei: na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, isto é, nas três principais vilas da co-lônia. Na Bahia (capital então do Brasil) foi-se ainda mais longe, pois nessa época deixaram os vereadores (membros da Câmara) de ser eleitos, passando a ser escolhidos por nomeação régia.

Além destas, ainda outras medidas indicam a progressiva centralização da administração pública em benefício do poder régio e em detrimento da autonomia local. Tudo isto, embora não pertença propriamente à história econômica, tem grande reflexo nela, pois assistiremos paralelamente ao desenvolvimento de uma nova política econômica, derivada das mesmas causas e apoiando-se naquele sistema administrativo absorvente e centralizador. Até então a política metropolitana se caracterizara por um largo liberalismo. Afora o monopólio de certas atividades, como o da extração do pau-brasil e de outras de somenos importância, os colonos não encontram embara-

ço algum de ordem econômica. Seus trabalhos e seu comércio eram inteiramente livres, tanto dentro da colônia, como nas suas rela-

ções com o exterior.

Um dos aspectos deste liberalismo (de grande significação econômica) se manifesta no tratamento dispensado a estrangeiros. Era facultado a estes não somente estabelecerem-se livremente na colô-

nia, como exercerem nela quaisquer atividades; o comércio direto entre o Brasil e países estrangeiros também não sofria restrição alguma. No primeiro século da colonização encontramos não somente grande número de alienígenas estabelecidos no Brasil, como ainda transações mercantis regulares com nações estranhas, a Inglaterra por exemplo. Com o domínio espanhol começaram as restrições; a Espanha estenderia para as colônias portuguesas, agora sob seu domí-

nio, as normas que sempre caracterizaram sua política econômica.

Mas não foi fácil vencer desde logo os hábitos adquiridos; apesar das determinações legais, vemos manter-se ainda por muito tempo uma liberdade de fato que se tornava agora em contrabando. Provam-no as repetidas determinações legais coercitivas que mostram corno eram desrespeitadas.

Portugal independente não só manterá a mesma política, mas torna-la-ás mais severa. Penas rigorosas serão impostas em 1660

àqueles que permitissem ou facilitassem o comércio de navios estrangeiros no Brasil. A estes só seria facultado penetrar nos portos da colônia por arribada forçada. Somente algumas potências obterão certas facilidades, mais ou menos impostas ao soberano português que apenas ascendera ao trono e ainda não se consolidara nele. Assim a Inglaterra, a Holanda, a França. Ser-lhes-á permi-tido mandar seus navios ao Brasil; mas incorporados às frotas ou comboios que se organizavam em Portugal com destino à colônia, e fora dos quais era proibido navegar para lá. Encontraremos, ainda em fins do séc. XVII e princípios do seguinte, alguns mercadores estrangeiros estabelecidos no Brasil; um dos principais bairros do Rio de Janeiro ainda conserva até hoje o nome de Flamengo, de uma colônia de comerciantes daquela origem lá instalados. Haverá mesmo, nos principais centros, cônsules estrangeiros. Mas à medida que avançamos pelo século XVIII tudo isto vai desaparecendo. Quando chegamos pelos fins do período que nos ocupa, meados daquele século, o comércio brasileiro e o direito de se estabelecer no pa-

ís estarão reservados exclusivamente aos nacionais portugueses.

Mas não são apenas os estrangeiros que se atingem com a nova política econômica. As restrições alcançam também os súditos portugueses, os colonos do Brasil em particular. Já citei acima o sistema de frotas, isto é, da navegação conjunta para o Brasil estabelecida de uma forma geral e definitiva em 1660 quando se proí-

bem as viagens isoladas; tanto na ida como na volta, os navios deviam viajar em comboio que, em época fixa, se organizava e seguia seu destino. Isto foi estabelecido em parte para fugir ao ataque de corsários que então infestavam os mares; mas também para facilitar a fiscalização do comércio e evitar contrabandos.

Já antes disto tinha sido adotado um sistema de monopólio comercial mais amplo. Trata-se das companhias privilegiadas, já adotadas por ingleses e holandeses em suas possessões, e que consistia em reservar a certas pessoas o direito exclusivo de realizar o comércio externo da colônia. A primeira companhia privilegiada é estabelecida no Brasil em 1647.7 É-lhe concedido privilégio do comércio em toda extensão da costa desde o Rio Grande do Noite até São Vicente; isto é, o setor mais rico da colônia. Este privilégio teria a duração de vinte anos, prorrogável por mais dez à vontade dos concessionários. Além de muitas outras vantagens, teria a Companhia o monopólio de todo vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau necessários ao consumo do Brasil. Esta última concessão levantou tamanhos protestos, e prejudicou tanto os colonos pela deficiência de fornecimentos, que foi abolida doze anos depois, em 1659, embora se indenizasse

largamente a Companhia pelo prejuízo sofrido.

A parte da colônia que ficava para fora do privilégio, Pará e Maranhão, terá também a sua companhia em 1682. É a Companhia do Maranhão e Pará, que gozará de iguais concessões. E provocará por isso no Maranhão uma revolta de conseqüências muito sérias (a chamada "revolta de Beckmann").

Esta política de privilégios e monopólios ainda se encontrará em outros setores. Um monopólio que particularmente afetará a população colonial será o do sal. A venda deste gênero será reservada no Brasil com exclusividade a certos comerciantes; e, para impedir o contrabando, proíbe-se sua produção no Brasil (1665). A partir de 1647 encontramos também uma sucessão de medidas contra a fabricação da aguardente, que se acreditava fazer concorrência aos vinhos produzidos em Portugal. É de notar que neste caso a metró-

pole estava de mãos dadas com os senhores de engenho; a estes não interessava muito a fabricação de aguardente, e a medida proibitiva forçava os proprietários mais modestos que não tinham recursos para instalar engenhos de açúcar, a lhes venderem sua cana. Estas medidas contudo nunca tiveram execução integral, difícil de obter dada a abundância da matéria-prima e simplicidade da fabricação de um produto de largo e muito disseminado consumo.

À medida que a população colonial vai crescendo e procura outras iniciativas em que aplicar suas atividades, a política de restrições econômicas se acentua. Procura-se impedir a produção de qualquer gênero que não interessasse diretamente à metrópole e seu comércio, ou que fizesse concorrência à sua produção nacional. Assim se deu com o cultivo da oliveira, da vinha (duas das principais riquezas de Portugal), e das especiarias (em particular da pimenta e da canela) que vinha interferir com o comércio asiático e os interesses metropolitanos no Oriente. E quando em 1688 corre a notícia da descoberta de jazidas de ferro no Maranhão — notícia aliás falsa, — declara-se em Carta Régia que não convinha sua exploração, pois isto seria em grave dano ao comércio do Reino por ser o ferro a melhor mercadoria com que negociava na colônia.8

Não precisamos ir adiante nesta enumeração. O que ficou dito basta para caracterizar a nova política econômica da metrópole portuguesa, que ao liberalismo do passado substituía um regime de 7 Notemos que seus participantes, segundo declaração expressa da lei de concessão, são "da nação hebiéia".

8 O ferro não era produzido em Portugal; mas era através do seu comércio que chegava ao Brasil.

monopólios e restrições destinados a dar maior amplitude possível à exploração e

aproveitamento da colônia, e canalizar para o Reino o resultado de todas suas atividades. Procura-se compensar assim o que se perdera no setor oriental, onde holandeses, ingleses e pouco depois franceses tinham para sempre desbancado os portugueses.

O que estes aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial. E tal objetivo ela o alcançaria plenamente, embora mantivesse o Brasil, para isto, sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país.

7

A mineração e ocupação do

Centro-sul

O INTERESSE da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento conseqüente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das aten-

ções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia.

Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem se empobrecem e se despovoam. Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar, que por sécu-lo e meio representara o nervo econômico da colonização e sua pró-

pria razão de ser, é desprezado.

Os metais preciosos tinham preocupado os portugueses desde o início da colonização. As prematuras descobertas castelhanas no México e no Peru incendiaram as imaginações, e tornara-se crença arraigada que qualquer território da América encerrava necessariamente os preciosos metais. Com a esperança de encontrá-los, não foram poucos os aventureiros que desde o primeiro momento da ocupação do litoral brasileiro se tinham internado pelo território desconhecido. Deles ficariam notícias vagas, pois quase todos se perderam: quando escapavam dos obstáculos de uma natureza agreste, iam acabar às mãos dos indígenas.

O fato é que não se encontravam os cobiçados metais. Ao contrário do que ocorrera no México e no Peru, os indígenas, de um nível cultural muito baixo, não se tinham interessado por eles; e sua presença não fora ainda revelada ao homem. Durante quase dois séculos seriam procurados inutilmente.

Isto não é bem exato, porque já nos fins do primeiro século se iniciara na capitania de São Vicente (São Paulo) uma pequena mineração aurífera de lavagem; mas tão insignificante que passou quase despercebida e teve um caráter estritamente local. É somente nos últimos anos do séc. XVII que se realizam os primeiros achados de importância. Devem-se àquelas expedições acima referidas às bandeiras paulistas que andavam devassando o interior da

colônia à cata de índios destinados ao cativeiro. Lá por 1696 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto). Os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados do séc. XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade.

Ao contrário do que se deu na agricultura e em outras atividades da colônia (como na pecuária), a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que minuciosa e rigorosamente a disciplina. Já por ocasião daqueles insignificantes achados em São Vicente e referidos acima, tinha-se promulgado um longo regulamento sobre a matéria. Os seus princípios fundamentais permaneceriam definitivamente, apesar das modificações posteriores: estabelecia-se a livre exploração, embora submetida a uma fiscalização estreita, e a coroa reservava-se, como tributo, a quinta parte de todo ouro extraído. Depois das descobertas feitas em Minas Gerais, a antiga lei é substituída pelo Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro, datado de 1702. Este regimento, com algumas modificações posteriores que não lhe alteraram a feição essencial, manter-se-ia até o fim da era colonial.

Em resumo, o sistema estabelecido era o seguinte: para dirigir a mineração, fiscalizá-la e cobrar tributo (o quinto, como ficou denominado), criava-se uma administração especial, a Intendência de Minas, sob a direção de um superintendente; em cada capitania em que se descobrisse ouro, seria organizada uma destas intendências que independia inteiramente de governadores e quaisquer outras autoridades da colônia, e se subordinava única e diretamente ao governo metropolitano de Lisboa.

O descobrimento de jazidas era obrigatoriamente e sob penas severas comunicado à intendência da capitania em que se fizera. Os funcionários competentes (os guardas-mores) se transportavam então ao local, faziam a demarcação dos terrenos auríferos, e em dia e hora marcados e previamente anunciados, realizava-se a distribuição entre os mineradores presentes. Qualquer pessoa podia comparecer e participar da distribuição, mas não se aceitava representação de terceiros. A distribuição se fazia por sorte e pro-porcionalmente ao número de escravos com que cada pretendente se apresentava; mas antes desta distribuição geral, o descobridor da jazida tinha direito de escolher livremente sua data (era o nome dado às propriedades mineradoras); e depois dele, a Fazenda Real também reservava uma para si. Ela aliás nunca explorou suas minas, e as vendia em leilão logo depois de adquiridas.

Entregues as datas aos contemplados, deviam eles dar início à exploração no

prazo de quarenta dias, sob pena de devolução. Transações com as datas não eram permitidas, e somente se autorizava a venda na hipótese devidamente comprovada da perda de todos os escravos. Neste caso o minerador só podia receber nova data quando provasse que adquirira outros trabalhadores. Mas isto somente uma vez, pois da segunda que alienasse sua propriedade perdia definitivamente o direito de receber outra.

Como já referi, a Fazenda Real impusera sobre a mineração um tributo avultado: a quinta parte de todo ouro extraído. A cobrança deste quinto do ouro tem uma história longa e agitada. Os mineradores naturalmente sempre procuraram se furtar a um tão grande desfalque da sua produção; e compreende-se como devia ser difícil a fiscalização. Viveu-se por isso nas minas em luta constante: o fisco reclamando e cobrando seus direitos, os mineradores dissimu-lando o montante da produção... Tentaram-se meios indiretos para a cobrança: assim a capitação dos escravos, isto é, um tributo fixo, pago em ouro, que recaía sobre cada trabalhador empregado nas minas. Este sistema não deu resultado, porque se pagava o tributo mesmo quando se tratava apenas de trabalhos preliminares de pesquisa que muitas vezes não produziam o fruto esperado. Depois de muitas hesitações e variações, estabeleceu-se afinal um processo que se tornaria definitivo. Criaram-se Casas de Fundição em que todo o ouro extraído era necessariamente recolhido; aí se fundia, e depois de deduzido o quinto e reduzido a barras marcadas com o selo real (chamava-se isto "quintar ouro") era devolvido ao proprietário. Somente nestas barras quintadas (de que até hoje se conservam muitos exemplares) podia o ouro circular livremente. O

manuseio do ouro sob outra forma — em pó ou em pepitas, como é encontrado na natureza, ou em barras não marcadas — era rigorosa e severamente proibido.9 Quem fosse encontrado com ele sofria penas severas, que iam do confisco de todos os bens até o degredo perpé-

tuo para as colônias portuguesas da África.

Mas não ficaram nestas providências as medidas legais destinadas a proteger os interesses da Fazenda Real. O ouro era mercadoria muito facilmente escondida graças a seu alto valor em pequenos volumes. E para obviar os descaminhos que apesar de toda fiscalização ainda se verificassem, fixou-se uma certa quota anual mínima que o produto do quinto devia necessariamente atingir. Esta quota, depois de algumas oscilações, foi orçada em 100 arrobas (cerca de 1.500 quilos). Quando o quinto arrecadado não chegava a estas 100 arrobas, procedia-se ao derrame, isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Os processos para consegui-lo não tinham regulamento especial. Cada pessoa, minerador ou não, devia contribuir com alguma coisa, calculando-se mais ou menos ao acaso suas

possibilidades. Criavam-se impostos especiais sobre o comércio, casas de negócio, escravos, trânsito pelas estradas, etc.

Qualquer processo era lícito, contanto que se completassem as 100

arrobas do tributo. Pode-se imaginar o que significava isto de vi-olências e abusos. Cada vez que se decretava um derrame, a capitania atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sob o terror; casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Is-to durava não raro muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade, quando não sua vida.

Aliás os derrames tomavam caráter de violência tão grande e subversão tão grave da ordem, que somente nos dias áureos da minera-

ção se lançou mão deles. Quando começa a decadência, eles se tornam cada vez mais espaçados, embora nunca mais depois de 1762 o quinto atingisse as 100 arrobas fixadas. Da última vez que se pro-jetou um derrame (em 1788), ele teve de ser suspenso à última hora pois chegaram ao conhecimento das autoridades notícias positivas de um levante geral em Minas Gerais, marcado para o momento em que fosse iniciada a cobrança (conspiração de Tiradentes). E nunca mais se recorreu ao expediente. A decisão firme de um povo é mais forte que qualquer poder governamental.

Vejamos um outro aspecto da indústria mineradora: como se or-9 Pequenas quantidades em pó, que não eram suficientes para completar uma barra, podiam ser trocadas por certificados nas Casas de Fundição. Um número suficiente de certificados era recambiado em ouro quintado.

ganiza e funciona a exploração das jazidas. Encontramos aí dois tipos de organização: o primeiro é o das lavras, que se emprega nas jazidas de certa importância. As lavras são estabelecimentos de algum vulto, dispondo de aparelhamento especializado, e onde sob direção única e trabalhando em conjunto, reúnem-se vários trabalhadores. A mão-de-obra é quase totalmente constituída de escravos africanos; o trabalho livre é excepcional (embora ocorra, por vezes, sobretudo pelos fins do século) e o índio não é empregado.

À organização em lavras, que corresponde ao período áureo da mineração, quando ainda havia grandes recursos e produção abundante, o que torna possível empresas em larga escala e obras de vulto, o-põe-se a pequena extração realizada por indivíduos isolados que não empregam senão uns poucos instrumentos rudimentares. São os chamados falseadores. Não se fixam, em

regra, num ponto determinado, como se dá com a lavra; são móveis e nômades, indo catar o ou-ro indiferentemente neste ou naquele lugar não ocupado por outro.

Reúnem-se às vezes em grande número, num ponto franqueado a todos, como se dá em alguns distritos especiais; porém cada qual trabalha por si e isoladamente. Parte deles é de condição livre, colhendo o ouro por conta própria; outros são escravos aos quais os senhores fixam uma certa medida de ouro que devem entregar, guardando o excesso com que provêem à sua manutenção e resgatam sua liberdade quando são muito felizes em seus achados.

Em maior ou menor proporção, esta atividade de faiscadores sempre existiu na mineração aurífera da colônia. Mas naturalmente seu volume tende a aumentar com a decadência das minas. Não somente estas se vão esgotando e o rendimento deixa de remunerar convenientemente instalações mais custosas, como os recursos começam a faltar. Aparece então o faiscador que aproveita as áreas empobrecidas e abandonadas. Isto se torna particularmente sensível pelos fins do séc. XVIII, quando a mineração entra no Brasil em processo franco de decomposição.

A decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos dá-

gua e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. O

que sobra é de um teor aurífero tão baixo que não paga trabalhos de vulto, e dá apenas para o sustento individual de modestos faiscadores isolados. Esta situação se prolonga aliás até hoje. Em to-da a região do Brasil central (compreendendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, boa parte de Mato Grosso e Bahia) ainda se encontra ouro em quase todos os rios e margens adjacentes. Mas numa porcentagem tão baixa que sua exploração se torna antieconômica. A ela se dedicam apenas uns pobres faiscadores que mal conseguem apurar o seu sustento diário.

A ocorrência de rochas matrizes, isto é, grandes concentrações primitivas de ouro que resistiram ao processo geológico de desagregação, é no Brasil muito rara. E

mesmo as concentrações existentes têm um teor aurífero baixo. A maior e mais rica mina de ou-ro do país há poucos anos abandonada, a de Morro Velho em Minas Gerais, tinha um teor de 10,4 gramas de ouro por tonelada de miné-

rio, quando o das minas consideradas de boa produtividade nos grandes centros auríferos da atualidade (a Austrália, p. ex.) atinge o dobro daquela taxa. Mas além da raridade e pobreza das rochas matrizes, outro obstáculo impediu os mineradores do séc. XVII de as explorarem: a sua técnica deficiente. Enquanto se tratou de depósitos superficiais de aluvião, não foi difícil extrair o metal. Mas quando foi preciso aprofundar a pesquisa, entranhar-se no solo, a capacidade dos mineradores fracassou; tanto por falta de recursos como de conhecimentos técnicos. Tentou-se às vezes, mas raramente, obviar ao primeiro inconveniente pela associação de esforços, organizando ligas ou sociedades para as quais entravam vá-

rios proprietários. Mas isto foi excepcional porque faltava o necessário espírito associativo. Quanto às deficiências técnicas, é preciso lançar a culpa principal sobre a administração pública, que manteve a colônia num isolamento completo; e não tendo organizado aqui nenhum sistema eficiente de educação, por mais rudimentar que fosse, tornou inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico relativo às suas atividades. O baixo nível intelectual na colônia, que não tem talvez paralelo na América, não cabe em nosso assunto; mas é preciso lembrá-lo porque interfere aqui diretamente com a economia do país. Não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constituiu um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas; na mineração como nas outras também.

Não é aliás apenas pelos obstáculos opostos à difusão de conhecimentos que a administração entravou o progresso da mineração e apressou sua decadência. O sistema geral que adotou ao regulamentá-la contribuiu também consideravelmente para isto. Nunca se cogitou seriamente de outra coisa que os quintos, o tributo que os mineradores deviam pagar. Que fosse satisfeito, por bem ou à for-

ça; o mais não tinha importância. Mas com derrames e tudo, o quinto foi minguando; e durante meio século em que o rendimento baixou em Minas Gerais (são os únicos dados de que temos notícias certas, e representam aliás a maior parte da contribuição colonial) de 118

arrobas em 1754, máximo percebido, para 35 apenas, exatamente cinqüenta anos depois, não ocorreu sequer uma só vez à administração outra explicação que a fraude. Donde as violências referidas acima. Não se deu um passo para

introduzir na mineração quaisquer melhoramentos; em vez de técnicos para dirigi-la, mandavam-se para cá cobradores fiscais. O pessoal com que se formavam as intendências eram burocratas gananciosos e legistas incumbidos de interpretar e aplicar os complicados regulamentos que se destinavam, quase unicamente, a garantirem os interesses do fisco. Não se encontra nelas, durante um século de atividade, uma só pessoa que entendesse de mineração. E enquanto os mineradores se esgotavam com o oneroso tributo que sobre eles pesava, qualquer crítica, ob-jeção ou simples dúvida era imediatamente punida com castigos severos.

Nestas condições não é de admirar a prematura decadência da mineração. Chega-se em fins do séc. XVIII a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos os depósitos auríferos superficiais em toda a vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer frente à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha, tinham-se volatizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na sua dispendiosa e ineficiente administração; as migalhas que sobravam desta orgia financeira também se foram na dissipação imprevidente dos mineradores e na compra de escravos importados da África. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasites, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre.

Além do ouro, exploraram-se também, na mesma época, os diamantes. O Brasil foi o primeiro grande produtor moderno desta pedra, que antes provinha apenas, e em pequenas quantidades, da Índia; e somente no último quartel do século passado se descobrirão as jazidas da África do Sul. O Brasil teve assim, no século XVIII, o monopólio da produção. Mas apesar disto, sua importância relativa a do ouro é entre nós pequena. Os primeiros achados, devidos aos mineradores de ouro (pois os diamantes ocorrem no Brasil em terrenos auríferos), datam de 1729. A princípio adotou-se para com a extração dos diamantes o mesmo sistema que vigorava na do ouro: a livre extração com pagamento do quinto. Mas era difícil calcular e separar o quinto de pedras muito diferentes umas das outras, em tamanho e qualidade; e como além disto ocorressem apenas em áreas limitadas, adotou-se logo outro processo mais conveniente à percepção do tributo — em todas as matérias da sua administração, a metrópole portuguesa sempre colocava este assunto em primeiro e quase único lugar. Demarcou-se cuidadosamente o território em que se encontravam os diamantes, isolando-o completamente do exterior.

Este território, que se chamou o Distrito Diamantino, é o que circunda a atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. E a explora-

ção foi outorgada como privilégio a determinadas pessoas que se obrigavam a pagar uma quantia fixa pelo direito de exploração. Em 1771 modifica-se este sistema, passando a Real Fazenda a fazer ela mesma, diretamente, a exploração. Organizou-se uma Junta da administração geral dos diamantes, sob a direção de um intendente, pa-ra ocupar-se da matéria. Esta administração, como se dava com as Intendências do ouro, independia completamente de quaisquer autoridades coloniais, e somente prestava contas ao governo de Lisboa.

Sua autonomia ainda era maior, porque se estendia soberana sobre todo um território. Verdadeiro corpo estranho enquistado na colô-

nia, o Distrito Diamantino vivia inteiramente isolado do resto do país, e com uma organização *sui generis*: não havia governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos . Havia apenas o Intendente e um corpo submisso de auxiliares que eram tudo aquilo ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um regimento colocado acima de todas as leis e que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência. Na área do Distrito ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial do Intendente, e a vida de seus habitantes (que pelo final do séc. XVIII montavam a 5.000 pessoas) achava-se inteiramente nas mãos daquele pequeno régulo que punha e dispunha dela a seu talante. Seus poderes iam até o confisco de todos os bens e decretação da pena de morte ci-vil10 sem forma de processo ou recurso algum. Um naturalista alemão que em princípio do séc. XIX visitou o Distrito,11 assim se refere a ele: "Única na história esta idéia de isolar um território no qual todas as condições da vida civil de seus habitantes ficassem sujeitas à exploração de um bem da coroa".

Além do Distrito Diamantino, outras áreas da colônia onde se encontram diamantes também foram destacadas e isoladas, proibindo-se o acesso a qualquer pessoa: rio Jequitinhonha (Minas Gerais); rio Claro e Pilões (Goiás); sudoeste da Bahia; alto Paraguai (Mato Grosso). Estas áreas não foram aproveitadas e se conservaram desertas.

A decadência da mineração dos diamantes, que é mais ou menos paralela à do ouro, tem também causas semelhantes. Veio agravá-la um fator: a depreciação das pedras, devido ao seu grande afluxo no mercado europeu. O governo português tentou impedir a queda dos preços restringindo a produção e a venda; mas seus crônicos apertos financeiros obrigavam-no freqüentemente a abrir

mãos das restrições e lançar inoportunamente no mercado grandes quantidades de pedras. O seu valor veio assim, de queda em queda, até princípios do séc. XIX. Ao mesmo tempo, uma administração inepta e ineficiente foi incapaz de racionalizar a produção e reduzir o custo da extração; tudo se conservou até o fim na mesma rotina de sempre. O

desastre foi completo, e a exploração de diamantes deixou inteiramente de contar como atividade econômica de alguma expressão desde fins do séc. XVIII.

A mineração teve na vida da colônia um grande papel. Durante três quartos de século ocupou a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades. O

afluxo de população para as minas é, desde o início do séc. XVIII, considerável: um rush de proporções gigantescas, que relativamente às condições da colônia é ainda mais acentuado e violento que o famoso rush californiano do séc. XIX. Isto já seria o suficiente para desequilibrar a vida do país e lhe transformar completamente o aspecto. Em alguns decênios povoa-se um território imenso até então desabitado, e cuja área global não é inferior a 2 milhões de km2. Povoamento esparso, bem entendido (em princípios do séc. XIX

não será superior a 600.000 habs., ou seja um quinto da população total do Brasil de então), e distribuídos em pequenos núcleos separados entre si por áreas desertas imensas. Esta será uma forma característica ao povoamento do Brasil centro-sul que se perpetuará até nossos dias. A sua significação econômica pode ser avaliada pe-la dificuldade que representa estabelecer-se um sistema de trans-
10 Esta pena desapareceu do direito moderno; não vai até a execução capital, mas significa a cessação de todos os direitos do indivíduo "como se a pessoa deixasse de existir", definem as leis da época.

11 Trata-se de Carl Friedrich Philip von Martius. (1794-1868), um dos grandes bo-tânicos modernos.

portes eficiente e econômico em região tão irregularmente ocupada.

Será este o maior ônus legado pela mineração do séc. XVIII.

Mas de outro lado, o impulso desencadeado pela descoberta das minas permitiu à colonização portuguesa ocupar todo o centro do continente sul-americano. É este mais um fato que precisa ser contado na explicação da atual área imensa do Brasil.

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o

deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitanias, que são hoje os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente a Lisboa) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia.

De um modo geral, é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje. A necessidade de abastecer a população, concentrada nas minas e na nova capital, estimulará as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo. A agricultura e mais em particular a pecuária desenvolver-se-ão grandemente nestas regi-

ões. É de notar que o território das minas propriamente (sobretudo das mais importantes localizadas no centro de Minas Gerais) é im-próprio para as atividades rurais. O solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado. Nestas condições, os mineradores terão de se abastecer de gêneros de consumo vindos de fora. Servir-lhes-á sobretudo o sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial — como se dera com as regiões açucareiras do litoral —, alcançará um nível de relativa prosperidade.

8

A Pecuária e o Progresso do

Povoamento no Nordeste

A OCUPAÇÃO do interior nordestino, que vimos no capítulo 5 em seu início, continua a processar-se ativamente no período que ora nos ocupa. Sua base econômica será sempre a pecuária, e os grandes focos de irradiação continuarão sendo Bahia e Pernambuco. Partindo do primeiro e alcançando em meados do séc. XVII o rio São Francisco, a disposição das fazendas de gado tomará daí por diante duas direções. Uma delas subirá pelo rio acompanhando seu curso. Tornar-se-á mais acentuada e rápida quando começa o povoamento das minas, que servirão de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto rio: Estas sofrerão, é verdade, a concorrência da região muito mais favorecida que fica para o sul das minas e que descrevemos no capítulo anterior. Além disto, a administração pública, sempre ocupada em) evitar possíveis descaminhos do ouro, procurará fechar as comunicações com o Norte: concentrará sua fiscalização no caminho do Rio de Janeiro, e esta devia ser a única via de acesso para as minas. Embora não consiga realizar inteiramente seu objetivo, embaraçará contudo grandemente as relações comerciais que se faziam com o Norte, dificultando assim o fornecimento de gado feito pelas fazendas dessa região.

A outra direção que toma a progressão das fazendas de gado depois de atingido o rio São Francisco, é para o Norte. O rio é transposto, e em fins do séc. XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí. As condições naturais já são aí melhores que no setor ocupado anteriormente: pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes. Daí também uma forragem natural de melhor qualidade. As fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o Nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho.

A progressão das fazendas não cessará no Piauí: elas transporão o rio Parnaíba, e irão confluir no Maranhão com aquelas que do litoral subiam pelo rio Itapicuru. Para leste também trans-bordarão no Ceará, onde o movimento confundir-se-á com o outro que em direção contrária vinha de Pernambuco acompanhando grosseiramente o contorno do litoral.

Completa-se assim a ocupação de todo o interior nordestino.

Ocupação muito irregularmente distribuída. De uma forma geral, escassa e muito rala: o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos da região, não é numeroso, como já foi descrito. Donde também um comércio, afora a

condução de gado, pouco intenso; resultando disso aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras. Mas dentro desta baixa densidade demográfica geral, o povoamento e as atividades econômicas se concentram mais em algumas áreas. Os fatores naturais, em particular a ocorrência de água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana: no São Francisco, nos rios do Piauí e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicações emprestam alguma vida. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso aos viajantes e às boiadas que transitam na proximidade, ou para reco-lherem a baixo preço alguma rês estropiada pelas longas caminhadas, e constituírem assim uma pequena fazenda. As "cacimbas" (po-

ços dágua) congregam quase todo resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais às secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. "Olho-d'água" é uma designação que aparece freqüentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente.

À parte a pecuária, reduzida é a atividade desta área extensa.

A agricultura é praticada subsidiarimente e em pequena escala para subsistência das próprias fazendas. Existem no entanto algumas re-giões de populações cultivadoras. Mas são raras. Destaca-se a vertente norte da Chapada do Araripe, no Ceará, onde as águas brotam com certa abundância dos flancos da montanha; formou-se aí um verdadeiro oásis no agreste deserto cearense. Outra região agrícola borda as margens do Parnaíba e seus afluentes principais. Em menor escala, as do Jaguaribe, no Ceará. O gênero de vida determinou nestas regiões agrícolas esparsas e raras um povoamento mais aden-sado; acresce nelas o comércio, pois são todas pontos de contacto e de trânsito de certa importância. Também no rio São Francisco encontram-se outras atividades além da pecuária: no trecho médio do seu curso exploram-se algumas pobres jazidas de sal de rocha cujo produto serve para abastecer boa parte do sertão baiano, do mineiro e até Goiás.

Em meados do séc. XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastece, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. O gado é conduzido através destas grandes distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando regiões inóspitas, on-de até a água é escassa e não raro inexistente (contentando-

se en-tão os homens e os animais com as reservas líquidas de certas plantas hidrófilas), o gado chega naturalmente estropiado a seu destino. A carne que produz, além de pouca, é de má qualidade. Assim, somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão afastadas e desfavoráveis regiões. Em fins do século elas ainda sofrerão golpes mais severos. As secas prolongadas, que sempre foram aí periódicas, se multiplicam e estendem ainda mais,12 dizimando consideravelmente os rebanhos que se tornarão de todo incapazes de satisfazerem às necessidades de seus mercados consumidores. Serão substituídos pela carne-seca importada do sul da colônia. Voltaremos noutro capítu-lo, com mais vagar, sobre esta questão que interessa um setor do 12 Segundo as aparências, pois os estudos a respeito ainda não são completos, o Nordeste brasileiro se acha num período de secação que se prolonga ainda em nossos dias.

país que ainda não foi referido porque de fato até esta época se conservara fora dos limites e da vida da colônia: o Rio Grande do Sul.

A Colonização do Vale Amazônico

e a Colheita Florestal

ENQUANTO SE processava a grande corrida para as minas, uma lenta infiltração penetra a intrincada rede hidrográfica do Amazonas. Já no primeiro período da história brasileira vemos a colonização portuguesa ocupar a foz do grande rio, onde a atual cidade de Belém do Pará é fundada em 1616. São antes motivos políticos que determinaram a fundação. Holandeses e ingleses tinham tentado, antes de Portugal, estabelecer-se na região. Naquela data são todos definitivamente expulsos, e os portugueses se instalam sem concorrentes. A base econômica da colonização será a princípio, como nos demais núcleos do litoral, a lavoura da cana-de-açúcar.

Mas a agricultura nunca progredirá aí; as condições naturais lhe são desfavoráveis. Na mata espessa e semi-aquática que borda o grande rio; em terreno baixo e submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando nas cheias áreas imensas, des-locando grandes tratos de solo que são arrancados às margens e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda do equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula. Além disto, a pujança da vegetação equatorial não lhe dá tréguas. A luta exige esforços quase ilimitados se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer. A agricultura, que requer um certo domínio sobre a natureza, apenas se ensaiou. A conquista do vale amazônico tinha de contar com outros fatores.

E foi o que se verificou. Encontraram os colonos na sua floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar as madeiras e produtos abundantes do reino animal: peixes, caça, a tartaruga. Na extração destes produtos encontrará a colonização amazônica sua base econômica. A mão-de-obra também foi relativamente fácil. Os indígenas eram numerosos, e embora de nível cultural baixo, facilmente se conforma-ram com o trabalho que deles se exigia; o que, vimo-lo anteriormente, só foi o caso em forma muito limitada em outros lugares.

Explica-se a diferença. No vale amazônico os gêneros de atividade se reduzem praticamente a dois: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe; e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambos estava o indígena admiravelmente preparado. A colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco: como pescador, sobretudo, suas qualidades são notá-

veis, e os colonos só tiveram neste terreno que aprender com ele.

Remador, também é exímio: ninguém, como o índio, suporta os longos trajetos, do raiar ao pôr do sol, sem uma pausa; ninguém espreita e percebe, como ele, os caprichos da correnteza, tirando dela o melhor partido: ninguém compreende tão bem o emaranhado dos canais que formam esta rede complicada e variável de época para época em que se dividem e subdividem os rios amazônicos. Empregado assim em tarefas que lhe são familiares, ao contrário do que se deu na agricultura e na mineração (nesta última, aliás, nunca foi ensaia-do), o índio se amoldou com muito mais facilidade à colonização e domínio do branco. Não se precisou do negro.

A infiltração pelo vale acima do rio Amazonas inicia-se francamente na segunda metade do séc. XVII. Sua vanguarda serão as ordens religiosas, em particular jesuítas e carmelitas. Não é aqui o lugar próprio para indagar quais os objetivos que animavam os missionários; se o puro zelo religioso da conversão de almas pagãs, se outros projetos mais amplos e não confessados. Quanto aos jesu-

ítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção. Não se explica de outra forma a empresa sistemática, e em parte realizada, de conquistar todo o coração do continente sul-americano; o que se revela nesta linha estratégica de missões que se estendem do Uruguai e Paraguai, pelos Moxos e Chiquitos da Bolívia, até o alto Amazonas e Orenoco. Reunidas estas missões, de origem espanhola, às portuguesas que subiram pelo Amazonas, o conjunto apresenta-se como um bloco imenso e coeso de territórios plantados em cheio na América.

Nem se pode dizer que os jesuítas realizavam o objetivo tradicional de todas as missões religiosas, isto é, abrir caminho entre populações indígenas para o avanço dos colonos europeus. Lutaram contra estes com todas as armas, inclusive a força, tentando de-sesperadamente afastá-los e manter sua hegemonia própria.

Mas seja como for, os padres realizaram uma grande tarefa econômica no vale amazônico. A eles cabe a iniciativa do desbravamento de todo este território imenso, semeando suas missões num raio de milhares de quilômetros. Estas missões, no aspecto que nos interessa aqui, constituem importantes empresas comerciais. Reunidos os índios em aldeias — para o que os padres contavam com dons de persuasão que fazem honra a seu instinto psicológico e habilidade política, — eram eles submetidos a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho e de vida em geral. Conseguiam os padres o que os colonos leigos foram sempre

incapazes de obter. Debaixo da ordem de diretores e mestres, os indígenas construíam as instala-

ções da missão — as casas de habitação, a igreja com sua escola anexa, os armazéns e depósitos. Depois destes trabalhos preliminares, enquanto uma parte dos nativos se destinava à cultura dos gê-

neros alimentícios necessários à sustentação da comunidade, os outros partiam para expedições de colheita dos produtos da floresta, de caça e de pesca. Os gêneros assim obtidos eram exportados, pagando-se com isto não somente a manutenção das missões (que aliás quase se bastavam a si mesmas), mas deixando saldos apreciáveis que com os de outras procedências, iriam enriquecer consideravelmente as Ordens respectivas e dar-lhes, na primeira parte do séc.

XVIII, grande poder e importância financeira.

Os colonos leigos vieram atrás dos padres. Tiveram de enfrentar da parte destes uma grande resistência, e pouco realizaram até meados do séc. XVIII. Nesta época, a administração portuguesa que por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de D. José I, se li-bertara da influência jesuítica até então dominante na corte, resolve abrir luta contra o poder excessivo dos padres na América, que ameaçava subtrair à coroa portuguesa o domínio efetivo de grande parte da colônia. Em 1755 é abolido o poder temporal dos eclesiásticos nas missões indígenas. As aldeias são entregues a administradores leigos, e os padres conservaram apenas os poderes espirituais. Aliás pouco depois (1759) os jesuítas, que resistiram à secularização das aldeias, são expulsos de todos os domínios portugueses. Os carmelitas e outras ordens se mostraram mais dó-

ceis e foram conservados.

As reformas de Pombal não ficam nisto. A escravidão dos índios é definitiva e integralmente abolida; eles são em tudo equiparados aos colonos brancos, e seu trabalho obrigatoriamente pago com sa-lários em moeda e fixados pelas autoridades. Tudo isto sob a fiscalização de diretores leigos nomeados para as aldeias.

Haverá ainda, naturalmente, fricções e abusos dos colonos brancos. Os diretores de índios nem sempre saberão cumprir seu dever, e em muitos casos eles mesmos se tornarão os exploradores do trabalho indígena. Mas de uma forma geral, pode-se dizer que a escravidão estava abolida. A exploração de que os índios serão vítimas daí por diante, já não é a de escravos, mas de semi-assalariados, embora ainda com muitos traços servis.

Com a secularização das aldeias indígenas, o colono leigo infiltrar-se-á por toda parte aproveitando a ausência dos padres seus adversários. Os índios domesticados e já mais ou menos preparados que as habitam, representam para ele mão-de-obra abundante à sua disposição; é nelas que se fixará de preferência, e é por isso que a quase totalidade das atuais cidades da Amazônia tem sua origem em antigos aldeamentos missionários.

Vejamos como se distribui este povoamento cuja estrutura não se modificou com a substituição do padre pelo colono. Ele se amolda às contingências da colheita natural. As espécies vegetais utilizadas no seu estado nativo precisam naturalmente ser procuradas lá onde o acaso as colocou; e aí, além de irregular, a freqüência não é em regra elevada. Daí, a considerável dispersão amazonense, cuja população, que em fins do séc. XVIII não alcançava uma centena de mil habitantes (incluídos os índios domesticados), já se espalha, embora numa ocupação linear e rala, ao longo de milhares de quilômetros de cursos d'água. Outro efeito este do gênero de vida adotado: a atração dos rios; não pela água em si, mas pelo caminho que oferece. Numa forma de atividade em que as fontes de produção se dispersam irregularmente, sem pontos de concentração apreciá-

vel, não são elas, como se deu na agricultura ou na mineração, que fixam o povoador; mas sim a via de comunicação. Não é esta que procura aquele, como acontece normalmente; mas o inverso. Não foi apenas a dificuldade de acesso e ocupação da floresta que fez o colono preferir com exclusividade a margem dos rios; se fosse conveniente, aquela dificuldade teria sido vencida, como o foi em outros lugares. Mas por que buscar um lugar afastado da esplêndida via natural que oferecem as "estradas líquidas", quando em qualquer outro se estaria igualmente ou muito pouco melhor situado com relação a fontes de produção exploradas? A área que um simples colhedor de produtos espontâneos tem de abarcar é por natureza imensa; mais que isto, ela é variável, porque o esgotamento das fontes não tarda nesta forma primitiva de exploração. A via de comunica-

ção natural e fácil como a que oferecem os cursos dágua constituirá, por isso, o único pólo forte e estável de atração do povoamento.

A organização da produção também reflete as condições em que ela se realiza. Não tem por base a propriedade fundiária, como na agricultura e na mineração. A exploração se realiza indiferentemente na floresta imensa aberta a todos. E faz-se esporádica, coincidindo com as épocas próprias da colheita. Processa-se por arrancos bruscos, que são as "expedições" (é o nome empregado), que saem no momento oportuno em busca dos produtos naturais, e a que se segue a longa inatividade da estação morta. Um empresário reúne os homens necessários,

índios que engaja, como vimos, sob a fiscalização das autoridades públicas. Esta operação nem sempre é simples, pois além da má vontade dos índios que se concretiza em fugas e deserções freqüentes (é uma das formas que toma aí a luta de classes), há também a concorrência dos interessados nesta insuficiente mão-de-obra. E além dos colonos, a administração pública também intervém neste mercado de trabalhadores com suas obras; muitas destas obras se realizaram na segunda metade do século: construção de quartéis, fortalezas, hospitais. Sem contar os índios recrutados pelas comissões de limites que por esta época andavam trabalhando e fixando as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas. Esta intervenção dos poderes públicos é considerável, desfalcando as aldeias de povoadores e os colonos de bra-

ços.

De tal disputa em torno dos trabalhadores indígenas — que infelizmente de nada serviu para eles, incapazes que estavam de tirar proveito de uma situação vantajosa mas inacessível ao seu entendimento — resultam rixas e violências freqüentes; em muitos casos foi-se obrigado a destacar autoridades especiais para cuidar da matéria. Escolhia-se, dentre os moradores, um juiz que procedia oficialmente à repartição dos braços disponíveis.

Organizada a expedição, ela segue fortemente guarnecida, porque é sempre de temer a hostilidade de tribos selvagens; muitas delas, de armas na mão, ainda resistiam à colonização em pleno séc. XIX. Às vezes a guarnição é mesmo de tropa regular especialmente cedida pelas autoridades. E assim vai a frota, composta de dezenas de embarcações, navegando rio acima em demanda dos pontos favoráveis, às vezes a distâncias enormes da partida. Ega, p. ex., é o lugar de embarque das expedições que exploram os rios Japurá, Içá, Juruá, Jataí e Javari, num raio de centenas de quilômetros.

Feito o carregamento, o que demora semanas e até meses, a expedi-

ção retorna: os índios são dispensados, pagos quase sempre, apesar das disposições legais em contrário, in natura; o empresário entrega o seu produto aos comerciantes que se incumbem de o despa-char, rio abaixo, aos seus correspondentes do Pará, donde se exportam.

Outras atividades extrativas, como a colheita dos ovos de tartaruga de que se extrai um óleo empregado na iluminação e na alimentação, e gênero de grande comércio, se fazem mais ou menos da mesma forma. A desova dos quelônios é nos meses de outubro e novembro, quando em bandos incontáveis procuram certas praias de eleição e lá enterram seus ovos na areia onde o calor do sol os

de-ve chocar. A tarefa dos colhedores consiste simplesmente em espreitá-los, no momento oportuno, nestas praias que de antemão já conhecem, e depois que os animais, terminada a postura, se reti-ram, ir desenterrar e recolher o produto. A preparação do óleo se faz imediatamente e nas próprias canoas que serviram para o transporte dos colhedores.

A pesca é mais sedentária, e mais continuadas as atividades que nela se empregam. A que se pratica da mão para a boca é naturalmente geral: toda a população rural, que vive à beira dos rios, aproveita suas águas abundantes e a habilidade que traz no sangue.

O peixe é seu alimento básico. Mas a par desta pesca, há outras de maior vulto, organizadas comercialmente. Realizam-se nos "pesqueiros", instalações onde se captura, prepara e salga o peixe para a venda. Alguns são temporários, montando-se em lugar e época indicados para determinada pesca. Mais freqüentes contudo, e mais importantes são os pesqueiros fixos que às vezes atingem grande vulto, como o maior de todos, o do Lago Grande de Vila Franca, na atual cidade deste nome, onde em dois anos se mataram, só de tartarugas e peixes-bois13, 8.500 exemplares.

Há pesqueiros particulares; há também os Reais, que se exploram por conta do Erário público. A mão-de-obra é naturalmente sempre o índio. O peixe é fornecido salgado, e em maior quantidade seco; e constitui uma das maiores exportações da região.

Tais são, em suma, os traços principais e mais característicos deste gênero de vida de colheita natural que forma a principal e quase única base de colonização do vale amazônico. Os resultados que apresenta são, em conjunto, muito pequenos. A instabilidade e incerteza de vida que aquelas formas de atividades determinaram, o complexo problema da assimilação de grandes massas indígenas que indiretamente provocam, fazem da colonização amazonense muito mais uma aventura que a constituição de uma sociedade estável e organizada. Os caracteres gerais da colonização brasileira, esta empresa exploradora dos trópicos, se revelam aí em toda sua crueza e bru-talidade. Não viriam atenuá-los, como em outras partes da colônia, elementos paralelos e concorrentes que frutificariam com o tempo, dando formas sociais mais orgânicas e elevadas. A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo, mesmo em nossos dias, ainda não se completou, seria lá muito retardada. A Amazônia ficou, neste sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas do territó-

rio brasileiro.

Quanto a seus resultados materiais, eles também são minguados.

É frisante o contraste entre o que apresentam e o que deles esperava a imaginação escaldante do branco europeu em contacto com os trópicos. A exploração das reservas naturais da imensa floresta 13 Este é um mamífero aquático de grandes dimensões e carne muito saborosa, de natureza dócil e por isso fácil de ser apanhado. Foi destruído em larga escala, e hoje praticamente desapareceu.

que se supunha esconder tesouros incalculáveis, não deu mais que uns miseráveis produtos de expressão comercial mínima e em quantidades restritas. E não foi possível ampliar as bases desta produ-

ção e dar-lhes pela agricultura mais estabilidade. A Amazônia ficará na pura colheita; e por isso vegetará, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes melhor aparelhados. Deu-se isto com o cacau, antes seu monopó-

lio no Brasil, e cuja hegemonia passará, entre nós, para a Bahia.

Dar-se-á o mesmo, um século depois, em proporções muito maiores e dramáticas, com a borracha. A colonização do vale amazônico ainda é hoje uma incógnita.

APOGEU DA COLÔNIA

1770-1808

10

Renascimento da Agricultura

VIMOS ACIMA até que ponto a mineração absorveu as atividades econômicas da colônia. A contrapartida da fulgurante ascensão das minas foi a decadência da agricultura. Coincide com esta causa interna de decadência o novo equilíbrio internacional do séc. XVIII.

Desenvolve-se plenamente, então, a política colonial adotada desde o século anterior pelas grandes potências concorrentes de Portugal no ultramar; particularmente pela França e Inglaterra. É a chamada política do "Pacto colonial" destinado a reservar o mercado nacional de cada país às produções de suas respectivas colônias, e o comércio à marinha de sua bandeira. Este exclusivismo nacionalista colocará Portugal e suas colônias em muito má posição; sem marinha (esfacelara-se sob o domínio espanhol a que possuía), e não contando com um mercado nacional apreciável, restringe-se a saída pa-ra seus produtos coloniais. E os concorrentes do Brasil na produ-

ção do açúcar, em particular as Índias Ocidentais, começam a ganhar terreno sobre ele. Elas estão aliás melhor situadas que o Brasil. Em primeiro lugar pela proximidade maior dos mercados consumidores; além disto, pelo próprio fato de se desenvolverem em época mais recente. Repete-se o caso tão freqüente da concorrência de uma indústria mais jovem, que livre da rotina que embarga os passos da mais antiga, conta com trunfos maiores para a vitória.

Esta circunstância explicará talvez, em grande parte, o atraso técnico relativo, no séc. XVIII, da indústria açucareira do Brasil. Fato que será constatado e reconhecido pelos observadores contemporâneos.

Seja como for, a primeira metade do séc. XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na sua última parte. Apontei acima os fatores que trouxeram o declínio da mineração; em seu lugar ressurgirá novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização. Mas não será apenas este fator negativo que estimula o refluxo das atividades da colônia para o cultivo da terra. Estendiam-se novamente os mercados para seus produtos. Para isto contribui particularmente o desenvolvimento considerável da população européia no correr do séc. XVIII; a par disto, o incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo, este prenúncio da nova era que se inaugura na segunda metade daquele século, a era da Revolu-

ção Industrial. Isto se reflete intensamente no mundo colonial.

Seus mercados se alargam, seus produtos se valorizam. A importância do comércio colonial para os países da Europa, neste período, se manifesta nas lutas que em torno dele se acendem. Todos os conflitos europeus, pode-se dizer que desde a guerra de Sucessão da Espanha, e inclusive as guerras napoleônicas, têm sempre, como *ultima ratio*, o problema colonial.

Aliás estas guerras, cujo teatro principal é quase sempre nas grandes rotas marítimas, vão contribuir para a valorização dos produtos do ultramar, embaraçando e tornando escasso o seu fornecimento. Quem estará então bem colocado é Portugal. Potência já então de segunda ordem entre os países coloniais da Europa, abrigado à sombra poderosa de seu aliado inglês, o Reino é dos países europeus que menos se envolveram nos conflitos. Desta sua posição de neutralidade dúbia, que terminaria num desastre, ele foi tirando, enquanto pôde, vantagens consideráveis. Durante um certo tempo dominou mesmo o comércio colonial, e com isto recobrou uma posição que desfrutara dois séculos antes, e que parecia já irremediavelmente perdida para sempre.

Mas se Lisboa se tornara, pelos fins do século, o grande em-pório do comércio colonial, a sua colônia americana não seria menos avantajada pela posição privilegiada da metrópole. Todos os demais produtores de gêneros tropicais se viam atingidos pela luta em que se envolviam suas respectivas metrópoles. A neutralidade portuguesa se estendia sobre o Brasil e seu comércio. Podia ele, em paz, desenvolver suas riquezas e vender sem empecilhos seus produtos. Mas não é só: nos últimos anos do século seus principais concorrentes ainda sofrem golpes mais profundos que a guerra. São as agitações políticas e sociais que transtornam a vida das colô-

nias inglesas e francesas das Antilhas, sobretudo o grande colapso de São Domingos (Haiti), em 1792. No comércio dos produtos tropicais a posição do Brasil se tornará ímpar.

Ainda ocorre na segunda metade do século mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e sobrepujá-lo-á em breve: o algodão. Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizadas para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo. Arkwright constrói o seu fuso em 1769, no mesmo ano em que Watt obtém patente para a máquina a vapor que tornaria

possí-

vel o emprego desta energia em larga escala. Em 1787 Cartwright inventa o tear mecânico. São datas preciosas para o Brasil. O consumo do algodão na Inglaterra, o grande centro da indústria têxtil moderna, acompanha estas datas. Não ia no qüinqüênio 1771/5 além de 4,76 milhões de libras (peso); no penúltimo do século (1791/5), logo depois da introdução do tear mecânico, atingirá 26 milhões.

Já não bastavam para este volume considerável os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente; e a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá preencher a falta e tornar-se-á o grande produtor moderno do algodão. O Brasil terá sua parte que a princípio não é pequena, neste surto sem paralelo no passado do comércio algodoeiro.

O algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus. Com a colonização o seu cultivo se difundiu. Fiado e tecido em panos grosseiros, servia para vestimenta dos escravos e classes mais pobres da população. Exportou-se mesmo, ocasionalmente, em pequenas quantidades; e na falta da moeda, os novelos de fio e panos de algodão chegaram a circular em certas regiões como tal; há-

bito que tanto se arraigou, que no Maranhão, p. ex., exprimiam-se ainda naquelas mercadorias, em princípios do séc. XIX, os valores monetários locais: novelo de fio, por 100 réis: e rolo de pano, por 10$000. Mas até o terceiro quartel do séc. XVIII, quando come-

ça a ser exportado regularmente, o algodão nada mais representa que uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo.

É somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia. Verifica-se aí, mais uma vez, o papel que representa na economia brasileira a função exportadora: é ela o fator único determinante de qualquer atividade econômica de vulto. E isto se comprovará novamente neste mesmo setor da produção algodoeira, pouco depois do período que ora nos ocupa, quando vem o reverso da medalha e a fibra brasileira é desbancada e quase excluída do mercado internacional pelos seus concorrentes. A produção decairá logo em seguida, e as regiões produtoras que não contaram com um substituto, encerram com um colapso sua brilhante e curta trajetória.

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior (com exclusão daquela remessa pequena e intermitente exportação do séc.

XVI, referida acima e que não progrediu), data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas. De Pernambuco exporta-se a partir de 1778, sendo em quantidade insignificante até 1781. A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo.

Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e i-nexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. Deveu-se isto em particular à Companhia geral do comércio do Grão-Pará e do Maranhão, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. É esta companhia que fornecerá créditos, escravos e ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a se deli-near. A Companhia não colherá os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançarem na empresa com recursos de gente e capitais muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos num momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira.14

A cultura do algodão disseminar-se-á largamente pelo território brasileiro. Sua área de difusão estende-se desde o Extremo-Norte (onde até o Pará tem sua pequena exportação), até o planalto dos Campos-Gerais (atual Estado do Paraná); e avança, na base da Serra, mais para o sul, até a latitude de 30°2, nas proximidades de Porto Alegre. Para o interior, até Goiás produzia e exportava algodão. O país inteiro será atingido pelo boom, e alinhar-se-á entre os grandes produtores mundiais da fibra. Mas não será mais que um momentâneo acesso. Com o declínio dos preços, que se verificará ininterruptamente desde o começo do séc. XIX, conseqüência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana e do aperfeiçoamento da técnica que o Brasil não acompanhou, a nossa área algodoeira vai-se restringindo; e estabilizar-se-á com índices muito baixos, em dois ou três pontos apenas.

Na localização, o algodoeiro não acompanhará as antigas e tradicionais culturas tropicais brasileiras: o açúcar e o tabaco. Re-belde à umidade, e particularmente à irregularidade das precipitações que na época em que se abrem as maçãs deterioram a fibra, as regiões mais arredadas do litoral, onde as chuvas são menos freqüentes e mais regulares, se avantajam sobre os setores que foram os de eleição para a cana e o tabaco. No Maranhão, as culturas se internam subindo as margens do Itapicuru, e se concentram sobretudo em Caxias. No Ceará, elas invadem a bacia do Jaguaribe, e seu principal centro localizar-se-á no alto

interior, Icó. Fato semelhante se verifica no Nordeste: a cana ocupara as planícies de beira-mar; o algodão fixar-se-á numa faixa intermediária entre elas e o interior propriamente, o agreste, como se denomina a regi-

ão.

O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. No alto interior da Bahia e de Minas Gerais, na região limítrofe destas duas circunscrições administrativas, forma-se uma região algodoeira de certa importância; bem como em Goiás, como já foi referido. Como se vê, a lavoura algodoeira abrira perspectivas agrícolas para zonas que até aí só tinham conhecido o pastoreio ou a mineração. Mas como assinalei, será precária em todas elas; o afastamento dos portos de embarque e a dificuldade do transporte acabarão sufocando-as. A concorrência internacional e a queda de preços eliminarão estas regiões mais desfavorecidas; e sobrarão apenas, mas em posição medíocre, internacionalmente falando, o Nordeste e o Maranhão.

O progresso da lavoura algodoeira foi muito facilitado pela relativa simplicidade da produção. Ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias. E mesmo para isto, realizar-se-á uma certa separação entre a cultura e o beneficiamento, forrando-se assim o lavrador do ônus e das dificuldades do 14 Não é somente economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos — ou vice-versa, preferivelmente —; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão.

preparo do seu produto, o que era em regra feito por comerciantes que adquiriam a mercadoria em bruto. Mas nem por isso a cultura do algodão tem um tipo de organização diversa da que tem a cana; aí, como nesta última, é a grande exploração que domina. Embora de manipulação menos complexa que a do açúcar, o algodão se afeiçoa mais, comercialmente, a este tipo. Aliás, a mão-de-obra abundante que exige, em particular por ocasião da colheita, já é por si uma circunstância favorável à cultura em larga escala. Encontramo-la assim, particularmente nas grandes regiões produtoras, Maranhão e Pernambuco, concentrada em fazendas de vulto, trabalhadas como as da cana por numerosos escravos negros.

O açúcar não ficará atrás do algodão neste surto agrícola do final do séc. XVIII. As velhas regiões produtoras, como a Bahia e Pernambuco, decadentes havia

quase cem anos, se renovam e brilha-rão outra vez como nos dois primeiros séculos da colonização. Abrem-se novas regiões de grande produção, como nos Campos dos Goi-tacazes, que logo adquirirão posição de primeiro plano. Em São Paulo também, os progressos serão sensíveis. A velha capitania de São Vicente (cujo nome se mudara para São Paulo em princípios do século XVIII) permanecera até a época que nos ocupa, em plano secundário e apagado. Embora se tivesse iniciado aí a colonização muito cedo, ao mesmo tempo que em Pernambuco, e embora tivessem partido daí as expedições que descobriram e primeiro exploraram o ouro de Minas Gerais, São Paulo, pela sua posição excêntrica, esperará muito tempo para significar alguma coisa. No momento que nos ocupa começa a se destacar; e é no açúcar, sobretudo, que fundará sua prosperidade. A lavoura de cana se desenvolve no litoral; mas o planalto interior, embora separado da costa pelo abrupto da Serra que dificulta singularmente os transportes e comunicações, também será beneficiado. Em conjunto, São Paulo já figurará no final do séc. XVIII como exportador de açúcar, embora modestamente com suas 1.000 caixas anuais que vêm depois das 20.000 da Bahia, 14.000 de Pernambuco e 9.000 do Rio de Janeiro.

Passemos rapidamente em revista as demais culturas que aparecem por esta época e que representam algum papel na economia brasileira. A do arroz adquirirá importância, chegando a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia, embora muito longe do açúcar, colocado ainda, como sempre no passado, em primeiro lugar.

Cultiva-se sobretudo no Maranhão; e, em menor escala no Pará e no Rio de Janeiro. O anil será uma grande esperança que se frustrou.

A América se tornou no séc. XVIII a maior produtora mundial, em substituição à Índia, até então a grande fornecedora. O anil cultivar-se-á sobretudo na Carolina e Geórgia (Estados Unidos) e em São Domingos. No Brasil procurou-se também introduzir o indigoeiro, lá por volta de 1769; e ele prosperou sobretudo no Rio de Janeiro. A exportação da capitania chegou, em 1796, a 5.000 arrobas.

Mas pela mesma época inicia-se a decadência; aliás, na América em geral, por efeito da concorrência da Índia, onde a Inglaterra, tendo perdido suas colônias americanas, estimulara com grandes capitais o renascimento da produção. O Brasil foi particularmente atingido porque seu produto, mal preparado e fraudado, tinha péssima aceitação nos mercados. A cultura do indigoeiro desaparece praticamente pouco depois.

Restaria falar do café, que nesta última parte do séc. XVIII começa a ser cultivado em larga escala. Mas deixemos sua história para depois (cap. 16),

quando atinge a notável importância que faria dele o grande produto da economia brasileira.

Este renascimento agrícola da colônia se faz em contraste frisante com as regiões mineradoras, cujo declínio se torna cada vez mais acentuado. Elas se voltam, aliás, na medida do possível, para as atividades rurais. Vimos já como a cultura do algodão aí se desenvolve; a pecuária também adquire importância excepcional, e em Minas Gerais constituir-se-á o centro criador de mais alto nível na colônia. Particularmente a indústria de laticínios, que antes não se praticava no Brasil em escala comercial, torna-se notável.

O queijo aí fabricado será famoso, e até hoje é o mais conhecido do país (o "queijo de Minas"). Forma-se também, no sul de Minas Gerais, uma região de cultura do tabaco, que embora não chegue nunca a rivalizar com a Bahia, tem sua importância.

Tal contraste entre a decadência da mineração e o progresso das atividades rurais se reflete nas discussões da época; é sensí-

vel nelas o prestígio da agricultura, e crescente a descrença na mineração. O balanço entre ambas é quase unânime em favor da primeira. Somente dela esperavam-se resultados sérios e um futuro promissor. O país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas...

A conseqüência máxima, na feição geral da colônia, do renascimento da agricultura, é o novo deslocamento de seu eixo do interior para a marinha. A zona natural da agricultura é a faixa de territórios que se estende, de norte a sul, ao longo do Oceano. Aí se fixara de início, e exclusivamente, como vimos, nos dois primeiros séculos. Para a produção dos gêneros tropicais de que então se tratava, e sobretudo o açúcar de cana, nada mais favorável que esta baixada litorânea, úmida e quente, em que a qualidade excepcional de certos solos vinha complementar a excelência das condi-

ções climatéricas. Ocorria ainda mais uma circunstância favorável a esta localização. Produzindo exclusivamente para o exterior, as atividades econômicas da colônia se fixam naturalmente próximo aos portos de embarque e exportação. A desvantagem das capitanias do interior, neste terreno, é manifesta. Numa economia essencialmente exportadora, como a da colônia, sua posição é excêntrica. Só com a agricultura, a colonização não teria penetrado no interior; e é por isso que até o século XVII, os portugueses continuavam a "ar-ranhar o litoral como caranguejos", como dirá um cronista da épo-ca. Foram a mineração e a pecuária que tornaram possível e provo-caram o avanço; a primeira, por

motivos óbvios: o valor considerá-

vel do ouro e dos diamantes em pequenos volumes e peso anula o problema do transporte. A segunda, para empregar a pitoresca fórmula de um observador do séc. XVIII "porque os gados não necessi-tam de quem os carregue, eles são os que sentem nas longas marchas todo o peso de seus corpos..."

É por isso que as capitanias do centro, que se tinham estabelecido em função das minas agora decadentes, quando passam a dedicar-se a atividades rurais para se ocuparem nalguma coisa, é a pe-cuária que de preferência escolhem. É o que se verifica, como referi, em Minas Gerais. Mas, seja este o caso, ou subsidiariamente o da agricultura, tratar-se-á sempre de uma atividade de segundo plano. A grande lavoura, isto é, a agricultura que produz para a exportação e que é a única de perspectivas amplas, esta só excepcionalmente se fixará no interior.

O algodão, nos primeiros tempos da febre e dos grandes lucros, gozando de preços anormalmente altos, constituirá uma destas exce-

ções. Encontrando no interior condições naturais altamente propícias, mão-de-obra relativamente abundante que a decadência da mineração deslocara e pusera à sua disposição, ela se alastra por setores inesperados, como foi referido. Mas tratar-se-á sempre de uma situação precária e que não durará muito. E aqueles centros do interior não contrabalançarão nunca a faixa de territórios mais próximos do mar, mesmo neste caso particular do algodão.

O que se passa em São Paulo, neste terreno, se assemelha a um paradoxo. Assistimos aí à inversão da regra geral. Até fins do séc. XVIII é ainda o litoral que prevalece sobre o planalto interior; e é nele — estamos ainda na regra — que se verificou seu primeiro ciclo agrícola. Mas no momento em que a agricultura paulista, acompanhando o movimento geral da colônia, toma verdadeiro impulso, e pela primeira vez passa a representar alguma coisa no conjunto da economia do país, não é o litoral que escolhe; este ficará em segundo plano. É no planalto que se localizará a principal região produtora de açúcar com que São Paulo começa sua restauração e progresso.

A exceção à regra se explica. A planície litorânea forma aí uma faixa muito estreita; e quando se alarga, constitui-se sobretudo de terrenos alagadiços e impróprios para a agricultura. Isto contrasta vivamente com as grandes vantagens do planalto e de seus magníficos solos, sem dúvida os melhores do país. Aliás, embora separado dos portos pelo abrupto da serra, não se afasta deles excessivamente.

Também é o caso de lembrar aqui a lavoura cafeeira, que embora nos primeiros passos de sua grandiosa trajetória, já começava a conquistar um pequeno lugar entre as principais atividades agrícolas da colônia. O cafeeiro também foge à baixada litorânea, que não lhe convém, e procura as encostas da serra que a domina. Assim mesmo, não se entranhará muito, a não ser bastante mais tarde (graças então às estradas de ferro), e ficará no bordo oriental do planalto que sobranceia o mar.

De um modo geral, é assim a faixa de territórios mais próximos do mar que é atingida pelo renascimento agrícola da colônia. Outro fato, já referido incidentemente acima, virá reforçar esta tendência geral para a costa: é a decadência da região do interior nordestino, acossada pela seca, e que será substituída, como fornecedora de carne, pelos campos do Rio Grande do Sul. Analisarei este fato, com mais vagar, em capítulo próximo; mas lembro-o aqui para completar o quadro desta inversão do movimento colonizador, no sentido do interior durante o séc. XVII e sobretudo o XVIII, de retorno para o litoral dos fins deste em diante.

O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade, e salvo em casos excepcionais, sua curta duração. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores.

Para a instalação de novas culturas nada de novo se realizara que o processo brutal e primitivo da "queimada"; para o problema do esgotamento do solo, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo. A mata, sempre escolhida pelas propriedades naturais do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, desaparecia rapidamente devorada pelo fogo. Assim, no litoral do Nordeste, entre outros exemplos, da densa e ininterrupta floresta que se estendia da Paraíba até Alagoas, sobravam apenas uns restos nos dois extremos da área. Tentar-se-á defendê-los do assalto final nos últimos anos do séc. XVII; não aliás em consideração à agricultura ou à necessidade de reservas para o futuro desenvolvimento do país, mas para o fornecimento de madeiras aos arsenais da Marinha Real. Critério estreito, como sempre, de uma administração incapaz, e

que será um dos responsáveis pela inefici-

ência e inutilidade das medidas de defesa adotadas. A destruição continuará como dantes até a consumação final.

Contribuía particularmente para esta destruição o consumo indiscriminado e descontrolado da lenha. Sobretudo responsáveis os engenhos de açúcar que absorvem quantidades enormes; não se cogi-tara ainda em utilizar o bagaço da cana como combustível, coisa que nas colônias inglesas, francesas e holandesas já se tornara processo rotineiro.

A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos es-téreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte. Graças somente à excepcional fertilidade natural dos terrenos baianos ou pernambucanos é que foi possível manter aí, durante tanto tempo, a cultura da ca-na. Mas o vácuo de matas que se ia formando em torno dos engenhos criava outros problemas igualmente sérios. Tinha-se que ir buscar lenha a distâncias consideráveis; freqüentemente ela se torna inacessível, e a atividade do engenho cessa. A falta de lenha é uma das causas mais comuns do abandono de engenhos, e ocorre amiúde.

No trato da terra também nada se fizera no sentido do melhor aproveitamento, restauração ou mesmo simples conservação das propriedades naturais do solo. O sistema de monocultura e o espírito que anima o produtor colonial são disto os principais responsá-

veis. Ela faz convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo; "agricultura extrativa", já foi ela denominada. A fatal separação entre a agricultura e a pecuária, corolário daquele sistema, e que constitui um dos traços mais característicos da economia rural da colônia, também foi funesta para o trato do solo, privando-o, como o privou, do único elemento fertilizante de que poderia dispor: o estrume dos animais. E nem se procurou obviar ao inconveniente daquela separação na medida do possível, aproveitando o gado que se empregava no manejo dos estabelecimentos rurais, e que era numeroso nos engenhos de açúcar. Nem ao menos a bagaceira (o bagaço da cana esmagada), inutilmente desperdiçada, se aproveitava como adu-bo. Quando estorvava pelo volume, incinerava-se. Ignorância e imprevidência em tudo.

Naturalmente de outros melhoramentos mais complexos do solo nunca se cogitou um instante sequer. Irrigação, tão necessária em muitos lugares e relativamente

fácil em vários casos; drenagem e outros processos de regularização do fornecimento da água para a agricultura, ou em defesa dela, providências estas todas tão importantes num clima particularmente sujeito à irregularidade e violência das precipitações pluviais e escoamento das águas, são praticamente desconhecidas na colônia.

Em matéria de lavra do solo, nada verdadeiramente se praticava de eficiente, e além da queima e roçada para a limpeza indispensá-

vel — e isto mesmo apenas sumariamente e sem mais que o conhecido processo da coivara15, — não se fazia mais que abrir o solo em regos ou covas, conforme o caso, para lançar nele a semente. Aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia outro que a enxada. Nada mais primário.

O problema da escolha ou seleção de variedades a serem cultivadas pode-se considerar ignorado. Até princípios do séc. XIX só se conhecia uma única variedade de cana-de-açúcar, a mesma que se cultivava desde o início da colonização, e que por isso, quando os lavradores brasileiros descobriram que não era única, foi apelida-da crioula. Só naquela data começou a se difundir outra variedade mais resistente, a cana de caiena ou otaiti.16 Relativamente ao algodão, aparece mais cedo um rudimento de discriminação; desde o último decênio do séc. XVIII notara-se que uma variedade particular conhecida por algodão do Maranhão (embora nada tivesse com es-ta capitania), produzia melhor, e começou-se a adotá-la a partir de 1796; mas seus progressos foram lentos. Se isto se dava com as principais lavouras da colônia, pode-se imaginar o que ia pelas demais.

As indústrias complementares da agricultura também se mantinham na mesma inércia. Os engenhos de açúcar em nada se tinham modificado; existem duas admiráveis descrições contemporâneas deles, uma de princípios, outra de fins de século; ambas se sobrepõem perfeitamente.17 Já me referi ao caso do emprego do bagaço como combustível, que não se praticava ainda no Brasil apesar de já ser processo velho de mais de meio século; a moagem continuava a se fazer em aparelhos antiquados de baixo rendimento, apesar dos progressos técnicos no assunto e que já tinham sido adotados havia 15 A coivara consistia em reunir e juntar em pilhas os galhos e outros destroços da floresta queimada e atear-lhes fogo.

16 Esta variedade, originária da ilha de Taiti (donde o nome), e trazida para a América Central e as Guianas, passou para o Brasil entre 1790 e 1803.

17 São elas, respectivamente, a Cultura e Opulência do Brasil, de Antonil (1711),

e as Notícias Soteropolitanas, de Vilhena (1800).

muito em outros lugares.

A utilização da água corrente como força motriz das moendas (engenhos d'água), de rendimento quase dobrado com relação ao da propulsão animal, também não é muito comum. Numa descrição minuciosa da capitania de Pernambuco, em 1777, só encontramos referência a 18 engenhos dágua, num total de 309, que era então o efetivo da capitania. Aliás a força hidráulica é excepcional em qualquer setor. Emprega-se no monjolo, um rudimentar pilão mecânico trazido provavelmente do Oriente, e nalguma primitiva roda dágua;18 mas is-to é tudo. Das fontes de energia então reveladas ao conhecimento humano, não se utilizam aqui, em escala apreciável, senão as mais rudimentares, as que primeiro se impuseram àquele conhecimento: a força do homem e do animal.

A mesma rotina se verifica no beneficiamento do algodão. No descaroçamento, apesar da descoberta de Whitney, a *saw-gin*, que é de 1792 e logo se difundiu largamente por toda a região algodoeira dos Estados Unidos, o Brasil continuará a empregar por decênios ainda o velho princípio do descaroçador de origem imemorial, a *churka* do Oriente. Ignorou-se por completo, aqui, a descoberta que revolucionou a cultura algodoeira, dando-lhe um impulso que a transformaria. Para o enfardamento ainda se empregarão corrente-mente velhos processos manuais até princípios do séc. XIX, e só então se introduzem as prensas mecânicas.

Estes índices da agricultura brasileira revelam, sem margem para dúvidas, o seu ínfimo nível técnico. A rotina e a ignorância.

O responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral da colonização, fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semi-bárbaro do escravo africano. Seria difícil realizar qualquer coisa de muito melhor com trabalhadores desta natureza. Mas não é só o trabalho escravo o responsável. De nível bastante superior eram a agricultura e indústria anexas em outras colônias tropicais, contando embora com idêntica mão-de-obra. Já sem contar os Estados sulinos da União norte-americana, onde o trabalho também é escravo. A razão da diferença está, não pode haver outra, na natureza do colono português, e sobretudo no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia. Este fora sempre, pelo menos no último século, de isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo e impedindo portanto que aqui chegasse outra coisa qualquer que os reflexos do já baixo nível intelectual do Reino. Doutro lado, não supria o isolamento em que vivia a colônia o mais rudimentar sistema de educação e instrução que fosse. Não se pode considerar sistema de ensino as

magras cadeiras de primeiras letras, latim e grego, que havia nalguns dos maiores centros da co-lônia. Criadas aliás só depois de 1776, e que funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas. O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância. Os poucos expoentes que se destacavam pairam num outro mundo, ignorados por um país que não os podia compreen-18 Ainda hoje se encontram desses aparelhos rudimentares que pela simplicidade da sua construção resistiram ao progresso. As rodas d'água são em geral horizon-tais, o que facilita a construção quando se empregam em moinhos, pois dispensam-se engrenagens. Mas perde-se muito da força-motriz, e o rendimento é limitado.

der. E sobre tudo isto pesava uma administração mesquinha, ciosa unicamente dos rendimentos do fisco e dos particulares dessa chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este lado do Atlântico.

Não vai aqui nenhum exagero, e o que fica dito já dá boa margem para explicar o nível rudimentar das principais atividades econômicas da colônia. Mas ainda há uma consideração de ordem mais geral a fazer nesta matéria da agricultura colonial. A colonização européia nos trópicos inaugurou ali um novo tipo de agricultura comercial extensiva e em larga escala. Aliás durante séculos, até os tempos contemporâneos, é só nos trópicos que se encontra esta forma de produção agrária. Hoje ela aparece também na zona temperada, particularmente na produção cerealífera, como nos Estados Unidos, na União Soviética, na Argentina. Mas aí ela resulta de progressos técnicos e mecânicos notáveis, e veio depois que estes progressos conseguiram contrabalançar, em parte pelo menos, os inconvenientes do sistema. Estes não são pequenos, e o regime oneroso e exaustivo a que submete o solo é o mais grave deles.

Na agricultura tropical, pelo contrário, ainda hoje quase não existem processos racionais de cultura extensiva. No passado, nem se fala. Acresce ainda que qualquer sistema de produção extensiva na agricultura exige inversões vultosas de capital e trabalhos preliminares e paralelos consideráveis. Tudo isto faltou ou não foi possível realizar nos trópicos quando se começaram a explorá-

los. A produção contou neles unicamente com os recursos naturais abundantes, com a exuberância da vegetação e as reservas secular-mente acumuladas num solo virgem. Mas tudo isto estava fadado a se esgotar. Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, não apenas colhendo seus frutos. Não se percebeu ou não havia inconvenientes imediatos: sobrava o espaço. É só aos poucos que se foi enxergando o alcance do mal. No Brasil, em fins do século XVIII e princípios do seguinte, já se começa a senti-lo e

havia consciência do que se passava. O

assunto se discute contemporaneamente; naturalmente, ele é obscu-recido por noções erradas, sem contar que se estava diante de um fato inteiramente novo, desconhecido no passado, quando a explora-

ção dos trópicos ainda estava em seus primeiros passos. Faltavam conhecimentos científicos que só muito mais tarde se vulgarizari-am. Não é compreendido portanto o mal que estava roendo a substância da colônia. Percebem-se os efeitos, e instintivamente se sente que alguma coisa há para fazer, mas não se sabe ao certo o quê. As soluções, quando são dadas, se buscam no arsenal da experiência européia, como o conselho que encontramos num observador contemporâneo que recomendava, para a lavra conveniente da terra, o desto-camento dos terrenos de cultura, como se nas extensões enormes das plantações coloniais fosse possível, sem outro auxílio que o braço humano e a força animal, realizar o que ainda hoje é quase sempre impraticável.

A baixa produtividade da agricultura brasileira, e que acabará numa esterilização quase completa de áreas extensas, não é, em última análise senão conseqüência do que acima ficou dito. E ela já era bem sensível no momento que nos ocupa. Mas o que nos cabe concluir é que o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias e as conseqüências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. Em muitos casos, nos mais importantes mesmo, ele não podia fazer melhor. Poderia, é certo, acompanhar os seus concorrentes de outras colônias, atingir o seu padrão bastante superior. Mas seria pouco ainda. O mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbara-tava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor. E com esta consideração, se de um lado desculpamos a colonização, doutro a carregamos muito mais. Porque o problema se torna muito mais difí-

cil. Se não era simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exi-giria reformas profundas, econômicas e quiçá sociais.

Seja como for, é em condições precárias, apesar do bafejo pro-videncial de conjunturas favoráveis, que a economia brasileira entra no século XIX; século em que a liberdade e a livre concorrência pô-la-iam, em campo aberto, em face de adversários infi-nitamente mais bem aparelhados. A sua derrota era inevitável; e mantendo-se, como se mantinha, unicamente na base do comércio exterior, dependendo de mercados sobre que não tinha a mais leve e remota ação, o colapso não tardaria, se a Providência não viesse em nosso auxílio... E foi

o que ocorreu, embora já estejamos aqui nos adiantando em nosso assunto; viria o colapso e viria também a Providência salvadora. Esta chegaria até nós sob a forma de um gê-

nero para cuja produção a Natureza nos aparelhara admiravelmente: café. Desbaratar-se-ia com ele mais uma grande parcela dos dons com que a Natureza nos dotara. Mas onde não havia mais destes dons a gastar, a Providência falhou, e veio o colapso.

Não eram contudo tão sombrias ainda, ao inaugurar-se o século passado, as perspectivas da agricultura colonial. Pelo contrario, vimos que a conjuntura internacional e doméstica a favorecia largamente. Os nossos produtos estavam valorizados os possíveis concorrentes debilitados, e internamente a decadência da mineração punha à disposição dela energias e atividades desocupadas. Tudo sorria, e ela parecia marchar vitoriosa.

Incorporação do Rio Grande do Sul

Estabelecimento da Pecuária

A EXTREMIDADE meridional do território que hoje constitui o Brasil, permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do séc. XVII; mas economicamente só começará a contar no período que ora nos ocupa, isto é, segunda metade do séc. XVIII. Antes disto é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que a militar. Até aquele final do séc. XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse; e por isso ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas. A linha imaginária do acordo de Tordesilhas (1496) devia passar mais ou menos na altura da ilha de Santa Catarina; mas nenhuma das duas coroas ibéricas tratou jamais de a determinar com rigor. Durante a dominação castelhana em Portugal (1580-1640), a questão não tinha naturalmente especial interesse, pois tudo pertencia ao mesmo soberano. Mas depois da restauração, o rei de Portugal, grandemente preocupado com sua colônia americana (já assinalei que era a última possessão ultramarina de valor que lhe sobrava), tratou seriamente de fixar-lhe as fronteiras, sobretudo neste setor meridional onde os estabelecimentos portugueses e espanhóis mais se aproximavam uns dos outros, e onde portanto os choques eram mais de temer.

Ao se separarem as duas coroas, os limites da ocupação efetiva eram, quanto aos portugueses, ao sul da capitania de São Vicente (depois São Paulo). Eles tinham alcançado, embora só nas proximidades da costa, o território hoje ocupado pelo Estado do Paraná.

Os espanhóis, do seu lado, estabelecidos em Buenos Aires, no Rio da Prata, não tinham ainda passado, para o norte, além deste ponto; salvo pelo interior do continente, subindo ao longo dos rios Paraná e Paraguai. Um grande vácuo, portanto, separava as duas na-

ções; todo o território a leste do rio Paraná, compreendido entre o Rio da Prata ao sul e paralelo de 26° ao norte, permanecia deserto e inocupado, embora fosse percorrido intermitentemente, desde princípios do séc. XVII, pelas bandeiras paulistas preadoras de índios.

Caberá aos portugueses a iniciativa de estender a soberania de sua metrópole sobre este território. Em 1680, uma expedição partida do Rio de Janeiro vai plantar a bandeira portuguesa e com ela uma forte guarnição militar, na margem setentrional do Rio da Prata, bem defronte de Buenos-Aires. Data de então a fundação da famosa Colônia do Sacramento, hoje cidade uruguaia de Colônia, que durante século e meio seria a causa de vivas disputas entre portugueses e espanhóis, primeiro, brasileiros e argentinos, depois.

Não entrarei nos pormenores desta luta que estala logo após a fundação da colônia. Ela se sucederá com vitórias e reveses de uma e outra parte, recuos e avanços contínuos das fronteiras. O portugueses acabarão ficando sem a colônia, e seu território é cedido expressamente pelo tratado de Madri de 1750. Mas a localização do conflito naquele ponto afastado permitir-lhes-á ocupar com mais folga o território que fica para trás, mais para o norte, e que se incorporará assim ao Brasil. Isto se fará desde os princípios do séc. XVIII. Além das tropas destacadas para a defesa, uma corrente de povoadores oriunda de São Paulo se irá estabelecendo no território que hoje forma o Rio Grande do Sul. Unicamente a oeste, nas margens orientais do Rio Uruguai, fixaram-se as missões jesuíticas de origem espanhola. Com alternativas várias, esta área, ocupada primeiro pelas missões, também se tornará definitivamente brasileira nos primeiros anos do séc. XIX.

A base econômica da colonização do Extremo-Sul será a pe-cuária. Os campos imensos que o constituem, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem, lhe são altamente favoráveis. O gado multiplicar-se-á aí tão rapidamente que embora mais ou menos abandonado e sem trato especial algum, adquirirá uma densidade que não tem paralelo em outra região da colônia. A agricultura somente se estabelecerá nalguns pequenos setores próximos do litoral: cerca do local onde hoje está a capital do Rio Grande, a cidade de Porto Alegre; e em Santa Catarina, na ilha deste nome e na terra firme que lhe fica fronteira.

Nestes pontos foi tentado um sistema de colonização original para o Brasil e que oferece particularidades que o distinguem nitidamente no conjunto da nossa colonização. Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de territó-

rios contestados pela Espanha), a recorrer às camadas pobres ou médias da população portuguesa, e conceder grandes vantagens aos colonos que aceitavam irem-se estabelecer lá. O custo do transporte será fornecido pelo Estado, a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas são

previamente demarcadas em pequenas parcelas — uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais — fornecem-se gratuitamente ou a longo prazo auxílios vários (instrumentos agrários, sementes, animais de trabalho etc).

O recrutamento dos colonos se fez sobretudo nas ilhas dos Açores que sempre constituíram um viveiro demográfico a braços com excessos de populações que o exíguo território do arquipélago não comportava. Foram escolhidos de preferência camponeses que emigravam em grupos familiares, o que também é quase único na coloniza-

ção do Brasil. Por todos estes motivos, constitui-se nos pontos assinalados um tipo de organização singular entre nós. A propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de grupos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes sociais. Trata-se em suma de comunidades cujo paralelo encontramos apenas, na América, em suas regiões temperadas, e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados.

Uma ilha muito pequena, aliás, e sem importância apreciável no conjunto da colônia. Mesmo computando apenas este setor meridional de que nos ocupamos, seu papel é reduzido; o que contará nele são as grandes fazendas de gado do interior, as estâncias.19

A organização econômica definitiva e estável do Rio Grande do Sul foi protelada pelas guerras incessantes que vão até 1777. Mas apesar delas, e graças às excelentes condições naturais, o gado vacum se foi multiplicando rapidamente. É ele aliás, em grande parte, que tornou possíveis estas lutas prolongadas, pois alimen-tou com sua carne os exércitos em luta. Segue-se a 1777, quando se assina a paz entre os contendores, um longo período de tréguas que iria até as novas hostilidades dos primeiros anos do séc. XIX. Estabelecem-se então as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a principio quase exclusivamente de militares e guerrilhei-ros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O

abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3

léguas, equivalentes a 108 km2, para cada concessionário), formam-se propriedades monstruosas. Um contemporâneo escreverá: "Um homem que tinha a proteção do governo, tirava uma sesmaria {nome dado às doações de

terras) em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e filha que estavam no berço; e deste modo há casa de quatro e mais sesmarias". Repetia-se a mesma coisa que no século anterior se praticara com tanto dano no sertão do Nordeste, e enquistava-se nas mãos de uns poucos privilegiados toda a riqueza fundiária da capitania. Mas embora eivada no seu nascedouro de todos estes abusos, a pecuária se firma e organiza solidamente, prosperando com rapidez.

O principal negócio foi a princípio a produção de couros, que se exportam em grande quantidade. A carne era desprezada, pois não havia quem a consumisse; a parca população local e o pequeno mercado de Santa Catarina não davam conta dos imensos rebanhos. A exportação de gado em pé não ia, ainda em princípios do séc. XIX, além de 10 a 12.000 cabeças por ano que se destinavam a Santa Catarina e Curitiba. Abatiam-se as reses para tirar-lhes o couro, e abandonava-se o resto. Não havia mesmo organização regular alguma, e o gado ainda semibravio e vivendo à lei da Natureza era antes

"caçado" que criado. Dono dele era aquele em cujas terras se encontrava. Até fins do século XVIII os couros formariam a maior parte da exportação da capitania.

Aos poucos foi-se organizando aquele caos. É quando surge uma indústria que livraria o Rio Grande do ônus que lhe conferia sua posição excêntrica relativamente aos mercados consumidores de carne do país. É a do charque (nome local da carne-seca). O seu aparecimento no comércio da colônia coincidiria com a decadência da pecuária nos setores do Nordeste, incapazes já de atenderem às necessidades do mercado. Ele encontra assim as portas abertas, e dispõe de vantagens consideráveis: um rebanho imenso que se trata-19 Somente no Rio Grande as propriedades rurais têm este nome, derivado do castelhano.

va apenas de aproveitar. Não se perderá a oportunidade: em 1793 a capitania já exportava 13.000 arrobas de charque; nos primeiros anos do século seguinte alcançará quase 600.000. Excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades.20

A indústria do charque, as "charqueadas", localizam-se num ponto ideal: entre os rios Pelotas e São Gonçalo, nas proximidades ao mesmo tempo dos grandes centros criatórios da fronteira", e do porto para o comércio exterior da capitania, o Rio Grande, que embora muito deficiente, é o único possível. Esta localização da in-dústria dará origem ao centro urbano que seria o primeiro da província depois da capital; mas primeiro absoluto em riqueza e prestígio social: Pelotas.

A pecuária rio-grandense, no alvorecer do séc. XIX, não se apresenta em nível técnico muito superior ao do interior nordestino. Estava-se ainda muito perto de suas tumultuarias origens que vimos acima. O que às vezes obscurece a comparação é a superioridade flagrante de suas condições naturais, a sua fartura, vista em confronto com a miséria do Norte. Aquela superioridade empresta à criação do Rio Grande um aspecto risonho que falta por completo em sua concorrente. Além disto, estamos aqui num período ascensional, enquanto lá, em plena fase de decomposição. Isto tudo precisa ser levado em conta porque na realidade o papel do homem é idêntico nas duas: o gado também vive aqui num estado semi-selvagem, num quase abandono e à lei da natureza. Da forma em que veio do tempo em que vagava sem dono, assim se incorporou às estâncias. Com a industrialização e comercialização da carne, iniciadas lá por 1780

com as primeiras charqueadas, é que se começou a cogitar de alguma coisa mais regular. Assim mesmo, ainda em 1810 observa-se que nas melhores estâncias só uma quarta parte do gado era manso; o restante vivia solto por ali, sem cuidado e em estado ainda bravio.

Vejamos mais de perto a organização das estâncias. Elas são, como notei, muito grandes, resultado de abusos que não foi possível coibir. Algumas são de 100 léguas (3600 km2). Cada légua pode suportar de 1.500 a 2.000 cabeças, densidade bem superior à que encontramos no Norte e em Minas, o que mostra a qualidade dos pastos. O pessoal compõe-se do *capataz* e dos *peões*, muito raramente escravos; em regra, índios ou mestiços assalariados que constituem o fundo da população da campanha. Seis pessoas no todo, em média, para cada lote de 4 a 5.000 cabeças. Não há mesmo serviço permanente para um pessoal mais numeroso; e nos momentos de aperto concorrem peões extraordinários que se recrutam na numerosa população volante que circula pela campanha, oferecendo seus serviços em to-do lugar, participando do *chimarrão* e do *churrasco21* aqui para ir pousar acolá, sempre em movimento e não se fixando nunca. Hábitos nômades e aventureiros adquiridos em grande parte nas guerras. Es-ta gente socialmente indecisa concorre sobretudo ao "rodeio", o 20 Notemos que depois de 1805 o Rio Grande também exportará charque em grande quantidade para Havana (Cuba).

21 Chimarrão é unia infusão de erva-mate, e constitui bebida popular muito difun-dida no Sul. Churrasco é a carne de vaca assada no espeto, alimento de base na região.

grande dia da estância que se repete duas vezes por ano, quando se procede à reunião do gado, inspecção, marcação e castração. Isto no meio de regozijos em que não faltam as carreiras de cavalos, o grande esporte dos pampas.

Além disto, os serviços regulares são de pequena monta: queimada dos pastos anualmente (para eliminação de pragas e para fornecer ao gado a forragem mais tenra dos brotos novos); uma vigilância relativamente fácil nestes campos despidos e limpos em que a rês não se pode esconder como nas brenhas do Nordeste, e onde os inimigos naturais são muito menos perigosos. O sal não é distribu-

ído regularmente: supre-o, em parte, o teor salino das pastagens expostas aos ventos marítimos que sopram nestas planícies despro-tegidas. Em suma, a pecuária rio-grandense nada tem de particularmente cuidadosa; é a natureza propícia que realiza o melhor, e o homem confia mais nela que em seus esforços. E por isso a sua produção não é brilhante; o gado aí é largamente inferior ao platino, cerca de 50% menos produtivo de carne apesar da semelhança das condições naturais[22].

A indústria de lacticínios não é muito desenvolvida, e está muito aquém da de Minas Gerais. Na exportação de fins do séc. XVIII o queijo figura nos quadros da capitania; mas no seguinte desaparece, e é substituído pela importação, embora em pequena quantidade. Lembremos mais que ao contrário do resto do país, aqui se produz e se consome a manteiga; diferença com certeza atribuível ao clima; só as temperaturas mais baixas do Rio Grande comportam um produto tão facilmente deteriorável pelo calor. Quanto aos demais subprodutos do boi, temos aqui, como nos demais casos similares, o couro, os chifres e as unhas; encontramos ainda na exporta-

ção rio-grandense um gênero em que ela é única na colônia: o sebo, empregado na indústria colonial para a fabricação da graxa que se utiliza sobretudo na cordoaria e mais apetrechos dos navios, e na manufatura de um grosseiro sabão. Esta produção de sebo se deve sem dúvida à qualidade do boi, que não é só o musculoso animal do sertão nordestino.

A par do gado bovino, criam-se no Rio Grande cavalos e sobretudo muares. Na capitania só se empregam os primeiros, sendo desprezados os outros, e mesmo considerado deprimente montados. É interessante fazer o paralelo entre as várias regiões do país nesta matéria dos animais de trabalho utilizados. Encontramos o cavalo no Norte, e a besta, no Centro; o cavalo reaparece no Sul. A topografia é certamente o fato decisivo nesta discriminação: às planí-

cies das chapadas do Norte e dos pampas meridionais, opõe-se a montanha do Centro-Sul onde a besta, mais lenta, mas muito mais forte e rude, presta melhores serviços. Mas quem a fornece é o Rio Grande, e através dele, os países platinos. O Rio Grande exporta, por terra naturalmente, de 12 a 15.000 bestas por

ano em princí-

pios do século passado; mas é difícil apurar quantas destas são naturais da capitania, e quantas contrabandeadas do Prata. De cavalos exportam-se apenas 4 ou 5 mil. O gado lanígero aparece em certa quantidade; mas não para a produção de carne (a carne de 22 O gado platino dava de 16 a 20 arrobas de carne; o rio-grandense não ia além de 8 a 10.

carneiro não se consome na colônia), mas de lã, com que se manufa-turam os conhecidos ponchos de que se vestem os peões e as classes baixas da população.

12

Súmula Geral Econômica

no Fim da Era Colonial

A ERA colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de quatorze anos depois. É que naquela primeira data se transfere para a colônia o governo português na pessoa do soberano reinante e de sua corte que fugiam aos exércitos napoleônicos invasores do Reino europeu. Esta transferência tornará o Brasil efetivamente autônomo, e as conseqüências do fato na sua economia são desde logo consideráveis. Convém portanto, nas vésperas desse momento, fazer um balanço geral da obra colonizadora, ver até que ponto chegara, e qual sua significação e estrutura.

A colonização ocupava então, de uma forma efetiva, apenas uma pequena parte do território que politicamente constituía o país.

Esta sua configuração política achava-se fixada pelos diferentes tratados do séc. XVIII (em particular os de Madrid, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777), e sua imensidade, mais de 8 e meio mi-lhões de km2, devia-se justamente à dispersão do povoamento que se espalhara muito, deixando por isso grandes vácuos onde às vezes nem o trânsito ou as comunicações denotavam a presença do colono.

Era apenas de 3 milhões o número de habitantes; como se vê, pouco mais de 0,3 por km2.

A maior concentração do povoamento é na faixa costeira; mas esta mesmo largamente dispersa. O que havia eram núcleos de maior ou menor importância distribuídos desde a foz do rio Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul. Mas entre estes núcleos medeava o deserto, que em regra não servia nem ao menos para as comunicações que se faziam de preferência por mar. Três daqueles núcleos são de grande importância: concentram-se em torno de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Dois outros seguem num segundo plano: Pará e Maranhão. Vem depois uma infinidade de outros de expressão pequena, se não ínfima, e distribuindo-se com freqüência vária entre aqueles núcleos maiores acima referidos, e para o sul do Rio de Janeiro.

Se não havia continuidade neste povoamento, havia pelo menos uma sucessão regular de centros povoados, um colar de núcleos coloniais que mantinham a coesão desta longa faixa de território litorâ-

neo de quase 6.000 km de extensão.

Para o interior, a irregularidade do povoamento é muito maior.

O que encontramos são apenas manchas demográficas, largamente dispersas e distribuídas, à primeira vista, sem regra alguma. No Extremo-Norte (na Amazônia), vimos o povoamento infiltrar-se ao longo dos cursos dágua numa ocupação linear e rala. No sertão nordestino são as fazendas de gado que concentram a população nas regi-

ões de maiores recursos naturais, em particular da água, tão escassa neste território semi-árido. No Brasil central, o povoamento se condensa em torno das explorações auríferas que se espalham largamente sobre 2.000.000 km2 de superfície, concentrando-se mais em três áreas distintas: Minas Gerais em primeiro e principal lugar; Goiás e Mato Grosso (norte), nesta mesma ordem, depois. Para o sul dos centros mineradores encontramos em primeiro lugar São Paulo, misto de zona agrícola e centro de comunicações que embora, até o fim da colônia, de importância secundária, começava já a se destacar e seria mais tarde a zona mais próspera, mais rica e mais povoada do Brasil. Finalmente para o sul, o povoamento quase desaparece no planalto interior para ir reaparecer no Extremo-Sul onde se localizam as estâncias de gado do Rio Grande.

É esta, em linhas gerais, a distribuição do povoamento brasileiro nos primeiros anos do século passado. Os diferentes setores que o compõem têm uma atividade econômica variável, vimo-lo já nos capítulos anteriores: as grandes lavouras tropicais, a cana-de-açúcar, o tabaco, o arroz, o anil, o algodão, ao longo do litoral; aquelas primeiras mais próximas do mar, a última um pouco mais arredada para o interior; a colheita de produtos naturais (sobretudo o cacau) no Extremo-Norte; a mineração do ouro e dos diamantes no Centro-Sul; a pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo-Sul. Estes são em suma, desprezados os pormenores, os gêneros de vida econômica da população colonial. Um traço os aproxima e sintetiza: é o caráter geral da economia brasileira, já assinalado na introdução deste livro, e que permanece apesar de todas as vicissitudes e incidentes de sua evolução; e que vem a ser a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento.

Este é o traço que sintetiza a economia brasileira no momento em que o país alcança a sua autonomia política e administrativa.

Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim. Nos capítulos anteriores já abordei as principais daquelas atividades que constituem o nervo econômico da colonização. Mas não é sem interesse sintetizar aqui algumas outras de segundo plano. Teremos assim um quadro aproximadamente completo da economia colonial.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Além da mineração do ouro e dos diamantes, e da coleta de produtos naturais na Amazônia, é interessante lembrar algumas outras produções extrativas que representam certo papel na economia colonial, mas que, por sua particularidade e vulto reduzido, não poderiam ser aqui tratadas com desenvolvimento. São elas a da madeira, da pesca da baleia, do sal e salitre, e finalmente da erva-mate.

De madeiras, já vimos a utilização do pau-brasil, que constituiu a primeira exploração regular do território brasileiro. Tal importância é insignificante. Madeiras para construção também foram sempre exploradas. Encontram-se espécies de esplêndida qualidade nas matas do litoral e na Amazônia. As desta última, contudo, se acham de tal forma dispersas em florestas densas onde preponde-ram outras espécies não utilizáveis e basta vegetação subarbores-cente, que o seu aproveitamento econômico é difícil. Serviram por isso muito mais as matas litorâneas de melhor qualidade e acesso mais fácil. Sua utilização (além do consumo local) é sobretudo pa-ra a construção naval, e houve estaleiros de relativa importância na Bahia e no Maranhão. Em fins do séc. XVIII as madeiras do Brasil passam a um importante plano das cogitações da administração.

Desleixadas até então, apesar das leis que restringiam o desperdí-

cio e que nunca foram efetivamente aplicadas, elas avultam por es-ta época nas providências administrativas da metrópole; sobretudo porque se tratava de reconstruir a decadente e já quase extinta marinha portuguesa. Liga-se isto ao grande programa de reformas e reerguimento do Reino, lançado por Pombal (que governou como ministro onipotente de D. José I de 1750 a 1777), continuado parcialmente e mal depois dele, e que procurava aproveitar-se da posi-

ção singular do Reino nos mares, livre das hostilidades em que se debatiam as demais e mais poderosas potências ultramarinas da Europa. Para aquela restauração naval portuguesa, a colônia americana devia contribuir com suas madeiras. E de fato assim se fez, ob-servando-se no Brasil um recrudescimento de atividades neste terreno, tanto no corte de madeiras como na construção de

embarca-

ções, algumas de certo vulto. A indústria, no entanto, não tomou pé. Por falta de técnica e de organização eficiente, manteve-se estacionária depois do primeiro surto, e vegetou daí por diante. O

aproveitamento das madeiras do Brasil tornar-se-á mais intenso depois de 1810, quando é dada aos ingleses a autorização de explorar as matas da colônia.

A pesca da baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Exis-tiam na segunda metade do séc. XVIII diferentes armações para a pesca espalhadas da Bahia até Santa Catarina, sendo estas últimas as mais importantes. Constitui a pesca monopólio da coroa, concedendo-se por contrato a concessionários privilegiados. Chegou a ter certa importância, mas decaiu nos últimos anos do século quando os baleeiros ingleses e norte-americanos começaram a operar nas ilhas Falkland, impedindo que as baleias nas suas migrações hiber-nais chegassem, como era dantes seu costume, até as costas do Brasil. Reduziram eles aliás, consideravelmente, a espécie pela devastação praticada em larga escala e com processos aperfeiçoados de pesca. Em 1801, não encontrando mais pretendentes ao contrato das baleias, a coroa abandona o monopólio, tornando-se a pesca livre. Ela ainda se manteve, embora sempre em declínio acentuado, até desaparecer lá pelo terceiro decênio do século passado.

Sobre o sal já fiz referência à exploração das salinas do rio São Francisco (cap. 8). Sal de rocha também se extraía em Mato Grosso, mas em escala ínfima. Mais importante é a produção de sal marinho, que se fazia em vários pontos da costa, desde o Maranhão até o Rio de Janeiro. O sal constituía monopólio da coroa, tendo sido um dos mais pesados e onerosos que a colônia teve de suportar, pois afeta um gênero de primeira necessidade, encarecendo-o consideravelmente. Para defender o monopólio e proteger produção similar portuguesa (a indústria salineira foi uma das mais importantes de Portugal) dificultava-se o mais possível a produção brasileira, e esta só se fazia contra obstáculos enormes e persegui-

ção tenaz. Se se manteve apesar disto, é que a falta de sal e seu preço, bem como o abuso e desleixo dos contratadores eram tais que a repressão ao contrabando se tornava difícil, e de uma forma completa, impossível.

Explorou-se também na colônia o salitre. Desde meados do séc.

XVIII encontram-se iniciativas oficiais neste sentido no interior da Bahia onde se descobrem ocorrências, se bem que pobres, do mineral. Mas não tiveram sucesso. Mais. tarde, por iniciativa particular, extraiu-se o salitre em escala

comercial nas margens de um pequeno afluente do rio São Francisco, na Bahia; e também na parte setentrional de Minas Gerais. A produção, sobretudo deste último setor, chegou a certo vulto, e fornecia as manufaturas reais de pólvora que havia em Vila Rica (hoje cidade de Ouro Preto) e no Rio de Janeiro. Exportava-se também, o que foi proibido em 1810, com grave dano da indústria, que aliás já se achava decadente pelo esgotamento das jazidas.

A erva-mate (Ilex paraguayensis, St. Hilaire)23 é encontrada em estado nativo nas matas do rio Paraná, bem como nos Campos Gerais do sul da colônia (território do atual Estado do Paraná). Foi explorada desde o séc. XVII pelos jesuítas, que tiveram aí algumas das suas missões indígenas. A colheita e preparação da erva-mate tomou depois vulto, e constituía uma das principais ocupações no distrito de Curitiba. Interessante notar que o consumo do produto se vulgarizou muito mais nos países platinos; Buenos Aires e Montevidéu serão os principais compradores da produção brasileira. No Brasil, afora as regiões produtoras, ele era desconhecido; e até hoje ainda se consome muito pouco no país.

ARTES E MANUFATURAS

É preciso reservar aqui um parágrafo especial às artes mecâ-

nicas e às manufaturas. Não que tivessem importância apreciável, 23 A infusão das folhas da erva-mate constitui uma bebida semelhante ao chá, de largo consumo no sul do Brasil, nos países platinos e no Paraguai.

pois a maior parte dos produtos manufaturados de consumo da colô-

nia se importavam do exterior, e a produção local é insignificante; mas porque representam uma função particular com características próprias, bem como porque compreendem uma categoria à parte e individualizada da sociedade colonial.

Precisamos começar nesta matéria por distinguir os centros urbanos da zona rural. Os ofícios mecânicos se exercem diferentemente nestes dois setores. Fora das grandes aglomerações, de que me ocuparei depois, as artes mecânicas e industriais constituem um simples acessório dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração.

Para o manejo destes, ou para atender às necessidades de seus numerosos moradores — proprietário e sua família, escravos e outros trabalhadores — torna-se necessário por motivo das distâncias que os separam dos centros populosos, mercê da extensão dos domínios, ou por outras considerações de ordem prática e econômica, a presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, freqüentemente, até de manufaturas de pano e vestuário. Em certas regiões ainda, como em Minas Gerais, onde há ocorrências de minérios de ferro, encontra-se mesmo, por vezes, uma pequena metalurgia para consumo interno do estabelecimento.

Esta pequena indústria doméstica entregue a escravos mais há-

beis,24 ou às mulheres da casa — como fiação, tecelagem e costura —

, embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes domínios rurais, já assinalada mais acima noutros setores, e que representa traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia. Além disto, constitui o embrião de uma indústria de mais vulto e expressão que infelizmente a política da me-trópole, bem como outros fatores que assinalarei adiante, fizeram gorar no seu nascedouro.

Como atividades autônomas, os ofícios aparecem, fora dos centros urbanos, nestes artesãos ambulantes que de porta em porta oferecem seus serviços. Destes, os mais freqüentes são os ferreiros que se ocupam sobretudo em calçar as bestas das tropas que circulam pelo interior. Mas é naturalmente nos centros urbanos de maior importância que as profissões mecânicas são mais numerosas; profissões propriamente, desligadas de outras atividades e autônomas, como não se dá em regra no campo.

Ocupam-se nelas, geralmente, os mulatos, que são, ao que parece, os mais hábeis entre os nacionais. Como é regra universal da época, encontram-se as profissões organizadas em corporações. Nada há de particular neste terreno que nos diga respeito: as corporações são dirigidas por juízes e escrivães eleitos por seus pares, e funcionam, no mais, em princípio pelo menos, como suas similares da Europa. Em princípio apenas, porque os laços são menos estreitos, a regulamentação mais frouxa e a fiscalização menos rigorosa; em suma, uma liberdade profissional muito mais ampla e ainda desconhecida na Europa.

Os artesãos coloniais fazem-se geralmente auxiliar por escra-24 No caso da metalurgia, sabe-se que muitos povos africanos a praticavam no seu continente. Os escravos trouxeram para cá sua habilidade nativa que prestou grandes serviços aos colonos.

vos. Não pode haver dúvida de que tal oportunidade que lhes oferece o regime servil vigente tenha tido influência muito prejudicial na formação profissional da colônia, pois contribui para dispensar a aprendizagem de meninos e adolescentes, o que neste terreno, co-mo se sabe, sempre teve em toda parte, e ainda tem, papel considerável na educação das novas gerações de artesãos e no desenvolvimento das artes mecânicas. Outra categoria de artífices — embora mais freqüente em atividades brutas e de esforço puramente físico

— são "os escravos de serviço", isto é, que seus senhores alugam, fazendo disto um ramo particular de negócio muito difundido nas grandes cidades coloniais. Existem mesmo escravos educados e preparados especialmente para este fim.

Pequenas indústrias indispensáveis, bem como outras que constituem especialidades locais, disseminam-se pela colônia. São, entre elas, as olarias para a fabricação de telhas25 e as caieiras para a preparação da cal. No litoral empregam-se nesta preparação como matéria-prima as conchas de ostreiras, os sambaquis, que são abundantes em alguns setores da costa brasileira até hoje.

A cerâmica é largamente disseminada. É uma arte que os índios conheciam, e embora perdessem com o contacto dos brancos muito da sua habilidade e

espontaneidade nativas, foram nela empregados em grande escala pela colonização. Os curtumes se disseminam nas re-giões ou centros de grande comércio de gado: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro. Acrescentem-se a esta lista de indústrias algumas manufaturas de cordoaria, como as do alto Amazonas, onde se emprega na fabricação a fibra da piaçabeira, considerada mais resistente que o cânhamo; os cabos e cordas aí produzidos se empregavam nos arsenais de Belém, e se exportavam mesmo em pequena quantidade para o exterior.

A lista poderia ser alongada; mas o que aí está serve para dar uma idéia do caráter da indústria colonial em princípios do século passado. Destaquemos dois setores mais importantes: as manufaturas têxteis e do ferro. Em ambas a colônia contava com matéria-prima abundante e um mercado local relativamente grande. Já assinalei estas indústrias nos grandes domínios, incluídos na sua organiza-

ção e produzindo só para eles. Mas iniciadas aí, sua tendência era para se libertarem destes estreitos limites domésticos, tornarem-se autônomas, verdadeiras manufaturas próprias e comercialmente organizadas. Isto é particularmente o caso da indústria têxtil.

Sobretudo em Minas Gerais, e também na capital, Rio de Janeiro, aparecem na segunda metade do séc. XVIII manufaturas autônomas e relativamente grandes. Mas seu progresso não será de longa dura-

ção. Temendo por motivos políticos o desenvolvimento da indústria colonial, e alarmada também com a concorrência que iria fazer ao comércio do Reino, a metrópole manda extinguir em 1785 todas as manufaturas têxteis da colônia com exceção apenas das de panos grossos de algodão que serviam para vestimenta dos escravos ou se empregavam em sacaria. Era o golpe de morte na indústria da colô-

25 Mas não de tijolos cozidos que não são empregados na construção colonial; em lugar deles emprega-se simples barro amassado, sustentado por um engradamento de madeira, nas mais rústicas, ou taipa (barro amassado e armado com formas), nas melhores; bem como o adobe, que é o tijolo cru apenas seco ao sol.

nia; e isto apesar da exceção que a lei incluíra, à sombra da qual se pôde manter um fio de vida precária e incerta.

Quanto à indústria do ferro, não ficou ela atrás na persegui-

ção que lhe moveu a administração colonial. Favorecia-a, em certas regiões de Minas Gerais, não só a abundância de minérios ricos e facilmente exploráveis, como o alto preço do ferro e das ferramentas, onerados como estavam por direitos elevadíssimos de entrada no país e na capitania, bem como pela dificuldade de transporte da mercadoria. Estas circunstâncias muito estimulavam a indústria, proporcionando-lhe bastante perspectivas; o consumo de ferro na mineração era avultado. E não fosse a tenaz oposição oficial, ela teria com certeza tomado importância. Mas esta foi tremenda; o simples fato de saber fundir o metal era suficiente muitas vezes para tornar alguém suspeito de idéias extremadas e subversivas, sujeitando a vítima a toda sorte de perseguições. Temia-se a concorrência numa mercadoria que embora não fosse natural do Reino, dava grandes lucros ao seu comércio; e se temia também a sempre perigosa independência econômica da colônia, prelúdio da política.

A metalurgia foi entretanto mais feliz que a manufatura de tecidos, e beneficiou-se antes desta aragem de liberalismo e maior clarividência nos assuntos coloniais que começa a soprar na me-trópole desde os últimos anos do séc. XVIII. Já em 1795 permite-se francamente o estabelecimento das manufaturas de ferro. Mas depois de sofrer tamanha perseguição, não era de esperar desde logo um surto de grandes proporções. Contudo as forjas em que se trabalha-va com ferro indígena, e também com o importado, se multiplicaram em Minas Gerais produzindo instrumentos de trabalho e ferraduras, os gêneros de maior consumo no ramo.

Lembremos ainda o caso similar do ofício de ourives, que também sofreu tenaz oposição porque facilitava o descaminho do ouro, permitindo fraudar o pagamento do quinto. O exercício da profissão foi proibido em Minas Gerais em 1751, sendo todos os ourives mandados sair da capitania. Em 1766 a medida será ampliada e estendi-da para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Em suma, achava-se ainda a indústria brasileira, em princípios do século passado, em seus primeiros e mais modestos passos. É

mesmo só com esforço de imaginação que podemos assimilar as rudimentares atividades descritas com o que propriamente entendemos por "indústria".Vimos a parte de responsabilidade que cabe por is-so à política metropolitana e que não é pequena. Mas seria um erro atribuí-lo unicamente às leis e atos oficiais que não constituem senão um aspecto, e dos menos profundos, do sistema geral que presidiu à colonização do Brasil. Se a situação política e administrativa do país, simples colônia de uma metrópole ciosa de seus privilégios e de vistas muito pouco largas, constitui óbice muito sério oposto ao seu desenvolvimento industrial, muito mais contribuiu para isto o regime econômico, matéria em que não

teríamos aqui senão de repisar considerações já feitas acima e que mostram os estreitos horizontes desta colônia produtora de alguns gêneros tropicais destinados precipuamente à exportação.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Houve quem afirmasse que "o caminho cria o tipo social"; certo ou errado, uma coisa entretanto é sem dúvida verdadeira: a influ-

ência considerável que as comunicações e transportes exerceram sobre a formação do Brasil. As distâncias enormes, os obstáculos opostos ao trânsito num território como o nosso, de relevo acidentado, de coberturas florestais, nos pontos estratégicos, de difí-

cil penetração, com uma linha costeira tão parcamente endentada, e rios, com poucas exceções, de curso cheio de acidentes e traçado infeliz para os rumos que a colonização tomou; de tudo isto vão resultar comunicações difíceis e morosas que imprimem às relações da colônia um ritmo lento e retardado, responsável certamente em grande parte por este tom geral de vida frouxa que caracteriza o país.

Para compreender o sistema de comunicações da colônia, ve-jamos, em síntese, como se formou e evoluiu. O seu desenvolvimento acompanha naturalmente a progressão do povoamento. Este se instala primeiro no litoral, e partindo daí, penetra o interior, ou progressivamente (com se deu com as fazendas de gado do Nordeste), ou bruscamente, espalhando por ele núcleos mais ou menos afastados do mar (o caso das minas de ouro é característico desta forma de dispersão do povoamento). As vias de comunicação terão estas mesmas direções iniciais. Algumas se farão por água, como no Amazonas; a maior parte, contudo, será por terra, porque com a exceção citada, nenhum outro grande rio ou sistema hidrográfico aproveitável desemboca na costa brasileira; particularmente na proximidade dos grandes centros litorâneos em que se fixou a colonização: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro.

Estas vias penetradoras, sejam por terra, sejam pelos rios, e que articulam e ligam o litoral com o interior, todas elas independentes entre si, vão dar numa disposição fragmentária das comunicações em que cada qual, por si e sem conexão direta com as demais, forma um pequeno sistema autônomo constituído de seus dois extremos, litoral e interior, ligados pela via e levando uma vida mais ou menos à parte. Esses sistemas se sucedem de norte a sul ao longo de toda costa brasileira, desde o mais setentrional, instalado na bacia amazônica, até o último ao sul, no Rio Grande. Eles se articulam entre si, a princípio, unicamente

pela via marítima, que é a que mantém a unidade de todo. Mas à medida que o povoamento penetra o interior, e com ele as vias que o acompanham, estas, embora partindo de pontos do litoral às vezes muito apartados um do outro, acabam convergindo no interior. Este fato, que terá grande importância na cimentação interna e unidade do país, se de-ve a duas circunstâncias geográficas particulares: em primeiro lugar, à configuração geral do território brasileiro, limitado por uma linha costeira que muda abruptamente de direção na altura de 5º Lat. S. onde passa de NO a NE. Embora mantendo a perpendicula-ridade à costa, as vias de penetração partidas respectivamente do litoral norte e leste, acabarão naturalmente unindo-se no interior. É o que se observa efetivamente no território do Nordeste brasileiro, desde o Maranhão até a Bahia, onde vamos encontrar uma série de circuitos que pelo interior unem, entre si, os núcleos das costas leste e norte. No mapa o leitor poderá acompanhar estes circuitos.

RIO AMAZONAS
Belém
PARÁ
MARANHÃO
CEARÁ
RIO MADEIRA
RIO TAPAJOZ
RIO ARAGUAIA
RIO TOCANTINS
PIAUÍ
PERNAMBUCO
Recife
RIO S. FRANCISCO
Baía
Cuiabá
GOIAZ
MATO GROSSO
RIO PARAGUAI
MINAS GERAIS
RIO TIETÊ
S. PAULO
Rio de Janeiro
RIO PARANÁ
RIO GRANDE
DO SUL
Pôrto Alegre
RIO URUGUAI

O outro fator de convergência das linhas penetradoras é o curso dos grandes rios, e portanto a orientação do relevo, que diri-giram a marcha do povoamento. Verificamo-la nas vias que do litoral Centro-Sul demandam as capitanias de Goiás e Mato Grosso, e que aí se encontram com outras que no litoral Extremo-Norte penetram pelo Amazonas, tomando em seguida pelos grandes afluentes da margem direita deste: o Tocantins, o Tapajós e o Madeira, cujas cabeceiras são naquelas capitanias.

Traçado esquemático das grandes comunicações internas, terrestres e fluviais, do Brasil colônia.

Constituem-se assim as grandes linhas de comunicação trans-continental que de costa a costa, pelo interior da colônia, a entrelaçam de norte a sul num vasto sistema que duplica a linha ma-rítima e costeira, a única existente de início. Tal processo, que vem desde os primeiros anos da colonização, completando-se por partes sucessivas, chega a seu termo na segunda metade do séc.

XVIII. É neste momento que se abrem as comunicações pelos grandes tributários do Amazonas (Tocantins, Tapajós, Madeira). Estava realizada a grande obra de articulação interior de todo o território da colônia. Pela mesma época instalar-se-á também um caminho terrestre ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, e englobando assim no sistema de comunicações interiores do Brasil a sua extremidade meridional.

É esta, em linhas gerais, a estrutura fundamental da viação interna do país. Pode-se desde logo imaginar, dada a sua considerável extensão relativamente à reduzida população colonial, suas precárias condições técnicas. Dois tipos de vias eram utilizadas: fluviais e terrestres. Os rios brasileiros, como referi acima, são com raríssimas exceções muito impróprios à navegação. Salva-se unicamente uma parte (se bem que considerável) da bacia amazônica.

Quase todos os demais rios brasileiros, correndo em território em regra muito acidentado, têm seu curso interrompido continuamente por saltos e corredeiras. Daí a impossibilidade do emprego de embarcações de vulto, pois é necessário contornar aqueles obstáculos por terra, levando às costas as barcas e suas cargas. Acresce que apesar do volume das águas, elas se espalham freqüentemente em superfície, dando calado pequeno. Usam-se por isso "canoas", tipo de embarcação indígena de fundo chato, talhada num único tronco in-teiriço de árvore, e que oferece por isso dupla vantagem: grande resistência e pequeno calado. Há canoas cujo comprimento atinge 50

a 60 pés, com 5 de largo, e 3 a 4 de fundo.

A navegação ainda é dificultada pela extrema irregularidade do regime fluvial em clima tropical como o do Brasil. Na estação das chuvas, as águas se avolumam e tomam caráter semitorrencial; na seca, pelo contrário, o leito do rio fica meio descoberto, as rochas do fundo afloram na superfície, semeando o percurso de obstá-

culos perigosos, não raro intransponíveis, e as águas não dão mais calado nem para embarcações reduzidas.

Há que acrescentar ainda as dificuldades da travessia de territórios desertos imensos, sem quaisquer recursos próprios, e contando ainda, muitas vezes, com a hostilidade das tribos indígenas selvagens. Apesar de tudo isto, as vias fluviais se empregaram regularmente, não apenas para expedições ou comunicações esporádicas, mas para relações normais de comércio e intercâmbio entre as diferentes regiões da colônia. Há percursos de milhares de quilô-

metros que se fazem assim regularmente, levando meses de viagem. É

o caso, por exemplo, das ligações entre São Paulo e Mato Grosso, onde se utiliza o rio Tietê até o Paraná, subindo-se pelos afluentes da margem direita deste, passando depois por terra aos rios da bacia do Paraguai, e alcançando então Cuiabá, que era o centro e capital da região mineradora de Mato Grosso. Outros percursos regulares eram pelas centenas de quilômetros do Araguaia, Tocantins, Tapajós e Madeira, afluentes do Amazonas. Somente neste último, e no baixo curso de seus tributários, a navegação se tornava fácil, e o curso fluvial não oferecia dificuldades.

As vias por terra não eram mais cômodas. Não havia recursos para construir em extensões tão consideráveis estradas regulares, e assim, salvo nas áreas de terreno plano e onde a cobertura vegetal era pouco densa — como no Nordeste e no Extremo Sul — as dificuldades de trânsito não eram pequenas. Os caminhos não passavam de veredas estreitas, acidentadas e tortuosas; e como seu leito não era revestido, transformavam-se com a chuva em lamaçais intransponíveis. Pontes eram quase inexistentes e os rios se passavam em geral a vau, o que obrigava muitas vezes a voltas consideráveis em busca de lugares próprios para a travessia. Nestas condições não era possível o emprego de veículos, que de fato são muito raros na colônia. O transporte se fazia praticamente todo no dorso de animais; o cavalo se empregava de preferência, como já referi, no Nordeste e no Extremo-Sul; nas zonas montanhosas do centro, este papel cabe ao burro. Na Amazônia, as comunicações não se fazem por terra, o que é impedido pela densa mata que cobre a maior parte da região. Os rios são as únicas vias transitáveis.

Apesar de todas estas insuficiências, o sistema de viação interna do país representa um grande papel na vida e na economia da colônia. Não terá nunca, é certo, a importância das ligações marí-

timas, bastando para isto o fato de se concentrar na costa a maior parte da população colonial. Mas apesar disto, a circulação interior está longe de ser desprezível. Em primeiro lugar porque se situam longe da costa os centros mineradores, onde se aglomerava um povoamento relativamente denso. Doutro lado, é do interior que provinha o gado com que se sustentava a população, litorânea. Finalmente a precariedade da navegação marítima numa costa pouco endentada como a brasileira, e desprovida de bons portos naturais em número apreciável, bem como um regime de ventos em muitos casos desfavorável, fizeram preferir freqüentemente as comunicações internas, mesmo entre pontos apartados do litoral. O sistema de via-

ção interna teve assim um importante papel, e contribuiu grandemente para a cimentação interior do pais e a coesão de seus tão esparsos núcleos de povoamento.

COMÉRCIO

A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares de produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume. O estudo do comércio colonial virá assim como coroamento e conclusão de tudo que ficou dito relativamente à economia do Brasil colônia.

Podemos desde logo prever o traço fundamental daquele co-mércio: ele deriva imediatamente do próprio caráter da coloniza-

ção, organizada como ela está na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional. É a exportação desses gêneros, pois, que constituirá o elemento essencial das atividades comerciais da colônia. O mais dispor-se-á em torno dela, em dependência direta ou indireta, mas sempre efetiva.

Para comprová-lo, procuremos retraçar as correntes do comércio colonial. Há que distinguir, em primeiro lugar, dois setores: o externo e o interno. Aquele, por motivos óbvios, nos é muito mais conhecido; naturalmente reteve todas as atenções dos contemporâ-

neos que compreendiam o seu papel, enquanto desprezavam o outro.

Deixaram-nos por isso, a respeito, uma documentação relativamente grande.

O comércio exterior brasileiro é todo ele, pode-se dizer, ma-rítimo. As nossas fronteiras atravessavam (como ainda atravessam) áreas muito pouco povoadas e de baixo nível econômico; isto quando não são inteiramente indevassadas, como acontecia com a maior parte delas. A colonização portuguesa vinda do Atlântico, e a espanhola, quase toda do Pacífico, mal tinham ainda engajado suas vanguardas, de sorte que entre ambas ainda sobravam vastos territó-

rios inocupados. Relações comerciais por ali não se podiam estabelecer. Além disto, as demais colônias nossas vizinhas não oferecem, relativamente ao Brasil, condições favoráveis ao intercâmbio: sua economia é semelhante à nossa, suas produções da mesma categoria. Acresce ainda o estado de hostilidade latente que sempre nos separou delas, reflexo da rivalidade das duas coroas metropolitanas e que somente nos tempos modernos desapareceu: hostilidade que sobretudo na segunda metade do séc. XVIII chegou freqüentemente às vias de fato, mantendo um estado crônico de guerra.

Há contudo algumas restrições a fazer. Assim no contrabando mais ou menos vultoso praticado nas fronteiras do Sul, por onde chegava ao Rio Grande o gado platino, particularmente as bestas muares; também das antigas missões jesuíticas dos Moxos (Bolívia), vinham-nos cavalos para Mato Grosso, comércio que se iniciou em 1771. Outras relações, estas um pouco mais freqüentes e regulares, faziam-se pelo alto Amazonas com as províncias peruanas de Mainas, Quichas e Macas, servindo de entrepostos para o comércio os portos fronteiriços e respectivamente luso-brasileiro e hispano-peruano de Tabatinga e Loreto. Os castelhanos desta vertente oriental dos Andes abasteciam-se, por esta via, das manufaturas européias que lhes chegavam mais facilmente pelo grande rio que pelas rotas ordinárias do comércio espanhol. Exportavam também por aí os seus produtos locais, de igual natureza, aliás, que os da parte brasileira da bacia amazônica. Pelo alto rio Negro (afluente amazônico da margem esquerda) espanhóis e portugueses também comerciavam um pouco.

Mas todo este comércio externo por via terrestre é em suma de pouca monta, desprezível mesmo. O que interessa realmente no assunto é o marítimo. Circunstância esta ditada por contingências geográficas e econômicas, e que tem grande significação política e administrativa, pois facilitou, pode-se dizer mesmo que tornou possível o monopólio do comércio da colônia que a metrópole pretendia para si. Foi bastante reservar-se a navegação, providência muito mais simples que uma fiscalização fronteiriça que teria sido difícil, se não impraticável, nos extensos limites do país. Tal privilégio da navegação, estabelecido desde o séc. XVII (cap. 6), manteve-se até 1808 quando a corte

portuguesa, transferindo-se pa-ra o Brasil, franqueia seus portos a todas as nações estrangeiras.

Mas até aquela data o privilégio da navegação, reservada para o pavilhão português, garantiu-lhe a exclusividade do comércio externo.

Contrabalançava em parte este privilégio o contrabando que sempre foi bastante grande para merecer citação especial. Já o vimos exercer-se através das fronteiras terrestres, e encontramos aí uma repressão muito débil, uma quase tolerância. Era-se mais severo com o contrabando marítimo; ele não deixou contudo de existir e tornou-se mesmo avultado e regular em fins do séc. XVIII. Praticavam-no sobretudo os ingleses, apesar dos privilégios excepcionais que gozavam em Portugal, e da quase vassalagem em que mantinham esse país desde a restauração da independência portuguesa em 1640; nem assim respeitavam suas leis, e o desprezo pelo aliado e amigo era tal que em Londres e outros portos se anunciava publicamente a saída de navios mercantes para o Brasil, como se se tratasse da coisa mais natural e legítima do mundo. O processo do contrabando era simples. Bastava, sob pretexto de arribada forçada, penetrar nos portos brasileiros, e aí, sob as vistas complacentes de autoridades subornadas26, descarregar a mercadoria trazida, e lotar os navios com os produtos da colônia.

Monopolizado legalmente pelos portugueses e contrabandeado pelos ingleses, tais são os caracteres gerais do comércio externo da colônia nas vésperas da abertura dos portos. Vejamos seu conteúdo.

A exportação consistia, não é preciso repeti-lo, nos gêneros tropicais, no ouro e nos diamantes cuja produção representa o fundamento econômico da colonização e a base em que assenta a vida do país. É daí o fato, entre outras conseqüências, de coincidirem os portos de exportação com as maiores cidades da colônia. É à qualidade de entrepostos do comércio exportador que devem sua importância centros como o Rio de Janeiro, Bahia, Recife (Pernambuco), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará): é nas proximidades e alcance deles que se concentram as maiores atividades da colônia, destinadas antes de mais nada à produção daqueles gêneros que se exportam.

O comércio de importação naturalmente também procura estes mesmos portos, centros que são das regiões de nível econômico mais elevado, e portanto de maior consumo. Constitui-se a importação, além de alguns gêneros alimentícios de luxo, como o vinho, o azeite de oliva e outros, de sal, gênero monopolizado, como vimos noutro capítulo; e sobretudo de manufaturas e metais, o ferro em particular. O ramo mais importante do comércio de importação é contudo o

tráfico de escravos que nos vinham da costa da África: representa ele mais de uma quarta parte do valor total da importação, ou seja, no período 1796-1804, acima de 10.000.000 de cruzados27, quando o resto não alcançava 30.000.000. É esta mais uma circunstância digna de nota que vem comprovar o caráter da economia colonial: o escravo negro quer dizer, sobretudo, açúcar, algodão, ou-ro, gêneros que se exportam.

26 A corrupção da administração portuguesa em geral, e da colônia em particular, foi sempre considerável.

27 Cruzado é uma antiga moeda portuguesa equivalente a 400 réis Passemos ao comércio interior que nos trará mais um pouco de luz sobre a essência da organização colonial. Não temos muitos dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno, e os contemporâneos nos deixaram poucas informações. Podemos contudo notar com absoluta segurança que o seu movimento principal é constituído ou por mercadorias que se destinam em última instância à exportação, ou aquelas que provêm da importação. São os gêneros que circulam do lugar de produção e das mãos do produtor para os portos de embarque e casas exportadoras; e as mercadorias estrangeiras que se distribuem daqueles portos pelo resto do país. O mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois, quanto às populações e estabelecimentos rurais, elas são em regra, a este respeito, autô-

nomas; o mesmo se dá com as pequenas aglomerações que se constituem, em geral, de habitantes do campo que as procuram só aos domingos e dias de festa. Os gêneros que esta gente não produz e precisa ir buscar no comércio não são senão os importados do exterior: ferro, sal, manufaturas. Assim o comércio interno, com exclusão do setor que vimos acima e que deriva do externo, só aparece com vulto ponderável na convergência de gêneros de subsistência para os grandes centros urbanos. Isto provoca um comércio de cabotagem mais ou menos importante ao longo de toda a costa brasileira, e que se dirige para as grandes cidades e portos do litoral. Aliás notei a insuficiência deste abastecimento e a carestia reinante, em regra, naquelas cidades.

O que realmente merece destaque neste terreno é o comércio de gado. Este sim tem um certo vulto no intercâmbio interno da colô-

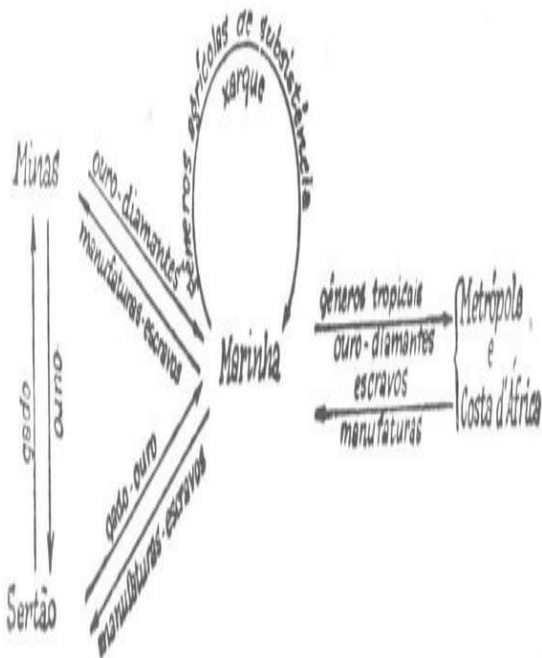
nia. E seu papel na formação do Brasil é considerável, pois estendendo-se sobre uma área muito extensa, como vimos, contribuiu grandemente para ligar entre si as diferentes partes do território brasileiro e seus núcleos de povoamento que de outra forma ter-se-iam conservado em segmentos estanques e sem possibilidades talvez de se unirem num bloco coeso, num único país, como se deu.

Paralelo ao comércio do gado, mas completamente diverso dele, desenvolveu-se o do seu substituto, a carne-seca do Rio Grande, o charque. Embora avultado, ele é muito simples e nada tem de particular, pois realiza-se inteiramente por via marítima, originando-se num único produtor e distribuindo-se mais ou menos exclusivamente pelo litoral. O interior da colônia não o consome, pois dispõe de uma produção local e própria de carne mais acessível.

Sumariando estes traços essenciais do comércio colonial, podemos retraçar em esquema as grandes correntes da sua circulação.

Distingamos para este fim três setores: marinha, que são as áreas de povoamento e atividade do litoral, produtoras de gêneros agrí-

colas destinados à exportação, e nas quais se localizam os grandes centros e portos do comércio exterior; sertão, áreas interiores de criação; finalmente, as *minas*.28 Teríamos assim, para a circulação comercial da colônia, o seguinte quadro:

28 Na marinha podemos incluir a Amazônia, pois efetivamente pela grandeza do rio, acessível a quaisquer embarcações de alto mar, ele tem o papel de um prolongamento do litoral. Note-se que esta classificação e estas designações são da épo-ca que nos ocupa, e aparecem tais quais nos escritos contemporâneos.

Podemos agora, com mais conhecimento de causa, sumariar o que já tenho referido por diversas vezes no curso deste trabalho; o caráter geral da colonização brasileira e seu sentido econômico.

Assinalei a natureza da economia colonial, empresa mercantil exploradora dos trópicos e voltada inteiramente para o comércio internacional, em que, embora

peça essencial, não figura senão como simples fornecedora dos gêneros de sua especialidade. Nos diferentes aspectos e setores da economia brasileira constatamos repetidamente o fato, que pela sua importância primordial merece tal destaque, pois condicionou inteiramente a formação social do país.

Observamo-lo no povoamento, constituído, ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outras raças dominadas e escravizadas, índios e negros africanos, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, ouro e diamantes que pediam os mercados europeus. O mesmo se deu na distribuição daquele povoamento, condensando-se exclusivamente lá onde era possível produzir aqueles gêneros e se pudessem entregá-los com mais facilidade ao comércio internacional. Na organiza-

ção propriamente econômica, na sua estrutura, organização da propriedade e do trabalho, encontramos ainda, dominante, aquela influência. E finalmente, neste quadro que sumaria as correntes do comércio colonial, e com elas a natureza da nossa economia, é a mesma coisa que se verificará.

Vemos nele a grande corrente de exportação dos produtos tropicais, do ouro e dos diamantes que se destinam, via metrópole, ao abastecimento do comércio internacional: é este o eixo das atividades coloniais, eixo em torno de que se agrupam todos os seus demais elementos. Em função dele, dispor-se-ão os outros setores acessórios do comércio da colônia, e que não têm outro fim que alimentar e amparar aquela corrente fundamental. O tráfico africano, em primeiro lugar, que fornece a mão-de-obra com que se produzem aqueles gêneros que a constituem; vem depois o abastecimento de produtos necessários à subsistência da população direta ou indiretamente aplicada na produção deles. Em proporções ínfimas, os que fazem um pouco mais agradável a vida daquelas que dirigem a empresa. É isto, em substância e nas finalidades, o comércio da colô-

nia.

Portugal, que se coloca a meio caminho daquela grande corrente de produtos tropicais, de ouro e de diamantes, far-se-á intermediário imposto entre a colônia produtora e os mercados de consumo. Enquanto mantém sua posição privilegiada de metrópole, prestes aliás a se extinguir no momento que nos ocupa, fruirá dela no má-

ximo: é graças a isto somente que contará como quantidade ponderá-

vel no concerto europeu. Os dados do comércio português da época são a este respeito meridianamente claros. Cerca de dois terços da exportação do Reino

para outros países se fazia com mercadorias da colônia; e os dados conhecidos não incluem o ouro e os diamantes, cuja produção, embora decadente no período que nos ocupa, contribuía ainda razoavelmente para a riqueza da metrópole. Ela se aper-ceberá aliás muito bem do que lhe trazia a colônia americana quando esta começa a se desprender. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abertos os portos da colônia logo em seguida, e rotos, se não legalmente, pelo menos de fato os la-

ços que a prendiam a Portugal, este sofrerá um abalo profundo de que não se erguerá mais; De grande potência que fora no passado (sée XVI), de medíocre em seguida, passará então definitivamente para um dos últimos lugares da Europa.

A ERA DO LIBERALISMO

1808-1850

Libertação Econômica

OS DOMÍNIOS coloniais ibéricos, isto é, das coroas espanhola e portuguesa representam, pode-se dizer que desde o séc. XVII, mas sobretudo no seguinte, um anacronismo. As duas decadentes monarquias ainda conservavam a maior e melhor parte de seus imensos do-mínios, incorporados na fase brilhante de sua história: sécs. XV e XVI. Situação anômala, porque já não correspondia mais ao equilí-

brio mundial de forças econômicas e políticas. Depois daquele passado já remoto do apogeu luso-espanhol, outras potências tinham vindo ocupar o primeiro lugar no plano internacional: os Países-Baixos, a Inglaterra, a França. No entanto, os domínios ibéricos ainda formavam os maiores impérios coloniais. Corpos imensos de cabeças pequenas... Sustentara-se a situação graças sobretudo às rivalidades e lutas que dividiam aquelas grandes potências. No séc. XVIII, uma delas, os Países-Baixos, é ofuscada; mas permane-cem em campo a Inglaterra e França, digladiando-se sem cessar. É

esta rivalidade que será a mais efetiva proteção dos impérios ibé-

ricos. Cada uma das duas monarquias se ampara num dos contendores: a Espanha, na França, Portugal, na Inglaterra. Foi-lhes possível assim atravessar mais ou menos incólumes um século de lutas, não sem sofrer por vezes amputações de certa gravidade.

A situação voltar-se-á inteiramente contra as monarquias ibé-

ricas na segunda metade do séc. XVIII. O antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial, e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial.

Até o séc. XVII o capital que domina de uma forma quase pura é o comercial. A indústria ainda não entrara na fase capitalista e se acha inteiramente nas mãos do artesanato. É apenas excepcionalmente que encontramos neste setor algumas primeiras formas de capitalismo, como na indústria têxtil dos Países-Baixos. Mas trata-se, ainda aí, do capital comercial, que fornecendo a matéria-prima aos artesãos e vendendo seus produtos acabados, interpõe-se como simples

intermediário entre o produtor e o mercado.

Somente no séc. XVIII se esboça um verdadeiro capitalismo industrial, isto é, aparece um capital industrial propriamente dito, autônomo e independente do comercial, e dedicado exclusivamente à produção manufatureira. É então que vai desaparecendo o artesão, o pequeno produtor independente que trabalha diretamente para o consumidor — excepcionalmente, como referi, para o grande comerciante

—, e que é substituído pelas grandes unidades produtoras, as manufaturas propriamente que reúnem grande número de trabalhadores, já agora simples assalariados, sob a direção de um patrão que dispõe do capital.

A indústria capitalista toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia européia. Resultará daí o declínio do antigo sistema colonial representado pelo pacto que é uma expressão perfeita do capitalismo comercial. O interesse do comércio no pacto é óbvio, pois o fim deste não é senão reservar para a metrópole, e portanto a seus comerciantes, o privilégio das transações coloniais em prejuízo dos concorrentes estrangeiros. E por isso o pacto se mantém enquanto o capital comercial domina. Mas para o industrial, sem interesse direto no comércio, e cujo único objetivo é colocar seus produtos, a situação criada pelo pacto é desfavorável. O monopólio comercial, de que não participa porque não é comerciante, não lhe traz benefício algum; e pelo contrário, restringindo as relações mercantis, efeito necessário de qualquer monopólio, dificulta seu acesso aos mercados que é tudo quanto o interessa. Para o industrial — naturalmente o industrial dessa primeira fase em que os mercados não faltam e quando o único problema é chegar a eles —, só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja por quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados mundiais.

O progresso do capitalismo industrial na segunda metade do séc. XVIII voltar-se-á assim contra todos os monopólios; e a destruição completa destes parece cada vez mais como condição necessária do seu desenvolvimento. Os impérios coloniais ibéricos, fundados puramente no monopólio, achavam-se por isso condenados.

Transformarem-se, adaptando-se à nova situação — como fez a Inglaterra com seus domínios, e também, embora menos acentuadamente a França —, não lhes era possível. Sua indústria não se desenvolvera, suas atividades giravam exclusivamente em torno do comércio colonial. Não podiam abrir mão de um privilégio que representava sua própria razão de ser, constituía o cimento

aglutinador de seus vastos domínios. E assim, quando em fins do sec. XVIII os conflitos internacionais se agravam, arrastando as monarquias ibéricas, elas não resistirão ao choque, e seu império se desagrega. Desta desagregação sairá a independência das colônias americanas; e para o mundo em geral, uma nova ordem. Terá sido removido afinal este obstáculo de dois impérios imensos que fechados hermeticamente dentro de um conservantismo colonial obsoleto, estavam obstruindo a marcha dos acontecimentos mundiais. Aos estanques impérios ibé-

ricos substituir-se-ão as livres nações ibero-americanas, abertas ao comércio e intercurso do universo. Desafogava-se o mundo, livre daqueles tropeços imensos que lhe embargavam o desenvolvimento.

A par destas forças exteriores e gerais que condicionam a libertação do Brasil, existem outras, internas, que lhes vieram ao encontro. Analisei no capítulo anterior a situação da colônia relativamente à sua metrópole, e por aí já se pôde verificar que Portugal chegara nestas relações ao limite extremo de sua capacidade realizadora e colonizadora. A sua obra, neste terreno, achava-se terminada; e o Reino se tornara em simples parasito de sua colônia. Protegido pelo monopólio comercial, impunha-se como intermediário forçado das suas transações, tanto na exportação como na importação. Simples intermediário, de fato, porque o Reino não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais que se destinavam sobretudo a outros mercados, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil. Simples intermediário imposto e parasitário.

Não é difícil avaliar como seria pesado para a colônia este domínio de uma metrópole empobrecida, e de recursos econômicos mí-

nimos. Nem aquele papel medíocre de mero intermediário ela estava em condições de preencher satisfatoriamente. A arruinada marinha mercante portuguesa atendia muito insuficientemente às necessidades da colônia; o que explica aliás o escandaloso contrabando referido anteriormente e a tolerância com que era admitido. E para proteger e manter este ineficiente comércio, Portugal via-se na contingência de impor à colônia as mais drásticas e severas medidas restritivas; impedir que ela substituísse com produção própria tudo quanto alimentava o comércio marítimo metropolitano: manufaturas, sal e outros gêneros vitais para a economia brasileira. Sem contar outros privilégios e monopólios que embaraçavam consideravelmente seu progresso.

O regime colonial representa assim no momento que nos ocupa, um obstáculo intolerável oposto ao desenvolvimento do pais. A situação se tornara tanto mais grave que por efeito dos estímulos que vimos anteriormente, as forças produtivas

do Brasil se encontravam em franca expansão; sentiam-se assim muito mais vivamente, às restrições de que o país era vítima. Será pelo favor de circunstâncias internacionais que este sistema de restrições cairá por terra; a começar pelo monopólio do comércio externo que é abolido em virtude de circunstâncias quase fortuitas. Mas, iniciada por aí a desagregação do regime colonial, o resto não tardará. Se-rá toda a estrutura que nos vinha de três séculos de formação colonial que é abalada: depois do monopólio do comércio externo e dos demais privilégios econômicos, virão os privilégios políticos e sociais, os quadros administrativos e jurídicos do país. Mais profundamente ainda, será abalada a própria estrutura tradicional de classes e mesmo o regime servil. Finalmente é o conjunto todo que efetivamente fundamenta e condiciona o resto que entra em crise: a estrutura econômica básica de um país colonial que produz para exportar e que se organizara, não para atender a necessidades próprias, mas para servir a interesses estranhos. É na base das contradições geradas por este sistema que resultará a paulatina transformação do regime, em todos seus aspectos, de colônia em na-

ção.

Todas estas transformações encontram-se mais ou menos maduras quando pelo favor de circunstâncias de caráter internacional que ocorrem nos primeiros anos do século passado, apresenta-se oportunidade favorável à sua eclosão. Desencadeiam-se então as forças renovadoras latentes que daí por diante se afirmarão cada vez mais no sentido de transformarem a antiga colônia numa comunidade nacional e autônoma. Será um processo demorado — em nossos dias ainda não se completou —, evoluindo com intermitências e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos.

É esta a linha de desenvolvimento que caracteriza a evolução brasileira desde princípios do século passado. Restringindo-nos embora unicamente a seus aspectos econômicos (que são o objeto deste trabalho), procuraremos acompanhá-la neste capítulo e nos que seguem.

Em 1807, para forçar a adesão de Portugal ao bloqueio continental decretado contra a Inglaterra, os exércitos napoleônicos invadem e ocupam o Reino. O Regente D. João, que governava em nome de sua mãe demente, a Rainha D. Maria, resolve, depois de longas hesitações entre a adesão ao sistema napoleônico e a fidelidade à sua aliada tradicional, a Inglaterra, emigrar para sua colônia americana. Fugindo diante do invasor, transporta-se com sua corte, grande parte do funcionalismo e uma comitiva imensa, (um total de cerca de 10.000 pessoas) para o Rio de Janeiro, que se transforma assim, de um momento para outro, em sede da monarquia portuguesa.

Este acontecimento, das mais largas conseqüências, seria o precursor imediato da independência do Brasil. É impossível deter-mo-nos aqui, sem sair do nosso assunto, nas diferentes repercussões de ordem política e social que ocasionou a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Interessam-nos somente as econômicas; são aliás as mais importantes e fundamentais. Deixando o Reino europeu ocupado pelos franceses, e fixando-se na co-lônia, o soberano rompia efetivamente todos os laços que ligavam o Brasil à sua metrópole. O mais seguiria quase automaticamente desta situação imprevista e revolucionária.

É assim que o Regente, apenas desembarcado em terra brasileira, e ainda na Bahia onde arribara em escala para o Rio de Janeiro, assina o decreto que abre os portos da colônia a todas as nações, franqueando-os ao comércio internacional livre. Destruía-se assim, de um golpe, a base essencial em que assentava o domínio colonial português. Medida de tamanho alcance, tomada assim de a-fogadilho, explica-se pelas circunstâncias do momento, pois o co-mércio português ultramarino achava-se virtualmente interrompido pela ocupação inimiga do território metropolitano; e a menos de isolar completamente o Brasil do mundo exterior, não havia senão franqueá-lo ao comércio e à navegação de outros países. A medida foi aliás tomada em caráter provisório (o texto do decreto o declara expressamente); e isto já mostra que não foi ditada por nenhuma alta consideração política ou por uma nova orientação impri-mida deliberadamente aos negócios coloniais, mas por simples contingências imperiosas do momento. Manter-se-á em vigor mesmo depois que os exércitos napoleônicos são definitivamente expulsos do território português (1809); mas isto é porque já não era mais possível voltar atrás.

É preciso lembrar aqui o papel da Inglaterra em todos estes acontecimentos. No conflito com Napoleão, que depois da ascensão de José Bonaparte ao trono espanhol e do tratado de Tilsit reunira a Europa toda no seu sistema de dominação continental, restara à Inglaterra apenas o aliado português. Aliado precioso, não somente pela brecha que por aí se abrira no bloqueio napoleônico, como pe-la base que os portos portugueses ofereciam para a esquadra britâ-

nica e suas operações navais. A Inglaterra lutou por isso até o fim para conservar Portugal na sua órbita de influência. Não pôde contudo oferecer-lhe auxílio eficaz contra os exércitos franceses que se apossam, quase sem resistência, do pequeno Reino.

Mas esta derrota será bem aproveitada pelos ingleses. Perdendo o Reino europeu, tratarão de compensar-se com sua grande colônia americana. Situação contemporânea e semelhante é a da Espanha com a ascensão de José Bonaparte a seu trono. A Inglaterra voltar-se-á imediatamente para as colônias espanholas,

e estava se preparando para intervir nelas quando a revolução na península modificou os planos primitivos. É aliás o próprio exército que se aprontava na Irlanda com destino à América que servirá na guerra peninsular.

Assim mesmo tentará aquelas duas pequenas expedições contra Buenos Aires e Montevidéu que a história registra.

O plano inglês de compensar-se de suas derrotas no continente europeu com a conquista das colônias ibero-americanas é óbvio. No caso do Brasil, as circunstâncias favoreceram e facilitaram este plano. Não precisará aí de exércitos e de intervenções armadas, pois o soberano português, temendo a sorte de Fernando VII de Espanha, entendeu mais conveniente aceitar o oferecimento inglês e embarcar sob proteção britânica para o Brasil. Conservava com isto sua coroa e títulos, mas terá cedido ao aliado inglês a sua independência e liberdade de ação. A monarquia portuguesa não será daí por diante mais que um joguete nas mãos da Inglaterra. O soberano permanecerá no Rio de Janeiro sob a guarda de uma divisão naval inglesa, aí estacionada permanentemente; e na Europa, serão os ingleses que se incumbirão de dirigir a luta contra a ocupação francesa. Um general inglês, Beresford, será o comandante supremo do exército português e o efetivo governador do Reino libertado em 1809.

A Inglaterra se prevalecerá largamente deste domínio; no que se refere ao Brasil, cuidará zelosamente de preservar a liberdade do seu comércio de que se fizera a grande beneficiária. A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses. Fazia-se impossível o retorno ao passado. E o Brasil entra assim definitivamente na nova etapa do seu desenvolvimento.

Desfazia-se a base essencial em que assentava o domínio metropolitano e que consistia, vimo-lo anteriormente, precisamente no monopólio do comércio colonial. Com a abertura dos portos brasileiros e a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa, contra que Portugal não se achava em condições de lutar, estava abolido de um golpe o que havia de realmente substancial na dominação metropolitana. Daí por diante esta se pode considerar virtualmente extinta.

A situação ainda se agrava com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810. O soberano português concede aí tais favores à sua aliada, que praticamente exclui Portugal do comércio brasileiro. No decreto de abertura dos portos fixara-se um direito geral de importação para todas as nações de 24% *ad valorem*. As mercadorias portuguesas seriam beneficiadas pouco depois com uma taxa reduzida de 16%. Pelo tratado de 1810, a Inglaterra obterá uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável portanto que a pró-

pria outorgada a Portugal. Tão estranha e absurda situação, que mostra a que ponto chegara a subserviência do soberano português e o predomínio da Inglaterra nos negócios da monarquia, manter-se-á até 1816, quando se equipararão as tarifas portuguesas às inglesas. Mas mesmo nestas condições de igualdade, Portugal não poderá lutar, com seus parcos recursos, contra o admirável aparelhamento comercial da Inglaterra, amparada por uma indústria nacional então sem paralelo no mundo e uma marinha mercante sem concorrentes. O

comércio e a navegação portugueses serão praticamente excluídos do Brasil.

Aos ingleses virão juntar-se, logo depois da paz na Europa (1815), as demais nações, a França em particular. Mas o que Portugal perdia, ganhava o Brasil. Aos precários recursos do pobre e rotineiro comércio português, mantido até então unicamente pelo privilégio do monopólio, substituem-se as largas possibilidades de um livre intercâmbio com todas as nações do mundo.

Paralelamente, ocorrem outras circunstâncias determinadas pela fixação da corte portuguesa no Rio de Janeiro que vão estimular as atividades econômicas do Brasil. Tornado em centro da monarquia, para aí aflui boa parte dos recursos e se concentram as atividades do império português, que embora tão decadente de seu antigo es-plendor, ainda conservava alguns domínios em todas as partes do mundo: além da Europa e América, na África e Ásia. A corte e a presença do soberano constituirão um ponto de referência e atração que centraliza no Rio de Janeiro a vida política, administrativa, econômica e financeira da monarquia. Também para boa parte da Amé-

rica meridional a capital brasileira será um centro de atração. As colônias espanholas que compunham os antigos vice-reinados de Buenos-Aires e do Peru, separadas da sua metrópole e ainda mal constituídas em nações independentes, orientam-se comercialmente, e muitas vezes politicamente também, para o Rio de Janeiro que arvo-rava o título prestigioso de sede de um trono europeu, e onde se instalara o quartel-general diplomático e do comércio inglês nesta parte do mundo. As íntimas relações do Brasil com aquelas colônias deixaram um testemunho concreto e sensível na circulação monetária do país que nesta época se constituirá em grande parte de pesos espanhóis de prata cunhados no Peru e que se batiam no Brasil com as armas e os valores portugueses.29

Além destes fatores que estimulam as atividades brasileiras, a fixação da corte no Rio de Janeiro terá na política do soberano influência muito favorável para a colônia. Ela será muitas vezes impressionada pelo meio e pelo ambiente em que se tomam as deliberações; pela ação dos interesses que cercam mais de perto o

Rei, e que embora portugueses de origem, se vão identificando com a colô-

nia pela longa permanência nela das principais personagens da monarquia. A evolução no sentido de ligar-se cada vez mais a esta nova pátria do exílio que é o Brasil, com o esquecimento paralelo do Reino europeu, é sensível em muitos daqueles elementos mais chegados ao trono e portanto de maior influência e prestígio polí-

ticos. A permanência da corte se prolongará por treze anos (1808-1821). Até 1815, o estado de guerra na Europa atemorizará o tímido 29 Os pesos espanhóis eram obtidos com o valor de 960 réis; adquiriam-se contudo por 820 a 830 réis, deixando pois uma boa margem de lucro para o Erário público.

Regente que não ousa por isso retornar à pátria abandonada, embora ela estivesse livre de inimigos havia seis anos. Depois daquela data, já os interesses de boa parte de sua larga comitiva de fidalgos e funcionários estarão de tal forma ligados ao Brasil, que se formará entre eles um forte partido oposto ao retorno. O Reino europeu, empobrecido e devastado pela guerra, não oferecia mais grandes atrativos; sobretudo em contraste com a colônia, jovem, pujante e cheia de promessas tentadoras. Muitas daquelas altas personagens terão adquirido propriedades no Brasil; outras casarão nas mais ricas famílias da colônia orgulhosas de se ligarem com grandes nomes da nobreza e da administração; boa parte organizará aqui definitivamente sua vida... Um dos mais influentes políticos portugueses da época, o Conde da Barca, que foi ministro de Estado e diretor geral da política portuguesa até sua morte, ocorrida em 1817, meter-se-á no Brasil em grandes negócios, adquirindo estâncias de gado no Rio Grande do Sul e envolvendo-se no comércio de couros. O próprio Regente, logo depois Rei D. João VI com a morte da Rainha sua mãe, ocorrida em 1816, não escondia suas preferências pela nova pátria. Homem pacífico e indolente por natureza, sorria-lhe muito mais a suave existência que desfrutava no Rio de Janeiro, longe dos angustiosos problemas em que se debatia a Europa, que enfrentar as atribulações e agitações que o esperavam em Lisboa. Somente se decidirá a partir quando a revolução portuguesa, vitoriosa em 1820, abala-lhe os fundamentos do trono e lhe põe em risco a coroa.

Nestas condições, é compreensível que a política e administra-

ção portuguesas com relação ao Brasil, caracterizadas até então pela ignorância completa de seus interesses próprios, e dominadas unicamente por influências metropolitanas, pendessem agora mais para a colônia. Assim se verifica efetivamente, pois ao mesmo tempo que vemos os interesses portugueses ao abandono (como se deu no citado exemplo das tarifas alfandegárias), os

brasileiros eram tratados com atenção. No terreno econômico, sucedem-se as medidas que não somente libertam a colônia dos entraves que três séculos de sujeição tinham acumulado em oposição ao seu livre desenvolvimento (entre outras a revogação da lei que proíbe as manufaturas), como também as que procuram estimular as atividades do país. Cons-troem-se estradas (as primeiras de boa qualidade no Brasil), melhoram-se os portos (como o de Recife), introduzem-se novas espé-

cies vegetais (entre outras o chá), promove-se a imigração de colonos europeus, tenta-se aperfeiçoar a mineração do ouro. Estes são apenas exemplos colhidos quase ao acaso. De um modo geral, a administração da corte portuguesa no Brasil velará, embora dentro das possibilidades limitadas de um aparelhamento burocrático oneroso, complexo e muito ineficiente, pelos interesses da colônia.

Os resultados, muitas vezes sobrestimados, não deixaram contudo de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil; e sobretudo assinalam um primeiro passo nesta grande transformação que se ia operar no país.

14

Efeitos da Libertação

O ESTÍMULO econômico trazido pela liberdade comercial e demais medidas resultantes da transferência da corte para o Brasil, se revela nos dados do comércio exterior, índice fundamental numa economia como a nossa. As estatísticas que possuímos para a época não são completas nem muito seguras. Pode-se contudo aceitar algumas pelo menos para orientação. Assim em 1812, a exportação cifra-se em cerca de 4.000 contos de réis, e a importação em 2.500; em 1816 estes números sobem respectivamente para 9.600 e 10.300; e em 1822 (ano em que foi proclamada a Independência), 19.700 e 22.500.

A ascensão continua em seguida ininterruptamente. Isto se deve em parte, é verdade, à desvalorização da moeda que em ouro vai num contínuo declínio. Mesmo contudo com esta desvalorização monetá-

ria, o progresso do intercâmbio exterior do Brasil é muito gran-de30.

Aliás o progresso econômico do país é geral, e em todos os setores sente-se o influxo da grande transformação operada pela revogação da política de restrições que até 1808 pesara sobre a co-lônia. O depoimento deixado por grande número de viajantes estrangeiros que por esta época percorreram o Brasil graças à tolerância antes inexistente e que agora lhes abria as portas do país, é o mais positivo e concludente. Mas este desdobramento de atividades econômicas não deixa de ser acompanhado de graves perturbações. A mais geral e profunda observar-se-á na balança comercial externa.

Dentro da antiga mediocridade da vida colonial, e graças a ela, achavam-se ao menos equilibradas as nossas contas externas. A uma produção embora sem grande vulto, e ainda amputada largamente no seu valor e rendimento pelos proveitos extorsivos do comércio português e pela voracidade do fisco, que drenavam para a metrópole boa parte deles, correspondia um padrão de vida na colônia também medíocre. A pequena entrada efetiva de numerário era assim compen-sada por importações também reduzidas.

A franquia dos portos e a transformação dos hábitos que resulta dos novos contactos com o estrangeiro e do exemplo de uma corte que embora longe de faustosa, aberrava contudo inteiramente de quanto a colônia conhecera até então, estimulam largamente as necessidades e o consumo do país; e isto muito mais ativa e rapidamente que sua capacidade produtiva, cujo progresso dependia de fatores mais complexos que operariam lentamente. Deriva daí, como

conseqüência imediata que se faria profundamente sentir, o desequilíbrio da vida financeira do país. O comércio internacional do Brasil se torna quase permanentemente deficitário. Entre 1821 (a 30 Em libras esterlinas-ouro os dados são os seguintes: ANOS

EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO

1812........................ 1.233.000 770.000

1816........................ 2.330.000 2.500.000

1822........................ 4.030.000 4.590.000

partir de quando possuímos estatísticas anuais e regulares) e 1860

(quando por causas que ainda veremos a situação se inverte) só excepcionalmente ocorrem anos com balanços positivos; e este período se encerra com um *deficit* global de 233.923 contos de réis. E notemos que aí não está computada a importação de escravos africanos que representa cifras consideráveis, embora difíceis de precisar.

Podem-se avaliar as perturbações produzidas por este desequilíbrio comercial crônico num país que não contava com outros in-gressos exteriores normais além dos provenientes da exportação. O

deficit será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos, que efetivamente começam a encaminhar-se para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isto representava apenas solução provisória que de fato ia agravando o mal para o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortizações, e portanto novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas. A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves perturbações; e estas se verificarão cada vez que por um ou outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo.

Mas este mesmo afluxo não impedirá a drenagem de todo ouro existente e daquele que continuava a ser produzido no país. Pouco depois da transferência da corte, o ouro terá desaparecido da circulação, e a produção das minas brasileiras, aliás muito reduzida, não chegava nem a aparecer nela. Substituem-no a princípio os já referidos pesos espanhóis de prata; mesmo estes contudo começarão logo a escassear, e em seu lugar aparecerá uma moeda depreciada de cobre; e finalmente papel-moeda de valor instável e sempre em acelerado

declínio.

Nestas condições toma-se evidentemente impossível o estabelecimento de um sistema monetário sólido e são. Já não me refiro ao controle do volume da circulação que dependerá sempre de circunstâncias ocasionais e estranhas às verdadeiras necessidades das transações; mas ao valor da moeda cujas oscilações serão da maior violência e precipitando-se numa rápida linha descendente. Em 1808

o mil-réis valia em moeda inglesa (é a equivalência oficial usada em nosso câmbio até a última guerra), 70 dinheiros; em 1822 já estava a 49; e em 1850 caíra para 28, já tendo estado antes (em 1831) a 20, mínimo do período que nos ocupa. É somente na segunda metade do século que se conseguirá uma relativa estabilidade por motivos que ainda havemos de analisar.

Outra grave perturbação provocada pela fraqueza comercial, ocorrerá em certos setores da produção nacional. Afora a produção dos gêneros destinados à exportação, a economia brasileira não poderá concorrer com as mercadorias importadas do estrangeiro. Ao decretar-se a liberdade do comércio estabelecera-se, como vimos, uma pauta geral *ad valorem* de 24% sobre todas as importações. Veio depois a tarifa preferencial outorgada à Inglaterra de 15%, privilégio concedido com caráter permanente e que o Império independente respeitará. E assim, quando o Brasil depois da Independência assinou tratados de comércio com as demais nações31, foi obrigado a conceder-lhes igual tratamento, pois a situação anterior de desi-gualdade em favor da Inglaterra em nada beneficiava o país e apenas assegurava um quase monopólio aos ingleses.

Ficou portanto estabelecida na taxa ínfima de 15% a pauta geral das alfândegas brasileiras32. Só em 1844 ela será modificada, contra os veementes protestos, aliás, das nações estrangeiras, da Inglaterra em particular. Mas enquanto perdurou a tarifa primitiva, tornou-se impossível desenvolver a produção nacional num país como o Brasil, pobre de recursos, de defeituosa organização produtiva, frente à concorrência quase sem restrições da produção estrangeira. A produção brasileira reduzir-se-á cada vez mais aos poucos gêneros de sua especialidade e que se destinavam à exporta-

ção. Prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial a que já nos temos repetidamente referido. O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, as-sistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de

resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação.

Aperfeiçoa-se e se completa mesmo tal sistema. Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português tinham operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre in-dústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, mesmo nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fator que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos.

Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defunto, refere um contemporâneo, chegar-nos-ão da Inglaterra já estofados e prontos para serem utilizados. E esta situação tenderá sempre a se agravar com o correr dos anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da in-dústria européia e conseqüente barateamento e melhoria dos seus produtos. O artesão brasileiro, que por força das circunstâncias e ambiente desfavorável terá ficado nos seus modestos padrões do passado, perde terreno cada vez mais.

É sobretudo interessante, neste particular, o caso das indústrias mais importantes do país, a manufatura de tecidos e a metalurgia, que apesar de todos os obstáculos opostos pela política portuguesa com relação à colônia, tinham conseguido se estabelecer no Brasil. Vimos em capítulo anterior que lutando embora com as maiores dificuldades, mas contando com as vantagens de matéria-prima abundante e mercados locais apreciáveis, aquelas duas indústrias vinham desde o séc. XVIII ensaiando seus primeiros e modestos passos entre nós. A fixação da corte no Rio de Janeiro e a abolição, logo em seguida, de todas as restrições legais até então 31 Foram elas: França, Áustria, Prússia, Hamburgo, Lubeck, Bremen, Dinamarca, Estados Unidos. Países-Baixos e Bélgica.

32 Uma lei de 1828 estenderá esta pauta a todas as importações, independentemente de tratados.

em vigor, bem como algumas medidas de fomento, tiveram inicialmente o efeito de as estimular. Pequenas manufaturas têxteis sur-giram em diferente pontos de Minas Gerais, que era a província a este respeito mais avantajada, tanto pela relativa densidade da população e abundância da matéria-prima de produção local, como pelo seu afastamento dos portos e isolamento. Na metalurgia deu-se a mesma coisa; o interesse da administração se tornara grande na matéria, e contrataram-se pela primeira vez técnicos capazes —

dois alemães, Eschwege e Varnhagen — que respectivamente em Minas Gerais

e São Paulo, organizaram empresas metalúrgicas de certa importância, E seu exemplo é seguido por várias iniciativas privadas.

Esses ensaios industriais que se apresentavam tão promissores foram contudo em breve baldados. A concorrência de mercadorias importadas não tardará em inutilizá-los, e a indústria brasileira continuará a vegetar sem perspectiva alguma. Somente na segunda metade do século, como veremos, e quando a situação já se modifica sensivelmente, surgirão na indústria têxtil as primeiras manufaturas de certo vulto. Quanto à metalurgia, só em época muito recente aparecerá qualquer coisa de apreciável.

A liberdade comercial não terá apenas o efeito de comprometer o futuro desenvolvimento da produção indígena. Resultará em perturbações sociais importantes. A ruína da pequena indústria local, referida acima, lançará na desocupação um artesanato que embora modesto, reunia assim mesmo, sobretudo nos maiores centros urbanos, uma parte apreciável da população. Crescerão as dificuldades e a instabilidade desta camada social, já antes pouco próspera pe-lo ambiente desfavorável de uma colônia de poucos recursos. E isto se refletirá em graves agitações sociais e políticas de que será teatro a época que nos ocupa. Passará muito tempo até que se rea-juste aquela situação de desequilíbrio.

Não é apenas tal categoria da população que será atingida assim de cheio pela concorrência estrangeira. O comércio também sofrerá; quase só ingleses a princípio, franceses e outros logo depois, tornar-se-ão senhores absolutos deste ramo de atividades.

Aos ingleses caberão sobretudo o grande comércio, as transações financeiras; aos franceses, o negócio de luxo e de modas. Os brasileiros propriamente, isto é, os nativos da colônia, não sofrerão tanto com esta concorrência, pois sempre tinham sido portugueses que se ocupavam com o comércio; e depois de 1822 aqueles serão estrangeiros como os demais. Há contudo uma diferença, porque embora nascidos fora do Brasil, os portugueses representam uma categoria já perfeitamente entrosada na vida do país, o que não ocorre naturalmente com os adventícios de data recente. A concorrência que sofrem reflete-se assim mais desvantajosamente na vida e na população nacional.

O resultado de tudo isto observar-se-á na eclosão e desenvolvimento de uma crescente animosidade contra o estrangeiro. Este, com seus recursos, sua iniciativa e oportunidade fáceis que encontra em concorrência com os habitantes de uma pobre colônia que vivera até então num estado de isolamento completo, gozará de vantagens consideráveis, e se coloca logo em posição de grande

relevo.

Isto naturalmente não podia deixar de ferir melindres e interesses já estabelecidos, e desencadeia-se contra os estrangeiros uma hostilidade geral. É o caso em particular dos ingleses, mais numerosos e de espírito mercantil mais acentuado, e que cedo se tornam verdadeiros árbitros da vida econômica do país. Além do comércio que lhes caberá nos seus setores mais importantes, serão deles as primeiras grandes empresas e iniciativas, como na mineração; e são deles ainda os empréstimos públicos que teriam tamanho papel na evolução econômica do Brasil. É em grande parte em função dos interesses comerciais ingleses que se disporá a nova economia brasileira.

Ainda ocorrem outras circunstâncias provocadoras de desajustamento e derivadas da nova situação criada com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A súbita transformação dos hábitos, a introdução de um conforto e luxo desconhecidos ainda na colônia e trazidos por estrangeiros e seus costumes, bem co-mo pelo exemplo de uma corte e seus fidalgos que todo mundo quer naturalmente imitar, desequilibrarão as finanças de certas classes da população que conformadas até então com a mediocridade da vida colonial, tomam-se subitamente de aspirações e sentem necessidades antes ignoradas, embora estivessem muitas vezes mal preparadas pa-ra isto. A vaidade, sobrepondo-se a quaisquer outras considera-

ções, contará com um fator econômico de primeira ordem. Não serão poucos aqueles que se arruinarão na ânsia de se aproximarem da corte e nela figurarem, alcançarem títulos, condecorações e honra-rias. Situação que o Rei, sempre em aperturas financeiras, não deixará de explorar largamente.

Será este mais um fator a ser contado nas agitações e intranqüilidade que acompanham o processo da emancipação política da co-lônia e se prolongam depois até meados do século. Mas não é apenas no setor privado que observaremos o desequilíbrio financeiro que provoca a irrupção de novas necessidades antes desconhecidas e que se tornam em pesado fardo. Mais grave ainda será o que se passa nas finanças públicas. Transferindo-se para o Brasil, o governo metropolitano trará consigo um complexo aparelhamento administrativo que substituirá bruscamente, sem transição de qualquer espé-

cie, a reduzida administração que até então existia na colônia.

Instalam-se aqui grandes repartições públicas e serviços da corte.33 Centenas de funcionários, sem contar a chusma de palacianos que cercam o Trono e vivem direta ou indiretamente à custa das rendas públicas. As pobres finanças da

colônia não estavam aparelhadas para tamanhos gastos. Há que acrescentar as guerras em que se empenhou o soberano português logo à sua chegada: no Prata (ocupação da Banda Oriental, hoje República do Uruguai), na Guiana francesa (ocupada em 1809).

Parte das novas despesas representava necessidades impostas pela criação de serviços indispensáveis: ampliação das forças ar-33 Notemos aliás a sua ineficiência na maior parte das vezes. Organizadas para um pequeno reino como Portugal, e para um vasto império ultramarino, não se amolda-vam evidentemente às necessidades brasileiras, um grande pais é verdade, mas semidespovoado e primitivo. Condições tão especiais exigiam soluções administrativas também novas. Isto não se fez; a administração da corte no Brasil será idêntica à de Lisboa. O seu elevado custo não será assim compensado por um rendimento paralelo.

madas, instrução pública, higiene, povoamento, abertura de novas estradas, obras de urbanismo no Rio de Janeiro, etc. Boa parte contudo, provavelmente a maior, não era mais que desperdício e destinava-se a sustentar os fidalgos que tinham acompanhado o soberano no exílio e que este entendia acertado premiar. Era evidentemente fardo excessivo para as débeis forças econômicas da colô-

nia.

O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior (conservar-se-á até mesmo a dinastia reinante em Portugal, sendo coroado imperador o herdeiro presuntivo da coroa portuguesa), nada alterará neste assunto de que nos ocupamos. Permanecerão os mesmos quadros administrativos, na maior parte das vezes até as mesmas pessoas; e os processos não se modificarão. Tudo isto até certo ponto se explica — embora sem eliminar os danos financeiros e econômicos resultantes.

Não era evidentemente possível governar e administrar um nação independente e soberana, prenhe de necessidades até então inatendidas, com o rudimentar aparelhamento administrativo da colônia, on-de a justiça era um mito, a ordem legal precária, as forças armadas reduzidas e sem organização eficiente, a saúde pública, a instrução, os serviços de fomento quase nulos, as relações externas inexistentes. Foi preciso criar tudo isto ou desenvolver o existente; e em meio de agitações internas e guerras externas (em 1826

o Brasil teve de enfrentar as Províncias Unidas), que drenavam fortemente as finanças do Estado. Os compromissos públicos ainda se agravarão com os juros e amortizações de uma dívida contraída na Inglaterra em 1825, no valor de

3.000.000 de libras, que se di-lapidaram em despesas mal controladas (em boa parte comissões de intermediários, agenciadores e banqueiros). Outros empréstimos externos, aliás, virão a jacto contínuo.34

Para fazer face a este aumento considerável de gastos, o Tesouro público não contava com grande coisa. O sistema financeiro até então existente era excessivamente rudimentar e inelástico.

Seria preciso uma remodelação completa; mas isto não se fez. Em parte por incapacidade (pois herdamos com os quadros administrativos da metrópole, a rotina burocrática de uma nação decadente como era Portugal); noutra, porque efetivamente não era fá-

cil organizar uma arrecadação eficiente num território tão vasto como o brasileiro, e parcamente habitado por uma população dispersa e mal estruturada. A renda mais segura e fácil de ser cobra-da era constituída pelos impostos alfandegários que de fato produziam a maior parte da arrecadação pública. Mas esta fora limitada pelos tratados internacionais à taxa insignificante de 15% *ad valorem.*

34 400.000 libras em 1829; 312.000 em 1839; 732.000 em 1843; 1.040.600 em 1852.

Isto para o período que nos ocupa. Depois virão outros mais. Estes empréstimos eram realizados em condições onerosíssimas, verdadeiras operações de agiotagem.

O de 1829 bateu todos os recordes, pois se contratou ao tipo de 52! Das 400.000

libras do valor nominal do empréstimo, o Brasil não receberia mais do que 208.000. Os juros, nominalmente de 5%, alcançavam assim, de fato, quase 10%. Os banqueiros ingleses (foram quase sempre a casa Rothschild), conluiadas com os desonestos altos dignatários do Império, lançavam-se sem piedade sobre esta presa inerme que era a nação brasileira.

Nestas condições, o Brasil viverá em *deficit* orçamentário for-

çoso e permanente. Desde a transferência da corte em 1808, pelos anos afora, as contas públicas saldar-se-ão cada ano, quase sem exceção, em débito.35 Isto se resolverá em regra pelo não pagamento sumário dos compromissos. Funcionalismo em atraso, dívidas proteladas, são fatos não somente comuns na vida financeira do Brasil, mas antes a regra poucas vezes infringida. Outro expediente serão as emissões de papel-moeda de curso forçado que se sucedem

a jacto contínuo; finalmente os empréstimos externos, pois dentro do país nem havia capitais para cobrir as necessidades do Tesouro público, nem este gozava de suficiente crédito para atrair prestamistas; os credores brasileiros não dispunham dos meios de coação do estrangeiro para forçar o governo à satisfação de seus compromissos. Mas os empréstimos externos representam apenas alívio momentâneo: já vimos seus efeitos nocivos sobre o balanço externo de contas; eles não serão menos desfavoráveis com relação às finanças públicas, sobrecarregando-o em proporção crescente de compromissos que logo ultrapassam sua capacidade normal de pagamento. Em meados do sécu-lo, o serviço das dívidas já absorvia quase 40% do total da receita.

Cada qual destes expedientes terá suas conseqüências sobre que não é preciso insistir porque são as normais em casos semelhantes e já muito conhecidas: descrédito público, desvalorização da moeda, inflação, encarecimento da vida, etc. Todos eles, cada qual com sua quota própria, contribuirão para acentuar ainda mais e agravar o geral desequilíbrio e instabilidade da vida econômica do país.

Em suma, o que se verifica é que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, a nova política por ela aqui inaugurada e a subseqüente emancipação da colônia, assinalam uma nova fase bem caracterizada em nossa evolução econômica. Embora se con-serve a estrutura anterior e fundamental que presidiu à formação e evolução colonial brasileira (isto é, um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional), entramos então nitidamente num período diferente do anterior. É aliás na base das contradições geradas por aquela estrutura na nova situação e ordem para ela criada, que evoluirão os acontecimentos. Existe um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. Todos os desajustamentos que passamos em revista — e poderíamos acrescentar outros de natureza política e social que não entram no programa deste livro

— não são mais, em última instância, que reflexos e resultantes daquela contradição básica. Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das nossas forças produtivas e progresso material acentuado e rápido. Para este progresso concorrem também, é certo, fatores estranhos; assim, em particular, o desenvolvimento técnico 35 Os números oficiais enganam freqüentemente quando indicam saldos, aliás raros.

Nestes casos, examinando-se as coisas mais de perto, verifica-se que na receita são computadas importâncias provenientes de empréstimos; e as despesas

aparecem reduzidas pela transferência dos pagamentos de um ano para outro.

do séc. XIX que permitirá aparelhar convenientemente o país e impulsionar suas atividades econômicas. A navegação a vapor (inaugurada no Brasil em 1819), entre outros, terá considerável significação neste país de larga extensão costeira, onde se concentra a maior parte da população, e de transportes terrestres tão difí-

ceis. A mesma coisa se dirá da mecanização das indústrias que permitirá ampliar as atividades agrárias e outras; também das estradas de ferro, embora somente apareçam já no fim do período que ora nos ocupa em particular (1854). Assim mesmo contudo, a emancipação do Brasil representa um ponto de partida bem nítido para o novo surto econômico do país, porque dentro dos quadros políticos e administrativos coloniais, e ligado a uma metrópole decadente que se tornara puramente parasitária, ela não encontraria horizontes para utilizar-se das facilidades que o mundo do séc. XIX lhe proporcionava.

Mas a par daquele progresso econômico sofremos também, como vimos, um desequilíbrio profundo que afeta todos os setores da nossa vida e que se agrava sem cessar. Esta situação se prolonga até meados do século, quando então, mercê de circunstâncias surgidas deste mesmo processo contraditório de evolução que acabamos de ver, entramos numa nova etapa de relativo ajustamento. Mas antes de analisarmos este reajustamento, acompanhemos a evolução da mais profunda e larga contradição desencadeada em conseqüência da nova situação criada pela transferência da corte: a questão do trabalho escravo, que pela sua importância particular deixamos para um ca-pítulo à parte.

Crise do Regime Servil

e Abolição do Tráfico

O SISTEMA de trabalho servil atravessa nesta fase que nos ocupa uma crise muito séria; prelúdio, embora muito antecipado ainda, de sua abolição final. O processo difícil e complicado da emancipação política do Brasil, pondo em evidência todas as contradições do regime anterior, vai polarizar as forças políticas e sociais em gestação e desencadeia o embate, não raro de grande violência, entre os diferentes grupos e classes em que se divide a sociedade colonial. Os escravos, apesar de sua massa que representa cerca de um terço da população total, não terão neste processo, ao contrá-

rio do ocorrido em situações semelhantes noutras colônias americanas, como por exemplo em São Domingos (Haiti), um papel ativo e de vanguarda. Acompanharão por vezes a luta, participarão debilmente de alguns movimentos, despertando aliás com isto grande terror nas demais camadas da população. Mas não assumirão por via de regra uma posição definida, nem sua ação terá continuidade e envergadura. Isto se deve sobretudo ao tráfico africano, que despejando continuamente no país (e nesta época em grandes proporções) novas e novas levas de africanos de baixo nível cultural, ignorantes ainda da língua e inteiramente desambientados, neutralizava a ação dos escravos já radicados no país e por isso mais capazes de atitudes políticas coerentes. É preciso levar em conta também a divisão reinante entre grupos de escravos oriundos de nações africanas distintas e muitas vezes hostis umas às outras; coisa de que a administração pública e os senhores sempre cuidaram muito, procurando impedir a formação de aglomerações homogêneas. Na Bahia, por exemplo, onde chegou a haver na massa escrava certa unidade nacional (aliás de nações sudanesas de nível cultural mais elevado), é que vamos encontrar o maior número de agitações e revoltas servis.

Seja como for, a participação dos escravos nos movimentos da época não terá vulto apreciável; e isto constituirá talvez o motivo principal por que a estrutura fundamental da economia brasileira, assente como estava no trabalho deles, não sofre abalos suficientes para transformá-la desde logo. Contudo, mesmo esta débil participação e até, na falta dela, a simples presença desta massa de escravos surdamente hostis à ordem vigente num momento de agitações e convulsão social, era o bastante para desencadear a crise do sistema servil e pôr em equação o problema da escravidão.

Isto se observa particularmente na atitude que assumem, com relação a ele os

diferentes setores da opinião pública. A escravidão vai aceleradamente perdendo sua base moral, não somente na opinião comum, mas até em círculos conservadores. Logo depois da Independência já a vemos alvo da crítica geral. Aceita-se e se justifica, mas como uma "necessidade", um mal momentaneamente inevitável. Ninguém ousa defendê-la abertamente; e seu desaparecimento num futuro mais ou menos próximo é reconhecido fatal. A discussão se trava apenas em torno da oportunidade. Tal posição dúbia explica aliás a atitude incoerente e contraditória das opiniões da época: enquanto se critica a escravidão, sustenta-se energicamente sua manutenção; reconhecem-se seus males, mas raros ousam ainda combatê-la francamente e propor medidas efetivas e concretas para sua extinção.

É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. A posição escravista reforçar-se-á aliás depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado, da classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominadora.

Assim sendo, e não representando ainda os escravos uma classe politicamente ponderável, não é tanto de admirar a persistência da escravidão, como pelo contrário, a posição se não prática pelo menos teoricamente antiescravista que de forma tão generalizada en-tão se desenvolve no Brasil. Dois fatores sobretudo concorrem para isto. Em primeiro lugar, a contradição profunda que representava a vigência do sistema servil na estrutura social do novo Estado, cindindo sua população em castas nitidamente diferenciadas e opostas uma à outra. Na colônia, sob a pressão externa da metrópole européia, ao mesmo tempo dominadora e aglutinadora, aquela contradição se fazia menos sentir, e a estrutura social e econômica do Brasil mantinha-se neste terreno em relativo equilíbrio. Já as coisas se tornavam diferentes com a separação política e a independência, e o desaparecimento daquela pressão exterior. Os contemporâneos terão consciência disto, e um dos argumentos principais contra a separação que encontramos repetido mesmo por ardentes patriotas, será precisamente a ameaça latente que representava a população escrava. E muitas vezes, no curso do processo da Independência, ela se tornará efetiva, forçando para trás a evolução dos acontecimentos.

A contradição estrutural que representa a escravidão para a jovem nação recém-libertada do regime colonial, tomar-se-á patente quando se trata de organizá-la politicamente em Estado autônomo.

Nesta ocasião, um dos espíritos mais lúcidos da época, José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro ministro do Brasil independente e deputado à Assembléia Constituinte, escreverá a respeito palavras bem claras: "É tempo de irmos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca se-remos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cui-demos pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos para que saia um Todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política." Não é possível compreender e interpretar melhor os fatos.

Outro fator que condicionará a tendência antiescravista do Brasil independente é a questão do tráfico africano. Esse último e a escravidão achavam-se indissoluvelmente ligados; esta não se podia manter sem aquele. Coisa que já se compreendia então perfeitamente, e que os fatos posteriores comprovariam; abolido o tráfico, a escravidão seguir-lhe-ia o passo a curto prazo. A razão é que o crescimento vegetativo da população escrava sempre foi diminuto, sobretudo porque a importação de mulheres era menor que a de homens naturalmente preferidos para o fim a que se destinavam os escravos. Além do que, as precárias condições de vida, e em particular das relações da família na escravidão, eram altamente desfavoráveis à sua multiplicação. Em épocas diferentes, sobretudo depois do movimento que nos ocupa, tomar-se-ão várias medidas para fazer face a esta contingência e assegurar a conservação e desenvolvimento da população escrava nativa; assim o fomento de casamentos, a proibição de separar casais ou tirar filhos de seus pais. Nada disto contudo deu jamais resultados apreciáveis. Não possuímos ainda dados estatísticos seguros e de conjunto que nos forneçam conclusões definitivas e completas a respeito; e possivelmente nunca os teremos. Mas de uma forma geral, é exato afirmar-se que a população escrava, sem o reforço permanente do tráfico, vai sempre em declínio. Já era esta aliás a opinião corrente na época; e ela se verificará efetivamente depois de 1850, quando é extinta a importação de africanos.

Nestas condições compreende-se que qualquer golpe sofrido pelo tráfico terá necessariamente grande repercussão na estabilidade da instituição servil. Ora enquanto esta última era no Brasil mais uma questão doméstica, da sua economia interna e fora portanto do alcance de qualquer força ou ação exterior, o tráfico pelo contrá-

rio constituía assunto internacional que afetava a comunhão de todos os países e nações do mundo. A sua legitimidade e legalidade tornavam-se assim muito mais vulneráveis, pois envolvia interesses internacionais contrários e hostis. Desta

forma, através da oposi-

ção internacional ao tráfico, será atingida a escravidão brasileira.

Já nos primeiros anos do séc. XIX a condenação geral do tráfi-co africano achava-se consumada. Encabeça o movimento a Inglaterra, o que é tanto mais de admirar pois que este país fora quem, no século anterior, se tornara o maior interessado no comércio humano. Não discutiremos aqui esta brusca mudança de atitude de uma potência que chegou a se envolver em guerras para obter e conservar a prioridade sobre as demais nações no tráfico ultramarino de escravos, e que ainda nos últimos anos do séc. XVIII realizava mais da metade de todo este comércio. O fato é que a Inglaterra, depois de abolir em 1807 o tráfico nas suas colônias, torna-se o paladino internacional da luta contra ele. É sob sua influência ou pressão — diplomática muitas vezes, mas não raro também militar —

que o tráfico será sucessivamente abolido por todos os países do mundo.

Quem resiste mais é Portugal e seu sucessor, o Brasil. O vulto de interesses envolvidos na matéria explica esta resistência de quase meio século. O primeiro golpe inglês será tentado logo depois da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Aproveitando a ascendência que então gozava junto ao soberano, a diplomacia britânica empenhar-se-á a fundo em obter a extinção do comércio escravo. Mas apesar de toda sua força, não lhe será possível obter de momento mais que as concessões que se encontram no tratado de aliança de 181036: o soberano português prometia vaga-mente cooperar na campanha contra o tráfico, e restringia a ação de seus súditos aos territórios africanos sob o domínio de Portugal. Esta última cláusula pouco representava, porque efetivamente os traficantes portugueses não operavam senão nas colônias portuguesas, que aliás bastavam fartamente a seus propósitos. Mas a Inglaterra tirará da concessão conseqüências muito largas. O tráfi-co, inteiramente legal até então, tornava-se em certos casos ilí-

cito — isto é, quando realizado fora dos domínios portugueses. Estava criado o pretexto de que a Inglaterra precisava para perse-guir os negreiros. Qualquer presa feita em alto mar pelos seus cruzeiros justificar-se-ia com a alegação de que os escravos transportados provinham de territórios não portugueses. A prova contrária era difícil, e o governo inglês fazia-se surdo às reclamações portuguesas, deixando que se arrastassem longamente pelas vias diplomáticas. O seu plano era patente: que o fato sobrepujas-se o direito, e que suprimido

virtualmente o tráfico pela perseguição contra ele encetada, esta abolição imposta à margem da lei se tornasse em situação consumada. O plano era realmente hábil; mas apesar de todo seu poder marítimo, não podia a Inglaterra po-liciar com eficiência toda a imensidade dos mares; não nos esque-

çamos que se estava ainda na era dos veleiros. Cinco anos depois do tratado de 1810, fatigada e verificando que seu plano não sur-tira os efeitos esperados, ela procura novo acordo. Este é assinado em 1815 em Viena, onde os países da Europa se tinham reunido para reorganizar o continente convulsionado pelo furacão napoleô-

nico. Aí a Inglaterra reconhece a ação ilegal dos seus cruzeiros nos cinco anos precedentes, e obriga-se a indenizar os prejudica-dos oferecendo para isto a soma considerável de 300.000 libras.

Mas obtém em troca uma nova concessão: a abolição do tráfico ao norte do Equador. Excluíam-se com isto as possessões portuguesas que mais contribuíam para alimentar a população escrava do Brasil, em particular a Costa da Mina.

Os acordos de Viena conservaram-se mais ou menos letra morta até 1817, continuando a situação anterior, inclusive a ilegal perseguição realizada pelos cruzeiros ingleses. A ação deles tornara-se aliás mais fácil pela inclusão da cláusula relativa ao tráfico ao norte do Equador, o que ampliava os pretextos da perseguição.

Naquele ano é assinada uma convenção adicional que, ratificando o estabelecido em 1815, acrescenta mais uma concessão favorável aos ingleses: o direito de visita em alto mar a navios suspeitos de tráfico ilegal. Discursando no Parlamento, o ministro inglês declarará que os anais internacionais registravam pela primeira vez concessão tão importante feita por uma nação soberana a outra, pois o direito de visita em alto mar fora até então limitado estritamente a tempo de guerra e para nações beligerantes. Tal esti-36 Este não é o tratado de comércio referido em capítulo anterior. Em 1810 assi-naram-se efetivamente dois tratados entre Portugal e Inglaterra: um de comércio, outro de aliança e amizade.

pulação teria a duração de quinze anos depois da abolição total do tráfico que Portugal se comprometia formalmente a decretar no mais breve prazo possível.

Enquanto isto se passava no terreno dos acordos internacionais, a idéia da extinção do tráfico e até da própria escravidão começa a fazer caminho no Brasil. Até a data da fixação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, ninguém pusera aqui seriamente em dúvida a legitimidade do tráfico e muito menos da

instituição servil. Uma ou outra voz isolada e sem repercussão que às vezes se fazia ouvir, não tinha expressão alguma. A eclosão e desenvolvimento de um verdadeiro espírito antiescravista no Brasil prende-se claramente aos fatores internacionais que agiam contra o sistema servil. O assunto encontrar-se-á pela primeira vez debatido entre nós e francamente exposto num periódico que embora em língua portuguesa, se publicou em Londres (é de notar a coincidência sintomática) de 1808 a 1823, e que era largamente lido no Brasil: o Correio Brasiliense. O seu redator37, brasileiro de origem e que escrevia para seu país, mostrava não somente a fatalidade da extinção próxima do tráfico, como tirava daí a lembrada conclusão da resultante abolição da própria escravidão. Estas considerações do Correio Brasiliense, que logo farão escola, contribuem grandemente para a condenação do sistema. A lógica de seus argumentos era irrespondível e repete-se o que tantas vezes se observa: o que as contingências históricas destinam ao desaparecimento não tarda em perder sua base moral. É o que efetivamente e mais uma vez se dá: apesar da resistência dos interesses materiais contrários, a escravidão vai perdendo terreno no conceito comum. Por ocasião da revolta de 1817 em Pernambuco, durante a qual se estabeleceu naquela província um governo revolucionário que se manteve três meses no poder, a escravidão, se não é abolida, é pelo menos formalmente condenada, e se promete expressamente sua breve extinção. E

notamos que a revolta de 1817 contou entre seus elementos com as próprias classes escravocratas por natureza: os proprietários e senhores rurais. Por aí se verifica o caminho andado pela contradição escravista.

Mas, com tudo isto, a situação ainda não amadurecera suficientemente por ocasião da Independência (1822) para dar então por terra com o tráfico africano. Este se mantinha ativo, apesar da perseguição inglesa e das claras manifestações contrárias a ele que então aparecem nos círculos de maior projeção política e social. Calcula-se que naquela ocasião aportavam anualmente no Brasil cerca de 40.000 escravos, número superior ao que se pode atribuir a qualquer período passado; o que se explica pelo desenvolvimento econômico que então se verificava no país e que re-pousava no trabalho servil.

A Inglaterra tentará novo golpe por ocasião do reconhecimento da independência. Jogava então com um grande trunfo. Para normalizar a situação e recompor sua vida profundamente abalada pela crise da emancipação, o nascente Império necessitava imperiosamente 37 Chamava-se Hypólito José da Costa Pereira, e era natural da Colônia de Sacramento, hoje cidade uruguaia de Colônia, que pertenceu ao Brasil até 1750 e novamente de 1817 a 1826.

do seu reconhecimento internacional. Se os Estados Unidos, orien-tando-se por

uma política americanista que rompia abertamente com a tradição européia, não hesitavam em entrar desde logo em rela-

ções normais com a nova nação, as potências do velho mundo, muito mais importantes e em cuja decisão se situava a questão nevrálgica da efetiva soberania do novo Estado no plano internacional, se recusavam a qualquer passo naquele sentido. Derivava esta atitude do princípio da "legitimidade", que constituía então o fundamento da política européia e tinha atrás de si a força e o prestígio da Santa Aliança.

A Inglaterra, muito reticente com relação à Santa Aliança e seus princípios, e não querendo comprometer a vantajosa posição comercial que adquirira no Brasil, assumirá então o papel de me-dianeira38. Por sua intervenção será obtida a aceitação, da parte do soberano português, da Independência brasileira. Este será o caminho aberto, não só para a Inglaterra mas para todas as demais nações da Europa, para o reconhecimento do novo Estado. Estava salvaguardado, na forma pelo menos, o princípio da legitimidade.

Neste sentido far-se-á ainda mais, pois a separação da ex-colônia será nominalmente outorgada por uma lei emanada do soberano português, e este assumirá o título, embora puramente decorativo, de Imperador do Brasil. Tudo se fazia, aparentemente, dentro dos quadros jurídicos, e era o Rei quem no uso de seus atributos divinos de legítimo soberano, concedia ao Brasil a independência. Não era preciso mais para remover os escrúpulos dos legitimistas da Santa Aliança, burguesmente ávidos em tirarem também o seu proveito do comércio brasileiro.

A Inglaterra, autora de toda esta hábil trama, cobrará naturalmente o preço da sua intervenção. Com relação ao tráfico (sua pretensão número um) exigirá do Brasil medidas definitivas. Elas serão consubstanciadas numa tratado assinado em 1826, em que o Brasil se compromete a proibir o tráfico inteiramente dentro de três anos depois da troca de ratificações, o que se deu em 1827.

Depois deste prazo o comércio humano seria considerado "pirataria"

e punido como tal. Ao mesmo tempo ratificavam-se os acordos feitos com a antiga metrópole em 1815 e 1817 (proibição do tráfico ao norte do Equador, direito de visita em alto-mar a navios suspeitos de tráfico ilícito). Este direito de visita manter-se-ia durante 15 anos depois da data em que o tráfico se tornasse definitivamente ilegal.

Cumprindo sua promessa, o Brasil promulga em 1831 a lei de 7

de novembro, em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os indivíduos desembarcados no país a partir daquela data.

Esta lei ficará, contudo, da parte das autoridades brasileiras, letra morta. Em 1831, com a abdicação do primeiro imperador (D.

Pedro I), a classe dos proprietários rurais tornara-se no Brasil todopoderosa. Antes disto, contrabalançara-lhe a influência a ação pessoal do Imperador que cercado de uma corte e uma burocracia sa-38 Em linhas gerais, coisa semelhante se deu com relação a todas as jovens nações ibero-americanas.

ídas diretamente da antiga administração portuguesa39, governava com certa autonomia, não se deixando influir senão muito pouco pe-lo elemento propriamente nacional. E é isto que sobretudo leva o país à revolta de 1831, quando Pedro I abdica em favor de um filho em tenra idade em cujo nome governará uma regência tirada do seio das classes que representavam o maior baluarte oposto a qualquer medida que afetasse a escravidão: os proprietários e senhores rurais. A lei de 7 de novembro de 1831, promulgada neste momento, não representava mais que uma satisfação de forma a compromissos internacionalmente assumidos. Mas ninguém cuidava seriamente em aplicá-la. Guardar-se-á com relação ao assunto uma hipócrita reserva; e se ninguém se levanta para defender o tráfico proibido e criticar a lei em vigor, deixa-se contudo que ele continue como dantes.

Quem se incumbirá de executar a lei brasileira será mais uma vez a Inglaterra, cujos cruzeiros, livres agora de qualquer restrição, redobram de atividade. Mas a repressão, apesar do direito de visita em alto mar, lutava com uma grande dificuldade: é que os navios negreiros, quando se viam acossados pelo inimigo e não lhe podiam escapar, lançavam ao mar sua carga humana, destruindo assim o corpo de delito comprometedor, e inocentando-se com isto perante os tribunais internacionais que os deviam julgar40. Para fazer face a esta eventualidade, esforçava-se a Inglaterra, desde longa data, em obter uma nova cláusula em seus tratados, pela qual a incidência no tráfico ilegal se provasse não apenas pela presença de escravos a bordo dos navios negreiros, mas por qualquer indício que tornasse evidente o emprego da embarcação com aquele fim; como por exemplo a descoberta a bordo de grilhetas ou outros ferros para acorrentar os cativos, disposições internas que denunciassem os objetivos a que se destinava o navio, quantidades anormais de man-timentos e de água potável, etc. Em 1823 Portugal fizera esta concessão aos ingleses; mas ela não atingia o Brasil, independente desde o ano anterior. E quando se elaborou o tratado de 1826 acima referido, a oposição que levantou no país fora tal que a Inglaterra tivera de abrir mão de mais esta exigência, contentando-se com o muito que já alcançara.

Voltará à carga depois de 1831, argumen-tando com a inexecução da lei e ineficiência da repressão.

Mas o Brasil resistirá tenazmente. Num certo momento o governo chega a ceder, aceitando um novo tratado nos termos pedidos pela Inglaterra. Mas a Câmara dos Deputados negar-lhe-á aprovação. Surgirá em 1834 mais um projeto destinado a reforçar a lei de 1831 e dar-lhe efetiva aplicação: encontrará decidida oposição no Parlamento e será rejeitado. O tráfico, embora condenado pela lei e pe-la opinião confessada de todo mundo (já ninguém mais ousava defendê-lo), se mantinha como dantes, protegido pela tolerância das au-39 O próprio Imperador, como já foi referido, era o primogênito do Rei de Portugal, e herdeiro presuntivo da coroa portuguesa. Por ocasião do falecimento do pai (1826), desiste de seus direitos no reino europeu em favor de uma filha, en-tão menor, que reinará em Portugal com o nome de Maria I.

40 O tratado de 1817, ratificado em 1826, previa a organização de comissões mistas anglo-portuguesas (agora anglo-brasileiras) de julgamento. Os escravos ati-rados ao mar iam com pesadas pedras atadas ao pescoço a fim de submergirem logo e não serem avistados.

toridades e da generalidade do país.

Ganhará mesmo, neste momento, algum terreno. A repressão inglesa, arrogante e sem medidas, começava a ferir as suscetibilida-des brasileiras. O tráfico se tornara quase uma questão de honra nacional. Se ninguém o aprova abertamente, a oposição também come-

ça a tomar as cores de uma aliança com poderes estranhos que comprometem a soberania do país. Escusado acrescentar que os traficantes e demais interesses ligados ao comércio de escravos explorarão largamente a situação; e muitas vítimas dos cruzeiros ingleses serão aureoladas e consagradas quase como heróis.

Esta singular posição em que se coloca a questão do tráfico reforça-se ainda com a prevenção que havia no Brasil, embora por outros motivos, contra os ingleses. Já me referi a isto ao falar da ascendência que tinham conseguido nos negócios e na vida econô-

mica do país. Tudo isso se aliará em favor do tráfico; e ainda menos se fará para o reprimir. A tarefa continua assim a pesar inteiramente nos ombros da Inglaterra, que não contando com outros meios de ação que seus cruzeiros, se desorientava na imensidade das costas africanas e do oceano onde os traficantes passavam facilmente despercebidos; e se por acaso apanhados, eximiam-se de sanções pelo simples expediente de largarem sua carga no mar. Prejuízo

ocasional que a grande margem de lucros que o tráfico produzia comportava facilmente. Não é de admirar, portanto, que a importação de escravos no Brasil mantivesse seu ritmo crescente, correspondendo com isto ao desenvolvimento econômico que então se processava no país e que era alimentado pelo trabalho dos negros.

O número médio de africanos introduzidos anualmente na fase que precede a extinção do tráfico subirá para mais de 50.000.

Naturalmente isto ia agravando as relações do Brasil com a Inglaterra, dando origem a sucessivas questões diplomáticas e a uma tensão muito séria. Chega-se em 1845 a um momento agudo da crise.

Devia expirar no ano seguinte o prazo de quinze anos posteriores à abolição legal do tráfico (decretada como vimos em 1831) depois do qual, segundo os tratados vigentes, cessava o direito de visita em alto mar a navios suspeitos de comércio ilegal. A Inglaterra ia perder, com isto, sua principal e verdadeiramente única arma de repressão. Não obtendo a renovação do prazo, e negando-se o governo brasileiro a qualquer nova concessão na matéria, ela decide en-tão agir por conta própria. Em 8 de agosto de 1845 é aprovado no Parlamento inglês um ato (que tomou, do nome de seu proponente, a designação de Bill Aberdeen), que declara lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e sujeita os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado. Este ato, aberrante de todas as normas internacionais, foi recebido com enérgico protesto do governo brasileiro; o que não impediu que se tornasse efetivo, iniciando-se então uma perseguição ao tráfico sem paralelo no passado. A Inglaterra, livre agora de limitações e considerações diplomáticas (embora por ato unilateral de sua vontade), decidira-se firmemente a liquidar o assunto de uma forma definitiva, recuperando o tempo perdido em quase meio século de meias medidas. As ordens que distribui a seus cruzeiros serão as mais severas, e as embarcações de guerra inglesas não respeitarão nem as águas territoriais brasileiras, nem as praias e portos do país. Onde quer que se refugiasse um navio traficante, lá ia procurá-lo o cruzeiro fazendo fogo quando necessá-

rio sobre a costa, e desembarcando mesmo suas forças para perse-guir em terra os condutores de escravos e tomar-lhes a presa.

Tal situação correspondia a um quase estado de guerra. A soberania brasileira era violada permanentemente, e aos protestos do governo, desprovido de recursos materiais para fazer frente ao poderoso adversário, respondia este ou com o desprezo, ou reafirman-do sua inabalável decisão de liquidar o tráfico fosse por que meio fosse. Não resta a menor dúvida que neste momento os ingleses iriam

até a guerra declarada se necessário fosse: a ameaça se profe-riu várias vezes no Parlamento britânico, e a opinião pública não lhe era adversa. O mais grave para o Brasil é que a ação inglesa ultrapassava freqüentemente seus próprios fins, indo interferir com o comércio lícito; não era sempre fácil distinguir os navios traficantes daqueles que na extensa costa brasileira realizavam a maior parte das comunicações mesmo internas do país; a distinção tornava-se tanto mais difícil que as embarcações empregadas neste transporte puramente nacional — e portanto além de qualquer pretensão inglesa — levavam quase sempre escravos a bordo, coisa perfeitamente natural e mesmo necessária num país onde a escravidão existia. Mas na dúvida, os cruzeiros ingleses não hesitavam, confundindo inocentes e culpados, e fazendo igualmente pesar sobre todos os suspeitos a força do seu poder. Notemos ainda que a repressão inglesa dava margem para abastecer de mão-de-obra as colô-

nias britânicas das índias Ocidentais: os africanos contrabandeados e apresados pelos cruzeiros se transportavam usualmente para aquelas colônias onde embora a escravidão estivesse abolida, sa-tisfaziam assim mesmo às grandes necessidades locais de trabalhadores. Esta prática estimulava naturalmente os abusos na repressão do tráfico brasileiro.

Tudo isto não podia evidentemente durar muito tempo; diante da intransigência inglesa que nada abalava, comprometia-se cada vez mais a soberania brasileira e desorganizava-se a vida do país. De um modo ou de outro, era preciso sair do impasse, e afinal a polí-

tica brasileira cede. Em 1850 adotam-se medidas efetivas de repressão ao tráfico: não só leis eficientes, mas uma ação severa e continuada. Destaca-se entre as medidas a expulsão do país de traficantes notórios, portugueses na maioria, o que contribui muito para desorganizar o negócio.

É preciso lembrar que nesta altura um novo fator veio em auxí-

lio da administração brasileira e em favor das pretensões inglesas. Os traficantes se tinham tornado uma potência financeira, e apesar do desprestígio social que os cercava, faziam sombra com seu dinheiro às classes de maior expressão política e social no país: os fazendeiros e proprietários rurais, em regra seus devedores pelo fornecimento de escravos. Os atritos entre estas categorias se tomavam assim freqüentes, e os últimos, apesar do interesse que tinham no tráfico, já começavam a olhar com menos simpatia para um negócio que enriquecendo desmesuradamente seus adversários e credores, deixava-os na penumbra e na dependência de indivíduos que desprezavam. Isto facilitou grandemente a violenta reação contra o tráfico iniciada pelo governo brasileiro em 1850. Seus

resultados foram magníficos. No ano anterior, a introdução de africanos no Brasil fora de 54.000 indivíduos; já naquele ano desce para menos de metade: 23.000, caindo em seguida (1851) para pouco mais de 3.000. Em 1852 ainda entram no país 700 e poucos escravos, para cessarem em seguida completamente. Dois pequenos desembarques clandestinos efetuados em 1855 e em 1856, respectivamente em Seri-nhaém (Pernambuco) e São Mateus (Espírito Santo), foram logo sur-preendidos, a carga confiscada e os infratores punidos41. O tráfico africano deixara para sempre de existir no Brasil.

Com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa, em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional.

Embora aquelas reformas econômicas políticas e sociais se escalo-nem numa série ininterrupta que cobre todo esse quase meio século de evolução, é somente a partir de 1850 que elas se completam e ajustam plenamente, integrando o país na nova etapa do seu desenvolvimento. Circunstâncias políticas e sociais — como são Independência e o que segue — bem como econômicas — a convulsão provocada pelo rompimento do equilíbrio colonial — fazem desse período que vai até a metade do século, uma época revolucionária, de bruscos saltos e transformações violentas. É somente pelo fim dela que se ajusta de novo a vida do país, embora em outro plano, e serenam em conseqüência as agitações sociais e políticas anteriores. O Brasil encontrara outro equilíbrio dentro do qual toma um novo ritmo evolutivo.

A questão do tráfico africano terá representado naquela fase de desajustamento um papel de primeira ordem. Ela afetará o mais profundo do sistema colonial, a própria estrutura de base que nos legara o regime de colônia; e põe em cheque o conjunto daquela estrutura assente na produção extensiva de gêneros tropicais destinados ao comércio internacional. O processo de decomposição de tal sistema, iniciado pelo elo mais fraco, o tráfico africano, continuará depois em seu curso e ainda não se completou em nossos dias.

Mas chega-se com a interrupção da corrente escravista a uma etapa decisiva. O sistema econômico colonial conseguirá ainda adaptar-se momentaneamente, através de ajustamentos e compromissos mais ou menos felizes, à nova situação criada pelo estancamento da fonte africana de trabalhadores escravos. Acompanharemos adiante aqueles ajustamentos que permitiriam estabilizar provisoriamente a vida econômica e, em conseqüência, a social e política do

país. Mas o sistema estava desde aquele momento definitivamente comprometido e condenado ao desaparecimento.

A abolição do tráfico africano introduz assim na evolução econômica do Brasil um elemento fundamental de dissociação. Mas, além desta conseqüência geral e profunda, ela terá direta e imediatamente outros efeitos que se farão sentir logo em seguida. O tráfi-41 Assinalemos que este último desembarque de escravos no Brasil foi efetuado pe-la escuna norte-americana Mary Smith.

co absorvera até então uma parcela considerável de atividades e constituía, pode-se dizer, o maior negócio brasileiro da época.

Cinqüenta mil escravos importados anualmente, num valor global de outros tantos contos de réis, equivaliam aproximadamente à importação total de outras mercadorias pela mesma época. Subitamente cessa o negócio (porque a abolição do tráfico fora, como vimos, brusca), e as atividades e pessoas nele ocupadas achar-se-ão deslocadas, e com elas os capitais invertidos que nas finanças restritas da época representam parcela avultada. Assistiremos então àquilo que é normal em situações semelhantes: a ativação dos negó-

cios noutros setores, e logo em seguida, a inflação.

O país conhecerá, pela primeira vez, um destes períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividade sobem de um salto. A circulação monetária é fantasticamente alargada pela faculdade emissora concedida ao Banco do Brasil e pelo abuso de emissão de vales e outros títulos pelos demais estabelecimentos de crédito, firmas comerciais e até simples particulares. Tudo isto terminará num desastre tremendo — a crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864. O Brasil estreava nos altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea. Mas ficarão algumas iniciativas que marcam época no país: a primeira estrada de ferro inaugurada em 185442, as primeiras linhas telegráficas construídas em 1852, bem como outras.

A abolição do tráfico ainda terá outro efeito indireto: põe termo ao longo conflito com a Inglaterra; e das relações políticas que então se estabelecem com aquele país, resultará novo afluxo de suas iniciativas e capitais para o Brasil. A expansão dos negócios ingleses retomará seu ritmo normal e progressivo, que declinara muito nos anos anteriores de atritos e desentendimentos. A opinião inglesa olhará de novo com simpatia para esse país que afinal se conformava com o neo-humanitarismo britânico despertado em princí-

pios do séc. XIX. Este incremento das atividades inglesas no Brasil é mais um fator importante a ser levado em conta na fase que ora se inaugura; como o declínio delas, no período anterior, não pode deixar de ser computado entre os fatores de perturbação e do desequilíbrio então verificado.

42 Um pequeno trecho de 18 km nas proximidades do Rio de Janeiro. No ano seguinte inicia-se a construção da estrada de ferro que seria a maior e mais importante do país: a D. Pedro II, hoje Central do Brasil, que liga o Rio de Janeiro com São Paulo, e serve boa parte do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O IMPÉRIO ESCRAVOCRATA

E A AURORA BURGUESA

1850-1889

16

Evolução Agrícola

NAS TRANSFORMAÇÕES ocorridas no Brasil no curso do séc. XIX, nenhuma terá contribuído para modificar a fisionomia do país como a verdadeira revolução que se opera na distribuição de suas atividades produtivas. Tal revolução já se pode observar em seus come-

ços na primeira metade do século; mas é na segunda que se caracteriza propriamente e se completa. E como e nela que sobretudo se fundam os acontecimentos econômicos desta última fase, por aí co-meçaremos a análise do período histórico que ora nos ocupa.

Dois fatos (aliás, intimamente relacionados) a constituem; um de natureza geográfica: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil —

da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco —, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira.

O renascimento agrícola iniciado em fins do séc. XVIII e grandemente impulsionado, como vimos, depois da abertura dos portos e da emancipação política do país, favorece sobretudo, de início, as regiões agrárias mais antigas do Norte: as províncias marítimas que se estendem do Maranhão até a Bahia. Elas voltam então a ocupar a posição dominante desfrutada no passado e que tinham parcialmente perdido em favor das minas. Mas este novo surto do Norte brasileiro não durará muito; já na primeira metade do séc. XIX o Centro-Sul irá progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do país. E na segunda, chega-se a uma inversão completa de posições: o Norte, estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento.

A explicação geral disto encontra-se sobretudo na decadência das lavouras tradicionais daquele primeiro setor; decadência para que não se encontrou, como se deu no Sul com o café, um substituto adequado. Decadência aquela cuja causa precípua se encontra na desfavorável conjuntura internacional. No que diz respeito à cana, aparece no séc. XIX um sucedâneo para a produção do açúcar que a levará de vencida: a beterraba. Os países europeus, e também os Estados Unidos, que são os grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a

produção dos trópicos americanos, tornam-se, com a utilização da beterraba, de consumidores em produtores; e não somente para suas necessidades próprias, mas ainda com excessos exportáveis. Estes se procurarão escoar com bonificações e prêmios concedidos aos produtores, despesas estas de que se ressarcem os respectivos governos taxando pesadamente as importações do açúcar de cana. Será uma concorrência tremenda cuja história é conhecida e que vai dar nos primeiros grandes acordos internacionais em matéria de produção econômica; acordos aliás que nunca se cumpriam regularmente.

A crise dos países produtores de cana é geral. As colônias ainda gozarão de certas regalias nos mercados de suas metrópoles respectivas. Mas os produtores independentes não contarão com outra coisa que suas próprias forças. O Brasil, entre eles, será particularmente atingido. Desvantajava-o uma posição geográfica excêntrica; mas sobretudo o nível rudimentar de sua técnica de produção, a que já me referi anteriormente. A sua contribuição ao mercado internacional irá assim, em termos relativos, em declínio: já em meados do século estará colocado em quinto lugar entre os produtores mundiais de cana-de-açúcar, com menos de 8% da produção total43. O declínio em termos absolutos virá pelos fins do século.

Dentro do Brasil, é o Norte que sofrerá mais com esta situação. Além da concorrência externa, ele suporta a do Sul, para onde terras virgens e frescas atraem o povoamento e as atividades.

As velhas regiões setentrionais, exploradas havia séculos, já co-meçavam a sentir os efeitos de uma longa utilização imprevidente e depredadora que devastava os recursos da natureza sem nada lhes restituir. Já me referi anteriormente a este caráter primitivo da agricultura brasileira e que não se corrigirá tão cedo.

As outras produções clássicas do Norte sofrerão igualmente. O

seu algodão, que num momento se colocara entre os grandes fornecimentos mundiais, será deslocado do comércio internacional pela produção norte-americana e a oriental. Quanto ao tabaco, as restrições opostas ao tráfico africano e que lhe tiram um dos principais mercados44, o prejudicam grandemente. Trata-se aliás de um gê-

nero de segunda importância econômica.

Entre os fatores que contribuíam para a decadência do Norte é preciso contar também a cessação, em 1850, da corrente de escravos importados da África. Abalado já pela conjuntura internacional desfavorável e pelo esgotamento de

suas reservas naturais, o Norte sofrerá consideravelmente com este novo golpe que o privava de mão-de-obra fácil e relativamente barata. O Sul seria menos atingido porque se encontrava em fase ascendente de progresso e se re-fará mais rapidamente. Poderá mesmo resolver momentaneamente o seu problema importando escravos do Norte depauperado, embora agravando assim ainda mais a situação deste. E recorrerá afinal à imigra-

ção européia, o que o Norte não pôde fazer porque nem as condições econômicas, nem o seu clima acentuadamente tropical ofereciam a-43 Acima dele vêm, nesta mesma ordem: Cuba, Egito, Java, Maurício.

44 É sobretudo no tráfico mantido pela Bahia com as regiões africanas ao norte do Equador (proibido, como vimos, depois de 1815), que se empregava o tabaco como mercadoria de escambo.

trativos suficientes para esta nova corrente de colonos.

Mas o que sobretudo favoreceu o Sul em contraste com o Norte, é que nele se aclimatou admiravelmente a cultura de um gênero que se tornaria no correr do séc. XIX de particular importância comercial: o café. Apesar de sua relativa antigüidade no país (pois foi introduzido em 1727), a cultura do café não representa nada de apreciável até os primeiros anos do século passado. Disseminara-se largamente no país, do Pará a Santa Catarina, do litoral até o al-to interior (Goiás); mas apesar desta larga área de difusão geográfica, o cafeeiro tem uma expressão mínima no balanço da economia brasileira. Sua cultura, aliás, destina-se mais ao consumo do-méstico das fazendas e propriedades em que se encontra, e quando muito local. Comercialmente seu valor é quase nulo.

Não era mesmo grande na época a aceitação do café. É somente no correr do século XVIII que ele adquire importância nos mercados internacionais, tornando-se então o principal alimento de luxo nos países do Ocidente. E é isto que estimulará largamente sua cultura nas colônias tropicais da América e Ásia. O Brasil entrará muito tarde para a lista dos grandes produtores; em princípios do século XIX ainda ocupa posição muito modesta. Explica-se pelo fato de ter sido o séc. XVIII absorvido pela mineração; a agricultura não despertava grande interesse, e muito menos uma cultura nova que não fizera ainda sua experiência. É o renascimento da agricultura em fins daquele século que despertará as atenções para o café. Pouco de início: a cana-de-açúcar e o algodão ainda estavam no seu apogeu. Mesmo nas regiões do Centro-Sul do país onde o café se difun-diria mais tarde tão largamente, ele será desprezado em benefício do açúcar.

Mas não tardará que as esplêndidas possibilidades naturais do Brasil, tanto em clima como em solos favoráveis, se aproveitem em favor de um produto que rapidamente ganhava terreno na cotação do comércio internacional. É preciso lembrar aqui um fator que particularmente estimulará a produção brasileira. É a libertação e desenvolvimento do mercado norte-americano. As colônias inglesas da América do Norte, separando-se em 1786 da sua metrópole, inauguram então uma política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral45. Surgia deste lado do Atlântico uma nova potência internacional. O comércio cafeeiro também sentirá o influxo deste novo equilíbrio de forças. Os grandes produtores tinham sido, até então, as Índias Ocidentais sob o domínio direto ou indireto da Inglaterra; e a Insulásia, em particular Java e Suma-tra, colônias neerlandesas. Os centros controladores do comércio internacional do café eram por isso Londres e Amsterdam — este último com sua conhecida ligação e dependência do primeiro.

Os Estados Unidos, grandes consumidores de café, voltar-se-ão por isso logo, de preferência, para novos produtores mais livres da dominação britânica. Em particular o Brasil, favorecido além do mais, com relação a eles, pela sua posição geográfica. A produção brasileira de café encontrará nos Estados Unidos um de seus principais mercados; em meados do século, quando o café se torna o 45 Notemos de passagem que não é isto que se observou nas demais colônias americanas, no Brasil inclusive.

grande artigo da exportação brasileira, aquele país absorverá mais de 50% dela. E esta porcentagem ainda crescerá com o tempo.

Não existem dados muito seguros das primeiras exportações de café brasileiro; mas alguns deles nos podem dar uma idéia da rapidez com que se desenvolveram. O Rio de Janeiro, que será durante três quartos de século o principal produtor, não exportou em 1779

mais que a insignificância de 79 arrobas que se embarcaram para Lisboa e Porto. Em 1796 a exportação já era de 8.495 arrobas, para atingir, em 1806, 82.24546.

Este rápido progresso é tanto mais de admirar que o café, ao contrário da produção dos outros gêneros clássicos do Brasil, oferece particulares dificuldades. Em primeiro lugar, de natureza fí-

sica: o café, em confronto com a cana-de-açúcar, é uma planta de-licada. Os limites de temperatura dentro dos quais prospera fa-voravelmente são muito estreitos: 5 e 33.° C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e

insolação excessivos. Requer doutro lado chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente com relação à qualidade do solo. Finalmente, ao contrário da cana-de-açúcar e também do algodão, é uma planta permanente e tem de atravessar por isso todas as estações e anos sucessivos sem substituição. Outra dificuldade da lavoura cafeeira é que a planta somente começa a produzir ao cabo de 4 a 5 anos de crescimento; é um longo prazo de espera que exige pois maiores inversões de capital.

Tudo isto contribuirá para que o Norte fique logo em atraso com relação ao Sul no que diz respeito à cultura do café, embora tenha tido lá o seu início no Brasil. Sem contar que naquele primeiro setor já existia uma longa tradição agrícola canavieira e algodoeira que embaraçará naturalmente a aceitação do café. Este encontrará no Sul condições que se podem considerar ideais. Além de grandes reservas de terras virgens e inexploradas com solos magníficos, um clima que não lhe podia ser mais favorável: temperaturas amenas, pluviosidade bem distribuída. Haverá sempre no Norte uma pequena produção de café: no Pará, no Ceará, em Pernambuco; na Bahia também, não em sua velha região açucareira, no Re-côncavo, mas no Extremo-Sul da província: Ilhéus e Porto Seguro.

Mas, tudo isto contará sempre muito pouco. É no Rio de Janeiro sobretudo, logo depois nas regiões contíguas de Minas Gerais e São Paulo, e finalmente no Espírito Santo (este último com índices já muito menores) que se localiza realmente a riqueza cafeeira do Brasil.

Seu ponto de partida será na vizinhança próxima do litoral. As montanhas que circundavam a cidade do Rio de Janeiro e em cujos vales ela hoje se estende, é onde se fizeram as primeiras planta-

ções. As matas da Tijuca, hoje um dos mais importantes e aprazí-

veis arrabaldes da ex-capital, já foram cafezais. Para o sul do Rio de Janeiro onde a serra que aqui acompanha o litoral se apro-46 Depois de 1821 a exportação brasileira em milhares de sacas de 60 kg foi, por decênios, a seguinte:

1821-30 .... 3.178 1861-70 .... 29.103

1831-40 .... 10.430 1871-80 .... 32.509

1841-50 .... 18.367 1881-90 .... 51.631

1851-60 .... 27.339

xima do mar até mergulhar diretamente nele, os cafezais lhe vão revestindo a

encosta. Assim na altura de Angra-dos-Reis e Parati; e na província de São Paulo, em Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião. Esta faixa costeira, já em princípios do século passado, é uma importante zona produtora.

Mas tudo isto é apenas um pequeno começo; o primeiro grande ce-nário da lavoura cafeeira no Brasil é o vale do rio Paraíba, no seu médio e depois alto-curso. As condições naturais são aí esplêndidas. Uma altitude que oscila entre 300 e 900 m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem que a revestia deu solos magníficos. O vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do séc. XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Subindo pelo rio, os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo. Tomam-lhe também a vertente setentrional, estendendo-se pela região fronteiriça de Minas Gerais.

Até o terceiro quartel do século passado, toda esta área que abrange a bacia do Paraíba e regiões adjacentes será o centro por excelência da produção cafeeira do Brasil. Geograficamente forma uma unidade: assinalei suas características naturais e que lhe são comuns: altitudes médias, clima temperado, relevo acidentado, re-vestimento natural de florestas subtropicais. Comercialmente, orienta-se para o Rio de Janeiro, que é o porto de escoamento do produto, e por isso seu centro financeiro e controlador. Pouco depois da metade do século passado, esta área representa o setor mais ri-co e progressista do país, concentrando a maior parcela de suas atividades econômicas. Atinge também, pela mesma época, o auge do seu desenvolvimento; logo virá o declínio. Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas do Brasil: a uma fase de intensa e rápida prosperidade, segue-se outra de estagnação e decadência. Já se vira isto (sem contar o longínquo caso do pau-brasil) na lavoura da cana-de-açúcar e do algodão no Norte, nas minas de ouro e diamantes do Centro-Sul. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo. Isto será particularmente sensível no caso que temos agora presente. Esses terrenos de fortes declives onde se plantaram os cafezais, não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries. O trabalho da erosão foi rápido. Agira-se sem o menor cuidado e resguar-do: a mata foi arrasada sem discernimento, mesmo nos altos; plan-tou-se o café sem atenção a "outra idéia que um rendimento imediato. O desleixo se observa na própria distribuição das plantas em que se adotou o plano simplista e mais cômodo e expedito de filei-ras em linha reta, perpendiculares à

encosta: não havia disposição mais favorável à ação da erosão. O resultado de tudo isto foi de-sastroso: bastaram uns poucos decênios para se revelarem rendimentos aceleradamente decrescentes, enfraquecimentos das plantas, aparecimento de pragas destruidoras. Inicia-se então a decadência com todo seu cortejo sinistro: empobrecimento, abandono sucessivo das culturas, rarefação demográfica.

Isto não aparecerá nos dados em conjunto do país porque outra região viera já substituir aquela área tão próspera e agora fadada ao aniquilamento. É o oeste da província de São Paulo, centralizando-se em Campinas e estendendo-se numa faixa daí para o norte até Ribeirão Preto. Esta região era até fins do séc. XVIII muito pouco povoada. Atravessava-a o caminho que de São Paulo conduzia para Goiás, e ao longo do qual se tinham espalhado pequenos nú-

cleos destinados quase unicamente a amparar os transportes e comunicações que se faziam por aí. E era este o único sinal de ocupa-

ção humana. Naquela época se inicia um povoamento e exploração mais ativos; sua base econômica será então quase só a cana-de-açúcar. Assinalam-se culturas cafeeiras em Campinas e suas proximidades já antes de 1800; mas coisa de pouca importância, e que será assim até meados do século. É neste momento que a região toma francamente tal caminho voltando-se com grande atividade para o café. Em pouco tempo se torna o grande centro produtor do país.

Ela é fisicamente bem distinta da primeira de que nos ocupamos mais acima. Estendida para além das serras do Mar e da Mantiqueira, que formam os cordões montanhosos que separam o litoral do altipla-no interior, apresenta-se com uma topografia em geral unida e apenas ondulada. Isto terá grande influência na distribuição das lavouras de café. No primeiro setor que analisamos, a irregularidade do terreno, a dispersão das encostas bem situadas com relação à exposição ao sol e ao abrigo contra ventos excessivos, espalharam os cafezais em pequenos núcleos separados e desarticulados entre si.

Já nesta nova região do oeste paulista, de relevo unido, as culturas se estendem em largas superfícies uniformes de plantações ininterruptas que cobrem a paisagem a perder de vista. Verdadeiro "mar de café": este nome lhes foi dado e é merecido.

Resulta daí uma concentração maior da riqueza e densidade econômica mais elevada. E não é só. A dessemelhança topográfica das duas áreas terá outras conseqüências econômicas de relevo. Embora plantados com o mesmo descuido, os cafezais da nova região sofrerão menos da ação dos agentes naturais. A

declividade menor do terreno oferecerá certa proteção ao solo que conserva assim mais longamente suas qualidades. Doutro lado, as comunicações e transportes serão mais fáceis nesta zona de topografia regular e riqueza mais concentrada. Enquanto no primeiro setor estabelecer-se-ão a muito custo algumas deficientes e onerosas vias férreas, o novo contará muito cedo com uma boa rede de estradas. São vantagens apreciáveis, a que vem juntar-se ainda a superior fertilidade de um tipo de solo ímpar no Brasil, particularmente para a cultura do café47.

Ainda resultará um importante efeito do deslocamento para oeste das principais lavouras cafeeiras, o que quer dizer da maior e quase única fonte de riqueza do país naquele momento. Até então o Rio de Janeiro fora o grande empório do comércio de café; e seu grande progresso não deriva somente de sua qualidade de capital, 47 É a chamada "terra roxa", resultante da decomposição de rochas basálticas de origem vulcânica.

mas também daquele fato. Agora a situação já é outra: a orientação geográfica do oeste paulista não é para o Rio de Janeiro, mas para a capital da província, São Paulo, e através dela, para o porto de Santos. Data de então, e por tal motivo, o grande surto contemporâneo da cidade de São Paulo e do seu apêndice portuário e brecha para o exterior que é Santos. Será o primeiro passo para a concorrência, hoje ainda em disputa, entre a ex-capital do Brasil e São Paulo.

É de Campinas, como referi, que parte a expansão cafeeira que se alastrará pelo oeste paulista. Um fato sobretudo orientará a princípio a marcha: é a ocorrência dos citados solos de terra roxa que se sucedem em manchas próximas umas das outras de Campinas pa-ra o norte. Estas manchas aproveitar-se-ão até a última polegada; e os cafezais recobri-las-ão uniforme e monotonamente por superfí-

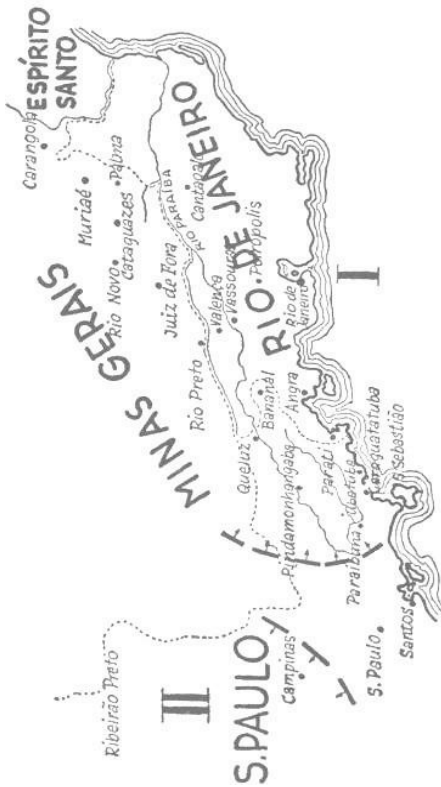
cies que abrangem por vezes dezenas de quilômetros quadrados sem interrupção. Paisagem agrícola até hoje ainda quase única no Brasil, em regra tão irregular e desordenadamente explorado. Esta

"onda verde" de cafezais, como tão expressiva e apropriadamente se denominou a expansão da lavoura que então fundamentava a riqueza brasileira, marchará rapidamente, alcançando no penúltimo decênio do século a região do rio Mogiguaçu na sua confluência com o Pardo; aí se formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante ca-fé brasileiro. O "café de Ribeirão Preto" (centro da região) se torna mundialmente famoso.

A marcha não se deterá; lança-se para ocidente, e internando-se, avança progressivamente para o Rio Paraná. Mas isto já será um pouco mais tarde que o

período que ora temos em vista. A ocupação do Centro e Extremo-Oeste da província (Estado, depois da República proclamada em 1889) pertence sobretudo ao século atual.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escada, tipo "plantação" (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, como veremos noutro ca-pítulo, por trabalhadores assalariados. Contribuem para fixar este sistema de organização as mesmas circunstâncias assinaladas para as demais culturas brasileiras. Reforçam-nas aliás agora, a tradi-

ção já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de produção retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto.

Cultura cafeeira no Brasil meridional, com indicação dos dois setores principais em que sucessivamente ela se desenvolveu.

A importância e extensão dos domínios cafeeiros será naturalmente muito variável. De início encontram-se lavouras de algumas dezenas de mil plantas no máximo. O primeiro setor explorado — o vale do Paraíba e suas adjacências — não se prestava mesmo, devido à conformação irregular e variedade do terreno, a concentrações maio-res48. Tratava-se além disto dos primeiros tempos da grande lavoura cafeeira, e nem o capital nem a mão-de-obra disponíveis e a experiência acumulada bastavam ainda para empresas de maior vulto. Estas começarão a se formar com mais freqüência nas zonas novas do oeste paulista. Instalam-se aí muito cedo propriedades que reúnem centenas de milhares de plantas. E lá pelos fins do século, come-

çam a surgir fazendas imensas que ultrapassam o milhão49.

Além das plantações, a fazenda conta com diferentes instalações e dependências que fazem dela um conjunto complexo, vultoso e em grande parte auto-suficiente. É a repetição do que já se ob-servara nos engenhos de açúcar. Assim, as destinadas ao preparo e beneficiamento do produto: tanques onde o grão é lavado logo depois da colheita, terreiros onde ele é exposto ao sol para secar, máquinas de decorticação, triagem, etc. Além destas, a residência do proprietário (em regra absentista, mais visitando sua propriedade na época da colheita, de maio a agosto), a senzala dos escravos (grande edificação térrea com os alojamentos dispostos ao redor de um pátio central) ou "colônias" de trabalhadores livres, agrupamento de casinholas em geral alinhadas ao longo de uma rua e dando o aspecto de uma pequena aldeia; finalmente as cocheiras, estrebarias e oficinas diversas de carpintaria, ferreiro, etc. Tu-do isto forma uma aglomeração que nas fazendas importantes toma grande vulto, abrindo uma clareira de habitações e edificações em meio da floresta de cafeeiros que as cerca de todos os lados. Exatamente como o engenho de açúcar, a fazenda de café é um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior, e vivendo inteiramente para a produção do seu gênero.

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um pe-ríodo bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa, "o Brasil é o café", pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exporta-

ção, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Pa-ra aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor.

Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, 48 O que não impede, como freqüentemente acontecia, o caso de um mesmo proprietá-

rio para muitas propriedades ou fazendas diferentes.

49 Chegará a mais de 3 milhões de pés a maior fazenda brasileira de café. É a fazenda S. Martinho, da família Silva Prado, na região de Ribeirão Preto, aberta no penúltimo decênio do século e que atinge aquela cifra de plantações no século atual.

depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em conseqüência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração européia e a abolição da escravidão; a pró-

pria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ou-ro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.

17

Novo Equilíbrio Econômico

O CONSIDERÁVEL desenvolvimento da lavoura cafeeira contará co-mo primeiro fator no reajustamento da vida econômica do Brasil, tão abalada desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a emancipação política do país. As crescentes exportações de café que tomam logo um vulto que deixa a perder de vista o intercâmbio comercial do passado50, permitirão não somente restaurar o balanço das contas externas do país, tão comprometidas na fase anterior, mas restaurá-lo em nível nitidamente superior a tu-do quanto o Brasil conhecera no passado. A partir de 1860, o co-mércio exterior começa a se saldar invariavelmente com *superavits* crescentes. E isto apesar de uma importação que se avolumava; o que permitiu aliás não somente uma ascensão sensível do padrão de vida da população — pelo menos de certas classes e regiões — mas também o aparelhamento técnico do país, inteiramente dependente, neste terreno, do estrangeiro. Refiro-me a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas, etc.

Pode-se dizer que é nesta época que o Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material.

Mas não será apenas esta a conseqüência mais imediata do desenvolvimento da lavoura cafeeira. Ele terá também o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação. Graças ao amparo de um artigo como o café, de largas facilidades de produção no país e de considerável importância comercial nos mercados mundiais, aquela estrutura, momentaneamente abalada pelas transformações sofridas pelo país na primeira parte do século, consegue se refazer e prosperar mesmo consideravelmente ainda por muito tempo. E com ela se reforçarão também os diferentes elementos econômicos a ela ligados e que já discrimina-mos ao tratar da colônia cujo sistema econômico se perpetuara no Brasil independente: a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Apesar das contradições inerentes a tal sistema no momento de que nos ocupamos, foi possível ainda reestabilizar na sua base a vida do país.

Mas há outras circunstâncias que a par do progresso da lavoura cafeeira, e acompanhando-o, contribuíram para esta reestabiliza-

ção. Já foi lembrado o efeito que teve o restabelecimento de rela-

ções normais com a Inglaterra depois do longo período de atritos e hostilidades derivados da questão do tráfico africano. A Inglaterra voltará a concorrer, como nos primeiros tempos da abertura dos portos, com suas atividades e capitais. Fossem quais fossem os e-50 No apêndice, o leitor encontrará uma súmula do comércio exterior do Brasil de 1821 em diante.

feitos remotos disto (voltarei sobre a matéria quando eles começam a se fazer sentir), o fato é que no momento o concurso inglês contribuiu grandemente para estimular as forças do país. Com o capital inglês (bem como de outras nacionalidades, embora em menores proporções) construir-se-ão estradas de ferro, montar-se-ão indústrias, aparelhar-se-ão portos marítimos. Além disto, o afluxo de capitais estrangeiros permitirá equilibrar normalmente as finanças externas sem sacrifício das importações, de tão fundamental importância para o Brasil. Será possível manter em dia os pagamentos exteriores.

Não existem dados seguros e completos para se avaliar o montante das inversões inglesas no Brasil. Conhecemos contudo uma de suas parcelas, com certeza a mais importante, que são os empréstimos públicos. Até 1852 eles tinham sido apenas quatro, na importância total de uns dois e meio milhões de libras51. Depois daquela data eles se multiplicam rapidamente; até o fim do Império o Brasil contratará na Inglaterra mais onze empréstimos num valor global de uns 60 milhões de libras52. Este afluxo considerável de capitais, embora não representasse muitas vezes entradas efetivas, mas apenas consolidação de dívidas mais antigas vencidas e não pagas, trouxe assim mesmo grande reforço ao equilíbrio financeiro do país.

Outra conseqüência da abolição do tráfico agirá também no mesmo sentido: é que desaparecia com ele um dos itens mais vultosos do nosso comércio importador, representado anualmente por dezenas de milhares de escravos cujo valor, embora difícil de precisar, andaria na época em nível igual ao montante das demais importa-

ções. Era como se estas se reduzissem subitamente à metade do que eram anteriormente; o que constitui, é claro, um grande desafogo para as finanças do país.

Finalmente, mais um fator ainda virá contribuir para o reajustamento econômico e financeiro do Brasil: será a modificação de sua política tarifária, o que se verifica em 1844. Vimos em capí-

tulo anterior que devido ao tratado de 1810 com a Inglaterra, ratificado depois da

Independência, o Brasil fora obrigado a manter suas tarifas alfandegárias no baixo nível de 15% ad valorem. Isto constituíra, como também já foi notado, uma das principais causas do desequilíbrio comercial então verificado, bem como das finanças públicas. Sem contar o sufocamento da produção nacional, esmagada pela concorrência estrangeira. Em 1844, no auge do descalabro financeiro, e sem a possibilidade sequer do recurso a empréstimos exteriores, uma vez que nosso grande prestamista, a Inglaterra, 51 Embora nominalmente já se elevasse o débito brasileiro a mais de 5 milhões que incluíam juros atrasados e parcelas de outras origens, algumas muito difíceis hoje de precisar. Esta questão das dívidas externas do Brasil sempre foi das mais confusas, e ainda em nossos dias não está bem esclarecida.

52 Tais empréstimos foram os seguintes: 1858 — 1.526.500; 1859 -508.000; 1860 -

400.000; 1863 - 3.855.307; - 1865 - 6.363.613; 1871 -3.000.000; 1875 -

5.301.200; 1883 - 4.599.600; 1886 - 6.431.000; 1888 - 6.297.300; 1889 -

19.875.000. Notemos que estes empréstimos foram contratados em melhores condi-

ções de tipo, juro e prazo que os anteriores a 1850.

nos fechava as portas,53 o governo imperial resolve decretar novas pautas alfandegárias mais elevadas. Fazia isto fundado em que o tratado de 1810, renovado em 1826 por mais quinze anos, tinha ex-pirado em 1841. Recupera o Brasil sua liberdade de ação monetária, uma vez que com os demais países não havia outra coisa que a cláusula da "nação mais favorecida". Era-lhe perfeitamente lícita uma modificação qualquer das tarifas, contanto que fosse geral. O que não impedirá que a Inglaterra proteste energicamente. Mas o estado das suas relações com o Brasil era tal, e tamanha a hostilidade que levantava a abusiva ação dos seus cruzeiros contra o tráfico africano, que a intervenção foi ineficaz. Os direitos de importa-

ção serão sensivelmente elevados, fixando-se em redor de 30%, isto é, o dobro dos anteriores.

As rendas públicas crescerão bastante depois disto, e embora persista o *deficit* orçamentário (pois as despesas cresceram na mesma proporção), isto permitirá desafogar grandemente o tesouro público e ampliar suas possibilidades e realizações. Além disto, e sobretudo, a reforma de 1844 quebrará o respeito que havia pelos primeiros tratados comerciais do país e o regime de ampla liberdade

neles estabelecido, abrindo um precedente que permitirá utilizar mais tarde as tarifas alfandegárias como medida de amparo à produção nacional. Já a pauta daquele ano, embora não se destinas-se a isto e não tivesse mais que objetivos fiscais, proporcionará algumas oportunidades à indústria indígena que começa a sair do marasmo em que se encontrava. E depois de 1860, quando os direitos serão elevados para um nível médio de 50%, aparecem as primeiras manufaturas de certo vulto. Este fomento da produção interna, além do fortalecimento que traz à economia em geral do país, representará mais um fator de ajustamento e equilíbrio do nosso balanço exterior de contas.

De tudo isto que acabamos de ver, bem como do apaziguamento paralelo na política do Império, que então se estabiliza. (depois de 1850 serenam as agitações e entra-se pela primeira vez depois da Independência num momento de normalidade política e administrativa), resultará esta evolução mais tranqüila e equilibrada que observamos a partir de meados do século, e que contrasta tão vivamente com o período anterior. Mas apesar desta estabilidade aparente, as contradições profundas do sistema, atenuadas embora, mas lavrando ainda ativamente na base da estrutura econômica e social do país, não tardarão em provocar novos desajustamentos e dar origem a outros conflitos. Entre eles, destaca-se em primeiro plano o referente à questão do trabalho servil.

53 No ano anterior (1843) a Inglaterra concedera um empréstimo de 700 e tantas mil libras. Mas este empréstimo destinou-se unicamente a saldar um compromisso que o Brasil assumira para com Portugal por ocasião do reconhecimento da Independência, e que representava uma parte do débito desse país com a Inglaterra naquela época; separando-se da metrópole, o Brasil tomara a seu cargo uma parte da dívida externa portuguesa.

18

A Decadência do Trabalho Servil

e Sua Abolição

NO CAPITULO em que me ocupei da extinção do tráfico africano (cap. 15), foi definida a posição do problema escravista no Brasil por ocasião da emancipação política do país. Vimos aí que a escravidão, embora mantida e reforçando-se mesmo com o incremento considerável do tráfico — coisa que duraria até meados do século —, atingira entretanto o ponto culminante de sua trajetória e já dava mostras dos primeiros sinais de decomposição. Apesar disto e das fortes causas que contra ela atuavam, o problema da escravidão propriamente e da sua manutenção conserva-se, durante a primeira metade do século, em segundo plano; a questão paralela do tráfico, que lhe era tão intimamente ligada, absorverá nesta fase todas as atenções, e é nela que se centraliza a luta. Observamos mesmo alguns outros sintomas exteriores de fortalecimento da instituição servil, como a drástica lei de 183554. É somente depois de suprimi-da a importação de escravos, e resolvida assim a primeira e natural etapa do problema escravista, que se ataca o conjunto da questão.

Mas não é para dizer que naquele período se esquecesse por completo a escravidão em si para cogitar unicamente daquele seu aspecto secundário que era o tráfico. Ela volta por vezes à baila tanto na imprensa como no Parlamento, onde em 1831 é apresentado um projeto de abolição da escravidão de que, entretanto, a Câmara recusou tomar conhecimento. Trata-se contudo antes de manifesta-

ções ocasionais e sem seguimento; a questão era excessivamente ampla e envolvia interesses grandes demais para se emparelhar desde logo com o problema premente e imediato do tráfico.

Não devemos contudo aventurar-nos muito em conclusões fundadas unicamente em manifestações expressas, e julgar a questão somente por elas. Na análise desta matéria é preciso muitas vezes ler nas entrelinhas dos fatos que chegaram até nosso conhecimento para se avaliar, com alguma segurança, o seu estado em cada momento. Nota-se em torno dela uma conspiração de silêncio que pode iludir e i-ludiu muitas vezes os historiadores. O que se encontra na imprensa, nas demais publicações da época, no Parlamento — que são nossas melhores fontes de informação — não corresponde certamente, no mais das vezes, à importância que o problema escravista efetivamente representava aos olhos dos

contemporâneos. Todas as forças conservadoras (e são elas e seus órgãos que naturalmente mais se fazem ouvir) preferem calar-se e recusam abrir debate público em 54 Esta lei estabelecia a pena de morte para a insurreição ou qualquer ofensa fí-

sica-cometida pelos escravos. O julgamento era pelo júri (composto em regra de proprietários, e portanto severo) e sem recurso algum. Para ofensas leves a pena era de açoites, na proporção da sua gravidade; a lei não estabelecia discrimina-

ção alguma, e o número de açoites era deixado ao arbítrio do julgador. Note-se que a aplicação desta pena trazia freqüentemente a morte da vítima; e quando não isto, pelo menos graves lesões.

torno de um assunto tão delicado e capaz das mais graves repercussões. Não devemos esquecer o temor que despertava a presença desta massa imensa de escravos que permeava a sociedade brasileira por todos os seus poros. Ninguém podia saber ao certo das suas possí-

veis reações, da atitude que teriam os escravos, curvados ao trabalho, humildes e até então, em geral, pacíficos, se acaso lhes sorrisse, embora longinquamente, uma sorte melhor. Não é de admirar portanto que as mais leves referências públicas à escravidão despertassem, como de fato despertavam o mais justificado alarma.

Mesmo depois que se começou a tratar da matéria nas esferas oficiais, e quando portanto a questão já estava em vésperas de ser resolvida, sempre se cercaram os debates e deliberações, nos primeiros tempos pelo menos, do mais rigoroso segredo.

Nestas condições, é muitas vezes difícil, para nós hoje em dia, avaliar com segurança a importância que em cada momento se emprestava ao assunto. A ausência de manifestações expressas não significa sempre esquecimento ou desprezo; mas pelo contrário, muitas vezes, excesso de preocupação. Seja como for, o certo é que a escravidão só entra em debate franco depois que se começa a reprimir efetivamente o tráfico em 1850, e ele é de fato extinto, como vimos, pouco depois.

Naquele mesmo ano, e de novo em 1852, aparecem no Parlamento vários projetos emancipacionistas, visando à liberdade dos nascituros e à obrigatoriedade da alforria dos escravos pelos quais se oferecesse o respectivo preço. O alvoroço que levantaram estes projetos — o presidente da Câmara chega a cassar a palavra de um deputado que os defendia — indica bem claramente a impressão profunda que ainda causava a matéria. E os projetos não

chegam nem a ser considerados objeto de deliberação.

Mas nos anos que se seguem, a maturação do problema se precipita. Os efeitos da suspensão do tráfico começam logo a se fazer sentir. Cessara bruscamente, e ainda no momento sem nenhum substituto equivalente, a mais forte corrente de povoamento do país representada anualmente por algumas dezenas de milhares de indiví-

duos. A lavoura logo se ressentirá da falta de braços, e o problema se agrava de ano para ano. Estava-se com a progressão da cultura do café num período de franca expansão das forças produtivas, e o simples crescimento vegetativo da população trabalhadora não lhe podia atender às necessidades crescentes. As medidas então proje-tadas para assegurar a conservação e estimular o aumento da escra-vatura existente (como leis de proteção da saúde física dos escravos, incentivo aos casamentos e defesa da família), mostram como o problema era sentido; mas não servirão para grande coisa.

Efeito capital desta situação será o de desviar os escravos para as regiões mais prósperas em prejuízo das outras; a mão-de-obra no Norte começará a afluir para o Sul, onde graças ao café, ela se pagava com bons preços. Isto se percebeu e sentiu tão cedo que já em 1854 aparece no Parlamento um projeto de lei proibitiva do tráfico interprovincial de escravos. Seu autor é um dos mais destacados representantes do Norte, intimamente ligado aos grandes senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia (João Maurício Wan-derley, Barão de Cotegipe). A idéia não teve andamento; mas se substituiu, em algumas províncias setentrionais, por taxas locais impostas sobre a saída de escravos55. Esta situação desfavorável criada para o Norte será uma das causas que farão amadurecer lá mais rapidamente as idéias emancipacionistas. O Centro-Sul formará o reduto principal da reação escravocrata; e com sua grande riqueza relativa e influência política poderosa, torna-se com o tempo um dos maiores freios do movimento libertador.

Por aí já se percebe como a extinção do tráfico africano veio bruscamente acentuar e aprofundar as contradições do regime escravista. A escassez de braços e o desequilíbrio demográfico entre as diferentes regiões do país acrescentavam-se aos problemas que antes já derivavam dele. Aliás a transferência de escravos do Norte para o Sul, se prejudicava grandemente aquele, não resolvia se-não muito precariamente as dificuldades do último. Era preciso uma solução mais ampla e radical. Ela será procurada na imigração européia. Já no auge da campanha contra o tráfico, e na previsão do que brevemente ia acontecer, começara-se a apelar para este recurso. A corrente imigratória se intensifica depois de 1850; e veremos coexistir, nas lavouras de

café, trabalhadores escravos e europeus livres. A estranha combinação não surtirá efeito e logo se verificará sua impraticabilidade, terminando num fracasso esta primeira tentativa de preencher com colonos europeus os vácuos deixados pela carência de escravos. Somente mais tarde e em outras condições, que serão oportunamente analisadas, renovar-se-ão as correntes imigratórias da Europa, resolvendo-se então com elas o problema do trabalho na agricultura do café. Mas ter-se-á confir-mado pela experiência a incompatibilidade das duas formas de trabalho; e este será um dos mais importantes fatores do crescente descrédito da escravidão.

Outra circunstância que pela mesma época acentua e precisa os caracteres negativos da escravidão, é o início da indústria manufatureira no país. Nela não se empregarão trabalhadores servis, a não ser para tarefas secundárias e acessórias; a sua ineficiência para os serviços mais delicados e complexos de manufaturas56 será logo percebida; sem contar a vantagem financeira maior que representa na indústria o pagamento de salários em vez do preço de escravos.57 Testemunho contemporâneo desta opinião encontra-se no relatório da seção de artes liberais e mecânicas da primeira Exposi-55 Desde 1835 as províncias gozavam de certa autonomia, com um governo local pró-

prio, embora o chefe do seu executivo fosse de nomeação imperial.

56 Não esqueçamos que o escravo brasileiro era em regra o africano boçal recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro. Os povos negros mais cultos são os do Sudão, isto é, de regiões situadas ao norte do Equador onde o tráfico se proibira desde 1815.

57 Em rigor, isto se dá também na agricultura. Esta matéria é muito complexa para ser discutida aqui a fundo. De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O

assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da in-dústria moderna.

ção Nacional realizada em 1861, onde o atraso das manufaturas no Brasil é

expressamente atribuído ao emprego do trabalho escravo no país.

É na base desta acentuação e deste agravamento das contradições do regime escravista, que se processará sua decomposição. A partir de 1860 a pressão dos acontecimentos já é bastante forte para provocar uma larga tomada de posições: o problema da escravidão, o da sua subsistência, é então aberto e francamente posto em foco. Menos no Parlamento que fora dele. Começa a surgir, a propó-

sito, um grande número de escritos de toda ordem: livros, folhe-tos, artigos de imprensa e outras publicações. A questão é analisada e debatida a fundo; seus diferentes aspectos, econômico, social e político, são esmiuçados. São grupos intelectuais que tomam, primeiro, posição: bacharéis em direito, advogados, juristas, que formam cronologicamente a primeira classe pensante do país.

Notemos que a mais antiga manifestação franca e decidida em favor da emancipação dos escravos, partida de um órgão coletivo, é do Instituto de Advogados do Rio de Janeiro. O problema da abolição da escravidão entra nesta época definitivamente para o cartaz da política brasileira, para não sair mais dele até a solução final do assunto. Com vicissitudes e alternativas várias, ele se torna o centro principal de todas as atenções.

Em geral, não se irá ainda neste primeiro momento ao extremo de pedir a abolição total e imediata do regime servil: procuram-se meios de chegar a uma solução conciliatória que harmonize na medida do possível os interesses em jogo e traga a extinção gradual e suave da escravidão, sem choques graves e comprometedores do equilíbrio econômico e social do país. A liberdade dos nascituros será uma destas soluções. Era o exemplo estrangeiro: em toda parte onde anteriormente se abolira a escravidão, a emancipação dos filhos de escravos precedera quase sempre as medidas definitivas. É em torno disto que então se centralizam os debates.

Uma circunstância que nesta época acentuará as contradições ideológicas do regime escravista, contribuindo grandemente para a evolução da questão, é a posição internacional do Brasil, que depois de 1865 (quando é abolida a escravidão dos Estados Unidos), será com Cuba o único país da civilização ocidental a admiti-la58.

Este isolamento terá grande influência sobre a opinião pública no Brasil, sobretudo quando começam a aparecer manifestações internacionais hostis a estes últimos países que conservavam um regime social universalmente condenado. Será, aliás, depois de um apelo feito em 1865 pela Junta Francesa de Emancipação e assinado pelos nomes prestigiosos de Guizot, E. Laboulaye, o

príncipe e o duque de Broglie, Henri Martin e outros, que o Imperador do Brasil, até então desinteressado pela questão, levará o ministério a tomar conhecimento oficial dela59, e na Fala do Trono de 186760 aborda o as-58 Mantinha-se ainda nas colônias portuguesas; mas uma lei de 1858 estabelecera que, no prazo de vinte anos, todos os escravos pertencentes a súditos portugueses seriam considerados livres.

59 O Imperador D. Pedro II, homem medíocre intelectualmente, tinha contudo pretensões literárias, e se lisonjeava muito com a amizade e consideração dos intelectuais de renome mundial. A vaidade imperial contribuiu assim para quebrar a sunto e, embora de modo muito discreto (não lhe dedica mais que um pequeno parágrafo), sugere que se iniciem as reformas necessárias.

A insinuação foi fortemente criticada e muito mal recebida nos círculos políticos então de maior influência. Mas partindo de quem partia, a mais alta personalidade do país, e manifestada assim publicamente, não podia deixar de frutificar no terreno já tão preparado da opinião pública. O próprio Conselho de Estado, apesar do reacionarismo que o caracteriza, começa a estudar as medidas possíveis a serem adotadas.

No momento contudo, a questão não progrediu muito. O Brasil se empenhara em 1865, com a Argentina e o Uruguai, na guerra contra o Paraguai; e isto servirá de pretexto para adiar o debate. Mas não impede a radicalização cada vez maior da opinião pública. A idéia de emancipação começa a conquistar forças políticas importantes, e isto faz com que o Imperador, esquecido de suas fumaças progressistas, organize em 1868 um ministério fortemente conservador e francamente escravocrata, cujo primeiro ato é dissolver uma Câmara já excessivamente libertadora61. Este fato terá grande repercussão na evolução política do Brasil, pois provocará a polarização das forças conservadoras e reformistas. No mesmo ano constitui-se um novo partido liberal que apresentará largo programa de reformas, inclusive a emancipação dos escravos, que pela primeira vez aparece entre os princípios oficiais de um partido. Dois anos mais tarde, a ala extrema deste partido agrupar-se-á sob a bandeira repu-blicana.

Definem-se assim nitidamente os campos em luta. E enquanto se alarga a base antiescravista, a reação encastelada no poder lhe opõe total inércia. A pressão se torna particularmente forte ao terminar a guerra do Paraguai. Não somente desfazia-se o pretexto até então invocado para não tratar do assunto, mas acrescentam-se então novas circunstâncias em favor da causa libertadora. A guerra pusera em relevo as debilidades orgânicas de um país em que a massa da população era constituída de escravos62.

Encontraram-se as maiores dificuldades no recrutamento de tropas, e foi-se obrigado a recorrer a escravos, desapropriando-os de seus senhores e concedendo-lhes alforria. Também em muitos lugares foi impossível mobilizar em número suficiente os homens livres, pois isto seria desamparar tais lugares deixando-os à mercê da massa escrava tão temida e perigosa. A escravidão revelava mais um dos seus aspectos negativos. Além disto o Brasil, embora vitorioso, saía da guerra humilhado, não somente em face dos aliados, mas resistência conservadora do Conselho de Estado e dos grupos políticos mais fortes naquele momento.

60 Fala do Trono era o discurso oficial com que em cada ano o Imperador abria as sessões da Assembléia Geral.

61 Esta dissolução não foi um golpe de estado, porque pelo regime parlamentar em vigor no Brasil, a dissolução era licita. Mas teve o mesmo efeito, porque a Câ-

mara seguinte, formada sob pressão eleitoral, levará para o Parlamento uma quase unanimidade de reacionários e escravocratas que embaraçará grandemente a marcha da emancipação.

62 Numa população de menos de 10.000.000, mais de um e meio milhão eram escravos.

A proporção era maior nas regiões mais ricas e florescentes, e cuja colaboração na guerra tivera particular importância.

dos próprios vencidos, com suas tropas de recém-egressos da escravidão. A questão da abolição do regime servil se tornará, daí por diante, um ponto de honra nacional.

Diante de tudo isto, e balda de recursos protelatórios, a rea-

ção sente-se forçada a concessões. O Imperador, sem modificar fundamentalmente a situação no poder, mas remodelando-a com a inclusão no governo de uma fração mais tolerante dos conservadores, revive os antigos projetos discutidos no Conselho de Estado seis anos antes, e amenizando-os muito, faz votar nas Câmaras a chamada lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), em que se declaram livres os filhos de escravos nascidos daquela data em diante, e se dão algumas providências para estimular a alforria dos escravos existentes.

Tudo isto pareceu no momento de grande significação. Os setores menos radicalizados e mais conciliadores da campanha libertadora entenderam mesmo

que com a lei do Ventre Livre a obra da abolição estava terminada. Um raciocínio simplista, embora lógico à primeira vista, fazia concluir que decretada a liberdade dos nascituros, a escravidão estava praticamente extinta. Tratava-se apenas de uma questão de tempo.

É a eterna ilusão (quando não má-fé) dos reformistas de todos os tempos. Uma reforma qualquer, quando não é compreendida como simples etapa, mero passo preliminar para ulteriores reformas mais amplas e completas, torna-se em força de reação. E foi o que efetivamente se deu no caso que analisamos. A lei de 28 de setembro nada produzirá de concreto, e servirá apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabelecera para os filhos de escravos, até a sua maioridade, um regime de tutela exer-cida pelo proprietário dos pais. Ele teria obrigação de sustentá-

los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continua-ram escravos de fato, o mesmo que os pais. Calcula-se que por este processo a escravidão ainda levaria de cinqüenta a sessenta anos para desaparecer no Brasil. No pé em que se encontravam as coisas, isto constituía na realidade uma vitória da reação escravista. Com relação às outras medidas previstas pela lei (como o fundo de emancipação para resgate dos escravos existentes), elas permanece-ram praticamente letra morta; os governos que se sucedem depois de 1871, todos eles do mesmo espírito e orientação política, nada realizaram de efetivo e concreto.

A lei do Ventre Livre não resultou assim, em última análise, senão numa diversão, uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do problema escravista no Brasil. Foi preciso um decênio para que renascesse o movimento libertador, que terá de esperar que as contradições inerentes à escravidão cheguem ao auge da crise. Isto efetivamente se verificará a partir de 1880. A gradual diminuição da população escrava que havia quase trinta anos deixara de ser alimentada pelo tráfico africano, tornara premente o problema do fornecimento de braços pa-ra a lavoura. O Norte, embora mais ou menos estacionário, sofria porque o Sul, em particular São Paulo, drenava toda sua mão-de-obra; e este, apesar de tal recurso, não tinha mãos a medir para atender às necessidades da cultura cafeeira cujo ritmo de crescimento, graças à forte valorização do produto depois de 1880, chegara a um nível considerável63. A malograda experiência de anos anteriores tornara patente que, dentro do sistema escravista vigente, não era possível a solução do problema com trabalhadores europeus. Tentara-se também importar *coolies* chineses, e chegou-se mesmo a formar uma corrente imigratória do Oriente. A idéia não foi contudo por diante, porque a Inglaterra não verá com bons olhos esta ressurreição, sob nova forma, do tráfico de escravos; e não lhe foi difícil matá-la no nascedouro.

Todas estas circunstâncias, acrescidas ao caminho já andado pela questão servil, emprestam-lhe extrema violência quando depois de 1880 retorna ao primeiro plano das preocupações do país.

Era como se as comportas se abrissem para águas longamente re-presadas. Tá não se tratará mais de soluções parciais e preparatórias: a abolição irrestrita, sem condições e imediata, inscreve-se desde logo na ordem do dia. Além disto, o assunto já não se restringirá mais a círculos políticos e partidários, acompanhados mais ou menos passivamente pela opinião pública. A campanha se desloca para a rua. O povo, particularmente no Rio de Janeiro, co-meça a participar ativamente das agitações. Em 1880, organizam-se na capital do país duas sociedades abolicionistas: a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emcncipacio-nista. Através de reuniões, conferências, banquetes, estas sociedades agitam o ambiente e mantêm a opinião pública permanentemente alertada. Vários jornais e revistas trazem logo sua cooperação ao movimento. Ele será imitado nas províncias, e em 1883 organiza-se a Confederação Abolicionista, destinada a centralizar a campanha e que reúne em seu seio todas as sociedades e agrupamentos antiescravistas do país. Pela mesma época alarga-se consideravelmente a agitação pela entrada em cena dos maiores e mais diretos interessados: os próprios escravos. Até então eles se tinham mantido apenas como espectadores passivos da luta que se travava em seu benefício; agora se tornam participantes dela, reagindo contra seu estado por meio de fugas coletivas e abandono em massa das fazendas.

Toda essa agitação repercute fundamente na Assembléia Legisla-tiva. A sua maioria, saída de eleições em que a palavra pertence sobretudo à classe conservadora e diretamente interessada na maté-

ria, os grandes proprietários e fazendeiros, é por natureza escravocrata. A manipulação das urnas eleitorais incumbe-se de eliminar as vozes discordantes. Mas uma depuração completa nem sempre é possível; e em frente à maioria esmagadora de escravocratas, er-guem-se sempre adversários resolutos, pouco numerosos é verdade, mas contando com a opinião da imensa maioria do país e sustentados pela agitação das ruas. A reação não se sente por isso com forças para lutar abertamente: procura ladear o assunto com evasivas e tangentes proteladoras. Sucedem-se assim as combinações ministeri-ais, cada qual com seus ensaios de conciliação. Nenhuma poderá durar porque já não havia mais meio termo possível entre os extremos da questão: escravidão ou abolição total e imediata. E os gabine-63 A ascensão de preços começa efetivamente depois de 1884. Entre 1880 e 1889, o número de cafeeiros na província de São Paulo passa de 106 milhões para 220. No decênio anterior o crescimento fora de 37 milhões apenas.

tes sucumbem uns atrás dos outros numa sucessão caleidoscópica.

Entre 1880 e 1885, revezam-se no poder sete ministérios64. Somente um deles alcançará um ano completo de existência: outro não durará mais que três meses. Todas as tentativas de repetir o tão bem su-cedido golpe de 1871 com medidas que amainassem a tempestade desencadeada, fracassarão. E entre outras a lei de 28 de setembro de 1885 que concedeu liberdade aos escravos maiores de sessenta anos: uma estrondosa gargalhada repercutirá pelo país. Ninguém levou a sério o que a reação escravocrata pretendia apresentar como uma larga e generosa concessão.

Ela recorre então a meios extremos; e como sempre se dá nestes momentos de agonia de uma situação, abaixa a máscara e abre luta franca. Naquele mesmo ano (1885), é chamado ao governo o grupo po-lítico mais intransigentemente escravista, que sem reservas descobre suas armas contra o abolicionismo. Abandonava-se a tática de meios brandos e concessões. A luta era agora de vida ou morte.

O contragolpe não se faz esperar. Amplia-se a agitação popular, e desta vez é sobretudo entre os escravos que ela se desencadeia. O abandono das fazendas se torna diuturno; os abolicionistas, organizados em sociedades e agrupamentos fortemente constitu-

ídos e ramificados em toda parte, estimulam e protegem as fugas.

Estava quebrada a disciplina das senzalas, e as mais enérgicas medidas do governo para restabelecê-las se mostravam inócuas. Faltava-lhe o apoio que a opinião pública dispensava largamente aos libertadores. As próprias forças armadas convocadas para fazerem frente à situação e restabelecerem a ordem gravemente ameaçada, se recusavam a intervir. O abolicionismo marchara muito no seu seio; a oficialidade, recrutada em regra nas classes médias da popula-

ção, e por isso desligada de quaisquer compromissos com a escravidão, era-lhe na maioria contrária. Desde 1880 havia mesmo entre ela duas sociedades abolicionistas que funcionavam na Escola Militar e apanhavam assim os jovens oficiais no período mesmo de sua formação ideológica. A tarefa de capturar escravos fugidos será considerada humilhante, e o exército se recusará abertamente á cumpri-la.

Nestas condições, o vulto que o movimento tornado incontrolá-

vel adquirira, punha o país na iminência da mais completa desordem. Começa

então a debandada nos meios escravocratas fundamente alarmados com as perspectivas de um desenlace trágico cuja aproximação tudo indicava. Os seus setores mais previdentes compreendem que a resistência tomara-se inútil, e insistir nela seria apenas levar a questão para o terreno da violência declarada e aberta.

Quase 800.000 escravos, numa população total que não ultrapassava 14 milhões, eram uma ameaça tremenda; ainda mais que eles se concentravam em maioria nos agrupamentos numerosos das fazendas e grandes propriedades isoladas no interior e desprovidas de qualquer defesa eficaz.

A campanha estava ganha para os abolicionistas. Os próprios interessados diretos na escravidão abandonavam o terreno da luta.

Em março de 1888 cai o último governo escravocrata do Brasil; dois 64 Note-se que desde a Independência até 1880, ou sejam cinqüenta e oito anos, o número total dos ministérios fora apenas de vinte e sete.

meses depois, a Assembléia Geral, abrindo suas sessões, vota em poucos dias, com uma quase unanimidade, a lei de 13 de maio que duma penada punha termo à escravidão no Brasil65.

65 A lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea como foi denominada, não continha mais que duas frases: Artigo 1.°: É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Artigo 2.°: Revogam-se as disposições em contrário. Quanta luta, quanto heroísmo também para arrancar estas duas frases tão simples, mas tão eloqüentes ao mesmo tempo, do reacionário e escravocrata Império brasileiro!

Imigração e Colonização

A QUESTÃO da imigração européia do século passado está intimamente ligada à da escravidão. Vimo-lo aliás ao tratar desta última no capítulo anterior. Trata-se efetivamente de dois aspectos, embora distintos, de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, e que é grande transformação do regime de trabalho no país. Notemos, antes de mais nada, que a imigração européia do séc. XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora. O povoamento brasileiro se realizara até então mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua grande maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos, e finalmente pela incorporação de indígenas. A corrente demográfi-ca que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem européia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obten-

ção de mão-de-obra.

É certo que se encontram no passado alguns exemplos deste tipo de povoamento; são, contudo, excepcionais. Empregou-se sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixava ao abandono; foi o caso de alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola. É o que se deu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Empregaram-se aí sobretudo colonos naturais das ilhas dos Açores, concedendo-se-lhes facilidades para o transporte e o estabelecimento66. Em menor escala passou-se coisa semelhante no Extremo-Norte, no Pará.

A imigração e colonização provocadas tiveram nestes casos, co-mo se vê, objetivos políticos e militares. É somente depois da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, que sua finalidade se torna própria e exclusivamente demográfica; e ao mesmo tempo se amplia muito. Quando os acontecimentos na Europa obrigam o rei, sua corte e seu governo a se mudarem para a colônia e nela erigirem a sede da monarquia portuguesa, impor-se-á desde logo, como já foi referido, a necessidade de considerar o Brasil mais que uma simples colônia. Julgou-se mesmo um momento que o território metropolitano, o reino europeu, estava definitivamente perdido para a coroa e a monarquia lusitana, e que o Brasil seria o seu substituto. É certo que tal alternativa não vingou; o reino europeu seria restituído, e as contingências da política

nacional e internacional portuguesa forçariam o retorno do soberano, e mesmo uma tentativa frustrada de fazer o Brasil voltar ao antigo estatuto, em parte já ultrapassado, de simples colônia. Mas seja co-66 O assunto já foi referido anteriormente. Veja-se o capítulo 11. Observamos que a Espanha agiu da mesma forma e com o mesmo objetivo no território da atual Re-pública Oriental do Uruguai, utilizando para isto colonos das Canárias. Esta foi a origem do povoamento de Montevidéu.

mo for, durante a permanência do soberano português e de seu governo no Rio de Janeiro, seguir-se-á com relação ao Brasil uma no-va política. Política cheia de contradições, é certo, em que o pa-

ís se considerará alternativa e muitas vezes até simultaneamente, colônia e nação; mas assim mesmo suficiente para revolucionar o antigo sistema colonial puro. Foi este, entre outros, o caso estu-dado acima das diferentes medidas de caráter econômico que então se adotaram, e que embora não visassem deliberadamente este fim, romperam muitas das conexões coloniais do Brasil. É também o que se deu, em certo sentido, na questão da política de povoamento.

Não foi difícil compreender que o sistema até então seguido, isto é, aquele que a par de uma débil corrente de colonos brancos, trazia para o Brasil a massa volumosa de escravos africanos, se convinha a uma simples colônia destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio da metrópole, já não se enquadrava evidentemente nas exigências de uma nação. A heterogeneidade que resultava de um tal sistema, tanto racial como cultural e social, era situação por demais imprópria para um país que se tornara sede de uma monarquia européia. As condições que os dirigentes portugueses encontraram no Brasil quando nele instalaram o trono e o governo nacionais, eram mais que inconvenientes; faziam-se alarmantes. Não lhes foi difícil compreender a necessidade de reformas.

Num caso particular e concreto eles tiveram logo a medida das dificuldades com que esbarravam para reorganizarem no Brasil a monarquia portuguesa privada de sua base européia. Era preciso re-constituir suas forças armadas, matéria sobretudo importante num momento como aquele de graves dificuldades internacionais: o território metropolitano ocupado pelo inimigo, sérias ameaças pesando sobre os demais domínios lusitanos, as rotas marítimas vitais para o comércio português parcialmente interrompidas, a própria soberania da nação entregue às boas graças de um poder estranho como a Grã-Bretanha. A reconstituição da força armada da nação era o primeiro passo necessário para o restabelecimento da plena soberania e da personalidade internacional da monarquia portuguesa, tão gravemente comprometidas e afetadas. Acresce que as questões do Prata que surgem logo após a chegada do soberano no Brasil,

envolvem o país em novos conflitos muito sérios.

Impõe-se assim o problema de como organizar no Brasil uma for-

ça armada eficiente, contando para isto apenas com uma população dispersa e rarefeita, composta de quase 50% de escravos e outra grande parcela de elementos heterogêneos e mal assimilados, Nunca foi possível resolver devidamente este problema, e o soberano português teve de contar até o fim de sua permanência no Brasil com a boa vontade de seu aliado inglês; e para sua ação no Prata foi obrigado a recorrer a tropas recrutadas em Portugal depois da expulsão dos franceses. Mas a existência do problema serviu de estí-

mulo para reformas da política de povoamento do país.

Coisa semelhante se passará com relação à segurança interna. O

soberano, a corte, seu séquito numeroso de fidalgos e funcionários, ligados ao reduzido núcleo da classe dominante de colonos brancos que vieram encontrar aqui, nunca se sentirão suficientemente tranqüilos e seguros em meio desta massa de escravos, libertos e similares que formava o corpo da população do país e na qual, na falta de outra, tinham de recrutar suas forças armadas.

As tropas nativas terão de continuar sendo enquadradas, como sempre fora no passado, por forças portuguesas. O problema subsistirá aliás depois da Independência, e se apelará para tropas mercená-

rias alemãs e irlandesas.

Tais são, entre outras semelhantes, as circunstâncias que tornam indispensável uma nova política de povoamento, capaz de transformar esse aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que constituíam o país, numa base segura para o trono português e para sede de uma monarquia européia. Não é de esquecer também que sobre o tráfico africano que representava a principal corrente povoadora deste território semideserto, pesava uma ameaça latente e fatal: a sua extinção num prazo mais ou menos remoto, mas já então reconhecida como certa. E isto dizia muito de perto com os interesses da grande lavoura necessitada de braços. A formação de novas correntes demográficas constituía assim uma necessidade inadiável, e a ela aplicou-se a administração portuguesa.

Mas como em todas as iniciativas em que se meteu, sua ação se-rá fraca e dúbia. Às suas deficiências orgânicas e que já vinham de séculos, acrescentava-se então a posição incerta em que se encontrava, deslocada no Brasil e hesitante na

linha política a seguir com relação à colônia. Sua contribuição durante a permanência da corte no Brasil não passará do estabelecimento de um punhado de núcleos coloniais formados com imigrantes alemães, suíços e açori-anos, e distribuídos no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, e em menor escala em Santa Catarina. Para a História, terão mais importância as intenções que os resultados numericamente mínimos.

Os governos que se seguem depois da partida do Rei (governos de um Brasil já independente) continuarão a tarefa empreendida e que já contavam com tais antecedentes. As agitações políticas do momento e as graves dificuldades financeiras em que se debatem não lhes darão contudo oportunidade para uma ação mais eficaz. Aliás o problema da imigração européia para o Brasil oferecia grandes dificuldades. Contra ela atuavam vários fatores: o clima tropical desfavorável a colonos europeus (considerado como tal, pelo menos); a organização social e econômica pouco atraente que o país oferecia; o regime político vigente, em que, embora sob a capa de instituições parlamentares, a liberdade mesmo civil era inexistente para a massa da população, mesmo com exclusão dos escravos. Havia ainda as restrições de ordem religiosa que punham sério embaraço à imigração dos países protestantes da Europa, que eram justamente aqueles que forneciam então os maiores contingentes emigratórios. A Alemanha em particular.

A corrente imigratória será ainda por muito tempo fraca. Não terá aliás no momento que nos ocupa grande interesse imediato. O

tráfico africano continuava a despejar anualmente no país algumas dezenas de milhares de indivíduos que supriam abundantemente as necessidades de mão-de-obra. Longe de confirmar as previsões pes-simistas que haviam sido feitas e que a atitude intransigente da Inglaterra parecia à primeira vista corroborar, a importação de escravos achava-se como nunca florescente. Será somente com a iminência de sua extinção (lá por volta de 1840 e tantos), e sua efetiva interrupção pouco depois, que a questão da imigração européia e da colonização volta a ocupar um primeiro plano das cogitações brasileiras. Reativa-se a política de povoamento, e a par das co-lônias oficiais ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietá-

rios e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase

exclusivamente: a colonização por assalariados puros.

E corresponde a um período em que começa a se manifestar a premência do problema imediato da mão-de-obra: convinha mais encaminhar os imigrantes diretamente para as grandes lavouras necessitadas de braços.

O ideador do novo sistema será um grande proprietário de São Paulo, lavrador de café e figura prestigiosa na política do país: o Senador Nicolau de Campos Vergueiro. Introduziu ele na sua fazenda de Ibicaba, entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, suí-

ços, portugueses e belgas. O exemplo foi imitado por muitos outros lavradores de café da província de S. Paulo, e em menor escala noutros lugares. Os resultados do sistema foram, a princípio bons, e São Paulo chegou a contar cerca de 70 destas colônias. Mas aos poucos foram-se evidenciando seus inconvenientes. Os proprietá-

rios, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embaraçar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não ra-ro com acentuada má-fé. Além disto, a coexistência nas fazendas, lado a lado, de escravos que formavam a grande massa dos trabalhadores, e de europeus livres fazendo o mesmo serviço que eles, não podia ser muito atraente para estes últimos e representava uma fonte de constantes atritos e indisposições. Doutro lado, o recrutamento de colonos na Europa se fazia sem maior cuidado; os agentes dele incumbidos não tinham outra preocupação que o número, pois por ele se calculava sua remuneração. Aceitavam qualquer candidato, sem indagar da sua prestabilidade para o trabalho agríco-la, e sobretudo o pesado esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento. Chegavam a emigrar para o Brasil não raro até enfermos e velhos inválidos. Pode-se imaginar o desapontamento e a indisposição dos fazendeiros para com seus colonos quando, depois de longa e demorada espera, recebiam destas turmas de trabalhadores imprestáveis a que se tinham prendido por contratos que eram obrigados agora a cumprir!

Nestas condições, não é de admirar que de parte a parte co-meçassem a surgir descontentamentos. Os proprietários vão perdendo interesse por um sistema tão cheio de percalços e dificuldades.

Doutro lado, alarma-se a opinião pública na Europa, em particular na Alemanha e em Portugal, donde provinha então a maior parte da imigração para o Brasil, com a sorte aqui reservada para seus compatriotas emigrados. Sucedem-se os inquéritos oficiais, e em grande maioria eles são desfavoráveis e desaconselham a emigração. Desencadeia-se então contra ela forte campanha, e a emigração para o Brasil chega a ser proibida na Alemanha em 1859. A corrente de imigrantes alemães tornar-se, depois de 1862, quase nula; quanto à portuguesa, diminuirá de mais de 50%.

Interrompe-se assim novamente o fornecimento de trabalhadores europeus para as fazendas. Aliás a região onde o problema da mão-de-obra era mais agudo, o oeste despovoado de São Paulo, e onde se desenvolvia mais ativamente a lavoura do café, começará por esta época a encontrar maiores facilidades em abastecer-se de escravos, graças ao fato de outras regiões cafeicultoras (o vale do rio Paraíba e adjacências) alcançarem então o apogeu do seu desenvolvimento e entrarem numa fase de estabilização precursora da próxima decadência; reduzia-se assim sua concorrência no mercado de mão-de-obra.

A situação voltará a tornar-se aguda em 1870, em virtude sobretudo do considerável incremento da lavoura cafeeira no decênio anterior. Além disto, como vimos, é então que a escravidão recebe seus primeiros grandes golpes que fazem prenunciar sua próxima extinção; isto constituirá um forte estímulo para medidas de fomento à imigração. Elas viriam ao encontro de uma situação internacional favorável: de um lado, inicia-se nos Estados Unidos uma política de restrições da imigração; esta tinha de procurar outras dire-

ções, e o Brasil, em pleno florescimento econômico, será uma delas. Doutro lado, entrava em cena um novo país de grande emigra-

ção, a Itália, como resultado das perturbações políticas e sociais por que atravessava. E o italiano, tanto pela questão de clima, como de afinidade maior com as condições do Brasil, adaptar-se-á melhor e mais facilmente que o alemão e outras populações do norte da Europa que dantes formavam os principais contingentes emigrató-

rios que se dirigiam para a América. Além disto, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente; aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. A emigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000

indivíduos; e no ano seguinte, com mais de 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então na vanguarda e que mal

atingirá 8.000. Daí por diante e até o sé-

culo atual, a imigração italiana conservará sempre, e com grande vantagem, este primeiro lugar.

Nesta fase que ora se inicia, a imigração no Brasil tomará um novo rumo. Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de sa-lários. Obviavam-se com isto alguns dos principais inconvenientes do sistema anterior, fazendo desaparecer as dúvidas que sempre surgiam por ocasião da fixação das quotas que cabiam respectivamente ao empregador e ao empregado. Além disto, em vez de preceder à vinda do imigrante com contratos já assinados na Europa, o governo tomará o assunto a seu cargo, limitando-se a fazer a propaganda nos países emigratórios e pagando o transporte dos imigrantes até o Brasil. Chegando aqui, eles eram distribuídos pelas diferentes fazendas de acordo com as necessidades delas e os pedidos feitos.

Este processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado "imigração subvencionada", reservando-se o nome de "colonização" ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. Ambos os sistemas terão seus partidários. A "imigração" tem naturalmente a preferência dos maiores e mais diretos interessados: os proprietários necessitados de braços. Resolviam com ela, desde logo e sem delon-gas, o seu problema de trabalho. O plano da "colonização" não apresentava solução tão pronta e imediata; mas suas perspectivas eram mais amplas. Argumentavam seus partidários que o principal era incrementar o povoamento do país; a questão de braços para a grande lavoura resolver-se-ia naturalmente no futuro como conseqüência de tal incremento: dos núcleos coloniais sairiam logo os trabalhadores necessários. E havia a vantagem de tornar a imigra-

ção para o Brasil muito mais atraente, oferecendo aos candidatos, desde logo, a possibilidade de se tornarem proprietários. Sem contar as vantagens de ordem social, pois formavam-se assim verdadeiros povoadores, fixados na terra e com ela identificados, em vez de populações flutuantes e desenraizadas de mercenários.

A razão última estava com eles, certamente. Mas nada puderam contra o interesse poderoso dos proprietários necessitados de bra-

ços e que precisavam de uma solução imediata para o problema premente de mão-de-obra que enfrentavam. Sobretudo nas regiões onde a grande lavoura

dominava de uma forma absoluta, particularmente em São Paulo, nunca se cuidará em escala apreciável da organização de núcleos coloniais de pequenas propriedades. Os imigrantes que chegavam eram poucos para as necessidades da lavoura cafeeira sempre em franco progresso, e a quase totalidade deles se fixarão nas fazendas como simples assalariados.

O sistema de "colonização" terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. Para o norte do Brasil a questão não se proporá: esta parte do país nunca receberá uma corrente apreciável de imigrantes europeus, apesar do interesse que muitas vezes se tomou lá pelo assunto. Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, se não decadente.

O Sul, pela sua riqueza e prosperidade, e favorecido ainda por um clima mais favorável, tornara-se o pólo único de atração, no Brasil, das correntes imigratórias.

Em conjunto, a "imigração" (no sentido restrito dado à palavra) superará sempre, de muito, a "colonização". As principais dificuldades que tornaram tão difícil, no primeiro momento, o enga-jamento de trabalhadores livres nas fazendas, serão vencidas nesta segunda fase mais madura e ativa da imigração européia. De um lado os proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão-de-obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imigrante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e tratá-

lo de acordo com sua condição de homem livre. Mais tarde, aliás, começará também a intervir uma legislação protetora que assegurará algumas garantias e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Doutro lado, o abandono do sistema de parceria e a a-doção do salariado afastou, como vimos, uma das principais causas de atritos e desentendimentos; um salário fixo, em regra por tarefa e estabelecido por normas e praxes gerais, eliminou qualquer margem para dúvidas. Finalmente, na região em que sobretudo se iriam agora fixar os imigrantes, o oeste de São Paulo, a proporção dos escravos para os trabalhadores livres se reduziria muito; a massa escrava, em declínio desde a abolição do tráfico, já não era suficiente para suprir os setores de ocupação mais recente; os escravos eram aí em minoria. A maior parte das fazendas de café instaladas depois de 1880, contará sobretudo e quase unicamente com

trabalhadores livres. Desaparece assim mais uma circunstância ge-radora de dificuldades para o trabalho livre, e que era sua coexistência nas mesmas fazendas e em iguais tarefas com o trabalho servil.

O progresso da imigração no último quartel do século será rá-

pido. Ela começa a crescer depois de 1871, atingindo em 1886 pouco mais de 30.000 indivíduos. No ano seguinte, quando a abolição do regime servil se mostrava já iminente, salta bruscamente para 55.000; e no próprio ano da abolição (decretada como vimos em maio de 1888) sobe para mais do dobro deste número (133.000). Daí por diante, e até o fim do século, a imigração conservar-se-á sempre num nível médio anual largamente superior a 100.000.

Mas se este progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. Pondo em evidência as suas contradições no que diz respeito à sua insuficiência, tanto quantitativa como qualitativa, irá cada vez mais minando suas bases e apontando para o caminho do futuro. Doutro lado, a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma ex-ceção, torna-se forte elemento de dissolução do sistema escravista. Através do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo. Quando os abolicionistas começam a agir nas fazendas, pregando a revolta e a fuga dos cativos, seus principais colaboradores se-rão os trabalhadores livres que levam aos escravos o exemplo e a palavra benfazejos da liberdade.

20

Síntese da Evolução

Econômica do Império

A SEGUNDA metade do séc. XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira. É certo que se trata de um prolongamento da fase anterior, e resulta em última análise da emancipação do país da tutela política e econômica da metrópole portuguesa. Mas a primeira metade do século é de transi-

ção, fase de ajustamento à nova situação criada pela independência e autonomia nacional; a crise econômica, financeira, política e social que se desencadeia sobre o Brasil desde o momento da transferência da corte portuguesa em 1808, e sobretudo da emancipação política de 1822, prolonga-se até meados do século; e se é verdade que já antes deste momento se elaboram os fatores de transforma-

ção, é somente depois dele que amadurecem e produzem todos os frutos que modificariam tão profundamente as condições do país. Ex-pandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, dila-tando-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material do Brasil.

Isto já se começa a observar nitidamente logo depois de 1850.

Como já foi referido anteriormente (cap. 15), a abolição do trá-

fico africano consumada naquele ano, terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, e finalmente 8 estradas de ferro. Boa parte destes empreendimentos e outros semelhantes que aparecem pela mesma época não representa mais que especulação estimulada pela súbita libertação dos capitais dantes invertidos no trá-

fico africano, bem como pela inflação de crédito e emissões de papel-moeda que então se verificam. E como também foi notado, esta especulação terminará no grave desastre das crises financeiras de 1857 e 1864.

Há contudo um fundo mais sólido e um progresso efetivo. O Brasil inaugurava-se num novo plano que desconhecera no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e certo artificialismo, assinala assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova. Ele servirá de motor para a expansão das forças produtivas do país cujo desenvolvimento adquire um ritmo apreciável. Sem contar os grandes empreendimentos como estradas de ferro e empresas de navegação a vapor, instalam-se, embora ainda muito rudimentares, as primeiras manufaturas de certo vulto; o co-mércio, em todas suas modalidades, se expande. Mas é sobretudo na agricultura que se observará este crescimento da produção brasileira. A lavoura do café, gênero então de largas perspectivas nos mercados internacionais, contará com uma base financeira e de cré-

dito, bem como um aparelhamento comercial suficiente que lhe permitirão a considerável expansão analisada em capítulo anterior (cap. 16).

Todo este progresso, embora através de crises de crescimento mais ou menos graves e prolongadas, estender-se-á daí por diante sempre em marcha segura, até o século presente. Haverá uma interrupção mais grave e de conseqüência mais profunda: a guerra em que o Brasil se empenha, ao lado da Argentina e do Uruguai, contra o Paraguai, e que envolve o país durante cinco anos (1865-1870) na mais séria crise internacional de sua história. Sem preparo suficiente e em plena crise de formação e crescimento, o Brasil enfrentará uma guerra longa e árdua que porá à prova todos seus recursos. Sairá vitorioso, mas muito abatido. No terreno econômico os resultados da vitória serão nulos; nada se podia lucrar da derrota de um vizinho que embora militarmente forte e bem aparelhado, era economicamente débil e ficou reduzido pela guerra à última extremidade. O Paraguai não poderá nem pagar uma parcela sequer da dívida de guerra, que ficará em suspenso até época recente em que é graciosamente cancelada. O único resultado positivo da vitória brasileira — além da ocupação de pequena área fronteiriça sem maior interesse —, será assegurar o franqueamento definitivo da livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, de grande importância no Brasil para as comunicações com a província de Mato Grosso. Mas isto mesmo não terá grande significação econômica imediata: Mato Grosso, província pobre e ainda sem perspectivas no momento, não poderá aproveitar-semuito das vantagens obtidas com esta liberdade de comunicações. Aliás, a via fluvial perderá mais tarde sua importância vital quando Mato Grosso se liga ao litoral Atlântico por estrada de ferro direta.

Mas se não produziu resultados positivos de expansão econômica apreciável, a guerra do Paraguai, inversamente, comprometeu seriamente as finanças do Brasil. As grandes despesas com que arcou contam entre os principais fatores do desequilíbrio da vida financeira do país então verificado e de tão funestas repercussões durante um longo período posterior. Não poderá mais o Império equilibrar seus orçamentos, que se achavam em estado precário e se encontram agora irremediavelmente gravados. Acentuam-se os males resultantes de empréstimos, sobretudo externos, e emissões vultosas de papel inconversível a que se foi obrigado a recorrer a fim de custear as despesas da guerra. O saneamento das finanças públicas e o estabelecimento de um sistema monetário estável e sólido, problema de solução já tão difícil nas condições normais do Brasil, serão definitivamente comprometidos pela guerra; e o Império extinguir-se-á vinte anos depois dela sem ter podido ainda estabelecer no país a ordem financeira, tão necessária à sua consolidação econômica. A guerra do Paraguai tem nisto uma parcela importante de responsabilidades.

Mas apesar disto, o progresso material do Brasil, já bem lan-

çado antes do conflito, e embora atenuado no seu curso, retoma lo-go depois um ritmo ascensional rápido e seguro. O decênio que o segue imediatamente, e que vai de 1870 a 1880, será contado como um dos momentos de maior prosperidade nacional. Prova da capacidade de recuperação de um organismo econômico em pleno crescimento.

O surto de atividades observado desde 1850, ganha novo impulso e não se interrompe mais. Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas continuam a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. Esta acumulação capitalista provém sobretudo da agricultura, cuja prosperidade é notável e oferece larga margem de proveitos. Além disto, a substituição dos escravos por trabalhadores livres (que neste período, como vimos, começa a se intensificar) mobiliza os capitais que dantes se invertiam e imobiliza-vam naquela propriedade humana. Os grandes lavradores já não precisarão, como no passado, inverter a maior parte dos seus recursos em escravos, recorrendo para isto muitas vezes a créditos onerosos; e grandes disponibilidades de capital até então fixos, se tornam circulantes e desembaraçados para outras aplicações além do pagamento do trabalho agrícola.

Doutro lado, aparelha-se a vida financeira do país. A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de bolsa, permitem captar e mobilizar em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista. Aparecerá no Brasil uma réplica, modesta

embora e muito afastada de seus modelos, das grandes praças financeiras da Europa e dos Estados Unidos, com uma atividade e ritmo de vida que procuram aproximar-se delas. Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo.

Com as iniciativas privadas colaborará o Estado, arrastado no movimento67; e sobretudo o capital estrangeiro (o inglês em particular), ávido de captar em seu benefício as atividades de uma jovem nação em pleno florescimento. Os grandes empreendimentos industriais (estradas de ferro, aparelhamento portuário, obras urbanas, etc), embora indispensáveis e condição essencial de qualquer realização posterior, estavam ainda, na maior parte, além das possibilidades do capital privado indígena que apenas ensaiava seus primeiros passos. O capital estrangeiro e o Estado tomam-nos a seu cargo. Este último, aliás, no mais das vezes, não servirá senão de empresário, levantando empréstimos no exterior para realizar os empreendimentos. Em outros casos, como se deu na maior parte das
67 Não é do programa deste livro a história política e social do Brasil. Mas convém lembrar aqui o papel que o império representou nesta conjuntura. Ele sempre constituiu uma força conservadora, não raro reacionária, que só muito prudente-mente acompanhava o surto de renovação que perpassava na vida brasileira. Quando cedia à pressão dos acontecimentos, era para firmar-se logo depois numa imobili-dade intransigente. Já vimos isto, embora muito incidentemente, no caso da escravidão. O Império não se mostrará mais progressista com relação às demais reformas econômicas e sociais exigidas pela conjuntura do momento. E será esta quiçá a causa fundamental do seu desaparecimento. Notemos que por "Império" não entendo aqui unicamente a administração pública e a estrutura política, mas o conjunto das instituições, bem como a posição ideológica dominante no regime imperial.

estradas de ferro, intervirá apenas estimulando o capital estrangeiro com a concessão de garantia de juros.

Tudo isto resultará numa completa remodelação material do Brasil. O Império, quando em 1889 se extingue e é substituído pela República, terá coberto uma larga e importante etapa da evolução econômica do país. Vejamos alguns índices ilustrativos do nível atingido. A população crescera para 14 milhões de habitantes; nas categorias mais elevadas desta população vamos encontrar riqueza e bem-estar que de certa forma se emparelham com suas correspondentes do velho continente, o que não observamos em nenhum outro momento do passado. Há fortunas de certo vulto, e não são excepcionais; e um nível de vida elevado a que não falta nenhum requinte contemporâneo da abastança. O intercâmbio comercial externo do Brasil cifrava-se em cerca de 500.000 contos (50 milhões

de libras esterlinas-ouro), o que colocava o país entre os participantes significativos do comércio internacional. As rendas públicas nacionais ascendiam a 150.000 contos (15 milhões de libras)68; e a riqueza total do país avaliava-se em 20.000.000 de contos (embora este cálculo seja meramente apreciativo, pois faltam dados para uma avaliação aproximadamente segura).

O aparelhamento técnico se desenvolvera bastante. As estradas de ferro, cujo estabelecimento data de 1852, somavam cerca de 9.000 km de linhas em tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente, e além das linhas internacionais, articulava todo o longo litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul; prolongava-se ainda para o Sul, e pelo Rio da Prata e rios Paraná e Paraguai, comunicava Mato Grosso com o resto do país. No Amazonas também subia as águas do rio até Tabatinga, na fronteira do Peru, e ramificava-se pelos principais afluentes: Madeira, Negro, Tocantins. A navegação fluvial a vapor se instalara também em outros rios menores distribuídos ao longo da costa brasileira e penetrando o interior: Itapicuru (Maranhão), Parnaíba (limite do Maranhão e do Piauí), Paraguaçu (Bahia), Ita-jaí (Santa Catarina), Guaíba e Pardo (Rio Grande do Sul); bem como no São Francisco, o grande rio que estabelecia a única ligação central entre o norte e o sul do país. Esta navegação somava ao redor de 50.000 km de linhas em tráfego regular.

Menos ampla era a rede rodoviária; pouco se terá feito para transformar ou melhorar os deficientes caminhos herdados da colô-

nia. O que se explica: não chegara ainda a era do automóvel, e nas grandes distâncias em terreno acidentado e difícil que separam o Brasil (exigindo portanto vias de grande custo), o transporte por viaturas de tração animal não representava solução vantajosa e preferível ao antigo processo da carga; continuar-se-á por isso, onde não havia transporte ferroviário ou fluvial, com o sistema tradicional, o lombo de burro, para que os velhos caminhos eram suficientes. De estradas de rodagem de certo vulto, o Império legará apenas a "União e Indústria", entre Petrópolis e Juiz de Fo-ra, isto é, ligando as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e a estrada de "Graciosa" que vencia a Serra do Mar entre 68 Não são computadas aqui as rendas provinciais e municipais que constituem ali-

ás quota relativamente pequena.

Curitiba e Antoninana província do Paraná

Assim, de um modo geral, o Brasil realizara um grande avanço no sistema de

transportes, e apesar de suas deficiências (como em particular a desconexão das linhas e falta de um plano geral e de conjunto), terá lançado as bases de todo seu desenvolvimento futuro. Em termos relativos, o progresso no período que ora nos ocupa será mais acelerado que em qualquer outro momento posterior. É interessante observar aqui uma conseqüência de ordem geral importante que resulta da introdução do vapor na navegação marítima, e que vem a ser uma mudança profunda na orientação das grandes articula-

ções do país. Desde fins do séc. XVIII estas se tinham voltado pa-ra a via terrestre ou fluvial, mas interior, com tendência a du-plicar e mesmo substituir as ligações marítimas entre os pontos extremos do território. Embora a população se distribuísse sobretudo ao longo da faixa costeira, é por terra preferentemente, em virtude da dificuldade da navegação a vela e deficiência de portos naturais, que começavam a se articular os diferentes setores do país. O emprego do vapor facilitará e avantajará de tal forma a navegação marítima, que esta desbancará completamente aquelas comunicações terrestres que começavam a se estabelecer e desenvolver. Serão abandonadas, ou quase, e o país voltará ao primitivo sistema dos primeiros tempos de completo isolamento, por via interior, dos diferentes núcleos esparsos ao longo do litoral, que se ligarão doravante unicamente pela via marítima69.

Além das vias de transporte, o império deixará também uma desenvolvida rede telegráfica de quase 1.000 km de linhas, articu-lando todas as capitais e cidades mais importantes do país. Isso sem contar os cabos submarinos transoceânicos que o ligavam a diferentes partes da Europa e América.

Realizara-se também um relativo "progresso industrial; das manufaturas têxteis em particular, de que se contam no fim do Impé-

rio cerca de cem estabelecimentos de certo vulto. A localização dos centros têxteis obedecerá a dois critérios que naturalmente são fundamentais: densidade demográfica (donde facilidade de mão-de-obra e mercados próximos) e vizinhança das fontes de produção da matéria-prima (quase só algodão). A questão da energia nestas indústrias relativamente pequenas era ainda secundária. Concentra-se assim a indústria têxtil no Rio de Janeiro (capital e algumas cidades maiores próximas); em Minas Gerais, particularmente Juiz de Fora, cidade que surge depois da Independência e se tornará a principal da província; centros do Nordeste (de população densa e larga produção algodoeira): Pernambuco e Bahia, sobretudo. Finalmente, no Maranhão, e precisamente em Caxias, centro importante de produção algodoeira. São Paulo, que será no século atual, e com imensa vantagem, o grande núcleo industrial do Brasil, ainda figura em segundo plano.

A questão de mão-de-obra nestes centros maiores e onde se localiza a indústria, resolver-se-á facilmente e a baixo preço. O

que será aliás o fator máximo da sua prosperidade. Aí a população 69 Só muito recentemente, graças ao progresso ferroviário e ao emprego do automó-

vel e do caminhão, e bem em nossos dias, do transporte aéreo, as rotas interiores do Brasil se vão novamente reconstituindo.

marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões de certa densidade demográfica. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E

será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito das suas características e da sua evolu-

ção.

É este um dos aspectos mais progressistas, se não o maior deles, da nascente industrialização brasileira, pois permitirá entrosar no trabalho produtivo normal uma categoria importante da população que vivera até aí à margem dele. Apesar destes começos, a indústria brasileira não sairá tão cedo da sua mediocridade, e lutará com dificuldades que lhe limitam consideravelmente os horizontes. Também não resolverá por isso, de uma forma ampla, nenhuma das contradições e dos problemas econômicos e sociais do país. Todas as condições vigentes, a começar pelo próprio sistema fundamental da nossa organização econômica, conspiravam contra ela.

Mantivera-se a estrutura legada pela colônia em que domina uma atividade produtiva assente no trabalho escravo e voltada inteiramente para uns poucos gêneros agrícolas destinados à exportação.

Nisto se concentrava e disto dependia ainda a vida do país, apesar de todas as

transformações operadas. Continuava assim a não sobrar margem apreciável para outras atividades; sem contar que em particular as manufaturas dependiam de condições e habilitações técnicas que a rudimentar e primitiva comunidade escravocrata brasileira não estava em condições de proporcionar. Faltava sobretudo o que a moderna indústria fabril e mecanizada exige como condição essencial de vida: um mercado amplo e em contínua expansão, o que as condições sociais e econômicas da grande massa da população brasileira não podiam oferecer. Não era assim possível às manufaturas nacionais concorrerem com a importação estrangeira proveniente de indústrias altamente desenvolvidas, em constante e acelerado progresso. Era a esta que caberia satisfazer às necessidades limitadas do país; as manufaturas indígenas só excepcionalmente estariam em condições de supri-las.

A economia brasileira estava assim presa num círculo vicioso de que somente transformações futuras de vulto a poderiam livrar: ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, a grande lavoura produtora de gêneros de exportação. Se era nesta que se baseavam a riqueza e a produtividade nacionais, era ela também, em última análise, a responsável pelas acanhadas perspectivas do país. Disfarçava-se momentaneamente esta profunda contradição graças ao virtual monopólio, de que gozava o Brasil, da produção de um gênero cuja procura nos mercados internacionais não cessava de se expandir: o café. Alguns outros produtos da mesma categoria econômica reforçavam, embora em plano muito inferior e modesto, esta situação: o açúcar, já nos estertores de uma agonia próxima; o algodão, mais ou menos estacionário e sem perspectiva; a borracha, que graças aos automóveis e seus pneumáticos estará destinada a um futuro magnífico, e que, nativa do vale amazônico, daria momentaneamente ao Brasil o monopólio de uma mercadoria de grande consumo internacional; o cacau, também nativo da Amazônia e que se cultivará sobretudo em Ilhéus (Bahia). Estes produtos representam praticamente a totalidade da exportação brasileira dos últimos anos do Império; o que quer dizer, numa economia como a nossa, a melhor parte das atividades produtivas do país e o que havia de fundamental na sua estrutura.

Base econômica, como se vê, muito precária, e dependendo de conjunturas incertas e inteiramente fora do nosso alcance; o que o correr do tempo, aliás, se incumbiria de dolorosamente mostrar.

Mas está-se ainda longe deste momento fatal em que nos fal-tariam sob os pés os fundamentos da nossa vida econômica. Estamos ainda numa fase em que graças sobretudo e quase unicamente ao ca-fé, a economia brasileira se expande; as finanças públicas, apesar dos *deficits* constantes, podiam fazer face às mais prementes necessidades administrativas e realizar algumas obras de vulto; até a

moeda, sempre tão precária, fortalecer-se-á e gozará de certa estabilidade nos últimos anos da monarquia (basta dizer que o ouro e a prata chegaram a circular normalmente sem que os expulsasse a massa de papel inconversível que formava o meio circulante do pa-

ís); o crédito brasileiro no exterior era sólido, o que assegurava inversões crescentes de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos. Este afluxo constante de capitais vindos de fora, garantia o equilíbrio do balanço de contas exteriores e das finan-

ças públicas que sem ele, e mesmo com todos os progressos do país, não se teria podido manter. A economia brasileira ajustar-se-á inteiramente a este sistema de equilíbrio, e embora ele representasse um saque ilimitado sobre o futuro, não apresentava no momento inconveniente algum. O único risco seria o estancamento súbito desta fonte larga e generosa, o que naturalmente traria o colapso de todo sistema. Mas nada fazia supor tal eventualidade, pois tudo corria admiravelmente bem para ambas as partes. Ainda nas vésperas da República, no mesmo ano em que esta é proclamada (1889), o governo imperial levantará em Londres seu último e mais vultoso empréstimo, da importância considerável de quase 20 mi-lhões de libras, destinado a converter diferentes créditos anteriores e pagar juros e amortizações, vencidos. Isto já se tornara um recurso normal: quando não se podia pagar uma dívida vencida, ela se saldava com um novo empréstimo...

Está claro que este processo de equilíbrio, embora proporcio-nasse uma prosperidade momentânea, não deixava de evidenciar suas debilidades congênitas. Já referi anteriormente que isso tornava impossível o estabelecimento de um sistema monetário e financeiro sólido e normal. O Império viveu neste terreno de expedientes e ao sabor das circunstâncias do momento. As oscilações do volume do meio circulante independiam quase inteiramente do estado dos negó-

cios, e eram função apenas da situação das finanças públicas. São os déficits do Tesouro que regulam o montante da moeda emitida. O

que impediu conseqüências mais graves é que ocorreu, neste período que analisamos, uma certa coincidência entre os déficits crônicos das finanças públicas (donde emissões repetidas) e a contínua expansão da economia do país. Ela contou assim sempre, de um modo geral, com numerário suficiente; e as emissões não degeneravam em inflação papelista. Assim as fortes emissões realizadas durante a guerra do Paraguai foram logo absorvidas normalmente; e poucos anos depois, em 1875, já se faziam sentir restrições do meio circulante;

lançou-se então mão do expediente de emissões bancárias (embora inconversíveis). Em 1878, novas emissões para cobrir despesas públicas extraordinárias70; e apesar disto, sete anos depois, uma sensível retração monetária que faz recorrer novamente ao processo de bancos emissores.

Logo se vê o que há de precário e irregular nesta política monetária orientada pelo acaso e por expedientes de momento. Ela não podia impedir, como não impediu, um desajustamento crônico e mais ou menos amplo. Donde a instabilidade financeira permanente, as violentas oscilações da moeda, refletidas no câmbio exterior e no seu poder aquisitivo interno; as não menos bruscas e fortes contrações e expansões do meio circulante, do crédito, das atividades financeiras, sem correspondência alguma com a situação econômica real do país. Não gozou o Brasil sob o Império, apesar de todos os progressos realizados, em nenhum momento, pode-se dizer, de estabilidade e segurança financeira. O que isto representou como obstáculo ao seu desenvolvimento normal é difícil de avaliar; mas não há dúvida de que tal instabilidade é o principal responsável pela falta de consolidação da vida econômica e social brasileira e pela feição caótica que toma a evolução da nossa economia. Todas as iniciativas terão sempre vida aleatória; a produção viverá sempre em sobressaltos; todas as atividades terão caráter acentuadamente especulativo, e tanto podem levar à fortuna súbita e inesperada, como à ruína, sem margem para previsões medianamente seguras.

O resultado disto observar-se-á, entre outros efeitos, na singular instabilidade das fortunas privadas e das situações financeiras dos indivíduos. Raros serão os patrimônios brasileiros que atravessariam mais de uma geração, e os casos de vários extremos financeiros no curso de uma só existência são quase normais. Naturalmente outros fatores sociais e também políticos contribuem para isto; mas o papel da instabilidade financeira do país foi sempre, sem dúvida, dos mais relevantes neste panorama de insegurança que caracteriza a vida brasileira desde a segunda metade do século passado.

Dominando contudo estas contradições da evolução econômica do Brasil nesta fase que nos ocupa, está sem dúvida, como já foi assinalado, a questão do trabalho. A decadência da escravidão, representada concretamente pela ininterrupta redução da massa escrava e a crise crônica de mão-de-obra, punha o país constantemente 70 Com uma revolta local, mas muito intensa, no Nordeste; e com o socorro aos flagelados pela seca naquela mesma região.

na iminência do colapso de seu sistema produtivo. O alarma despertado pelo assunto foi sempre, aliás, considerável, e isto se re-fletia em largas agitações políticas no Parlamento, na imprensa, nas acirradas polêmicas da época. Não faltava quem visse na aboli-

ção da escravidão o termo da economia da grande lavoura; conside-rava-se que não seria possível ajustar a ela o trabalho livre e assalariado. Sobretudo do imigrante europeu. Um observador holandês, destacado pelo governo do seu país para estudar a cultura cafeeira no Brasil71 e que escreverá o melhor trabalho que possuímos sobre o assunto, chega em 1883, depois de longas e cuidadosas observações, à conclusão de que efetivamente o progresso da lavoura cafeeira, em face da iminência da abolição do trabalho escravo, estava irremediavelmente comprometido. E cita a propósito a opini-

ão da maioria das pessoas por ele consultadas no curso de suas viagens e seus estudos. Falhará a previsão, e a expansão da lavoura do café continuará como dantes, se não com ritmo ainda mais acentuado, sob o regime do trabalho livre de imigrantes europeus. Mas a adaptação não será fácil, e não se fará sem um compromisso de que resultaria um tipo de relações de trabalho que sem serem servis, conservarão traços acentuados do regime abolido. E será esta aliás, uma das principais fontes de contradições econômicas e sociais da fase que seguirá.

Resta uma última ordem de considerações relativamente ao perí-

odo que ora se encerra. É a grande modificação do equilíbrio demográfico e geo-econômico do país no curso da segunda metade do sé-

culo passado. Este fato já foi assinalado quando se estudou o desenvolvimento das regiões cafeicultoras do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo) e a decadência do Nordeste. Do empobrecimento deste último setor, densamente povoado desde a colô-

nia, vão resultar correntes demográficas fortes e constantes que dali se dirigem em demanda de regiões com melhores perspectivas.

Este movimento de populações tornar-se-á particularmente ativo depois da grande seca de 1877-80, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e sobretudo São Paulo, o grande pólo de atração. O desequilíbrio em favor deste último, que já começava a beneficiar-se com a larga imigra-

ção estrangeira, tornar-se-á cada vez mais profundo, e vai preparando o novo São Paulo tão diferente dos nossos dias; um São Paulo que econômica, social e demograficamente contrasta tão profundamente com o resto do país. Fato este prenhe das mais amplas e graves conseqüências.

De menor importância, mas assim mesmo de grande expressão no futuro, será outro fato demográfico que pertence à segunda metade do século passado: é a colonização estrangeira no Extremo Sul do país; particularmente no Rio Grande, e menos intensamente em Santa Catarina e no Paraná. Ao contrário de São Paulo, nestas regiões temperadas onde não existe a grande lavoura tropical, o imigrante não se fixa como assalariado, mas encontra facilidades para aqui-71 Van Delden Laèrne. O assunto interessava à Holanda por causa da sua colônia de Java, cuja riqueza consistia precisamente na produção do café.

sição de pequenas propriedades, e é nestas condições que se estabelece. O sistema de "colonização" acima definido, aqui predomina inteiramente. Constitui-se assim, nesta parte do Brasil, um setor cuja organização econômica e social é bem distinta da do resto do país: grande parcelamento da propriedade fundiária, ausência do latifúndio; em vez de grandes lavouras do tipo do café, do açúcar ou do algodão, que produzem sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades de caráter local e destinadas ao abastecimento interno do país: cereais, vinho, produtos de granja, etc. Isto terá a princípio muito pequena significação na economia geral brasileira, mas começará a impor-se com o tempo e hoje, um século decorrido daquele início, já pesa sensivelmente na vida econômica do Brasil.

Um último fato demográfico e geo-econômico que cumpre registrar é a progressiva ocupação, no Centro-Sul, do grande vácuo deixado entre os núcleos povoados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e aqueles, de origem espanhola, fixados ao longo dos rios Paraguai e Paraná (hoje compreendidos na República do Paraguai). Es-te miolo de territórios desertos compreendidos dentro dos limites ainda teóricos do Brasil, começa a ser povoado na segunda metade do século passado por fazendas de gado. A origem dos povoadores da região e Minas Gerais, mais densamente ocupada por efeito da intensa mineração do séc. XVIII, agora praticamente extinta. Na sua marcha para o sudoeste, os mineiros ocuparão primeiro o chamado Triângulo Mineiro, o território situado no ângulo formado pela confluência dos rios Parnaíba e Grande, formadores do Paraná. Esta região, que em meados do século não contava mais de uns 6.000 habitantes, compreendidos 4.000 índios semicivilizados, reunirá em fins do Império acima de 200.000 indivíduos, com um centro urbano já de certa importância: Uberaba. O avanço do povoamento seguirá daí para a região que forma o sul da província de Mato Grosso, descendo pelo rio Paraná. Esta província, que não contava por ocasião da Independência 37.000 habitantes, e pouco mais que isto em meados do século (as estatísticas oficiais dão 40.000), somará em fins do Império acima de 200.000. E quase todo, senão todo este considerável aumento se pode computar na região pastoril do Sul, onde também, em certos pontos, se explora a erva-mate nativa que aí se encontra. O Norte das minas de ouro decaíra para

sempre. A principal cidade não será aliás mais a capital que por tradição se conservará em Cuiabá, antigo centro minerador decadente, mas Co-rumbá, que pertence ao Sul.

Mapa do Brasil meridional, indicando as regiões coloniais (sombreado), bem como a marcha do povoamento que partindo de Minas Gerais, atinge o Triangulo Mineiro e o sul de Mato Grosso.

A REPÚBLICA BURGUESA

1889-1930

Apogeu de um Sistema

A LARGA EXPANSÃO das forças produtivas e o progresso material a que assistimos nos últimos decênios do Império ainda se ativarão mais com o advento da República. Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior. Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, neste sentido, perspectivas mais amplas. Para isto concorrem ao mesmo tempo, estimulando-se reciprocamente, fatores externos e internos. Entre aqueles encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável desenvolvimento da população européia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material — os sistemas de transporte — como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e equitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil.

A conjuntura interna, igualmente favorável, completará este quadro para oferecer ao país um máximo de possibilidade no terreno econômico. A solução do problema da mão-de-obra, a grande questão do passado, fora completa: de um lado, pela abolição da escravidão se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada e contando com o super-povoamento de várias regiões da Europa, se conseguira canalizar para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores. Não se devendo esquecer que este afluxo considerável de imigrantes só foi possível graças ao aperfeiçoamento técnico da navegação, bem como ao próprio desenvolvimento econômico do país, de que ele seria um dos principais estimulantes. O entrelaçamento de causas e efeitos é neste caso, como sempre, completo. É, aliás em boa parte o progresso da técnica moderna que permitirá aquele acentuado desenvolvimento da produção brasileira, pondo a seu serviço não somente a maquinaria indispensável (sem os aperfeiçoados processos de preparação do café não teria sido possível a larga expansão da sua cultura) e a energia necessária para acioná-la (a eletricidade), como também os transportes ferroviários e marítimos indispensáveis para a movimentação através de grandes distâncias, dos volumes imensos da produção agrícola do país.

A par destes fatores imediatos, concorre nesta fase para o es-tímulo das

atividades econômicas brasileiras a convulsão ocasiona-da pelo advento da República. Não que esta tivesse profundezas po-líticas ou sociais; a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira "bestializado" ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava. Mas a República agiu como bisturi num tumor já maduro; rompeu bruscamente um artificial equilíbrio conservador que o Império até então sustentara, e que dentro de fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido, mantinha em respeito as tendências e os impulsos mais fortes e extremados que por isso se conservavam latentes. Estes se fazem então sentir com toda sua força longamente reprimida, abrindo perspectivas que a monarquia conservadora contivera ou pelo menos moderara muito. No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como um ideal legí-

timo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará. O contraste destas duas fases, anterior e posterior ao advento republicano, se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer. No Império ele não representa senão figura de segundo plano, malvista aliás e de pequena consideração. A República levá-lo-á para uma posição central e culminante. A transformação terá sido tão brusca e completa que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negocistas. Ninguém escapará aos novos imperativos da época. Os próprios governantes terão sua parte nestas atividades, e até o espetáculo de ministros e altas autoridades metidos em negócios — coisa que nunca se vira no Impé-

rio — será freqüente. A primeira crise governamental logo após a proclamação da República, e que deu por terra com todo um ministé-

rio, teve por origem imediata a questão da concessão de um porto marítimo no Rio Grande do Sul, e até o presidente da República aparecerá envolvido no assunto. O Império, em suas sucessivas crises do governo, nunca assistira a nada que a isto se assemelhasse; naquele tempo, um dos homens mais capazes e empreendedores que o Brasil jamais produziu, Mauá, fora posto no índex da nação somente porque, como deputado, ousara defender no Parlamento interesses privados. Estes se tornavam agora, com o consentimento de todo

mundo, um dos principais eixos das atividades políticas...

Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Trans-punha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econô-

mica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Impé-

rio antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado.

Outro fator ainda virá estimular as atividades brasileiras. É

a finança internacional que entra a participar delas ativamente. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir desde longa data. Referi-me anteriormente aos empréstimos públicos que vêm desde os primeiros anos da Independência e que tiveram tamanho papel na evolução do Brasil; lembrei também as iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação, etc).

Não esqueçamos também a participação de tantos estrangeiros nas atividades econômicas do país, e ocupando sobretudo no comércio e na indústria posições de relevo. Mas tudo isto ficará a grande distância do que ocorre nesta nova fase que agora se inaugura, em que é propriamente a finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que vem interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios. O estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros) e o largo impulso que logo adquirem seus negócios serão sintoma desta situação inteiramente nova.

Dentro em pouco encontraremos a ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço. A produção cafeeira, em particular, a grande atividade econômica do país, será naturalmente logo atingida, e veremos adiante a luta internacional que se tra-vará

em tomo dela.

Tudo isto trará, é natural, um grande estímulo às atividades do Brasil, pois põe a serviço delas os amplos recursos e a larga experiência da finança internacional. Serviço bem remunerado é certo, e prenhe de graves problemas futuros; mas no momento, sem dúvida, estimulante poderoso que contará por muito no surto econô-

mico brasileiro desta fase. O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional. Boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produ-

ção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros.

O grande surto econômico resultante direta ou indiretamente de todos estes fatores que vimos analisando, se verifica sobretudo no desenvolvimento do comércio externo, índice máximo numa economia como a brasileira. Apesar das oscilações e vicissitudes de cada um de seus ramos em particular, o progresso no conjunto será estupen-do, e com um ritmo de crescimento sem paralelo em qualquer outro período da história brasileira. Ao café acrescentam-se, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo. O Brasil tornar-se-á neste momento um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. Dedicará aliás a isto, em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. Em conseqüência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação.

Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 e mais por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil.

As exportações maciças compensam contudo estas grandes e indispensáveis importações; e obtêm-se mesmo saldos comerciais apreciáveis. Os maiores que o país jamais teve são aliás deste perío-do, cifrando-se, no primeiro decênio do século atual, numa média anual de 273 mil contos (15.700.000 libras esterlinas). E são estes saldos vultosos que permitirão fazer frente regularmente aos grandes compromissos externos em ascensão contínua e paralela ao desenvolvimento do

país; serviço da dívida pública, pagamento de dividendos e lucros comerciais das empresas estrangeiras operando no Brasil; e mais uma nova parcela, quase ignorada no passado e que começa então a tomar vulto e pesar seriamente nas finanças brasileiras: as remessas de fundos feitas pelos imigrantes a seus países de origem.

Para atender a estes compromissos, e em reforço dos saldos comerciais, concorrem as inversões de capitais estrangeiros, e em particular os empréstimos públicos. Agora não é mais apenas o governo central que recorre ao crédito estrangeiro; os Estados, tornados autônomos pela República, dele se utilizam largamente; e as simples municipalidades seguem o exemplo. A dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930

alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões. As inversões em atividades privadas também são consideráveis, embora difíceis de computar. É graças a este concurso que as finanças externas do país conseguem se equilibrar, saldando-se normalmente durante certo prazo a sua balança de contas com o estrangeiro. Isto se refletirá no câmbio externo, que depois de 1900 e passada a crise do primeiro decênio da República, estabilizar-se-á com forte tendência para a alta; tão forte que se sentirá a necessidade de limitar suas oscilações fixando artificialmente a taxa. Normalizou-se assim, durante algum tempo, o sistema monetário.

Mas ao mesmo tempo que se ampliavam as forças produtivas do país e se reforçava o seu sistema econômico, acentuavam-se os fatores que lhe comprometiam a estabilidade. A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia porque o tornava mais dependente.

Os efeitos desta contradição logo serão sentidos: no auge da prosperidade começarão a abater-se sobre o Brasil as primeiras crises e desastres graves que comprometerão irremediavelmente o futuro da sua organização econômica. No caso do café, já se principiam a sentir perturbações sérias desde os primeiros anos do século, se não já antes: superprodução, queda de preços, dificuldade de escoamento normal da produção. Mais grave será a crise da borracha, que depois de 1910 começa a ser excluída dos mercados internacionais pela concorrência do Oriente. Em menor escala se passará coisa semelhante com o cacau; e a vida econômica do Brasil, apoiada na exportação destes gêneros, entra

numa crise que a levaria até o desastre final.

Não é aliás apenas esta contradição máxima do sistema econô-

mico brasileiro que lhe comprometerá a estabilidade. Outras ainda decorrem de sua própria estrutura, e vamos encontrá-las nos mesmos fatores que sob outros aspectos vistos acima, o favorecem e impulsionam. Assim no trabalho livre, em particular do imigrante europeu. Se de um lado a transformação do regime de trabalho assegurou o progresso do sistema produtivo do país, doutro ela se revelará um dos mais fortes elementos de desintegração da estrutura básica daquele sistema: a grande propriedade agrária. A adaptação do trabalhador livre ao regime da grande lavoura não se mostrará fácil.

Em primeiro lugar, porque introduz um novo elemento desfavorável e desconhecido sob o regime anterior da escravidão: a instabilidade da mão-de-obra. O trabalhador livre não estará, como o escravo, preso a seu empregador e obrigado, por isso, a sofrer passivamente todas as vicissitudes da exploração do seu trabalho. Logo às primeiras dificuldades o abandonará em busca de situação mais favorá-

vel. Tal contingência, particularmente grave num país de baixa densidade demográfica, e portanto de poucas disponibilidades de mão-de-obra, forçará a adoção de um sistema de relações no trabalho que obrigasse o empregado, embora juridicamente livre, a conservar-se no seu lugar. O processo para chegar a este fim e que mais se difundiu no Brasil será o de reter o trabalhador por dívidas. Pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados, e portanto impossibilitados de o deixa-rem. Este sistema tornar-se-á geral em muitas regiões do país; em particular na indústria da extração da borracha. Torna-se fácil estabelecê-lo por causa das distâncias que em regra separam as explorações rurais dos centros urbanos e do comércio, o que faz do proprietário, quase sempre, um fornecedor obrigatório dos gêneros consumidos por seus trabalhadores. Doutro lado, o baixo nível cultural da massa trabalhadora do país, tão recentemente egressa da escravidão, facilita o manejo arbitrário das contas sempre em prejuízo do empregado.

A adoção de tais expedientes é naturalmente mais difícil no caso do imigrante europeu. Este dispõe de outros recursos de defesa dos seus interesses; além disto, localiza-se sobretudo em regi-

ões que a lavoura cafeeira, em largo e rápido progresso, e ele próprio com a sua

presença, tinham elevado a um nível econômico e social relativamente alto. Além disto, a concorrência no mercado do trabalho, a demanda de trabalhadores é aí muito mais forte, a-nulando assim em benefício do trabalhador, os recursos de que em outros lugares os proprietários podem lançar mão para reterem os empregados contra a própria vontade. Verifica-se assim no caso do trabalhador europeu uma instabilidade muito maior que chega a determinar crises gerais muito graves. Em última instância, ele tem sempre o recurso da emigração e retorno a seu país de origem; ou então a procura dos outros países onde as condições lhe sejam mais favoráveis. Muitos imigrantes europeus, depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Esta emigra-

ção de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um *deficit* imigratório, tendo as saídas superado as entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18.000 indivíduos.

Não é somente na emigração para o exterior, mas também na mudança freqüente de uma para outra propriedade que se verificará a instabilidade da mão-de-obra agrícola. O trabalhador também deixará as fazendas para se estabelecer por conta própria. Lutará para isto com grandes dificuldades: o alto valor das terras aproveitá-

veis, e sobretudo a pouca disposição dos grandes proprietários em cederem parcelas de suas posses. A regra neste assunto de transa-

ções imobiliárias era a venda global das propriedades, e só muito excepcionalmente parte delas. Virão em auxílio dos pretendentes a pequenas propriedades as crises sucessivas que atravessa a agricultura, quando na falta de outro meio de resolver uma situação difícil, o fazendeiro se vê na contingência de retalhar sua propriedade. Também o Estado, com o objetivo de estimular a imigra-

ção, tornando-a mais atraente, tomará a iniciativa de às vezes facilitar a aquisição de pequenas propriedades, lançando mão para isto do processo dos núcleos coloniais já descrito anteriormente.

Esta iniciativa contudo, ditada por interesses muito diferentes que propriamente o objetivo de desenvolver a pequena propriedade, sofrerá vicissitudes consideráveis e não terá continuidade. Será tomada nos períodos de crise de mão-de-obra, quando a imigração declina; mas abandona-se logo depois. E no

conjunto, nunca terá amplitude apreciável.

Em todo caso, nenhum destes obstáculos antepostos à livre circulação dos trabalhadores conseguirá garantir a sua estabilidade.

Ainda sob outro aspecto o trabalho livre comprometerá o sistema da grande lavoura. É que substitui à subordinação passiva do antigo escravo uma luta permanente por direitos e reivindicações que afeta muito seriamente a normalidade das relações de trabalho. A diferença notar-se-á desde logo; em particular no caso do imigrante europeu que não precisará de um estágio preparatório, como o ex-escravo, para ter consciência de sua situação de homem livre. Os atritos se multiplicam e agravam porque em regra os fazendeiros, formados até então no antigo regime servil, não se habituarão facilmente a lidar com trabalhadores livres. E no caso dos trabalhadores europeus, estes atritos chegarão mesmo a ter larga repercussão internacional, obrigando os governos de origem da imigração brasileira a intervirem em favor de seus nacionais. Será entre outros o caso da Itália, que neste período fornecia o maior contingente imigratório. Diante dos abusos praticados nas fazendas contra trabalhadores italianos, chegou-se a propor no Parlamento daquele país a proibição terminante da emigração para o Brasil; e os cônsules aqui acreditados andavam constantemente às voltas com as reclamações de seus compatriotas maltratados nas fazendas.

Esta situação terá grande importância na evolução da legislação brasileira; em particular no Estado de São Paulo, o grande receptáculo da imigração estrangeira. A administração pública ver-

-se-á forçada a adotar medidas de proteção ao trabalhador rural contra excessos de seus patrões que estavam comprometendo o bom nome do país e a continuidade das correntes imigratórias de tão grande importância para a sua prosperidade. Dentre as principais providências tomadas, destaca-se a reorganização do aparelhamento policial para tirar os delegados de polícia da influência direta em que se encontravam dos grandes proprietários rurais, e conceder-lhes liberdade suficiente para a defesa dos mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores. Organizar-se-ão, também com o mesmo fim, aparelhos judiciários e administrativos que velarão pelo cumprimento, pelos proprietários, dos contratos de trabalho.

Em suma, a substituição do trabalho escravo pelo livre, determinará para a grande propriedade contingências muito graves e que ameaçarão seriamente sua solidez. Provocando de um lado a instabilidade da mão-de-obra; introduzindo doutro nas relações de trabalho um estado permanente de atritos, e mesmo de

conflitos mais graves que enfraquecem consideravelmente a antiga posição dominadora e incontrastável do grande proprietário, ela muito lhe compromete a existência. Atinge-lhe mesmo diretamente, em muitos casos, a própria margem de proveitos: a necessidade de concorrer num mercado livre de trabalho, a pressão por melhoria de salários e condições gerais de vida do trabalhador, afetarão gravemente a ba-se financeira das explorações de menor rendimento, apressando assim o seu colapso. É o que efetivamente se verificará em grande escala nas regiões mais antigas, de condições naturais já tornadas precárias por uma longa exploração. Assim, nas velhas zonas cafeicultoras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e mesmo partes de São Paulo, onde não se resistirá às dificuldades criadas pelo novo regime de trabalho livre. Em muitos lugares a produção agrícola será aniquilada, e em seu lugar, onde o latifúndio se consegue manter, desenvolver-se-á quando muito a pecuária, onde o problema da mão-de-obra é menos premente. Mas uma pecuária extensiva, de nível econômico muito baixo. Em suma, a estagnação, a decadência, o despovoamento.

Em outros lugares, nem esta grande propriedade semi-improdutiva e espectro de um passado brilhante se consegue manter.

Ela é eliminada por um novo tipo de exploração agrária, baseado na pequena e média propriedade, que a substitui e vai assim destruindo o antigo sistema agrário do país. Este processo de substituição da grande pela pequena propriedade, será uma das grandes forças com que contará o Brasil para remodelar a sua estrutura econômica e partir de uma outra base para uma nova etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas. Este assunto, que ainda é dos dias que hoje correm, é de fundamental importância na contemporânea evolução econômica do Brasil, e sobre ele voltarei com mais vagar em capítulo próximo.

Nas zonas açucareiras do Nordeste apresentar-se-á uma forma particular de evolução. Também aí a grande lavoura do tipo tradicional sofre um rude golpe com a abolição do trabalho escravo.

E, dada a decadência em que já se encontrava, não resistirá e entra num processo geral de decomposição. Em lugar do engenho aparecerá a grande usina, unidade tipicamente fabril e maquinofatu-reira, que passará a produzir o açúcar extraído da cana fornecido pelas lavouras dos antigos engenhos transformados assim em simples produtores de matéria-prima; divisão de funções que será o germe de novas e profundas contradições em que se oporão a usina absorvente, que tende a recompor em seu benefício uma grande propriedade de novo tipo, e os engenhos (que de engenhos conservam quase sempre apenas o nome, pois já não passam de simples lavouras fornecedoras de cana-de-açúcar) que procuram tenazmente, mas sem sucesso nem perspectivas,

se conservar.

Não ficam neste capítulo do trabalho e da produção as contradições do sistema econômico brasileiro desta fase que nos ocupa.

Funcionando sua produção, sobretudo e quase exclusivamente, para a exportação, fazem-se necessárias — como aliás já vimos — grandes importações dos gêneros indispensáveis ao consumo do país e manutenção da sua população. Daí, avultados pagamentos no exterior, a que se acrescentam outros, também ligados diretamente àquele sistema e dele derivados: a remuneração dos capitais estrangeiros invertidos no país, o serviço das dívidas públicas, as remessas ou retiradas de. fundos pelos imigrantes. Tais pagamentos agirão como fatores constantes de desequilíbrio das finanças externas do país, e comprometerão com isto muito seriamente a estabilidade daquele nosso sistema econômico que, sobretudo depois do primeiro decênio deste século, evoluirá através de crises graves. Mas, noutro sentido, tal desequilíbrio será fecundo, pois contribuirá para uma tendência à diferenciação das atividades econômicas e produtivas do país a fim de livrá-lo da dependência excessiva em que ficara do exterior, e restabelecer o equilíbrio rompido. E assim, enquanto de um lado vemos que se restringem cada vez mais aquelas atividades, centralizando-se a economia brasileira na produção de um pequeno número de gênero exportáveis, com desprezo de tudo mais, desabrocha em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade de que gozavam. O interessante é que será justamente em São Paulo, onde aquela restrição de atividades alcançara talvez sua expressão extrema com a monocultura do café levada ao máximo do exagero, que se encontrarão as primeiras iniciativas no sentido de diversificar a produção. A administração pública terá aí um papel considerável, criando e multiplicando campos de experimentação, onde será cultivada e selecionada toda sorte de produtos agrícolas, e postos zootécnicos. Tais iniciativas permanecerão longamente sem grandes resultados; mas terão no futuro efeitos econômicos consideráveis.

Mas é sobretudo num outro setor que esta diferenciação de atividades sairá logo de seu estado potencial, assumindo rapidamente importância e determinando conseqüências de vulto: na indústria manufatureira. E neste caso, como veremos em seu lugar próprio, o progresso das atividades estará direta e imediatamente ligado às circunstâncias derivadas do desequilíbrio crônico das finanças externas do país. É assim do íntimo das contradições inerentes ao sistema econômico do país que brotam as forças que com o tempo o vão transformando.

Vemos portanto que são vários os fatores que atuam nesta fase que nos ocupa, no sentido de desintegrar o sistema econômico brasileiro fundado na grande

propriedade agrária e voltado para a produção exclusiva de alguns gêneros exportáveis de grande expressão comercial nos mercados mundiais. É pois sob a ação de fatores contraditórios que evoluirá a nossa economia: por um lado assistiremos ao desenvolvimento daquele sistema, que atinge então um má-

ximo de expressão com o largo incremento, sem paralelo no passado, de umas poucas atividades de grande vulto econômico, com exclusão de tudo mais. Mas doutro, veremos resultar daquele mesmo desenvolvimento os germes que evoluirão no sentido de comprometer a princípio, e afinal destruir (se bem que o processo não esteja ainda terminado nos dias que correm) a estrutura econômica tradicional do país. Vejamos agora, em particular, cada um dos principais aspectos deste processo evolutivo.

22

A Crise de Transição

OS PRIMEIROS anos que se seguem imediatamente à proclamação da República serão dos mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta sérias. Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política. Além disto, o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurara nela senão muito dis-cretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em conseqüência, freqüente. Isto se verifica logo nos primeiros anos da Repú-

blica em que à agitação política se acrescentam golpes de força e a guerra civil que desencadeada em 1893, lavrará até 1895.

Paralelamente abater-se-á sobre o país uma forte crise financeira. A origem desta crise — embora complicando-se depois com outros fatores — está no funcionamento do sistema monetário e no sempre recorrente apelo a emissões incontroláveis e mais ou menos arbitrárias de que o passado já dera, como vimos, tantos exemplos.

Destinando-se inicialmente a atender às necessidades da circulação monetária em face da intensificação das transações e da vida econômica e financeira em geral, as emissões acabarão afinal desenvolvendo-se muito além de qualquer medida.

A falta de meio circulante suficiente já se começara a fazer sentir nos últimos anos do Império. O progresso das atividades econômicas, muito acentuado nesse período, determinara uma relativa escassez de moeda que por falta de um sistema organizado e normal de emissões que mantivesse automaticamente certo equilíbrio entre o volume monetário e as necessidades financeiras, tinha por isso de ser atendida, como já fora em outras conjunturas semelhantes, por medidas de emergência e mais ou menos arbitrárias. A carência de meio circulante ainda se agravara com a libertação dos escravos, transformados bruscamente em assalariados; calcula-se que na-da menos de 50.000 contos anuais se tinham

tornado necessários pa-ra este novo pagamento de salários. Importância considerável numa circulação total que no momento mal ultrapassava 200.000.

Ainda outra circunstância levará o governo imperial a auto-rizar emissões: a necessidade de contentar uma classe importante como os antigos proprietários de escravos, fundamente atingidos pela abolição que se fizera sem nenhuma indenização. As novas emissões destinar-se-iam em grande parte a auxiliar com créditos a lavoura prejudicada pela libertação dos escravos.

A faculdade emissora concedida a vários bancos (emissões sobre lastro-ouro e títulos da dívida pública interna), não chegará contudo a ser utilizada, pois logo ocorre o golpe republicano. Mas o novo regime ia defrontar-se com uma situação financeira que não se modificara; e não podia por isso abandonar o projeto de emissão legado pelo Império. Acresce que não seria prudente da parte de um regime que acabava de se instalar e que não sabia ainda ao certo nem como iria ser recebido no país, recusar uma medida ansiosamen-te esperada. Houve mesmo, a princípio, grandes temores, aliás infundados, de uma reação monárquica. Nestas condições o novo governo republicano não somente confirmou a faculdade emissora concedida pouco antes pelo Império, mas ainda a ampliou consideravelmente.

Estará assim dado o primeiro passo de uma aventura que levaria muito longe. Desde logo diferentes fatores novos irão concorrer para estimular cada vez mais as emissões. A mudança do regime, o efeito psicológico que produziu, determinarão, como já vimos, um recrudescimento de atividades. Elas encontrarão no meio circulante em expansão um farto alimento; mas inversamente, estimulam aquela expansão pela pressão financeira que determinam.

Virá reforçar este apelo a novas emissões a situação do Tesouro público, a braços com a perturbação produzida pela mudança de regime, o que não somente desorganiza no primeiro momento a normal arrecadação das rendas, mas logo depois transfere para os Estados alguns tributos, com grande desfalque para as finanças nacionais.

E enquanto diminui a receita (ou pelo menos não aumenta na devida proporção; diminuição absoluta só houve de 1891 para 1892), cres-ciam consideravelmente os encargos com as insurreições armadas e golpes que se sucedem a partir de 1891. Para cobrir o *deficit* crescente o governo não terá outro recurso que as emissões de papel inconversível. Com o país econômica, financeira e politicamente convulsionado não se estava em posição de apelar para o crédi-to.

Sob a ação deste jorro emissor não tardará que da citada ativação dos negócios se passe rapidamente para a especulação pura.

Começam a surgir em grande número novas empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda sorte de negócios possíveis e impossíveis. Entre a data da proclamação da República e o fim da aventura (1891) incorporar-se-ão no Rio de Janeiro sociedades com capital global de 3.000.000 de contos; ao iniciar-se a especulação, isto é, em novembro de 1889, o capital de todas as sociedades existentes no país apenas ultrapassava 800.000 contos. Quin-tuplicara-se quase este capital em pouco mais de dois anos!

Naturalmente a quase totalidade das novas empresas era fantástica e não tinha existência senão no papel. Organizavam-se apenas com o fito de emitir ações e despejá-las no mercado de títulos, onde passavam rapidamente de mão em mão em valorizações sucessivas. Chegaram a faltar nomes apropriados para designar novas sociedades, e inventaram-se as mais extravagantes denominações. Ao lado de projetos irrealizáveis, como estradas de ferro transconti-nentais, grandes empresas de navegação, colonização de territórios os mais afastados e inacessíveis do país, surgem negócios de todo disparatados. Ninguém se lembrava nunca de indagar da exeqüibilidade de uma empresa, das perspectivas do negócio. Tudo era apenas pretexto para incorporação de sociedades, emissão de títulos e especulação.

Está claro que tal situação não podia durar. Em fins de 1891

estoura a crise e rui o castelo de cartas levantado pela especula-

ção. De um momento para outro desvanece-se o valor da enxurrada de títulos que abarrotava a bolsa e o mercado financeiro. A *débâcle* arrastará muitas instituições de bases mais sólidas mas que não resistirão à crise; e as falências se multiplicam. O ano de 1892

será de liquidação; conseguir-se-á amainar a tempestade, mas ficará a herança desastrosa legada por dois anos de jogatina e loucu-ra: a massa imensa de papel inconversível em circulação. Esta subira, entre 1889 a 1892, de 206.000 contos para 561.000. E como não será possível estancar de súbito este jorro emissor, a inflação ainda continuará nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo agrava-se a situação da balança externa de contas. Embora os saldos comerciais se mantivessem no nível médio anterior, a geral retração dos capitais estrangeiros alarmados pela convulsão política e financeira em que se debatia o Brasil, vai-se refletir no equilíbrio das finanças externas do país. A

mudança de regime, a agitação política, a desordem financeira, a impressão geral de anarquia que tudo isto provocava nos centros financeiros do exterior, determinam neles não somente a suspensão de remessas de novos capitais para o Brasil, mas ainda a liquidação apressada de todas suas disponibilidades.

Será o *deficit* e o desequilíbrio das contas externas do país.

Este fato, aliado às emissões imoderadas, provocarão uma rápida desvalorização da moeda nacional e queda do câmbio. Ao proclamar-se a República, este se cotava na taxa de 27 d. por mil-réis; no curso do ano de 1892 oscilará entre 16 e 10. Esta considerável de-pressão cambial trazia por seu turno graves conseqüências para o Tesouro público, obrigado ao vultoso serviço da dívida externa que se fazia em ouro. Agravam-se seus compromissos calculados em papel; e isto, unido às despesas sempre crescentes que exigiam as sucessivas insurreições armadas, obrigava a novas e novas emissões. E assim, embora tivesse desaparecido sua causa inicial que fora a especulação de 1890-91, a circulação aumenta dos 561.000

contos que encontramos em 1892, para um máximo de 780.000, em 1898. Neste mesmo período o câmbio descerá para o nível ínfimo de menos de 6 d., complicando assim, cada vez mais, a situação.

Concomitantemente viriam ainda perturbar os horizontes da convulsionada vida econômica e financeira do país os primeiros sinais de fraqueza, nos mercados internacionais, do grande produto em que se apoiava a vida brasileira: o café. Até então ele gozara de uma situação impecável: preços em ascensão contínua, o consumo acompanhando perfeita e folgadamente a produção. Em 1896 o café brasileiro enfrenta sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular. Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: a superprodução.

A todos estes fatores acrescenta-se um último que vem agravar fortemente as dificuldades: é a ação perturbadora da finança internacional que procura se imiscuir e penetrar cada vez mais profundamente na vida econômica do país. O momento lhe era favorável: as dificuldades políticas e financeiras do governo abriam-lhe caminho para junto dele e lhe proporcionavam posições seguras. For-

çará, entre outros expedientes, empréstimos e compromissos onerosos; o desequilíbrio financeiro, tanto interno como das contas internacionais, dará ampla margem para especulação. O jogo de câmbio, em particular, será fácil e largamente proveitoso. E é neste momento ainda que a finança internacional conquistará suas primeiras posições, fortes e sólidas, no terreno da maior riqueza

do pa-

ís: o comércio do café, que passará daí por diante a ser estreitamente controlado em função dos seus interesses. Isto já aparecerá claramente por ocasião da crise cafeeira de 1895 acima referida. O

aumento da produção será aproveitado para forçar a baixa do preço do produto (que declinará daí por diante até 50% apenas do seu valor primitivo); mas com o controle do comércio e da exportação, impedir-se-á que os excessos cheguem até os mercados consumidores onde o preço se manterá sem modificação. Os intermediários, que em última instância não são senão agentes diretos ou indiretos da finança internacional, embolsarão assim grossas diferenças. Esta sorte de especulação com o grande gênero da produção brasileira se repetirá depois com modalidades várias, mas sempre com o mesmo resultado de tirar do produto brasileiro o máximo, e um máximo que representará porcentagem considerável do seu valor efetivo.

Todas estas dificuldades somadas vão dar na crise e bancarrota de 1898. O país achava-se na iminência de uma nova *débâcle* financeira semelhante à de 1891-92. As falências se multiplicavam, e o Tesouro, exausto de forças, não podia mais fazer frente a seus compromissos (a receita não cobria então nem a metade da despesa).

O primeiro passo do governo para enfrentar a crise foi apelar para uma moratória dos credores externos. Eram de fato os compromissos para com eles que mais pesavam nas finanças do país. A suspensão dós pagamentos regularizaria momentaneamente a situação do tesouro público e aliviaria o mercado de câmbio fortalecendo a moeda cuja desvalorização chegara, como vimos, a proporções consideráveis.

Houve a princípio algumas dificuldades. Afinal, por interven-

ção do London & River Plate Banke à custa de graves compromissos, chegou-se a um acordo com os portadores dos títulos brasileiros. O

serviço das dívidas seria suspenso, pagando-se os juros a vencer nos próximos três anos com novos títulos de dívida que se acres-centariam à dívida principal. Quanto às amortizações, elas somente seriam retomadas em 1911. Também se adiavam, convertendo-se em dí-

vidas consolidadas, os pagamentos devidos por conta da garantia de juros de que gozavam várias companhias inglesas e francesas de estradas de ferro.

O acordo resolvia momentaneamente a angustiosa situação financeira do país. Desafogavam-se o Tesouro público e o mercado cambial; renascia a confiança perdida no descalabro dos anos anteriores. Era possível iniciar uma política enérgica de restauração, condição aliás imposta pelos credores e que obrigará o país a sacrifícios consideráveis. As despesas públicas serão cortadas com grande prejuízo para a administração; os impostos agravados. Alie-nam-se bens públicos (assim como navios de guerra recentemente construídos), e serão arrendadas ferrovias do Estado. Constituir-se-á com estas medidas um fundo de amortização do papel-moeda, sa-neando-se a circulação e revigorando a moeda. Mas a súbita retra-

ção do meio circulante e a ascensão do câmbio que resultarão disto, entorpecem a vida financeira e trazem a ruína de muitas iniciativas.

O grande beneficiário das reformas de 1898 foi sem dúvida a finança internacional. Representada neste caso pelo London & River Plate Bank, intermediário do acordo com os credores, ganhará novas posições no Brasil e junto a seu governo. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim intimamente seus interesses e suas atividades com a vida econômica e administrativa brasileira. E ela não lhes poderá mais tão cedo fugir. Consolidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito, mas que somente agora encontrará seu equilí-

brio definitivo. O Brasil se torna um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontrarão melhor acolhida, e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações. Onde quer que se apresente uma perspectiva favorável, no setor financeiro como no econômico, lá estarão eles como primeiros candidatos à oportunidade, e procurando tirar do país toda a margem de proveitos que ele era capaz de proporcionar. E com a posição dominante que ocupavam, sua segurança era absoluta.

Efetivamente, o capital estrangeiro começará a fluir para o Brasil em proporções consideráveis. E isto permitirá não somente restabelecer o equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingidas na crise dos anos anteriores, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tomando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão dos padrões da vida nacional. Instalar-se-ão grandes e modernos portos, a rede ferroviária crescerá rapidamente, inauguram-se as primeiras usinas de produção de energia elétrica (de tão grande importância num país pobre de carvão mineral), remodelam-se com grandes obras as principais cidades (em particular o Rio de Janeiro, que muda

inteiramente de aspecto). E

tudo mais acompanhará este ritmo de crescimento.

Para isto contribuirá também o forte incremento da produção e das exportações (assunto que abordarei no próximo capítulo), que fornecerão ao país outras largas disponibilidades para satisfação de seus pagamentos no exterior, tanto a remuneração dos capitais estrangeiros aqui invertidos e grandes remessas de alienígenas radicados no Brasil, como das importações maciças de bens e serviços que transformariam tão singularmente a face do país.

São estes dois fatores — a situação folgada do comércio internacional e o reforçamento das inversões de capital estrangeiro —

que permitirão ao Brasil equilibrar sua vida financeira e consolidar sua posição econômica. Este será o traço característico do pe-ríodo, brilhante para a nossa história econômica, que se abre com o século atual. Mas todo este progresso não representará um efetivo e real passo para diante. Ele se fará dentro dos quadros tradicionais da economia brasileira; não se terá modificado, mas apenas ajustado a um novo ritmo de crescimento, a estrutura fundamental do país. Continuará ele essencialmente produtor de uns poucos gê-

neros de grande expressão no comércio internacional; e esta produ-

ção repousará, em última instância, na mesma organização herdada do passado: a grande propriedade e exploração fundiária.

A difícil e tormentosa transição do fim do Império para este momento de restauração que nos ocupa, não terá sido assim mais que uma crise de crescimento. Ou antes, o efeito de um esforço de adaptação a uma nova ordem internacional que terá chegado até nós nesta fase final do séc. XIX. A abolição da escravidão e a conseqüente transformação do regime de trabalho (com a imigração estrangeira por corolário); o rompimento dos quadros conservadores da monarquia e a eclosão de um novo espírito de negócios e especulação mercantil; a acentuação e consolidação do domínio da finança internacional na vida econômica do país (e são estes, em suma, os fatores que direta ou indiretamente interferem na vida brasileira desde os últimos anos do século passado e vão provocar a crise de transformação por que passou), estes fatores não são senão passos preliminares e preparatórios que farão do Brasil uma nação ajusta-da ao equilíbrio mundial moderno, e engrenada, se bem que no lugar próprio de semicolônia para que a preparara a evolução anterior, no círculo internacional do imperialismo financeiro. Da súbita irrupção destes fatores na vida brasileira decorrerão as perturba-

ções sofridas. Mas aos poucos o país se afeiçoará à nova situação.

Ajustará a ela as suas relações internacionais (econômicas, financeiras e políticas); e recomporá internamente, em função dela, seus quadros econômicos e políticos.

23

Expansão e Crise

da Produção Agrária

COMO NO passado, a produção agrária continuará compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma; e desenvolvendo-se cada qual independentemente das demais e voltada inteiramente para fora do país, isto é, para a exportação. É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando vida à parte. Esta velha e tradicional estrutura da economia brasileira, que ainda permanece tal qual na fase que ora nos vai ocupar, determina o esquema em que deverá ser analisada: passaremos em revista, sucessiva e separadamente, os diferentes setores da produção agrária. O que os aproxima e sintetiza é apenas o caráter fundamental de todos eles, e que por isso também caracteriza a economia brasileira em conjunto: o fato, já tantas vezes assinalado, de serem produtos (gêneros alimentares e matérias-primas tropicais) de exportação. Une-os também, embora dentro de grandes diferenças particulares e ritmos diferentes de evolução, um mesmo destino que será como que uma autoliquidação e perecimento deles todos em prazos mais ou menos longos. Conjugam-se assim, para resultar nesta crise geral do sistema econômico do Brasil que alcan-

ça seu apogeu e também sua fase de liquidação final no período que temos agora em vista.

CAFÉ

De todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais e melhores atividades do país. Encontrá-lo-emos agora na República atingindo o zênite da sua grandiosa trajetória, e colocando--se em nível que deixará definitivamente numa sombra medíocre todas as demais produções brasileiras. Mesmo em termos absolutos e mundiais, o café adquirirá posição de relevo. Ele se classificará, no século atual, entre os primeiros, se não o primeiro gênero primá-

rio do comércio internacional; e o Brasil, com sua quota de 70% da produção, gozará de primazia indisputada.

As condições naturais do país, ou antes, de algumas de suas regiões (o clima, a

qualidade do solo) contribuem para isto, naturalmente, em grande e primordial parte. Mas o fator decisivo que permitiu o enorme surto da lavoura cafeeira do Brasil neste último meio século, foi sem dúvida a imigração européia que forneceu os braços e o trabalho necessário. A íntima dependência do progresso cafeeiro com relação à imigração foi aliás sempre notória e muito bem compreendida. A administração do Estado de São Paulo (o principal e grande produtor, e que se tornará autônomo com a implanta-

ção do novo regime republicano federativo) fez da questão imigratória o programa central de suas atividades e resolveu-a dentro de um sistema que se pode considerar perfeito e completo. O imigrante (o italiano sobretudo) será trazido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribui-

ção perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado. Para este complexo e dispendioso serviço que será a mola mestra da prosperidade paulista, a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e rendas. Com sucesso e resultados notáveis, pois do ano da República até 1930, o Estado receberá mais de 2 milhões de imigrantes (sendo que cerca da metade subvencionados), de que a parte substancial se destinará à cultura do café. Esta não resulta assim do acaso ou de circunstâncias fortuitas; mas de um longo e persistente esforço conduzido com inteligência e notável capacidade de organização.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, desde o último decênio do séc. XIX, admirável no conjunto, foi entretanto muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país. Não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico; e à expansão em alguns setores correspondeu o declínio, e mesmo o aniquilamento completo em outros. Já observamos sob o Império esta evolução cí-

clica do café, sucedendo-se em cada zona produtora, no espaço de poucos decênios, uma fase ascendente seguida de outra próxima de decadência. A grande área de progresso neste momento que nos ocupa é o oeste de São Paulo; tratava-se de uma região quase deserta que será rapidamente conquistada e ocupada pelas novas culturas.

Coisa muito diversa dar-se-á em outros setores de ocupação mais antiga; mesmo em São Paulo, na sua parte oriental, bem como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A decadência da lavoura cafeeira, já iniciada aí no Império, chegará

agora em boa parte destas regiões à sua consumação final. Somente as ruínas de velhas mansões senhoriais, antigas residências de opulentos fazendeiros, denotam nelas a rápida passagem da riqueza do café; as plantações desapareceram e em seu lugar não encontramos outra coisa que uns pobres pastos que alimentam um gado miserável e ralo. O que sobra de café são apenas culturas decadentes e esparsas, em processo contínuo de aniquilamento. Só em Minas Gerais se observará um certo progresso, mas modesto e em setores reduzidos, onde se aproveitarão umas últimas sobras de terras utilizáveis.

Fora de São Paulo (e da zona limítrofe do norte do Paraná que é alcançado pela marcha paulista para oeste), somente o Espírito Santo verá desenvolver-se apreciavelmente sua lavoura cafeeira.

Serão usadas para isto as reservas de terras virgens que a colonização incipiente da região respeitara até esse momento. E se contará para isto, como em São Paulo, mas em proporções muito reduzidas, com uma regular corrente imigratória. Mas o Espírito Santo não irá muito longe porque ao contrário de São Paulo, faltar-lhe-á a abundância de terras aproveitáveis que caracteriza este último Estado; e a sua lavoura será sempre, por isso, relativamente medí-

ocre. Quanto às regiões produtoras do Norte (Bahia, Pernambuco, e também um pouco o Ceará), estas não conseguirão nunca sair da po-sição de terceiro plano em que sempre se tinham mantido. O fator solo, isto é, a carência de terras propícias ao café, será aí a explicação principal da estagnação. O clima, mais acentuadamente tropical e por isso menos atraente para o trabalhador europeu, te-rá também a sua parte de responsabilidade.

Em suma, a concorrência das terras virgens do oeste de São Paulo, com seus magníficos solos, sua topografia regular que proporciona boas facilidades para o transporte, e com seu clima a que o trabalhador europeu se adaptou fácil e admiravelmente, desviou para elas os melhores esforços e recursos do país; e lá se concentrou a maior e melhor parcela da lavoura cafeeira do Brasil; mais da metade do número total de seus cafeeiros, com uma produção que ultrapassa 60% da produção global do país. É sobretudo com esta considerável parcela paulista que o Brasil contará para colocar-se tão esplendidamente, como vimos acima, no comércio internacional do café.

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi contudo acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto: a lavagem e decorticação dos grãos. Para isto se empregarão maquinaria e instalações mais

aperfeiçoadas. Mas no que diz respeito à cultura propriamente (trato do solo e da planta, seleção de variedades, etc.) ficar-se-á em conjunto onde se estava. E esta será a razão principal do invariável decréscimo da produtividade das culturas, que observamos mesmo nas regiões de melhores solos e de condições altamente favoráveis.

O único progresso sensível e de vulto na agricultura desta fa-se que nos ocupa será ainda a introdução geral do trabalho livre, e particularmente do imigrante europeu, o que melhorará consideravelmente as condições da exploração agrária em confronto com o que se dava antes com o emprego do escravo. Na generalidade da lavoura cafeeira, em São Paulo em particular, adotar-se-á nas rela-

ções de trabalho um sistema que combina o salariado (um salário fixo anual, mais uma quota por ocasião da colheita e variável na proporção desta última), com o direito concedido ao trabalhador de utilização de certas áreas de terra em proveito próprio. Haverá ao lado deste tipo de trabalhador (o colono, como se chama), mas geralmente em número muito menor, o assalariado puro que será simples jornaleiro. Para todos a fazenda fornecerá residência mas não os instrumentos de trabalho. Estes aliás são muito simples, pois não passam da enxada; na cultura do café, que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinaria.

Outro aspecto da produção cafeeira, muito mais importante na sua história, como também na evolução da economia brasileira em geral, são as vicissitudes financeiras que sofreu no período que segue à República. Se a larga expansão da produção trouxe para o país riqueza e progresso, não lhe faltou, e muito cedo, a contrapartida da superprodução que acompanhará a vida da economia cafeeira do Brasil desde poucos anos depois do início do seu grande ciclo de crescimento até os dias de hoje; e isto com toda ordem de repercussões profundas na evolução geral da economia brasileira.

Já assinalei que em 1896 se observarão os primeiros sinais de desequilíbrio. Era o resultado das grandes plantações efetuadas nos primeiros anos da República, e que começavam agora a produzir (lembremos novamente que o cafeeiro é uma planta cuja produção se inicia aos quatro ou cinco anos de idade). Verificam-se então os sintomas clássicos de superprodução: declínio de preços, formação de estoques invendáveis.

Nos primeiros anos da queda de preços a situação ainda se dis-simulará em parte com a desvalorização da moeda brasileira; em papel, o preço do café não oscilará muito. É com a estabilização da moeda, depois da restauração financeira

de 1898, que se sentirá todo o efeito da depreciação. Esta será até 1905, em ouro, de mais de 50%. E, paralelamente, acumular-se-ão estoques cada vez maiores de mercadoria invendável. Eles serão, em 1905, de 11 milhões de sacas de 60 kg que representavam 70% do consumo mundial de um a-no.72

O maior responsável da crise era sem dúvida o aumento das culturas. No período de 1890 a 1900 as plantações de São Paulo tinham duplicado (220 e 520 milhões de cafeeiros respectivamente). Procura-se remediar o mal restringindo as culturas, e estabelecer-se-á em São Paulo (1902) um imposto sobre novas plantações. Aliás, a própria queda de preços e dificuldades de venda tinham, já por si, reduzido muito o ritmo de crescimento. No decênio seguinte ao citado (1901-10), os cafeeiros paulistas aumentarão apenas de 150

milhões. Aliás, o mesmo fato observar-se-á nos demais países concorrentes do Brasil, onde se verifica mesmo um decréscimo da produção. Mas tudo isto não impedirá um desequilíbrio crônico entre a produção e o consumo mundiais. Alcançara-se nitidamente um teto de produção cafeeira pela saturação dos mercados consumidores.

É certo que a produção será sempre muito variável, com grandes oscilações que provêm da sucessão de anos ou períodos de condições climáticas mais ou menos favoráveis. Influirá também nas oscila-

ções o trato mais ou menos conveniente dado às plantações, e que variou igualmente segundo a situação financeira dos produtores e as perspectivas do mercado. Compensar-se-iam assim, em regra, os excessos de um momento com as faltas de outro seguinte. Tomando-se em conjunto períodos mais ou menos dilatados, a produção marchará sensivelmente de par com a exportação. Só mais recentemente, depois de 1925, verificar-se-ão excessos permanentes que obrigarão à destruição de grandes quantidades do produto. Mas aquele equilí-

brio a longo prazo não impedirá superproduções momentâneas que às vezes se prolongam por vários anos consecutivos. Daí crises sucessivas que se tornarão quase permanentes e que encherão a história do café até os dias que correm.

A especulação comercial jogará largamente com a situação. E

este fator será de grande importância não somente no setor particular da produção e do comércio cafeeiro, mas em geral na vida econômica e financeira do Brasil. Dependendo como ela dependia do seu principal produto, sofrerá todas as contingências pelas quais 72 A média do consumo mundial de um ano, no qüinqüênio 1901-1905, foi de 17 mi-lhões.

ele passará. Já assinalei como a especulação comercial começa a intervir nos negócios do café depois de 1896. E a partir daí, seus manejos condicionarão em grande parte a evolução da economia cafeeira. As grandes colheitas serão aproveitadas para a formação de reservas que pesarão sobre os preços, e que se escoarão mais tarde, nos anos de produção menor, em condições vantajosas. Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediá-

rios que em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra. Aquela manobra se verificava mesmo dentro do período de um único ano agrí-

cola. A colheita do café se faz no Brasil num período relativamente curto de quatro meses (maio a agosto), quando então a produção aflui para os portos exportadores forçando a baixa dos preços. Segue-se depois um período de carência do produto, e então os preços sobem. Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Abarcaram assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros do negócio.

É a necessidade de se defenderem contra tal estado de coisas que levará os produtores a pleitearem medidas destinadas a sus-tentarem e estabilizarem os cursos do café. Elas se verificarão pela primeira vez em 1906, quando efetivamente se chegara a uma situação muito grave. Os preços, em declínio desde muito, chegam agora, com a valorização da moeda, a um nível nitidamente abaixo do custo de produção. Os prejuízos da lavoura eram consideráveis.

Entretanto a posição mundial do comércio cafeeiro não era desfavorável. Nos anos anteriores a produção se mantivera abaixo do consumo; graças a um forte aumento deste, compensara-se o alargamento da produção e haverá no período de 1901-5 um *deficit* de quase 5.000.000 de sacas. Podia-se esperar com confiança que os estoques acumulados seriam rapidamente absorvidos. E é de notar que apesar do declínio dos cursos, os preços pagos pelo consumidor se mantinham inalteráveis. A crise era pois somente do produtor.

São estas circunstâncias que determinam a primeira intervenção oficial no mercado cafeeiro. Tudo se teria resolvido com um sistema de crédito que amparasse os produtores e não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção. Não será esta a solução escolhida. Optar-se-á por um expediente oportunista que consistirá em intervir no mercado com compras maciças para forçar a alta. É difícil averiguar hoje até onde teriam as manobras de interesses ocultos contribuído para uma solução tão precá-

ria e de caráter especulativo. Os grandes proveitos que dela tirarão grupos financeiros que nada tinham de comum com os produtores, autorizam-nos contudo suposições verossímeis. Os produtores propriamente serão beneficiados, não há dúvida, embora momentaneamente apenas; mas a parcela maior dos proveitos não irá para eles.

Mas seja como for, o plano proposto encontrou a melhor acolhida em muitos e importantes setores do país, e em favor dele se desencadeará uma larga campanha pela imprensa e no Congresso Nacional. A oposição não será menos forte, tanto no país como fora dele. O próprio governo federal hesitará muito antes de aceitá-lo, e o encargo de sua realização recairá sobre os principais Estados produtores (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). E é São Paulo, o maior interessado e o único que contava com recursos financeiros suficientes, que assumirá efetivamente a incumbência.

Compreende-se a oposição quando se considera o vulto dos interesses atingidos pela intervenção oficial que vinha perturbar o livre jogo da especulação. Mas os partidários da valorização, com o apoio de uma classe forte como a dos fazendeiros que embora ilu-didos, viam nela a solução única da grave crise em que se debatiam, acabarão vencendo inteiramente a partida. Conseguem mesmo, em 1903, levar para o governo federal um aliado declarado e decidido, o Presidente Afonso Pena. A política de valorização terá então sua consagração.

A primeira dificuldade foi obter os recursos necessários. Não se podia contar unicamente, para operação de tamanho vulto, com as débeis finanças nacionais; e o apelo ao crédito estrangeiro esbar-rou com a recusa dos banqueiros e agentes financeiros do Brasil no Exterior (a casa Rotchschild e seu grupo em particular). Direta ou indiretamente, eles estavam por demais ligados aos interesses estabelecidos para aceitarem qualquer modificação no funcionamento em vigor do negócio cafeeiro. Entram então em cena outros grupos financeiros que se aproveitarão da oportunidade (se é que não foram eles mesmos que a prepararam...) para escamotearem em seu favor o controle do comércio do café. Será a princípio, uma grande firma exportadora alemã *Theodor Wille & Cia*. Era chegada a vez do imperialismo alemão que até esta data não participara senão modestamente das transações brasileiras. Atrás de Theodor Wille ali-nham-se os principais grupos financeiros daquele país: o *Disconto Geselkchaft* e o *Dresdner Bank*. Com eles se ligarão banqueiros ingleses e franceses que formavam oposição, em seus países, aos grupos que tinham em mãos os interesses brasileiros. São eles *J. Hen-ry Shröder & Co.*, de Londres, e *Societé Générale*, de Paris. A esta coligação virá juntar-se também o *National City Bank of New York*.

Ela fornecerá a São Paulo os recursos necessários para levar adiante o plano da valorização, abrindo créditos na importância de 4.000.000 de libras.

Diante disto, Rothschild, vendo inutilizada sua anterior recusa, e não querendo ficar de fora e comprometer suas posições, apressa-se em fornecer o seu concurso, e consegue impô-lo. São Paulo receberá por seu intermédio mais 3.000.000 de libras. Mas nem todos os adversários da valorização cedem tão facilmente. O

Banco de França, representando os interesses financeiros e comerciais já estabelecidos no negócio cafeeiro, declarará recusar-se a aceitar warrants de café calculados numa base superior a 40 francos a saca (o preço atingido pelo café oscilava então em torno de 50 francos); esperava com isto neutralizar os manejos da valorização. Ao mesmo tempo, as firmas importadoras do Havre, o grande centro francês do comércio cafeeiro, desencadeiam forte campanha de descrédito contra os empréstimos que estavam sendo lançados pe-lo Brasil na Europa.

A batalha será contudo ganha pelos altistas. Para consolidar os empréstimos anteriores e levar a cabo a operação, serão obtidos mais 15 milhões; e continuar-se-á a intervir no mercado até 1910

quando, cessada a tensão e firmados os preços, se interrompem afinal as compras. No período de 1906 a 1910 tinham sido retirados do mercado livre cerca de 8.500.000 sacas.

Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos. A mercadoria adquirida na fase das operações anteriores será agora revendida com larga margem de lucros; e os estoques oficiais retirados do mercado ficarão nas suas mãos para com eles manobrarem. Para geri-los e proceder à sua liquidação, constituir-se-á um organismo especial, a Comissão do Café do Estado de São Paulo, em que os banqueiros te-rão quase unanimidade (cinco membros contra um de nomeação do governo paulista). Ficam assim efetivamente e por muito tempo com o controle completo do mercado cafeeiro. A importância deste controle se poderá avaliar pelos protestos que levanta nos meios que ficaram fora do negócio, nos grupos financeiros concorrentes que vi-am escapar-lhes as oportunidades agora reservadas aos felizes agentes do Plano de valorização. A questão repercutirá até nos par-lamentos alemão e francês, onde se proporão medidas drásticas para forçar a Comissão do Café a entregar seus estoques. O pretexto se-rá o interesse dos consumidores (pretexto inteiramente infundado, porque o preço pago pelo

consumidor nunca se modificara, nem na baixa anterior nem na alta subseqüente), e os partidos socialistas em particular, arrastados pela demagogia, tomarão o assunto a peito sem suspeitarem que estavam servindo de meros instrumentos de despeitados interesses financeiros. Nos Estados Unidos a questão tomará outra feição, e sob alegação de que a retenção de estoques infringia a lei Sherman contra os trustes, obrigou-se judicialmen-te a Comissão a liquidar a mercadoria depositada naquele país. Nos demais, ela continuará com o controle do mercado até a I Grande Guerra, quando se terão esgotado as reservas remanescentes, com exceção da parte conservada na Alemanha que será confiscada pelo governo desse país quando o Brasil lhe declara guerra73.

Enquanto os agentes financeiros da valorização usufruíram assim largamente a operação, os produtores, embora obtivessem durante alguns anos melhores e mais estáveis preços, arcarão depois com todo o ônus dela. São eles que assumem a responsabilidade das grandes dívidas contraídas para executá-la. Para isto se estabelecerá um novo imposto de 5 francos-ouro sobre cada saca de café ex-portada. Com este imposto pagar-se-ão os juros e amortizações da dívida que até hoje, mais de cinqüenta anos depois, e quando a valorização de 1906-10 já passou inteiramente para o domínio da história, ainda não foi de todo resgatada. Os momentâneos proveitos da valorização custariam muito caro aos produtores e à economia brasileira em geral.

É esta em suma a história da primeira valorização, de tão funda importância na evolução econômica do Brasil. Ela se repetirá, embora em escala muito menor, no curso da guerra 1914-18, quando a desorganização do comércio internacional e a retração dos mercados consumidores determinarão nova queda de preços e redução das exportações brasileiras. Desta vez a solução final virá com uma grande geada que em 1918 devasta os cafezais paulistas, reduzindo 73 Depois da guerra, o Brasil será indenizado com vários navios mercantes alemães que tinham sido embargados nos portos brasileiros durante o conflito.

a produção de vários anos consecutivos e refazendo assim o equilí-

brio.

Terminada a guerra, o café terá, graças ao restabelecimento da normalidade na Europa e ao grande surto de atividades econômicas que o acompanham, um novo período de prosperidade. O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois restabelece-se o curso ascendente. A produ-

ção é estimulada, para o que concorre sobretudo o boom financeiro de após-guerra, que se refletirá no Brasil com a intensificação geral de seus negócios, o alargamento do crédito, e depois de 1923, o recurso a grandes emissões de papel-moeda destinadas a fazerem frente ao surto dos negócios e ativação da vida financeira que se verificara. Tudo isto provocará um grande incremento das plantações de café. Entre 1918 e 1924 o número de cafeeiros paulistas passará de 828 milhões para 949. E repete-se novamente a velha história da superprodução.

Mas desta vez (1924) tomar-se-ão medidas muito mais amplas. Em vez de simples expedientes e operações momentâneas (como fora em 1906), adota-se um largo esquema de valorização permanente. É que as condições já são outras. A Grande Guerra modificara profundamente as condições do comércio cafeeiro; e ele deixara de ser, co-mo no passado, o terreno agitado em que se digladiavam os interesses financeiros de numerosos grupos concorrentes. Do grande conflito de 1914-18 resultara, neste como nos demais grandes setores da economia mundial, a formação de novos e muito maiores trustes financeiros que agora imperam sós, cada qual em seu terreno e sem concorrentes apreciáveis. É sob os auspícios de um destes grandes grupos internacionais que se realizará no Brasil a nova operação de valorização. E sem oposição, ele implantará um novo domínio financeiro muito maior e absoluto que o de seus predecessores de 1906, no campo da economia brasileira do café. Este grupo será o de *Lazara Brothers & Co. Ltd*., de Londres.

Criar-se-á em São Paulo um órgão especial, o Instituto do Ca-fé, destinado a controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura. Para isto, o Instituto terá o direito de reter a produção de café, sem limite de quantidade, conservando-a armazenada e liberando-a apenas na medida das necessidades do comércio exportador. Assim, ao contrário do plano de 1906 e dos posteriores, o órgão valorizador não intervém diretamente no mercado comprando e vendendo o produto; apenas regula as entregas, procurando equilibrá-las com o ritmo da exportação.

Resultava daí a necessidade de financiar os produtores que ficavam com suas colheitas retidas. Através de um banco oficial do Estado de São Paulo far-se-á o financiamento que será até 50% do valor da mercadoria retida. O mesmo banco operará também com hipo-tecas de propriedades agrícolas. O Instituto e todo o plano eram de iniciativa paulista, e somente se ocupavam com o café e o co-mércio de São Paulo. Por acordo, os demais Estados produtores adotaram medidas semelhantes e paralelas com relação ao seu produto.

Para todas estas operações, *Lazard Bros*. adiantavam os recursos necessários; e

criava-se sobre o café um novo imposto de mil-réis-ouro por saca (isto é, 2 s. 3 d. em moeda inglesa) destinado às despesas com a execução do plano e serviço das dívidas contraídas.

Todo este esquema, destinado inicial e aparentemente só a regularizar o escoamento da produção brasileira e manter a estabilidade dos preços, não tardará em transformar-se num comer imenso do café. Com os 60 e tanto por cento que representavam sua contribui-

ção para o consumo mundial, o Brasil poderá lançar-se numa grande manobra especulativa destinada a forçar a alta dos preços. É o que se fará, particularmente depois de 1926. Para isto não se terá mais que reduzir as ofertas na proporção conveniente, o que o aparelhamento do Instituto do Café facultava. Os banqueiros e demais interesses internacionais que atrás da cortina manobravam o Instituto, recolherão da manobra consideráveis proveitos.

Mas o resultado seria o acúmulo de estoques retidos e que se avolumavam cada vez mais. Situação que se ia agravando de ano para ano porque os altos preços estimulavam grandemente a produção. Só em São Paulo, o número de cafeeiros subirá dos 949 milhões em que o vimos em 1924, para 1.155.000.000 em 1930. Este aumento se fizera quase todo à custa de largos apelos ao crédito, e a lavoura achava-se pesadamente endividada. O que ainda agravava o problema é que se alargava também a produção dos concorrentes do Brasil, da Colômbia em particular. A sustentação dos preços exigia, por isso, retenções consideráveis.

Aparentemente a situação da lavoura era próspera: os altos preços do café prometiam larga margem de lucros. Prometiam apenas, porque efetivamente não se vendia e exportava senão uma parte da produção. O resto permanecia retido à espera de oportunidade que nunca chegará. O pior é que depois de alguns anos de funcionamento do plano, não havia mais como sair da situação artificial e precá-

ria que se criara. É na base de preços altos que se tinham contra-

ído as dívidas da lavoura; era preciso, pois, mantê-los. E isto se tornará cada vez mais difícil, exigindo retenções que aumentavam de ano para ano, e portanto novas dívidas para o financiamento de uma produção que não era vendida.

O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o cré-

dito externo e suspende-se o financiamento do café retido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos. *Lazard Bros*. ainda lan-

çarão na fogueira mais 20 milhões de libras para tentar a salvação dos últimos restos do desastre. Mas isto de pouco servirá: os novos preços do café não eram suficientes para fazerem face aos dé-

bitos anteriormente contraídos pelos lavradores. A sua ruína era completa.

O resto da história não será mais que a liquidação da massa falida deixada pela aventura valorizadora. Mas ela entra num quadro muito mais amplo que é o da crise geral de todo o sistema econômico do Brasil. Ficará pois para o capítulo final em que veremos em conjunto todos os aspectos desta crise que se processa ainda, com novas modalidades, sob nossas vistas atuais.

BORRACHA

No mesmo momento em que a lavoura cafeeira alcança o zênite da sua prosperidade (primeiro decênio do século), uma outra atividade vem quase emparelhar-se a ela no balanço da produção brasileira: a extração da borracha. Este gênero é fornecido por uma árvore nativa dos trópicos americanos (México, América Central, bacia amazô-

nica), a seringueira, cujo nome científico é hevea brasiliensis, e foi imemorialmente utilizada pelos indígenas que a empregavam na confecção de calçados, mantos, seringas e bolas elásticas que serviam nos seus jogos.

A primeira utilização industrial da borracha é devida a Pries-tley que, em 1770, observou que servia para apagar traços de lá-

pis. Em 1823, Charles Mackinstosh obtém a dissolução da borracha em essência de hulha, o que tornou possível sua utilização em vestimentas impermeáveis. Mas é depois da descoberta do processo de vulcanização (1842) simultaneamente por Goodyear nos Estados Unidos e Hancock na Inglaterra, consistindo numa combinação de borracha com enxofre que lhe dá grande flexibilidade e a torna inalterável a qualquer variação de temperatura, que este material se fez largamente aproveitável na indústria. Além de outros usos (instrumentos cirúrgicos e de laboratório, etc), foi logo empregada para revestir os aros das rodas de veículos (cerca de 1850). Esta aplicação, aperfeiçoada em 1890 pela introdução do pneumático, e a larga difusão do automóvel, tornou modernamente a borracha uma das principais matérias-primas industriais.

O Brasil, possuidor da maior reserva mundial de seringueiras nativas, verá assim abrir-se mais uma perspectiva econômica de vulto. A exportação da borracha vem em contínuo aumento desde 1827, quando se registra um primeiro e modesto embarque de 31 toneladas, e atinge em 1880 cerca de 7.000. A partir de então o crescimento se acelera. É que a produção contará agora com uma larga disponibilidade de mão-de-obra que até então representara a grande dificuldade nesta região escassamente povoada da floresta amazônica. Em conseqüência da grande seca no interior nordestino que durou de 1877 a 1880, estabelece-se uma forte corrente migratória daí para o Amazonas. Ela se empregará na extração da borracha cuja exportação se eleva em 1887 para mais de 17.000 toneladas. O crescimento continuará ininterrompido durante mais de vinte anos, de uma parte estimulado pelo crescente alargamento do consumo mundial e ascensão de preços, e facultado doutra pelo afluxo constante de trabalhadores nordestinos impelidos pelas contingências naturais desfavoráveis de sua região nativa, ou

pelas precá-

rias condições de vida numa terra empobrecida e em decadência. No decênio 1901-10 a exportação da borracha será em média anual de 34.500 toneladas, num valor de mais de 220.000 contos, ou sejam 13.400.000 libras esterlinas-ouro. O que vem a representar 28% da exportação total do Brasil.

O setor de maior produção será a princípio a baixa bacia do rio Amazonas (Estado do Pará). O médio rio (onde estava a província, hoje Estado do Amazonas) conquistará o primeiro lugar em 1887. Mas ambas as regiões dividirão mais ou menos igualmente a produção até os primeiros anos do século atual, quando entra em cena uma nova zona produtora: a do alto curso dos tributários amazônicos Purus e Juruá. Esta região achava-se até então desabitada, a não ser por tribos selvagens de índios; e por aí passavam as fronteiras indecisas e ainda não fixadas entre o Brasil e a Bolí-

via. O avanço dos exploradores brasileiros da floresta amazônica irá chocar-se neste território riquíssimo de seringueiras, com os vizinhos bolivianos que o ocupavam nominalmente com alguns postos militares. Surgirá daí um conflito internacional resolvido afinal sem maiores conseqüências com a cessão, por parte da Bolívia de uma grande área de quase 200.000 km2 pela qual receberá uma indenização de 2.000.000 de libras esterlinas.74 Formar-se-á aí uma circunscrição, sob administração direta do governo federal, e que se denominará Território do Acre.

O Território do Acre começará a contribuir com algum vulto pa-ra a produção brasileira de borracha em 1904, quando o volume exportado ultrapassa 2.000 toneladas. Já no ano seguinte alcançará 8.000; e em 1907, com mais de 11.0Ó0, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do Brasil. Tanto o Pará como o Amazonas ficarão ligeiramente abaixo destes 11.000; os demais Estados (Mato Grosso e outros de produção insignificante) contribuirão com pouco mais de 3.000.

A exploração da borracha far-se-á sempre pelos mais rudimentares processos. Será tipicamente uma indústria de selva tropical, tanto nos seus aspectos técnicos, como nos econômicos e sociais.

Consistirá apenas em descobrir a seringueira e suas concentrações na floresta em que se distribui muito irregularmente, e colher a goma.75 As propriedades, extensões imensas dispostas ao longo dos cursos dágua (únicas vias de comunicação existentes), são divididas em "estradas", isto é, picadas de 4 a 6 km de comprimento abertas na mata e que conduzem do rio através dos pontos em

que se concentram as seringueiras. O trabalhador construirá sua choupana na boca da estrada, e cada manhã sairá a percorrê-la e colher a goma. Permanecerá aí isolado durante várias semanas à espera do transporte fluvial que lhe traz os gêneros de consumo necessários e que levará o produto. As poucas folgas, largamente espaçadas, serão aproveitadas para uma visita ao "centro", núcleo e sede da propriedade, onde reside o seringalista (dono da exploração), ou mais comumente apenas o administrador. Ele encontrará aí a única diversão que oferece o desolamento da selva: a "venda" com bebidas alcoólicas. Aí dissipará prontamente o magro salário adquirido.

Este pronto desembolso do salário faz parte do sistema de exploração da borracha; é preciso impedir que o trabalhador acumule reservas e faça economias que o tornem independente. Nesta região semideserta de escassa mão-de-obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado. As dívidas come-

çam logo ao ser contratado: ele adquire a crédito os instrumentos 74 O Brasil ainda se obrigará a construir uma estrada de ferro contornando as ca-choeiras do rio Mamoré que interrompiam a navegação deste rio e embaraçavam a saída da Bolívia para o Amazonas. A estrada será construída com enormes sacrifí-

cios, mas não terá nunca importância apreciável, vegetando pobremente até hoje.

75 A borracha provém do látex que se obtém sangrando a árvore.

que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma), estão acima de suas posses, em regra nulas. Freqüentemente estará ainda devendo as despesas de passagem desde sua terra nativa até o seringal. Estas dívidas iniciais nunca se saldarão porque sempre haverá meios de fazer as despesas do trabalhador ultrapassarem seus magros salários. Gêneros caros (somente o proprietário pode fornecê-los porque os centros urbanos estão longe), a aguardente... E quando isto ainda não basta, um hábil jogo de contas que a ignorância do seringueiro a-nalfabeto não pode perceber, completará a manobra.

Enquanto deve, o trabalhador não pode abandonar seu patrão credor; existe entre os proprietários um compromisso sagrado de não aceitarem a seu serviço empregados com dívidas para com outro e não saldadas. Aliás, a lei vem sancionar este compromisso porque responsabiliza o patrão que contrata um trabalhador pelas dívidas deste76. E quando tudo isto não basta para reter o empregado endividado, existe o recurso da força. Embora à margem da lei,

ninguém contesta ao proprietário o direito de empregá-la.

A um tal regime de trabalho e padrão de vida do trabalhador corresponde necessariamente um sistema rudimentar de exploração econômica. Não podia ir além da extração brutal e grosseira do produto nativo. Já sem falar na cultura da seringueira (que praticamente nunca se fará no Amazonas), nenhuma precaução maior será tomada para a proteção e conservação das plantas. E as árvores produtoras, submetidas a um regime de extração intensiva e mal cuidada, irão sendo rapidamente destruídas. Não havia que preocu-par-se: as reservas da floresta amazônica eram abundantes, e outras virão sucessivamente substituindo as esgotadas. Mas elas se-rão cada vez mais de difícil acesso, mais dispersas. Era evidentemente a ruína que se preparava para curto prazo. Porém os preços altos da borracha e o trabalho miseravelmente pago disfarçavam a triste realidade.

Precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42.000 toneladas. Daí por diante é o declínio. Os preços também atingem seu teto em 1910, valendo então a tonelada quase 10 contos FOB, ou sejam 639 libras. Neste ano a exportação soma 377.000 contos (24.646.000 libras-ouro), e representa quase 40% da exportação total do país; contra 385.000

contos, ou pouco mais de 40% representados pelo café. Depois, é a degringolada. A borracha brasileira, explorada nas condições que vimos, não resistirá à concorrência do produto oriental que em poucos anos a substituirá quase inteiramente nos mercados mundiais.

A ameaça já vinha de longa data. Em 1873 e 1876 são levadas do Amazonas para Londres sementes de *hevea*, e lá semeadas no jardim botânico de Kew. Transportadas as plantas daí para Ceilão e Singa-pura77, elas dariam origem às imensas plantações racionalmente conduzidas e selecionadas do Ceilão e da Malásia, que desbancariam completamente a produção extrativa da América. Em 1919, numa produção mundial de 423.000 toneladas, o Oriente contribuiria com 382

76 Código Civil Brasileiro, art. 1.230.

77 Levaram-se mais tarde algumas mudas diretamente do Tapajós à Índia.

mil; ao Brasil não caberá mais que a modesta soma de 34.000, valendo apenas 105.000 contos (5.686.000 libras).

Não é difícil compreender esta brusca mutação do cenário econômico internacional da borracha. A concorrência que se estabelecera era entre uma região produtora primitiva como a Amazônia, e outra que contava com todos os

grandes recursos técnicos e financeiros da Inglaterra, seguida logo pela França e Holanda. Além disto, o Brasil nunca passara de mero produtor da matéria-prima; todo negócio propriamente da borracha, desde o financiamento e o comércio até a manipulação e o consumo do produto industrializado, era-lhe alheio. Estava assim inteiramente à mercê de seus concorrentes que dispunham de todos os setores e alavancas econômicas da economia da borracha.

O colapso da produção brasileira viria como um cataclismo arrasador. A grande riqueza veiculada pela exploração da borracha nos seus tempos áureos transformara completamente a Amazônia. Sua população subira de 337.000 habitantes em 1872, para 476.000 em 1890, e 1.100.000 em 1906. Em plena selva erguera-se uma cidade moderna, Manaus, capital do Estado do Amazonas que orçava, no momento da crise, por 70.000 habitantes. Belém, capital do Pará e porto internacional da exportação da borracha, velha mas modesta cidade colonial, atingira então 170.000 habitantes. E o longínquo território do Acre, entranhado 5.000 km no continente, e deserto até os primeiros anos do século atual, reunirá em menos de um de-cênio para mais de 50.000 habitantes.

Uma vida ativa animara o grande rio, e suas margens tinham pe-la primeira vez conhecido o deslumbramento da riqueza e da prosperidade. Prosperidade de aventureiros que dissipavam a largas mãos, em despesas suntuárias, uma fortuna rápida e facilmente adquirida.

Menos que uma sociedade organizada, a Amazônia destes anos de febre da borracha terá o caráter de um acampamento. Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais, os comerciantes e to-da esta turbamalta marginal e parasitária de todas as sociedades deste tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundante da mata. A riqueza canalizada pela borracha não servirá para nada de sólido e ponderável. O símbolo máximo que ficará desta fortuna fácil e ainda mais facilmente dissipada é o Teatro Municipal de Manaus, monumen-to em que à imponência se une o mau gosto, e para onde se atraíam, a peso de ouro, os mais famosos artistas da Europa que embora in-compreendidos neste meio de arrivistas, atestavam a riqueza de um mundo perdido no âmago da selva tropical americana.

É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava to-da esta prosperidade fictícia e superficial, nada sobraria dela.

Em poucos anos, menos ainda que se levara para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas. Nas cidades, setores

inteiros de casas abandonadas e desfazendo-se aos poucos; a mata, voltando ao isolamento. A terra se despovoa. Vão-se os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro qualquer lugar. Ficará a população miserá-

vel de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pela agrura do meio natural; mais ainda, pelo desconforto de uma civilização de fachada que roçará apenas de leve as mais altas camadas de uma sociedade de aventureiros...

O drama da borracha brasileira é mais assunto de novela roma-nesca que de história econômica.

CACAU

Com menos dramaticidade que o da borracha, porque não alcança-rá nunca suas culminâncias, mas com aspectos muito semelhantes, desenrola-se outro cenário do Brasil econômico moderno: o do cacau. O cacaueiro também é uma árvore nativa da América tropical; e seu fruto foi aproveitado, como já notei no capítulo 9, desde o início da colonização. Cultivou-se mesmo, embora em escala pequena, e do Amazonas se difundiu para outras regiões do Brasil. Em meados do séc. XVIII começa a ser plantado no sul da Bahia onde encontrará excelentes condições naturais favoráveis.

A exportação do cacau representa durante o período colonial, a maior fonte de riqueza do vale amazônico. Em termos absolutos, contudo, a importância comercial do produto foi então sempre pequena. É no século XIX, com o progresso da indústria e consumo do chocolate na Europa e nos Estados Unidos, que o cacau se torna gê-

nero de grande expressão econômica.

Mas ao contrário da borracha, as regiões que desde o início deste surto comercial do cacau tirarão dele maior proveito não se-rão as do habitat nativo da planta. O cacaueiro se difundira largamente pelo mundo, e muito cedo, desde o séc. XVIII, encontra-se em boa parte da América, na África (Ilha de São Tomé, Nigéria, Costa do Ouro, Costa do Marfim, Camerum, Fernando Pó), e na Ásia (Ceilão). No Brasil, a maior região produtora não será mais o vale amazônico, que ficará em plano modesto e insignificante, mas o sul da Bahia. É aí que se localiza o grande centro moderno da produção brasileira de cacau. Aproveitará para isto as admiráveis disposi-

ções naturais do local (clima, solo, acesso fácil), e as terras virgens de uma região que a colonização deixara até o século passado quase intacta. A produção baiana chegará a contribuir com mais de 90% da produção total do Brasil.

As culturas da Bahia não terão progresso apreciável até princípios do séc. XIX. A primeira exportação oficialmente registrada será para a Inglaterra em 1825, consistindo de 26,8 modestas toneladas. Depois disto encontramos um crescimento paulatino e regular que atinge em 1880, 1.668 toneladas. Daí por diante é uma ascensão brusca: 3.502 toneladas em 1890; 6.732 em 1895; 13.131 em 1900. Observe-se a data do início deste surto: 1880. É a mesma pa-ra igual acontecimento na exportação da borracha.

Não se trata de simples coincidência; as mesmas circunstâncias atuam num e

noutro caso: o afluxo de emigrantes nordestinos.

Mas diversamente da produção de borracha, o Brasil não estará só nos mercados internacionais. Muitos serão os concorrentes, e dentre eles pesam sobretudo as regiões produtoras da África, cujo desenvolvimento ainda será mais rápido que o do Brasil. Assim a Ilha de São Tomé, que em 1870 não produz mais que 44 toneladas, e em 1900 vai além de 20.000. Mas apesar disto, o Brasil manterá o passo; o aumento do consumo mundial era vertiginoso e dava lugar para todo mundo. As lavouras da Bahia se estenderão em ritmo acelerado, e a época será de larga e ininterrupta prosperidade.

A Bahia conhecerá então mais uma fase de bem-estar e progresso depois do longo período de estagnação e decadência que se vinha estendendo desde princípios do século passado, senão dantes. O ciclo do açúcar que no séc. XVII a elevara a culminâncias — Salvador, a capital, fora então uma das principais cidades da América —

, encerrara-se por completo no sec. XIX. O cacau proporcionar-lhe-

á, depois de tão larga espera, uma nova perspectiva; e como dantes se vivera da exportação do açúcar, agora se viverá da do cacau.

Para se avaliar o que significaria este gênero na economia baiana, basta lembrar que mais de 20% das rendas públicas do Estado provinham, em princípios do século atual, de um imposto sobre a exportação do produto. Direta ou indiretamente, quase toda a riqueza baiana e a vida dos habitantes repousará nos cacauais. E eles lhe trarão efetivamente um certo bem-estar e desafogo econômico.

Não tardarão contudo algumas sombras neste quadro animador. Em princípios do século atual surgem as primeiras dificuldades. Come-

çam-se a sentir os efeitos de uma nova concorrência que estava levando de vencida todos os antigos produtores mundiais: a da Costa do Ouro. Os ingleses repetiam aí a proeza que simultaneamente estavam realizando no Oriente com a borracha. A cultura do cacau se iniciara na região africana em larga escala e com imensas inversões de capital. O sucesso foi rápido e notável: em 1895, a Costa do Ouro contribui para o comércio internacional com apenas 13 toneladas de cacau; dez anos depois alcançará 5.620. E com mais um decênio de desenvolvimento terá ultrapassado largamente todos seus concorrentes, com uma exportação de 78.574 t. A Costa do Ouro alcançará pouco depois, e a conservará, uma produção que corresponde a cerca de 40% do total mundial.

Este surto fulminante da colônia inglesa limitará definitivamente as anteriores perspectivas de todos os demais produtores de cacau. Do Brasil, inclusive. Não cessará, é verdade, o desenvolvimento de suas culturas, e o país manterá o segundo lugar da produção mundial; mas um segundo lugar muito modesto. A exportação do Brasil crescerá num ritmo que fica a perder de vista do progresso realizado contemporaneamente na Costa do Ouro; será de 21.090 t.

em 1905; 44.980 em 1915; 64.526 em 1925; 100.000 em 1935 (contra 260.000 neste mesmo ano na Costa do Ouro). E mesmo este progresso limitado já não se fará como no passado, mas através de dificuldades e crises muito graves. A oportunidade que num momento pareceu apresentar-se ao cacau brasileiro de se tornar uma grande riqueza semelhante à do café ou da borracha, não se concretizará. E se não conheceu um desastre igual ao sofrido por esta última, também não ultrapassará uma obscura mediocridade. E a região a que tanto prometera, a Bahia, acompanha-lo-á na sua sorte.

AÇÚCAR

As demais atividades agrárias além das que acabamos de ver, não representam, no conjunto do período republicano até 1930, se-não papel medíocre e de insignificante expressão econômica78. Inclui-se aí também o açúcar; mas ocorrem neste caso circunstâncias particulares que lhe dão relevo na história econômica do período.

Em primeiro lugar porque a produção do açúcar ainda representa a principal e quase única atividade econômica de grandes regiões do país (em particular o litoral do Nordeste e a parte oriental do Estado do Rio de Janeiro), onde se concentra uma população relativamente muito densa. Além disto, a evolução da produção açucareira nestes últimos cinqüenta anos caracteriza-se por certos aspectos peculiares que merecem destaque e lançam muita luz sobre o caráter fundamental da economia brasileira: economia de exportação. Efetivamente, assistiremos aí ao tremendo esforço de adaptação de uma atividade produtora, organizada em função da exportação, ao mercado interno cuja capacidade de absorção ela ultrapassa largamente.

Tendo perdido seus mercados externos, a produção do açúcar fica restrita unicamente ao interno. E daí uma crise profunda e de graves conseqüências. A falta de plasticidade da estrutura econômica brasileira fará as regiões de monocultura açucareira insistirem numa atividade que já perdera boa parte do seu sentido, em vez de diversificarem sua economia e procurarem outras perspectivas. Con-denam-se com isto a um nível econômico muito baixo e à estagnação.

Já observamos que em fins do séc. XVIII e princípios do seguinte, depois de um breve instante de prosperidade, a produção açucareira do Brasil, tão grande no passado, entra num longo pe-ríodo de crise. O açúcar brasileiro é progressivamente excluído dos mercados mundiais onde o substituem produtos de concorrentes melhor aparelhados ou mais avantajados por outras circunstâncias favoráveis. Assim mesmo, em termos absolutos, a exportação do país crescerá (48.000 t., média anual do decênio 1821-30; 200.000 no decênio 1881-90), mas insuficientemente para dar às velhas regiões produtoras uma real prosperidade. É que sobretudo o declínio dos preços acompanha este aumento do volume exportado, caindo de um para outro dos períodos assinalados, da média por ton. de 24,5 libras-ouro para 10,8 (preços FOB). Para os solos exaustos e a in-dústria mal aparelhada das principais regiões produtoras do país, estes preços não eram compensadores. Elas se debaterão por isso em crises crônicas e dificuldades permanentes, com boa parte da lavoura num regime de perda de substância.

O aumento do preço dos escravos, conseqüência da extinção do tráfico e da concorrência da lavoura do café em expansão, contará por muito nestas dificuldades que a abolição da escravidão ainda multiplicará. Nesta mesma ocasião, a situação se agrava em conseqüência da política adotada pelos grandes países consumidores de 78 Durante a guerra 1914-18 desenvolveu-se bastante a produção e exportação de carnes congeladas e outros produtos animais (em particular os couros). Com este objetivo montaram-se grandes frigoríficos no Rio Grande do Sul e também em São Paulo. Mas restabelecida a normalidade do pós-guerra, esta indústria declinou muito.

açúcar da Europa e pelos Estados Unidos, de larga proteção tarifá-

ria e outras concedidas à produção das respectivas colônias ou zonas de influência econômica (como por exemplo os Estados Unidos com relação a Cuba). A participação do Brasil no comércio internacional declina então em termos absolutos e já não apenas relativos, e esta situação se prolongará até a II Guerra Mundial. Tomando-se a média anual da exportação brasileira de açúcar nos decê-

nios a partir de 1890, teremos os seguintes dados: 1891-1900 ...... 133.000 t. 1921-1930 ......81.000 t.

1901-1910 ...... 64.000 " 1931-1940 ......40.000 "

1911-1920 ...... 62.000 "

A quota de exportação do Brasil fixada na Conferência Internacional de Londres (1937), será apenas de 1,6%, o que indica a ridícula participação brasileira no

moderno comércio internacional de açúcar.

Praticamente o Brasil perdera seu mercado externo. Tinha de satisfazer-se por isso unicamente com o interno. O que neste sentido e durante certo tempo ajudará as velhas regiões de monocultura açucareira (a do Nordeste, da Bahia, do Rio de Janeiro), permitindo-lhes manter-se em vida, embora vida muito precária, será o desenvolvimento da cultura cafeeira no Sul, em particular São Paulo, e o grande progresso geral deste setor do país. Dedicando-se exclusivamente ao café, este setor deixará de ser um concorrente na produção do açúcar, como ameaçara muito seriamente tornar-se na primeira metade do século passado. E com o desenvolvimento de sua população e riqueza, faz-se um consumidor apreciável. Assim as velhas regiões açucareiras compensam-se em parte da perda de seus mercados exteriores. Parte muito modesta, porque mesmo a prosperidade do Sul e sua relativa capacidade de consumo não contrabalan-

çavam o perdido na exportação para fora do país. Apesar disto, elas se apegarão a este recurso com todas as forças, incapazes como estavam de se orientarem noutro sentido de maiores perspectivas que a produção extensiva de um único gênero exportável. O vício profundo da formação econômica e social brasileira se revela aí claramente.

A situação tornar-se-á catastrófica quando por efeito das crises sucessivas do café, São Paulo começará a aplicar suas atividades, em escala crescente, na produção do açúcar. Como consumidor que era, sua vantagem sobre outras regiões produtoras que tinham de exportar quase toda sua produção, era considerável. A produção paulista que no ano agrícola (junho a maio) de 1894-95 era de 96.000 sacas de 60 kg apenas, subirá em 1930-31 para mais de um milhão.79 E o crescimento continua sem interrupção: 1930/31 .... 1.108:510 1932/33 .... 1.673.998

79 Nos anos anteriores a esta última data, a produção paulista será gravemente afetada pelo alastramento do mosaico, a grande praga da cana. A substituição dos canaviais paulistas por variedades mais resistentes reerguerá a produção do Estado. As regiões do Norte sofrerão menos com a praga e gozarão assim de um perí-

odo de relativo desafogo. Com a restauração paulista, a crise do Norte chegará ao máximo.

1931/32 .... 1.656.824 1933/34 .... 1.826.668

Nesta progressão, São Paulo ameaçava atingir o limite do seu consumo (pouco

mais de 6 milhões de sacas) e tomar-se auto-suficiente. E seria a ruína final das velhas regiões produtoras, em particular do Norte. Limita-se então a produção (1933). Toda a economia açucareira ficaria daí por diante encerrada dentro de um rígido sistema de quotas distribuídas entre as diferentes unidades produtoras (usinas e engenhos) do país, sob a direção de um órgão oficial do governo federal, o Instituto do Açúcar e do Álcool, que se incumbiria de manter os preços em nível adequado. Estes seriam relativamente altos (com grande sacrifício do consumidor) devido ao baixo rendimento da maior parte da indústria açucareira do pa-

ís.

Estabilizava-se assim a economia açucareira, livre daí por diante das oscilações de preços e vicissitudes da concorrência de produtores dentro do país. Evitava-se o colapso da produção do Norte. Mas, doutro lado, ela se cristalizava numa situação sem perspectivas; e com o amparo e estímulo do equilíbrio obtido, consolidava-se nas regiões até então de exclusiva produção açucareira a permanência de seu medíocre teor de vida.

Acompanhando a crise da produção açucareira, observa-se nela desde a última parte do séc. XIX, mas sobretudo no atual, uma crescente concentração da produção que terá profundas conseqüências de ordem econômica e social. Esse fato é aliás comum à indústria açucareira moderna em todos os lugares como conseqüência do considerável desenvolvimento tecnológico verificado; e as unidades produtoras tendem com ele a se transformarem dos modestos engenhos do passado nas gigantescas usinas de hoje, com capacidade para mo-er milhares de toneladas diárias de cana.

A diferença que se observa a este respeito no Brasil é o relativo atraso em que se processou a transformação. A maior antigüidade da indústria brasileira (donde uma rotina mais profundamente enraizada), o isolamento em que ficou, enquanto outros países produtores recebiam o auxílio material e técnico de grandes centros financeiros e industriais (a Inglaterra e os Estados Unidos, sobretudo), são os principais responsáveis por ele. Desde muito a inferioridade técnica da indústria açucareira do Brasil contava como um dos grandes fatores da perda de mercados internacionais e da vitoriosa concorrência de outros produtores. A remodelação dos velhos engenhos se fazia difícil não só porque na crise em que se debatiam não lhes sobravam recursos suficientes para isto, como porque as áreas que ocupavam eram insuficientes para manter uma unidade fabril do vulto exigido pelas novas necessidades técnicas.

Recorreu-se então aos chamados engenhos centrais, grandes unidades destinadas

a moer a cana de um conjunto de propriedades. Para estimular o estabelecimento de engenhos centrais foram-lhes concedidos pelo governo garantia de juros e auxílios financeiros.80 A finalidade dos engenhos foi inicialmente só industrial; não havia disposição legal expressa neste sentido, mas estava entendido que 80 Os engenhos centrais começam a se estabelecer no Brasil depois de 1870. Finan-ciou-os de início o capital inglês.

eles não teriam lavouras próprias, devendo adquirir toda a maté-

ria-prima que empregassem.

A maior parte dos engenhos se instalou com todos os aperfei-

çoamentos da época. Apesar disto, não foi grande seu sucesso. A-tribuiu-se o fato e provavelmente com razão, à irregularidade do fornecimento da cana. As antiquadas e rotineiras lavouras não mantinham um ritmo de produção compatível com as necessidades do processo industrial. Isto tanto na quantidade como na qualidade da cana fornecida. Não tardou portanto que os engenhos centrais come-

çassem a suprir as falhas do fornecimento com produção própria. E

depois de 1890 começam a se instalar já com o propósito deliberado de utilizar matéria-prima de produção interna, embora subsidiariamente lançassem mão também da alheia. Iniciava-se assim o processo de concentração que liquidaria com o tempo os antigos engenhos.

Estes não podiam, na parte industrial, competir com as usinas, e começam em proporção crescente a vender-lhes sua cana, ficando unicamente com a parte agrícola da produção. O controle do negócio passava assim para os usineiros, que se aproveitarão dele para adquirir progressivamente as terras dos engenhos. Asseguravam assim a sua autonomia, e livravam-se dos fornecedores com os quais suas relações não podiam ser boas.

Este processo de absorção das terras dos engenhos e liquidação destes não será mais rápido porque a situação difícil da indústria açucareira atingia também as usinas. Os seus recursos eram limitados, e ao contrário do que ocorreu nas Antilhas (Cuba, Porto Rico, São Domingos, etc), o capital estrangeiro não se interessou muito pelo negócio. As empresas alienígenas na exploração açucareira do Brasil sempre foram em pequeno número e de importância relativa, no conjunto, secundária. Assim mesmo contudo formaram-se unidades de bastante vulto; e embora lentamente, o desaparecimento dos antigos engenhos seguiu sua marcha até a absorção total de toda a produção de açúcar pelas

usinas. As antigas propriedades não conservam mais de "engenho" senão o nome, pois não passam de fornecedores de cana para as usinas.

A par desta progressiva absorção realizada pela usina, e a conseqüente concentração da riqueza que ela provoca — fato este da maior importância social — desenrola-se o drama das relações entre ela e seus fornecedores de cana. É uma luta permanente. Não é somente uma questão de maior ou menor preço da cana que está em jo-go, mas a própria subsistência, como vimos, do fornecedor. Este é ameaçado cada vez mais pelo crescimento progressivo das lavouras próprias das usinas que vão assim, paralelamente, reduzindo suas aquisições de matéria-prima.

Mas os fornecedores constituem no Norte uma classe numerosa e ainda politicamente forte. São sucessores e descendentes dos antigos "senhores de engenho", cujo grande prestígio passado ainda se projeta em nossos dias. Eles fazem frente aos usineiros, e obtêm leis que fixam obrigatoriamente as quotas de matéria--prima a serem adquiridas por aqueles (1934). Contudo as usinas, mais folgadas com a limitação e contingenciamento da produção (estabelecidas como vimos em 1933), continuam no seu processo de absorver as propriedades canavieiras. A lei fixara o montante da contribuição de cada fornecedor; mas nada impedia que as usinas adquirissem a propriedade do fornecedor, e com ela o seu direito ao fornecimento. E

é o que efetivamente se verificará, reduzindo-se cada vez mais, no conjunto, a parte da cana que as usinas adquirem no exterior dos seus domínios. Em Pernambuco, o maior produtor do país e onde o problema é mais agudo, a contribuição percentual dos fornecedores na produção das usinas desce, entre 1929/30 e 1944/45, de 75% para 46%.

O desaparecimento dos engenhos, mesmo como simples fornecedores autônomos parece hoje apenas uma questão de tempo. Militam a favor das usinas os grandes recursos financeiros de que dispõem, os preços de custo da cana mais baixos que são capazes de alcan-

çar,81 os inconvenientes de relações pouco amenas entre usineiros e fornecedores que lei alguma poderá jamais corrigir e que conspiram permanentemente contra a subsistência, lado a lado, de categorias tão diferenciadas pelo interesses respectivos. Dentro da ordem atual, o que não for usina, tanto na fabricação do açúcar como na cultura da cana, não será afinal mais que uma reminiscência do passado, ou então resíduo anacrônico perpetuado pela inércia.

PEQ UENA PROPRIEDADE82

Um dos mais importantes fatos da moderna fase da economia a-grária brasileira é o processo de retalhamento da propriedade fundiária rural e o aparecimento, em escala crescente, da pequena propriedade, quase ausente no passado. Nos primeiros séculos da colonização, não havia lugar senão excepcionalmente para esse tipo de propriedade numa economia como a nossa, voltada exclusivamente para a exploração em larga escala de produtos de alto valor comercial como o açúcar, o algodão, o café, a borracha, o cacau; e assente no trabalho de escravos ou semi-escravos que formavam a massa camponesa do país. As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social que sobre elas se constituíra, tornavam evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária. E assim a pequena propriedade, quando aparece, é apenas excepcional e ocasionalmente. O assunto já foi aliás abordado em capítulo anterior, e aí se mostrou que a pequena propriedade não representou no passado, como não podia representar, um elemento ponderável no conjunto da economia brasileira. É somente no séc. XIX, e mercê de circunstâncias novas e específicas dessa fase moderna de nossa evolução, que ela começa a tomar vulto.

81 É de observar contudo, que com relação a Pernambuco pelo menos (é somente desta região que possuímos observações pormenorizadas no assunto), a cana fornecida não é de custo mais elevado que a produzida nas usinas. Mas a racionalização da cultura, que somente a usina com sua grande área e amplos recursos é capaz de realizar, acabará rompendo o equilíbrio em favor dela. O fornecedor então desaparecerá fatalmente.

82 A expressão "pequena propriedade" é aqui empregada unicamente para contrastar, com a grande propriedade e tradicional fazenda, a exploração rural em reduzida escala em que o proprietário intervém pessoal e diretamente nas atividades produtivas, secundado quando muito por um reduzido número de auxiliares.

O crescimento e conseqüente adensamento da população, a partilha por sucessão hereditária, a desagregação do regime servil, as crises atravessadas pelo sistema da grande exploração e sua ruína em diferentes regiões do país, figuram entre as circunstâncias principais que favorecem a eclosão de uma nova economia de caráter camponês e fundada na pequena propriedade. Mas o fator imediato e mais importante que inicialmente condicionará o estabelecimento e progresso desse novo tipo de organização agrária, será a grande imigração européia do século passado, reforçada no atual pela asi-

ática (japoneses). A ambição pela posse da terra forma nesses imigrantes um impulso muito poderoso, e constitui ela com certeza um dos mais fortes senão o mais forte estímulo que os leva a abando-narem sua pátria onde tal oportunidade lhes é negada. E mesmo quando não conseguem alcançar desde logo esse objetivo, como efetivamente se deu no Brasil na maior parte dos casos, representa contudo um ideal sempre presente que influi fortemente na evolução dos acontecimentos.

É importante assinalar esta circunstância, porque em contraste ela não ocorre, pelo menos de forma tão definida e intensa, na grande parte da massa de trabalhadores brasileiros que precedem a imigração européia. Já sem falar nos escravos, para quem naturalmente a propriedade está fora de cogitações, mas também dos libertos, ainda muito próximos do regime servil e de suas origens semibárbaras para imaginarem a possibilidade de superarem os grandes obstáculos opostos a seu acesso à propriedade da terra. E assim, enquanto a massa dos trabalhadores brasileiros entre os quais se recrutariam os pequenos proprietários for constituída por estes elementos, incapazes ou mal preparados para se livrarem das contingências econômicas e sociais que os mantém no seu estado dependente e subordinado, a pequena propriedade não encontraria ambiente propício. Tanto as condições objetivas como as subjetivas conspiravam contra ela. Será, no correr do séc. XIX, o grande afluxo de trabalhadores europeus que romperá inicialmente os primitivos quadros econômicos e sociais do país e condicionará seu desenvolvimento.

Ele será facilitado pelas próprias condições em que muitas vezes, sobretudo no começo, se realizará tal afluxo. A pequena propriedade encontrará seu primeiro meio propício nas colônias agrí-

colas, descritas em capítulo anterior, e que começam a ser estabelecidas no Brasil desde a transferência da corte portuguesa em 1808. Durante todo o correr do século passado, e ainda no atual, multiplicar-se-ão, embora com intensidade variável, estes núcleos de pequenas propriedades que se difundem largamente no extremo-sul do país: Rio Grande, Santa Catarina, Paraná.

Nas demais regiões imigratórias, contudo, São Paulo em particular, a pequena propriedade sofrerá a concorrência da grande lavoura cafeeira que absorverá a maior parte dos imigrantes. Nos primeiros tempos da imigração, quando ela era ainda débil e convinha estimulá-la, ainda se proporcionarão aos imigrantes, ou a uma parte deles, algumas facilidades para a aquisição de propriedades; mas este expediente abandonar-se-á depois de 1886, quando por efeito da propaganda e das subvenções, a imigração se intensifica e torna dispensável o apelo a outros estímulos. Somente se voltará à política de colonização nos primeiros anos do

século atual, quando os países de emigração para o Brasil (a Itália em particular) co-meçam a adotar medidas restritivas, e de fato a corrente imigrató-

ria declina.

Em conjunto, a colonização, seja oficial, seja de iniciativa particular, não trará em São Paulo contribuição apreciável para o desenvolvimento da pequena propriedade. A sua difusão verificar-se-á aí muito mais em função das vicissitudes da lavoura cafeeira e do progresso econômico e demográfico do Estado. No seu deslocamento constante, a lavoura cafeeira irá deixando para trás terras cansadas e já imprestáveis para as grandes lavouras; estas terras depreciadas serão muitas vezes aproveitadas pelas categorias mais modestas da população rural que nelas se instalam com pequenas propriedades. As sobras da grande riqueza acumulada pela produção cafeeira chegarão até as mãos daquelas camadas sociais que conseguem assim livrar-se do trabalho dependente das fazendas e se estabelecerem por conta própria. Aproveitarão também certas regiões cujas condições naturais não se prestavam para a cultura do café.

O afastamento da concorrência dessa cultura tem um papel muito importante na distribuição da pequena propriedade em São Paulo. Verifica-se efetivamente que as suas principais áreas de difusão localizam-se em zonas onde a grande lavoura não se desenvolveu ou decaiu. Aliás o grande progresso da pequena propriedade nos Estados meridionais do Brasil deve-se sobretudo ao fato de ela não ter sofrido lá a concorrência de nenhuma grande lavoura tropical.

O que muito estimulou a pequena propriedade foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. A produção de gêneros para o seu abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos) não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural. A agricultura especializada, trabalhosa e de pequena margem de lucros que caracteriza a produção daqueles gêneros, não era possível em larga escala, nem atraente para o grande proprietário brasileiro. Favorece assim o estabelecimento e progresso de lavradores mais modestos.

Mas são as crises sucessivas do café que trarão em São Paulo a maior contribuição para o processo de desintegração do grande do-mínio agrário e sua substituição pela pequena propriedade. O retalhamento das fazendas e sua venda em lotes de custo acessível aos trabalhadores rurais representará muitas vezes a única solução pa-ra as dificuldades financeiras dos seus proprietários. Nas épocas de crise aguda (como sobretudo depois de 1930) o progresso da pequena propriedade será particularmente ativo. Doutro lado, o atrativo oferecido pelo negócio que representaria o loteamento e re-venda de pequenas propriedades,

isto aliado ao declínio da renta-bilidade da grande lavoura extensiva do café — o que diminui a concorrência que dantes essa lavoura fazia nas terras por ocupar —

favorece e estimula a difusão da pequena propriedade no extremo oeste de São Paulo e seu prolongamento pelas regiões aí limítrofes do Paraná.

Estimulada por todos estes fatores, a pequena propriedade irá em São Paulo num contínuo progresso. Lutará ainda, é certo, com grandes obstáculos nesta economia e organização social e política estruturada ainda sobre o grande domínio agrário, decadente não há dúvida, mas ainda dominante. Haverá momentos em que aquele progresso é praticamente sustado quando, embora esporadicamente, re-formam-se conjunturas favoráveis à grande lavoura. É o que se verificou, no correr do decênio de 30, com relação à cultura algodoeira; mais recentemente observa-se coisa semelhante com a pecuá-

ria; e depois de 1960, com a cana-de-açúcar, que em conseqüência do fechamento do mercado norte-americano à produção cubana, oferece novas e inesperadas oportunidades. Abrem-se nesses casos boas perspectivas à produção dos grandes domínios; declina em conseqüência o processo de sua desintegração, e em muitos casos mesmo, ele se inverte, recompondo-se novos latifúndios à custa de propriedades mais modestas que são neles reabsorvidos. A concentração fundiária provocada pela conjuntura favorável do açúcar depois de 1960, foi em São Paulo considerável, e abrangeu mesmo, na zona central do Estado (a chamada Paulista) numerosas velhas fazendas de café que se agrupam em imensos latifúndios canavieiros de dezenas de milhares de hectares, o que era inédito em São Paulo.

Mas no conjunto, e tomando-se grandes períodos, a divisão da terra em São Paulo foi progredindo. Nos Estados meridionais o desenvolvimento da pequena propriedade foi ainda mais intenso. Já não se contará para isto, como no passado, com grandes correntes imigratórias que desde a segunda metade do século XIX, se dirigem sobretudo para São Paulo. Mas fará suas vezes o considerável crescimento vegetativo das primeiras colônias que fornecerá agora, em substituição do estrangeiro, os contingentes demográficos necessá-

rios para ir estendendo cada vez mais o domínio da pequena propriedade. Nas regiões para onde se dirigem os novos colonos (o Oeste, em direção dos rios Paraná e Uruguai) ela não encontrará, como se deu em São Paulo, a concorrência de grandes lavouras absorventes e monopolizadoras da terra. E assim, embora num movimento lento mas regular e sem obstáculo sério, vai alargando sua área.83 No resto do Brasil, para o norte de São Paulo, o processo

de retalhamento da propriedade fundiária rural não contará apreciavelmente com o estímulo trazido pela imigração européia que não se afeiçoou ao clima mais acentuadamente tropical desse setor do país.84

Aí, contudo, salvo em áreas no conjunto relativamente reduzidas, não se verificou a concorrência avassaladora da grande lavoura comercial, ou então ela não perdurou. Tornou-se possível assim o estabelecimento e desenvolvimento, em diferentes pontos, de uma estrutura agrária na base da pequena propriedade, resultante seja da simples ocupação da terra por povoadores modestos — é o caso dos posseiros, ocupantes sem título, de terras ainda desocupadas em áreas pioneiras, ou então abandonadas — seja da partilha por sucessão hereditária de propriedades sem condições de exploração comercial de conjunto, e que por isso se foram desmembrando. Observa-se isso em algumas partes de Minas Gerais, nas velhas regi-83 Interessante notar que essa expansão se fará mesmo além dos limites do país, para a margem direita do rio Uruguai, na Província argentina de Misiones. Parte apreciável da colonização aí realizada, constituída sobretudo de colonizadores de origem alemã, e que continua em progresso, tem seu impulso naquela expansão demográfica a partir das regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

84 Com exceção do Espírito Santo, onde se verificou um afluxo imigratório relativamente avultado.

ões canavieiras da Bahia, em grandes setores do Nordeste, e igualmente nos Estados do Norte, Maranhão em particular. Nessas partes do país, e com exceção de seus setores pastoris (onde a grande propriedade, e mesmo o imenso latifúndio conservam um domínio pleno), o retalhamento da propriedade rural se processou e processa intensamente, dando mesmo, freqüentemente, no caso extremo do mi-nifúndio, isto é, a propriedade que por sua área excessivamente reduzida, se torna incapaz de prover razoavelmente à manutenção do proprietário e sua família.

Assim, de um modo geral e em diferentes setores do país, a fragmentação da propriedade fundiária rural se vai operando. E es-se desenvolvimento da pequena propriedade já começa em nossos dias a fazer sentir seus efeitos econômicos (além dos sociais e mesmo políticos sobre que não me posso estender aqui).

Como antítese que é da grande, seu progresso, difícil, lento, mas seguro, representa um golpe profundo desferido na estrutura tradicional do Brasil. É toda uma nova organização que está germi-nando na base desse progresso. Organização esta capaz de assegurar à massa de trabalhadores rurais — uma vez devidamente encaminhada e amparada — uma perspectiva nova que o trabalho

subordinado nos grandes domínios não oferece nem pode oferecer nas atuais relações de trabalho do sistema econômico vigente no país.

Ao mesmo tempo, esse tipo de estrutura agrária se mostra habilitado para atender a finalidades em frente às quais o grande do-mínio comercial se tem mostrado incapaz, e assim é efetivamente. A saber, a produção da maior parte dos gêneros necessários à subsistência alimentar da população. Nesse terreno, a pequena propriedade já representa na economia brasileira um grande papel. A maior parte dos gêneros de subsistência consumidos no país (em particular nos centros urbanos) produz-se nela. Enquanto a grande propriedade continuou e continua, indefinidamente, a se dedicar às grandes e extensivas culturas tropicais de que não pode senão excepcionalmente se livrar, a pequena tomou a seu cargo a mais substancial parte do abastecimento alimentar da população brasileira.85 E

se este abastecimento ainda é mais que insuficiente, abrindo portanto perspectivas indefinidas à produção (sobretudo neste novo Brasil que vai surgindo, em que o problema alimentar deixará de ser, como até hoje, uma preocupação secundária e sacrificada em benefício da exportação), as culturas tropicais, sem exceção, alcançaram um limite que tudo indica elas não podem ultrapassar.

Pode-se considerar assim que a pequena propriedade está preen-chendo uma função que no passado, sobretudo nos períodos de apogeu da grande lavoura, cabia à importação. Era do estrangeiro que nos vinha a maior parte dos gêneros de abastecimento de que o país necessitava. Isto já foi em parte superado. Voltar agora a tal sistema só seria possível com o retorno das exportações maciças e crescentes que já conhecemos, o que nada faz prever. Além disto, as exigências do país se alargaram de tal forma, com tendência a 85 Quando não é a pequena propriedade propriamente, é seu substituto: a pequena exploração realizada pelo próprio trabalhador dos grandes domínios. Esta divisão de funções na grande lavoura é quase a regra no Brasil, e vem de um longo passado, como já se assinalou repetidamente em capítulos anteriores.

se alargarem cada vez mais, que não será possível satisfazê-las unicamente com importações, por mais volumosas que elas sejam. A-liás outros fatores contam nesta matéria, como a facilidade e presteza do abastecimento, incompatíveis com a importação num país da posição e das condições geográficas do Brasil. E isto ainda sem computar os aspectos sociais e mesmo políticos da questão.

Ao mesmo tempo contudo em que o retalhamento fundiário rural e o estabelecimento da pequena propriedade se apresentam com essas perspectivas que assinalamos, um processo tão profundo de transformação de nosso

tradicional sistema agrário não podia deixar de propor novos e graves problemas. Já sem contar a resistência que contra ele oferecem as forças conservadoras do país, tanto de ordem econômica, como política e social, tais problemas derivam ainda das circunstâncias em que se realiza aquela transformação. Vimos que é mais freqüentemente em regiões depauperadas que se verifica o retalhamento da propriedade; regiões de solos inferiores, desprezados pela grande lavoura, ou por onde ela já passou com seus processos de cultura extensiva e tremendamente dilapidadores; e de novo aproveitamento difícil. Além disso, quem vai arcar com a tarefa de instalar e conduzir essa economia de novo tipo é sobretudo uma população que salvo nas zonas de imigração estrangeira, se constitui em boa parte de indivíduos recém-egressos do estado servil ou semi-servil; e o que é mais grave, sem tradição camponesa no sentido próprio, sem preparo suficiente para desincumbir-se satisfatoriamente daquela tarefa; principalmente sem recursos financeiros capazes de fazerem face às exigências de uma atividade agrícola regular e com alguma perspectiva. É assim desamparada de qualquer apoio eficaz que a nossa nova economia camponesa, em sua maior parte, tem de se estruturar e viver. Faltar-lhe-á em geral, por completo, até mesmo um aparelhamento comercial conveniente e capaz de atender às suas necessidades, o que a torna presa da mais desregrada especulação e exploração. Toda a estrutura do país, to-da sua organização sê constitui no passado e ainda se orienta sobretudo no sentido de satisfazer às exigências da grande lavoura monocultural de tipo colonial, na base de que se formou e evoluiu a economia brasileira. Nas regiões onde esse tipo de economia ainda predomina, como em São Paulo, o sistema funciona, embora com toda sorte de tropeços e embaraços. Mas onde ela desapareceu, ou quase, nenhuma organização regular veio substituir aquele sistema.

A economia camponesa que se estabeleceu nos claros da rígida estrutura tradicional brasileira ficou ao desamparo, condenada quase sempre a marcar passo e vegetar em seu natural primitivismo.

É este, sem dúvida, o aspecto fundamental da questão agrária brasileira. E forma assim um dos elementos, e certamente dos essenciais, do grande problema econômico, social e político que o Brasil de hoje enfrenta, e que a crise geral do nosso sistema já tornou agudo. Trata-se, de uma parte, não somente suprimir as resistências que ainda se opõem, e que são poderosas, contra o processo de retalhamento da propriedade fundiária rural, mas ainda incentivá-lo e o forçar através de medidas de ordem política e ju-rídica, inclusive a modificação do direito de propriedade que ainda domina em nosso sistema jurídico, e sem o que muito pouco será conseguido. Trata-se ainda, e sobretudo, de apoiar decididamente com medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro, ao nosso cam-pesinato em formação. É somente assim que se assegurará o seu pleno

desenvolvimento, e o encaminhamento da reestruturação de nossa economia agrária em novas bases, superando-se com isso, definitivamente, o estágio ultrapassado no plano atual de nossa evolução, e já anacrônico, da grande propriedade de tipo colonial.

24

A Industrialização

ENTRE A primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato. Aquela decaiu e praticamente se anulou antes que a outra surgisse. Assinalei em capítulo anterior que a abertura dos portos ao livre comércio exterior em 1808, aniquilou a rudimentar indústria artesanal que existia na colônia. Não somente se abriram os portos, mas permitiu-se que as mercadorias estrangeiras viessem concorrer no mercado brasileiro em igualdade de condições com a produção interna, graças a tarifas alfandegárias muito baixas (15%

ad valorem) que se mantiveram até 1844. As débeis manufaturas brasileiras, já tão embaraçadas pelas precárias condições econômicas e sociais do país, sofrem com isto um golpe de morte. Diante da concorrência dos produtos da indústria européia, de qualidade superior, muito mais variados e de baixo custo, elas não somente se tornavam incapazes de progredir, mas praticamente se paralisam. E

quando, mercê de novas circunstâncias, a indústria brasileira se restabelece, terá por isso que partir do nada, já sem tradição manufatureira, sem condições materiais e sobretudo elemento humano aproveitáveis.

Além das condições gerais que embaraçavam o progresso industrial do Brasil, ocorrem circunstâncias específicas que difi-cultam sobremaneira o estabelecimento da indústria moderna no pa-

ís. Em primeiro lugar, a deficiência das fontes de energia. O Brasil é pobre em carvão de pedra; as jazidas existentes, de qualidade inferior, são ainda hoje de exploração difícil e precária.

No século passado podem-se considerar inexistentes. E energia abundante é condição primordial da moderna indústria maquinofatu-reira; não podiam fornecê-la entre nós, em quantidade apreciável, nem a lenha nem a força motriz da água ou do vento que eram as ú-

nicas fontes (além da humana e da animal) que então possuíamos.

Além da deficiência de energia, faltou ao Brasil outro elemento fundamental da indústria moderna: a siderurgia. Neste caso, a ma-téria-prima é abundante; o território brasileiro encerra uma das principais reservas de ferro do universo, tanto em qualidade como em quantidade. Mas encontra-se em lugares de difícil

acesso para os grandes centros consumidores do país. E a falta de carvão de pedra (embora parcialmente substituível pelo de lenha) embaraçava seu aproveitamento.

Mas o que sobretudo dificultava o estabelecimento da indústria moderna no Brasil era a deficiência dos mercados consumidores, cu-ja amplitude encontra na produção em larga escala, que caracteriza a maquinofatura, uma condição essencial que nada pode suprir. A situação brasileira, neste particular, era a mais inconveniente. O

nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes.

A orientação da economia brasileira, organizada em produções regi-onais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difí-

ceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000 km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de km2; agrupam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contactos apreciáveis. Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável.

Com tudo isto, todavia, contava a indústria com algumas circunstâncias no seu ativo. Em primeiro lugar e sobretudo, a dificuldade que o país sentia de pagar no estrangeiro as manufaturas necessárias ao seu consumo. As exportações, donde provinham todos os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de crescimento da população e de suas necessidades. Isto se observa em particular no *deficit* constante do nosso comércio exterior, e que perdurará até meados do século passado. O desequilí-

brio geral das contas externas do país se comprova aliás, como já foi notado, pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional.

Outro lhe virá das tarifas alfandegárias que a partir de 1844

são progressivamente elevadas. Nesta elevação estará às vezes presente a idéia

de proteger a indústria do país; mas, sobretudo nos primeiros tempos, em plano muito secundário. O que realmente determina o progresso das tarifas são as necessidades financeiras do Tesouro público; o que convém destacar não somente porque explica convenientemente esta criação de barreiras alfandegárias num país em que a hegemonia política pertencia ainda a uma classe, a dos grandes proprietários rurais cujos interesses lhe eram naturalmente contrários, como ainda porque a política tarifária, objetivando necessidades financeiras e não especificamente proteção à indústria, onerará indiscriminadamente tanto os gêneros da sua produ-

ção, como direta ou indiretamente, outros que entram para os seus custos.

Outro fator favorável à indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão. E efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial.

Finalmente, uma última circunstância favorável ao estabelecimento de indústria será a disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço. Numa economia agrária e escravista como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres fica à margem.

É o que se verifica efetivamente, e sintoma disto será a desocupa-

ção e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de uma grande parte da população da colônia. Aí a indústria nascente encontrará um amplo abastecimento de mão-de-obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando-se com seu ínfimo preço.

São estas as circunstâncias principais que condicionarão o desenvolvimento de uma pequena indústria, sobretudo têxtil, na segunda metade do século passado. Ela terá um caráter local limitado a pequenos mercados de curto raio. Já abordei a matéria em capítu-lo anterior (cap. 20).

Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira te-rá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na in-dústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de toucador, 3% na metalurgia.

Esta fase de progresso industrial prolongar-se-á na República, correspondendo à febre de iniciativas dos primeiros anos do novo regime. O brusco declínio de câmbio que então se verifica ainda virá reforçar a situação próspera da indústria; e o rompimento do equilíbrio conservador do Império abrirá as portas para uma polí-

tica de mais consciente amparo à produção do país. As tarifas alfandegárias serão sucessiva e grandemente elevadas, e já desta vez com o objetivo deliberado de protecionismo industrial.

Entre 1890 e 1895 serão fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200.000 contos, isto e, 50% do total invertido no começo do período. Segue-se a fase de grande crise financeira ,em que o surto industrial é paralisado. A revalorização da moeda depois de 1898 trará novas dificuldades para as indústrias. Mas a política de saneamento financeiro as compensará com um fator que sobretudo no futuro será para elas de grande significação: é a cobrança em ouro de uma porcentagem dos direitos alfandegários, a chamada

"cláusula ouro". Esta medida, adotada para permitir ao Tesouro pú-

blico fazer face a seus grandes compromissos externos sem sofrer as contingências das oscilações cambiais, representará desde logo um acréscimo considerável de tarifas, pois o mil-réis-ouro valia 27 d. contra 15 para o papel. E funcionaria no futuro como um reforçamento da barreira tarifária em conseqüência de qualquer nova depreciação cambial, o que aliás se verificará continuamente daí por diante.

Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das in-dústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com 665.663$000 de capital, e empregando 150.841 operá-

rios. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produ-

ção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. Com exclusão do Rio de Janeiro, que continuava, como sempre fora no passado, a encabeçar a produção industrial, a transformação desde o tempo do Império fora considerável. Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total.

Esta concentração da indústria em São Paulo se explica pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A principal delas é o progresso geral do Estado, graças ao desenvolvimento sem paralelo de sua lavoura cafeeira, o que lhe trouxera riqueza e população. A imigração concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estados similares. Finalmente, mas não de menor importância, será a abundância de energia hidráulica, já agora aproveitável sob a forma de eletricidade, nas proximidades justamente dos setores mais povoados do Estado; em particular, de sua capital. A primeira usina elétrica paulista (empresa internacional com capitais ingleses, belgas e franceses, e sede em Toronto, Canadá) co-meça a funcionar em 1901, com um potencial de 8.000 HP.

A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907

a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto. Outro caráter a assinalar é sua extrema dispersão. Somente as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta86 apresentam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insignificante de capital.

A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no qüinqüênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra.

Quanto ao caráter desta indústria recenseada em 1920, ela se conserva mais ou menos idêntica à de 1907, tanto no que diz respeito à sua dispersão como à distribuição percentual da produção.

A modificação mais sensível será a transferência para o primeiro lugar das indústrias de alimentação, que passam de 26,7% da produção em 1907, para 40,2% em 1920. Isto se deve ao aparecimento de uma nova indústria que tomará durante a guerra grande vulto: a congelação de carnes. Estimulara-a o consumo crescente dos países beligerantes, e a exportação brasileira de carnes, nula antes do conflito, sobe em 1918 para 60.509 toneladas anuais. Esta industria localiza-se no Rio Grande do Sul, o principal centro pecuário no país desde o séc. XVIII, e

em São Paulo que conta não somente com seus rebanhos, mas com os do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e também Goiás.

Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passara 86 A indústria da juta, então uma das mais importantes do pais, deve seu desenvolvimento ao café que se acondiciona em sacos dessa fibra. A matéria-prima se importa a da índia. Hoje é produzida no Brasil (Amazonas e Pará). Lembremos, a propósito, o nome do pioneiro da industria da juta, Antônio Álvares Penteado, que instalou sua primeira fábrica em 1892 com capital formado na exploração de fazenda de café. O pormenor é interessante, porque ilustra a maneira como se fi-nanciou em boa parte o início da industria paulista.

já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. Este será um importante fator, de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio. Isto dará à indústria uma grande segurança; mas terá ao mesmo tempo conseqüências muito graves. A indústria poderá repousar, e faltar-lhe-á estímulo suficiente para um apreciável progresso qualitativo. A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá ha-vido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna.

Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior. Quanto à concorrência entre os diferentes produtores nacionais, ela sempre será pequena porque o campo era grande demais, e os recursos deles reduzidos para empreendimentos de vulto e aspirações de envergadura. Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternal-mente se repartem as oportunidades.87

Além disto, a ação indiscriminada das tarifas e da depreciação monetária tinham estimulado indústrias inteiramente fictícias, simples atividades de "ajuntamento de peças", que dependiam de fontes externas e longínquas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima e materiais semi-processados que empregavam. Doutro lado, se as tarifas e a depreciação monetária asseguravam a existência da indústria, também a oneravam

consideravelmente com o encarecimento do material que precisava adquirir no exterior. Este será o caso, para todas elas, de pelo menos a maquinaria, que o país não produzia. Constituirá isto sempre um obstáculo muito sério oposto à renovação e aperfeiçoamento das indústrias. E as já estabelecidas, mesmo quando obsoletas, gozavam com isto de um privilégio contra que difi-cilmente podiam lutar concorrentes novos88.

De tudo isto, aliado às circunstâncias gerais do país já assinaladas em época anterior e que, embora atenuadas, ainda per-sistiam (debilidade do mercado interno, dificuldades de trans-87 A falta de espírito de luta e grandes aspirações na indústria brasileira (efeito das causas apontadas) se observa na facilidade com que ao primeiro sinal de dificuldades, os industriais se solidarizavam em *pools* e agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção. Isto sem o menor espírito de combate ou idéia de eliminar algum terceiro, mas unicamente para usufruírem uma situação pacífica e cômoda.

88 Procurou-se corrigir este inconveniente, estabelecendo em 1911 tarifas dife-renciais que gravavam sobretudo a importação de artigos sem similares na produ-

ção nacional, aliviando os demais. Mas isto somente em parte resolvia a situa-

ção, porque era a depreciação da moeda que sobretudo contribuía para onerar as importações. E esta depreciação não somente atingia todas as importações, mas elevava-lhes as tarifas alfandegárias com o funcionamento da cláusula ouro.

porte, deficiência técnica), resultará uma indústria rotineira e de baixo nível qualitativo. Não haverá no seu conjunto nem progresso técnico sustentado (uma das características essenciais da indústria moderna)89, nem a paralela e indispensável concentração da produção.

A maior parte da indústria brasileira continuará como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais.

Haverá ainda uma circunstância geral que contribuirá para uma tão precária situação da indústria: é a carência de capitais. O

baixo nível econômico do país, e sobretudo deficiências estruturais, tornam o processo de capitalização lento e muito débil.

Não se chegara a formar no Brasil nada que se parecesse com um mercado de capitais semelhante ao de todos os países industriais da atualidade. Para isto seria

necessário o concurso de camadas apreciáveis da população que tivessem atingido um certo nível de prosperidade financeira. Isto não era possível nas condições econômicas e sociais predominantes no país. A débil acumulação popular mal dará para os empréstimos públicos. O Estado, sempre grandemente necessitado de recursos, e oferecendo uma aplicação de capital muito mais certa e segura que as indústrias, absorverá todas as disponibilidades das modestas poupanças acumuladas. E assim os fundos necessários para a indústria dependerão unicamente do concurso individual de seus iniciadores. Isto se observa particularmente no fato de pertencer a firmas individuais (sociedades de pessoas e não de capitais) 42% do capital empregado na indústria brasileira em 1920, segundo o censo desse ano. E mesmo as sociedades anônimas são-no quase sempre muito mais de nome do que de fa-to; o seu capital pertence efetivamente, no mais das vezes, a simples indivíduos, famílias ou pequeníssimos grupos, a que se asso-ciam quando necessário alguns sócios fictícios para completar o número de sete que a lei exige como mínimo das sociedades anônimas. São certas vantagens práticas, e algumas fiscais, que levam a preferir esta forma de sociedade mesmo quando realmente se trata de firmas individuais. Isto se verifica no Brasil, embora mais a-tenuadamente, até hoje.

A acumulação capitalista ainda é essencialmente no Brasil um fato individual restrito. Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café. Quando depois de 1907, por exemplo, o café produzia larga margem de proveitos graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da recorrência da crise, muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que efetivamente, depois de 1910, se desenvolve com rapidez. Outros se enriquecerão nos momentos de grande atividade financeira, quando o crédito é largo e a especulação fácil. É o que ocorreu, entre ou-89 Em São Paulo, o principal centro industrial do país, as estatísticas oficiais revelaram em 1939 que das 324.689 máquinas em funcionamento existentes no Estado, 36.610 tinham menos de cinco anos de uso, 45.919 tinham entre cinco e dez anos, 130.811 tinham mais de 10 anos, e 111.349 tinham idade desconhecida. Estatística industrial, 1938-1939. Departamento de Estatística. São Paulo.

tros casos, no período imediatamente posterior ao advento da Repú-

blica. O jogo de bolsa, o de câmbio, representam para aqueles que conseguiram se salvar do desastre posterior uma fonte de acumula-

ção capitalista que irá em parte alimentar a indústria. É preciso não esquecer nestas ocorrências e outras semelhantes o papel das emissões de moeda

fiduciária, realizadas ou para alimentar o cré-

dito e o giro dos negócios ou, mais freqüentemente, para atender às necessidades do Tesouro público. Os excessos do meio circulante, que sempre ocorrem quando as máquinas de imprimir moeda come-

çam a funcionar para atenderem a gastos públicos indiscriminados e excessivos, ou para atenderem à especulação, vão acumular-se nas mãos de privilegiados momentaneamente bem situados e dão margem para a formação de capitais que, de preferência, procurarão a in-dústria, sempre próspera nestes momentos graças à desvalorização paralela da moeda. Este fato observar-se-á particularmente no correr da I Grande Guerra (época de grandes emissões), e no período imediatamente posterior, até 1924, quando cessa o jorro emissor.

Como nestes casos verifica-se uma elevação geral dos preços e encarecimento da vida que não são acompanhados no mesmo ritmo pelos salários e outros rendimentos fixos, a acumulação capitalista se faz efetivamente à custa de um empobrecimento relativo da massa da população, sobretudo de suas classes trabalhadoras, e um acréscimo de exploração do trabalho. Será esta a verdadeira origem dos novos capitais formados. É o que na linguagem técnica dos economistas ortodoxos se denomina "poupança forçada", se bem que se trate no caso de um tipo curioso de poupança, pois quem "poupa" são os trabalhadores, mas quem se apropria da "poupança" assim realizada, são os capitalistas seus empregadores...

Outra fonte importante de acumulação capitalista no Brasil tem sua origem nos próprios lucros diretos e normais da indústria e do comércio, e é condicionada sobretudo pelo caráter particular de seus detentores. Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos — os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignacio, etc. E se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economias duramente reunidas. Esta circunstância, devido ao vulto que representa no conjunto da indústria brasileira, tem no terreno econômico grande significação porque dá conta não só do grande número de pequenas empresas que não são mais que escalões de um processo de crescimento potencial (donde

uma das explicações da grande dispersão da produção industrial brasileira), como sobretudo da debilidade de indústrias que repousam exclusivamente em bases financeiras tão estreitas e precárias.

Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade.

A sua sorte estará indissoluvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria. Isto se observa em particular no período que se segue à I Grande Guerra. A prosperidade de que gozara no decurso do conflito prolongar-se-á no após-guerra, graças sobretudo à desvalorização da moeda e a emissões de vulto. Mas em 1924 inverte-se a situação: cessa a polí-

tica de emissões, a moeda se revaloriza, e depois de algumas oscilações, estabiliza-se a partir de 1927. Doutro lado, o comércio externo se fortalece com o aumento do valor das exportações (devido sobretudo à política de valorização do café); e intensifica-se o afluxo de capitais estrangeiros (empréstimos públicos, inversões privadas). Estas circunstâncias determinarão uma situação folgada das contas externas do país. Os saldos financeiros serão consideráveis, o que se observará no grande afluxo de ouro em espécie.

Depois de um largo período de penúria total de ouro, o encaixe me-tálico do país subirá em poucos anos para 1.266.000 contos (31 mi-lhões de libras)90. Esta situação atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. A importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e pere-cem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência.

Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da I Grande Guerra: refiro-me às indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras.

Trata-se em regra de empresas que operando já de longa data no mercado

brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam então indústrias subsidiárias no Brasil que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamento dos produtos. O processo da produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil. Naturalmente é muito variável, de uma empresa para outra, e mesmo para cada qual delas em épocas sucessivas, a parte do processo da produção que cabe a uma e outra seção. Na indústria quí-

mica e farmacêutica, p. ex., há muitos casos em que a seção brasileira se limita quase só ao acondicionamento de artigos já acabados e produzidos na matriz. A General Motors e a Ford Motor Company instalaram em São Paulo oficinas para montagem de veículos motores com peças importadas de suas fábricas norte-americanas; 90 Este valor é atingido nas vésperas do grande craque da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929.

aos poucos, algumas destas peças ou partes dos veículos foram sendo fabricadas nessas oficinas. Na fabricação de pneumáticos, a borracha era toda elaborada no Brasil, mas as lonas se importavam.

Um caso extremo era da indústria de cimento, em que a matéria-prima e sua elaboração é toda nacional; mas ainda aí o combustível (o óleo, que entra com 70% no valor do produto) se importava. Estes exemplos servem para mostrar como é variado o tipo das indústrias subsidiárias. As primeiras indústrias subsidiárias já datam no Brasil de antes da I Grande Guerra. Entre outras, pode-se citar a *Pullman Standard Car Export Corporation*, a primeira de vulto, que se instalou no Rio de Janeiro, em 1913, com oficinas de montagem de material ferroviário. Durante a guerra, ou pouco antes, afluem várias indústrias subsidiárias, mas de um tipo diferente: são os frigoríficos, que não visam o mercado brasileiro, mas apenas o aproveitamento da matéria-prima abundante no país, e exportação de carne para a Europa. São eles: *Wilson & Company, Armour, Swift, Continental, Anglo*. Toda a indústria brasileira de carnes congeladas (a que se juntou logo a de conservas) foi sempre e ainda é na maior parte constituída de filiais de grandes empresas estrangeiras, norte-americanas em particular.

Mas é depois da I Grande Guerra que as indústrias subsidiárias se multiplicam no Brasil. Só as norte-americanas (são as mais numerosas, mais importantes e únicas de que possuímos dados completos) somam 16, todas de grande vulto, estabelecidas entre 1919 e 1932. Os ramos principais da sua produção são: veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico,

alimentação (farinhas, conservas, etc).

Ao grupo de indústrias filiais de grandes empresas estrangeiras podem ser assimiladas outras que embora formadas com capitais brasileiros, e portanto nacionais (ou com parte apreciável de capital brasileiro), não fazem mais que montar peças acabadas ou semi-acabadas que importam. Elas se encontram sobretudo no setor de aparelhamento elétrico (motores, ascensores, rádios, vitrolas, etc). Estas indústrias, embora nacionais, são muitas vezes ligadas intimamente e mesmo subordinadas inteiramente a organizações estrangeiras.

A posição econômica que todas estas indústrias subsidiárias ocupam é singular. De um lado, não passam efetivamente, muitas vezes, de pouco mais que simples agências comerciais destinadas a preparar para o consumo artigos já mais ou menos elaborados no estrangeiro. Mas em certos casos adquirem relativa e mesmo completa autonomia, suprindo com fabricação própria a maior parte da sua produção. E assim, mesmo quando filiais de indústrias estrangeiras, começam a funcionar, no terreno da produção, como entidades autônomas e ligadas apenas financeiramente com suas matrizes. Foi esta aliás a evolução verificada, porque o problema dos transportes, o obstáculo das tarifas alfandegárias, os riscos das oscila-

ções cambiais, e sobretudo a mão de obra mais barata e a necessidade de se adaptarem melhor às condições específicas do mercado brasileiro, levam as empresas estrangeiras por esse caminho. A que se virão acrescentar os excepcionais favores que lhes foram concedidos depois da II Guerra Mundial, como se verá nos próximos capí-

tulos. As empresas estrangeiras, sobretudo mais tarde, mas embora modestamente já no período de que ora nos ocupamos, trarão contribuição decisiva para o desenvolvimento da indústria brasileira. E

será contribuição particularmente importante, porque serão os principais responsáveis pelo estabelecimento no país de uma indústria de base capaz de iniciar aqui mesmo a elaboração da matéria prima e a produção do material semi-elaborado, e mesmo a maquinaria destinados às diferentes indústrias que trabalham diretamente para o consumo final.

Esta consideração nos leva para o terreno mais amplo da indústria de base moderna por excelência, que é a metalurgia do ferro.

O Brasil, com suas imensas reservas de minério de ferro de boa qualidade, se encontra neste setor, a certos respeitos, bem aparelhado. Já assinalei as dificuldades técnicas fundamentais da metalurgia brasileira: a localização das

jazidas, afastada dos principais núcleos de população e de difícil acesso; a pobreza do carvão de pedra nativo. São circunstâncias que contaram por muito no atraso com que o ferro brasileiro começou a ser explorado em escala apreciável. É somente durante a I Grande Guerra e depois dela que a metalurgia começa propriamente a surgir no Brasil.

Ainda ocorrerá outro obstáculo oposto a seu desenvolvimento: será o controle exercido sobre as principais jazidas brasileiras de ferro por grupos financeiros internacionais. Desde antes da guerra, vários desses grupos tinham adquirido a maior parte das vastas áreas do Estado de Minas Gerais onde se encontram as ocorrências do minério. Dentre elas se destaca a *Itabira Iron Ore Co.,* ligada às casas *Rothschild, Baring Bros. e E. Sassel*, e que fez suas aquisições em 1911. Mas o objetivo de tais grupos era apenas obter o controle das reservas brasileiras e impedir seu acesso a concorrentes; não se interessavam em explorá-las, e por isso permanecerão inativos, apesar dos contratos e obrigações em contrário existentes.

A I Grande Guerra dará um primeiro impulso sério à exploração e aproveitamento industrial do minério brasileiro. Uma pequena usina instalada desde 1888 em Itabirito (Minas Gerais) produzirá em 1915, 3.259 toneladas de gusa, que se elevarão em 1921 para 15.316. É neste último ano que se instala a primeira grande empresa siderúrgica, a Belgo-Mineira, formada de capitais franco-belgo-luxemburgueses, que estabelece sua primeira usina com alto forno em Sabará (Minas Gerais). Outras, mas de menor importância, aparecem em seguida. Empregarão todas como combustível o carvão de lenha obtido localmente (trata-se de uma região de florestas) e uma pequena parte de coque importado. A siderurgia brasileira começa então a se desenvolver, embora ainda muito lentamente. Em 1931, a produção total era apenas de 71.000 toneladas entre aço, ferro gu-sa, laminados, trefilados e peças fundidas91.

A maior parte da produção era de ferro redondo para constru-

ções. Mas assim mesmo dará origem a pequenas manufaturas instaladas nos grandes centros (em particular São Paulo e menos no Rio de Janeiro) que elaboram o ferro produzido em Minas Gerais e fabricam diferentes artigos acabados de ferro e aço. Nestes centros também 91 Esta é a produção das usinas de Minas Gerais que empregam como matéria-prima o ferro extraído do minério nacional.

aparecem indústrias de aço que utilizam a sucata que se vai tornando abundante nestas aglomerações de grande vulto. Forma-se assim uma pequena indústria metalúrgica que produz toda a sorte de artefatos de uso corrente (pregos,

ferramenta, cutelaria, etc.) e até peças e mesmo maquinaria de certa complexidade (como p. ex.

teares, geradores elétricos, etc). Esta indústria, contudo, ainda será por muito tempo incipiente e rudimentar. Somente a partir da II Grande Guerra adquirirá certo vulto e atingirá padrões mais elevados.

25

O Imperialismo

A INTERVENÇÃO do capital estrangeiro na economia do Brasil foi repetidas vezes assinalada nos capítulos anteriores em que se ana-lisaram os diferentes setores e fases das atividades do país. E

por uma questão de método apenas que o exame do conjunto da maté-

ria foi deixado para o fim e apartado daquela análise, porque efetivamente a ação do capital estrangeiro ocupa na economia brasileira contemporânea uma posição central, e é um dos elementos fundamentais do seu condicionamento. Nenhum aspecto dela se compreende suficientemente sem esta consideração.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já foi ampla e repetidamente analisado ao correr de to-do este livro. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos paí-

ses e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia "nacional", que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa.

Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerá-

vel à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. O país far-se-

á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações.

A penetração do capital financeiro no Brasil tem sua origem naqueles primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da Independência, ao novo governo da jovem nação. Já me referi ao assunto anteriormente. Mas estes empréstimos têm um cará-

ter especial e não representam ainda o papel específico do capital financeiro dos tempos mais recentes. Sua função é sobretudo polí-

tica, e sua finalidade puramente comercial. Destinavam-se aqueles empréstimos a realizar e consolidar a autonomia política do país, e assegurar com isto a liberdade do seu comércio, o que significava então o predomínio mercantil inglês. Verifica-se isto, aliás, no interesse direto que o próprio governo britânico tomou na operação, induzindo e estimulando os capitalistas ingleses a fornecerem os créditos necessários. A Inglaterra, bem como outros países europeus que a acompanharão pouco depois, achava-se ainda na fase de sua expansão puramente comercial, e queria mercados para suas indústrias em acelerado crescimento; e era a isto que se subordinava sua política e sua ação no Brasil, como no exterior em geral.

A evolução para o capitalismo financeiro que se processa no correr do séc. XIX e que chega à maturação na sua última parte, modificará estas relações primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo. Substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econô-

micas do universo. A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1.°) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2.°) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3.°) Porá à disposição desta in-dústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais92.

A primeira participação do capital financeiro na economia do Brasil será, como já referi, pelos empréstimos públicos. Do ponto de vista específico dele, tal processo reduz-se a retirar através do Estado e seus impostos uma quota parte da renda do conjunto das atividades econômicas do país. Ele vem da fase pré-imperialista, e tomar-se-á depois menos interessante, pois limita muito a ação e liberdade de movimento do capital financeiro. Os empréstimos pú-

blicos posteriores vão servir sobretudo como arma de penetração e conquista de posições; tornam-se um meio e não um fim por si. O

caso dos empréstimos concedidos para a realização da política de valorização do café, que estudamos em capítulo anterior, é entre outros típico.

É precisamente neste setor do café que a princípio o capital financeiro mais se empenhará. O que é natural, porque esta produ-

ção representa a grande riqueza do país, e oferece portanto maiores perspectivas de remuneração. A economia cafeeira, nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no pró-

prio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, se-ja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro, se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos pa-

íses consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de to-92 Não entrarei aqui nos pormenores da estrutura econômica internacional gerada pelo aparecimento e desenvolvimento do capital financeiro, o que é assunto amplo demais para caber na história econômica de um único país como o Brasil, que representa por si só naquela estrutura um setor muito pequeno e de importância reduzida. Limito-me aqui a analisar a ação do imperialismo no nosso caso específi-co em particular. Será isto apenas um capítulo, talvez não mais que um simples parágrafo da história do imperialismo que pertence a uma obra de muito maior vulto, que não é nem pode ser minha intenção abordar aqui.

dos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos93.

Coisa semelhante se passa nos demais setores da produção do país.

Onde quer que apareçam oportunidades de negócios rendosos, para lá afluirá imediatamente o capital financeiro, procurando escamotear em seu proveito a maior parcela da margem de lucros que oferece.

Outro setor interessante para ele é a especulação financeira. O

Brasil, com as fortes oscilações cambiais da sua moeda, a instabilidade que caracteriza suas finanças, a carência de capitais necessários ao seu giro comercial, as sucessivas e bruscas contra-

ções e expansões do seu mercado financeiro, era presa fácil e proveitosa para a especulação, e com ela jogará largamente o capital financeiro, sempre senhor da situação graças às suas disponibilidades fartas e ao controle que exerce. O instrumento para isto se-rão sobretudo as agências, filiais e correspondentes dos grandes bancos internacionais estabelecidos no país. É em 1863 que se organiza o primeiro banco estrangeiro destinado a operar no Brasil: *o London & Braziliam Bank*.94 Pouco depois, forma-se também em Londres e com capitais ingleses, o Banco Brasileiro e Português. Multiplicam-se a partir daí os bancos estrangeiros que operam no Brasil; aos ingleses virão juntar-se franceses, alemães, e, em menor escala, italianos, holandeses e outros; e durante a I Grande Guerra estabelece-se também a finança norte-americana com o *National City Bank of New York*, que já tinha aliás relações anteriores com o Brasil, tendo sido, entre outras atividades, um dos prestamistas na operação da valorização do café em 1906. O principal negócio dos bancos estrangeiros no Brasil será operar com as disponibilidades do país no exterior e provenientes das exportações. A massa das cambiais (saques sobre o exterior) estará sempre em suas mãos, porque até data muito recente os bancos brasileiros não operavam no estrangeiro; concentravam-se por conseqüência, com aqueles, todas as operações de cobrança no exterior. E assim o setor mais importante das finanças brasileiras, o ligado à exportação, será inteiramente por eles controlado.

Outro campo de operações para o capital financeiro internacional no Brasil foram os empreendimentos industriais. Isto se verificou a princípio sobretudo em empresas de serviços públicos: estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações 93 Praticamente e de uma forma completa, é impossível avaliar a parte da riqueza produzida pelo café brasileiro que permanece no país. Mas um índice do que é absorvido pelo capital estrangeiro nos é dado, entre outros, pelo caso da *Great Atlantie & Pacifie Tea Company*, o maior truste que opera neste setor. Através de uma subsidiária estabelecida no Brasil, a *American Coffee Corporation*, ela controla uma boa parte da exportação brasileira de café, que depois industrializa e distribui ao consumo nos Estados Unidos, o maior consumidor mundial do produto.

O vulto de negócios que realiza, e sua importância como empreendimento comercial e financeiro, deixam longe tudo que a produção propriamente do café brasileiro representa de atividade econômica.

94 Já antes disto os capitais ingleses operavam nas finanças brasileiras através de agências. É de destacar o Banco Mauá, McGregor & Cia., firma em que se associaram ingleses e o brasileiro Irineu Evangelista de Souza, Barão e depois Visconde de Mauá. O banco Mauá, McGregor, organizado em 1854, fundiu-se em 1864 com o London & Brazilian Bank, formando o London Brazilian & Mauá

Bank.

portuárias, fornecimento de energia elétrica. Praticamente tudo que se fez neste terreno desde a segunda metade do século passado é de iniciativa do capital estrangeiro, ou financiado por ele. É

particularmente de notar o caso do maior truste que opera ainda hoje em tal setor: a *Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd*. Organizou-se em 1904 no Canadá, com capitais internacionais, sobretudo ingleses. Foi-se estendendo aos poucos, e através de várias empresas filiadas e subsidiárias concentrou em suas mãos a maior parte dos serviços públicos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de toda a região circunvizinha: luz e energia elétrica, transportes coletivos urbanos, telefone, gás, esgotos e água. Com a Light & Power vieram concorrer, em 1927, as Empresas Elétricas Brasileiras, filial da *American & Foreign Power* (que por seu turno é filial da *Electrie Bond & Share*, o maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica), que assegurarão o fornecimento de energia elétrica e serviços conexos no Nordeste, na Bahia, interior do Estado de São Paulo, parte de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na indústria manufatureira as inversões de capital estrangeiro resultam geralmente da luta de grandes empresas pela conquista de mercados. Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando agências comerciais. Depois, para contornarem o obstá-

culo das tarifas alfandegárias, dos transportes, para se aproveitarem da mão-de-obra barata ou para se adaptarem melhor às peculi-aridades do mercado brasileiro, transferem para o país, na medida do possível e das suas conveniências próprias, parte e às vezes mesmo todo o processo de produção, estabelecendo nele indústrias subsidiárias. Já me referi a isto no capítulo da industrialização (cap. 24), e aí foi observado que essa progressiva transferência de empresas industriais estrangeiras de seus países de origem para o Brasil (como também de outras de natureza comercial e fornecedora de serviços, embora sejam estas de menor expressão relativa no conjunto) já data de antes da I Guerra Mundial. É contudo depois dela, e sobretudo mais recentemente, depois da II Guerra que o fa-to alcança vulto considerável, e o estabelecimento de empresas subsidiárias de grandes trustes internacionais no Brasil se torna a principal via de penetração do imperialismo e de suas operações na economia do nosso país, assumindo papel relevante e de primeiro plano no conjunto da vida econômica brasileira. E naturalmente, como conseqüência, política também. Voltaremos ao assunto em outro capítulo, ao tratarmos da fase mais recente de nossa história.

Como fonte de matéria-prima para a grande indústria mundial, o papel do Brasil sempre foi no passado dos mais modestos. A razão é que apesar da extensão do seu território e das reservas tanto minerais como vegetais abundantes que possui, as condições do país não eram favoráveis para sua exploração comercial em larga escala.

As grandes distâncias, o relevo acidentado (em particular ao longo do litoral para onde os produtos tinham de ser levados para serem exportados), a baixa densidade demográfica nas regiões interiores mais ricas em matérias-primas, tudo isto contribuiu para que ao Brasil se preferissem outras regiões do mundo. As reservas brasileiras, particularmente as minerais em que o país é mais rico, esperarão até hoje para serem aproveitadas em escala apreciável. Das grandes matérias-primas industriais, o Brasil somente fornecerá em volume considerável, até recentemente, a borracha; mas esta será excluída pela concorrência da produção oriental depois de 1910.

Durante a I Grande Guerra começará a figurar como fornecedor de manganês, de que se tornará o terceiro produtor mundial. A produ-

ção brasileira de manganês, com as jazidas respectivas (situadas em Minas Gerais), será a princípio quase toda controlada pela *United States Steel Corporation*, através de uma sua filial que opera no país, a Companhia Meridional de Mineração. Em 1950, começou a ser explorada outra região brasileira com grandes jazidas de manganês: o Território do Amapá. O controle dessa exploração caberá a outro truste siderúrgico norte-americano, a Bethlehem Steel Corp., que opera no Brasil através de sua subsidiária *Indústria e Comércio de Minérios S/A "ICOMI".*

Recentemente, o Brasil começou a figurar como exportador de minério de ferro. As reservas brasileiras são consideráveis, como já foi citado, calculando-se que o país contenha 22% do total das reservas de ferro conhecidas no mundo. A localização das jazidas, contudo, no centro do território e em região de difícil acesso (Minas Gerais), manteve aquela grande riqueza até data próxima quase inexplorada. Assinalei que desde as vésperas da guerra de 1914, os grandes trustes siderúrgicos internacionais procuram obter o domínio das jazidas brasileiras de ferro, o que efetivamente conseguiram; mas isto com o fim principal de guardá-las para um futuro remoto. Não as exploram por isso em escala apreciável, e é somente depois de 1930 que o Brasil começa efetivamente a exportar minério.

Além do manganês e do ferro, o Brasil fornece quantidades insignificantes de bauxita e minérios de chumbo, tungstênio e cromo.

Em anos recentes, o país voltou a figurar como grande fornecedor de uma outra matéria-prima industrial de primeira importância, o algodão. Depois da decadência desta produção, que descrevemos anteriormente, quando o Brasil se viu praticamente excluído dos mercados internacionais, manteve-se apenas uma pequena produção para o consumo da modesta indústria têxtil indígena. No presente século contudo, precisamente a partir de 1934, aparece de novo entre os grandes fornecedores mundiais. Este fato é condicionado pela conjuntura econômica e política internacional do momento; a cisão dos grandes blocos imperialistas, de um lado os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores e que detinham quase o monopólio da produção), e do outro a Alemanha e Ja-pão, grandes consumidores também, mas sem produção própria. A po-lítica de valorização norte-americana, a Conferência do Império Britânico de 1932, em Ottawa (onde se procurou reservar os mercados imperiais à produção das manufaturas inglesas com tarifas pro-tecionistas, o que fez o Japão, em represália, restringir suas compras de algodão indiano), deram o sinal da luta95. A Alemanha e 95 A divergência foi na realidade muito mais profunda e ultrapassa largamente o terreno restrito do algodão que nos interessa aqui. Levará até a II Guerra Mundial, cujo caráter, com a agressão da União Soviética pela Alemanha, se modificou profunda e totalmente, mas que, de começo, não passou efetivamente de um choque interimperialista. Mas esta matéria é vasta demais para os limites deste livro.

o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil; a Itália, em condições semelhantes, é arrastada e torna-se satélite daquelas potências. O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornara disponíveis grandes áreas de terras aproveitáveis e já preparadas, mão-de-obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agronômi-co e comercial) que se podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. Foi possível atacá-la em larga escala, e de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos ní-

veis, começando o país a figurar entre os grandes fornecedores internacionais da fibra96.

Este surto da produção algodoeira no Brasil será em parte apreciável de iniciativa japonesa. O império oriental contará para isto com a imigração de seus súditos para o Brasil que, embora já encetada desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada.

Os verdadeiros propósitos desta corrente de povoadores eram evidentemente políticos. O governo japonês instalará no Brasil um amplo aparelhamento de

controle dos seus nacionais aqui estabelecidos; entre outros, uma grande rede de consulados com poderes soberanos sobre os súditos nipônicos97; organizará sob seus auspícios a produção deles, fornecendo-lhes amparo técnico, crédito, facilidades comerciais. E um dos seus grandes objetivos será justamente obter o algodão de que necessitava a indústria japonesa. Quanto à Alemanha, ela não agirá (neste setor particular do algodão) com tanta profundidade; mas torna-se o maior comprador de algodão brasileiro, com uma proporção que chegará, em 1935, a quase 60% da exportação total do Brasil.

Mas este avanço teuto-nipônico não excluirá outros grupos imperialistas que procurarão tirar proveito do impulso que aqueles tinham dado à produção algodoeira do Brasil. É o caso dos norte-americanos. Não se envolverão diretamente na produção, mas estendem suas garras sobre a indústria do preparara e acondicionamento da produção (descaroçamento e enfardamento) e atividades financeiras e comerciais paralelas. Não há dados oficiais para isto, mas ninguém ignora que são grandes firmas norte-americanas, *Anderson Clayton & Cia. Ltda*., *Me Fadden & Cia.* , *Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA)* e outras, que controlariam desta forma boa parte da produção brasileira de algodão98.

Esta discriminação das atividades do capital financeiro inter-96 A exportação anual média do decênio 1924-1933 fora de 18.794 t. e nunca, desde 1874, ela alcançara 50.000, não se aproximando mesmo desse volume senão excepcionalmente. De 1934 em diante, a progressão será a seguinte: 1934 .... 126.540 t. 1937 .... 236.181 t.

1935............... 138.630 " 1938 .... 268.719 "

1936............... 200.313 " 1939 .... 323.519 "

97 Não é hoje segredo para ninguém que as autoridades japonesas exerciam no Brasil, sobre seus compatriotas, a mais ampla jurisdição. O caráter tão peculiar desses orientais tornava possível o funcionamento de um tal Estado dentro do Estado brasileiro, sem grandes repercussões. A coisa foi aliás denunciada repetidamente, mas o governo brasileiro achava-se naquela época em franca evolução pa-ra os potências que formariam o Eixo...

98 A exclusão do "Eixo" das atividades econômicas do Brasil, depois de 1942, dará aos americanos, praticamente, o monopólio na matéria.

nacional no Brasil é naturalmente sumária e só exemplificativa. O

imperialismo em conjunto representa muito mais do que isto, porque não se

define somente pela inversão ocasional de capitais nesta ou naquela atividade. Ele forma um sistema amplo e geral de organiza-

ção-econômica do mundo, em que tais inversões não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto. O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. Tais grupos são este punhado de gigantescos trustes que imperam respectivamente nos diferentes setores da economia contemporânea, e estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes. O que não exclui naturalmente as fricções e choques entre eles; choques que tomam um caráter nacional porque, embora internacionais por essência, apelam nas lutas que têm de sustentar para o poder político de uma ou de outra nação soberana que se põe a seu serviço. Iden-tificam-se assim com nações e nacionalidades; arvoram uma bandeira, mas efetivamente seu caráter é internacional, e esta bandeira não é mais que fachada atrás da qual se abrigam.

Neste sistema universal do imperialismo, o Brasil ocupa - e já vimos como e porquê - uma posição secundária. Sobre ele se desenrola ou perpassa a concorrência capitalista transportada para o terreno internacional, e que, longe de se ter abrandado pela concentração do capital e formação de imensos monopólios, intensifi-cou-se porque é agora o embate de gigantes em frentes extensas, e não mais apenas as escaramuças passadas de minúsculos capitalistas individuais concorrentes. O Brasil é apanhado e arrastado passivamente do vórtice daquela luta, e sua evolução econômica será fun-

ção de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas no cenário universal e em conjunto com a história geral da Humanidade. Nestas condições, torna-se impossível medir quantitativamente, ou mesmo definir qualitativamente de uma forma completa a ação específica e isolada do imperialismo com relação ao Brasil, como de qualquer outro povo em particular. Qualquer tentativa neste sentido não nos daria senão uma pálida idéia do assunto. Trata-se de um processo em vaivéns contínuos, que envolve simultânea e sucessivamente todos os povos da Terra, e que reduzido às proporções de um só deles, perde seu caráter essencial. O rompimento, por exemplo, de dois setores imperialistas centralizados em pólos opostos da Terra, a Grã-Bretanha e o Japão, vai estimular a cultura algodoeira no Brasil, tão distante de um como de outro; um novo arranjo e reagrupamento das forças internacionais, completamente estranhos ao país, poderá aniquilá-la amanhã, de um momento para outro. Até à I Grande Guerra, os interesses financeiros internacionais estimulam o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Brasil; uma nova direção dos principais

interesses neste setor favorece a concorrência de outras regiões produtoras, antes mais ou menos estagnadas ou mesmo em decadência, como a Colômbia, a Améri-ca Central, as colônias, depois países africanos nominalmente soberanos; eles crescem em importância, e o Brasil perde terreno.

Estimulados pelas concorrências, os grandes trustes industriais resolvem descentralizar sua produção, disseminando suas unidades pelo mundo e localizando-as nos pontos estratégicos dos mercados e das fontes de matérias-primas; o Brasil recebe uma quota desta distribuição e se industrializa; mas qualquer nova conjuntura mundial, econômica ou política, pode tornar outro ponto mais interessante: para lá se abala a indústria recém-criada...99

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna.

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopó-

lios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitá-

ria bem dirigida pode captar100. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel.

Sobrarão nesta internacionalização da vida econômica brasileira, um punhado de atividades marginais que vegetam ao lado e em torno das grandes iniciativas internacionais de que o país é levado a participar. Não as alcançaram ainda os tentáculos do imperialismo porque não o interessam por ora. A sua existência é obscura e precária. São como estas pequenas oficinas de artesão que sempre conseguem sobreviver, por mais obsoletas que sejam, ao lado da grande usina moderna, poderosa e absorvente. Mas assim mesmo não se podem considerar de todo autônomas. Condensam-se em torno dos grandes eixos imperialistas que cruzam o país; e convergem necessariamente para eles, servindo-os em última instância, e se subordinando a seus caprichos e interesses. Não há mais, verdadeiramente, no mundo contemporâneo, história econômica deste ou daquele país, mas unicamente a de toda a humanidade.

Podemos contudo destacar certos efeitos específicos e mais imediatos da ação do

imperialismo no Brasil. A sua análise nos revelará as circunstâncias particulares e internas segundo as quais se desenrola entre nós o processo imperialista, a par do grande cenário internacional que não caberia neste trabalho. E ela nos proporcionará os elementos necessários para compreender algumas das contradições íntimas e fundamentais do imperialismo que apontam fatalmente para sua consumação com a do sistema capitalista 99 Como pequena amostra desses deslocamentos de capitais e iniciativas ditados por interesses imediatistas de trustes internacionais, a seguinte notícia publicada nos jornais canadenses. Na assembléia anual da *Brazilian Light & Power Co.*

realizada em Toronto em 20 de junho de 1967, o Presidente J. Grant Glassco anunciava e justificava a aquisição, com os lucros auferidos pela Companhia no Brasil, de 1.400.000 ações da cervejaria John Labatt Ltd., de Londres, pelo preço de 29.400.000 dólares. - O que quer dizer: capital formado e acumulado no Brasil, e invertido na Inglaterra!

100 Caso típico deste tivemos com um produto de qualidade medíocre, a famosa "Co-ca-Cola" norte-americana, que desejando novos mercados, conseguiu através de uma ensurdecedora campanha publicitária, bem como, sejamos justos, uma distribuição perfeita, convencer os consumidores brasileiros a preferirem seu produto às dezenas de similares já existentes no país que não puderam acompanhá-la na propaganda que fez, e passaram por isso a serem considerados piores.

que o engendrou.

Em primeiro lugar, o imperialismo atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance. Nisto ele age como qualquer outra forma de capital, e não tem aí nada de particularmente interessante. Mas o que o distingue é que tal exploração não se faz em benefício de uma classe brasileira, uma burguesia indígena (a não ser grupos insignificantes ligados diretamente ao capital financeiro, e tão internacionais quanto ele), mas de classes e interesses completamente estranhos ao país. Isto é muito importante, porque neste processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos. As contradições da exploração capitalista tomam assim caráter muito mais agudo e extremo. Entre outros efeitos bem patentes estão a deficiência e morosidade da acumulação capitalista brasileira, essencialmente débil. Falta assim ao país o elemento fundamental de progresso econômico.

Doutro lado, a intervenção totalitária do imperialismo na economia brasileira

desvirtua seu funcionamento, subordinando-a a fatores estranhos e impedindo sua estruturação normal na base das verdadeiras e profundas necessidades da população do país. O exemplo máximo disto se observa no papel que o imperialismo tem representado no sentido de manter a economia brasileira na função primária, que vem do seu passado colonial, de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional. Aos fatores que já hoje se mostram favoráveis a uma ruptura definitiva com este passado, o-põe-se nitidamente, em certos aspectos fundamentais, a ação do imperialismo. O estímulo que traz àquela função (que acabamos de ver, entre outros, num caso flagrante e bem típico como o do algodão), faz passar a um segundo plano todas as atividades tendentes a libertar o país de suas contingências coloniais. Em outros casos a ação do imperialismo é direta e ainda mais nítida; o exemplo da escamoteação das jazidas de ferro brasileiras, deixadas em abandono para servirem de reservas potenciais para quando e como os trustes siderúrgicos internacionais julgarem convenientes aproveitá-las, é bastante claro. Poder-se-iam acrescentar as manobras po-líticas do imperialismo que, graças à profunda penetração do seu capital, tornam-se fatores de primeiro plano na vida pública do país, e agem naturalmente em função de interesses completamente estranhos a ele.

Finalmente, a ação do capital estrangeiro no Brasil atua como um elemento de constante perturbação das finanças nacionais. As flutuações do nosso mercado financeiro resultam em geral não de conjunturas internas e próprias da economia nacional, mas de situações inteiramente estranhas. Qualquer atividade brasileira, embora aparentemente sólida e de perspectivas brilhantes, pode ser gravemente afetada, mesmo paralisada de um momento para outro em virtude de ocorrências longínquas nos grandes centros financeiros do mundo. Uma retração de crédito nestes centros, um apelo a disponibilidades monetárias (o que significa logo um dreno de recursos invertidos no Brasil), cria no país uma situação difícil e artificial porque não tem relação alguma com suas condições pró-

prias. O fenômeno inverso teria efeito correspondente e igualmente perturbador da vida econômica brasileira. As contradições do capitalismo, o seu funcionamento inorgânico e caótico, assumem nos pa-

íses de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil, um máxi-mo de intensidade. Isto sem contar as manobras artificiosas, as especulações de câmbio em que o capital financeiro força situações anormais e oportunistas apenas para tirar delas partido momentâ-

neo, seja embora com o mais grave dano para a economia geral do país.

Além disto, o capital internacional invertido no Brasil representa um importante

fator de desequilíbrio das contas externas e *deficits* crônicos. Não há correspondência necessária entre inversões (que exigem, logo depois de realizadas, novos pagamentos exteriores sob a forma de juros e amortizações), e o aumento da capacidade do país para efetuar tais pagamentos. Crescem as obrigações exteriores sem um progresso paralelo dos meios de satisfazê-las. Esta tem sido a história financeira contemporânea do Brasil. Os nossos meios normais de pagamentos no exterior provêm unicamente das exportações; e enquanto o seu valor (em ouro) estaciona ou progride lentamente depois de 1910 (com uma queda brusca e considerável de 1930 em diante), as obrigações resultantes das inversões de capital estrangeiro, pelo contrário, não cessam de crescer. O desequilíbrio é portanto contínuo e se agrava cada vez mais. O que o disfarça muitas vezes é o afluxo constante de novos capitais, o que representa apenas alívio momentâneo, mas que na realidade agrava o mal. Para avaliar a seriedade da situação, podemos observar uma das parcelas apenas das inversões de capital estrangeiro: os empréstimos públicos, de que possuímos dados mais ou menos completos para a época de que tratamos. Em 1930, o servi-

ço anual dos empréstimos públicos exigia mais de um milhão e meio de contos: entretanto, a exportação de cada ano apenas ultrapassava, no qüinqüênio anterior (1926-30), a média de 3 milhões e 800

mil; e o saldo da exportação sobre a importação era de 454.000 unicamente. Já aí, portanto, encontramos um *deficit* anual largamente superior a um milhão de contos. Acrescentemos-lhe o necessário para pagar os demais capitais invertidos no país em atividades privadas, e sentiremos a profundidade do abismo financeiro que se abria diante do Brasil, e que somente circunstâncias extraordinárias determinadas pelo advento da guerra irrompida em 1939, protelaram para outra ocasião. Em próximo capítulo, onde analisaremos a evolução mais recente da economia brasileira, veremos que uma situação como àquela se repete nos dias que correm (1970).

Mas a par destes aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lastro positivo. Ele representou sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo, realizou necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base com que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Grande Guerra, foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional. Já me referi à sua contribuição no sentido de dotar o país de estradas de ferro, portos modernos, serviços urbanos, grandes empresas industriais que sem ele não teria sido possível realizar. O ritmo da vida econômica e social brasileira, que está, qualitativamente pelo menos, no nível do mundo moderno, é em grande parte reflexo da ação imperialista. E não foi apenas sua

contribuição material que contou: com ela vieram o espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e a técnica de países altamente desenvolvidos que trouxeram assim para o Brasil alguns dos fatores essenciais com que contamos para o nosso progresso econômico.

A evolução do imperialismo no Brasil (como no resto do mundo) é assim contraditória. Ao mesmo tempo que estimulou as atividades e energias do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou cada vez mais perturbadora e onerosa a sua ação. Mas também, favorecendo aquele progresso, acumulou no Brasil os fatores com que o país contou e continua contando para sua definitiva libertação. O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação.

A CRISE DE UM SISTEMA

1930-?

26

A Crise de um Sistema

SEGUNDO VIMOS, o ajustamento do Brasil à nova ordem imperialista se processou sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país, isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comercio exterior. Esta nova ordem contribuiu mesmo, de certa forma, para reforçá-lo e o consolidar. Ao mesmo tempo, contudo, leva ao auge as contradições inerentes a tal sistema. Já assistimos à eclosão e desenvolvimento destas contradições desde princípios do século passado quando, libertando-se do exclusivismo e isolamento coloniais, o país entra a participar largamente do convívio internacional, e se inaugura em conseqüência para ele uma fase de grandes transformações. Transformações de toda ordem, po-líticas, sociais e econômicas. Limitando-nos aqui a estas últimas, observaremos que elas se verificam sobretudo na ocorrência de novas necessidades e exigências que modificam inteiramente os termos do problema econômico. Este assunto já foi aliás desenvolvido, e refiro-o novamente só porque na fase imperialista a que chegamos pelos fins do século, aquelas transformações atingem seu clímax. É

através do sistema imperialista que o Brasil se integrará, de uma forma completa, dentro do mundo e ritmo de vida modernos. Este foi, sem dúvida o resultado máximo, no Brasil, da penetração do capital financeiro internacional e do imperialismo dela resultante.

É neste momento então que se verificará plenamente a exigüidade da base econômica em que se assentava a vida brasileira. Tornara-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país, e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destinadas ao comércio internacional. Sobre esta base estreita não era possível manter uma estrutura econômica e social imposta pelas novas condições do mundo de que o Brasil passara plenamente a participar. Verificamo-lo sem dificuldade quando observamos o problema que consistia em sustentar o ritmo do desenvolvimento adquirido pelo país com a produção exclusiva de uns poucos gêneros que embora de grande expressão comercial mostrar-se-ão logo de todo insuficiente para a função que deles se exigia. A larga extensão da cultura cafeeira deu cedo (já nos últimos anos do século passado) em crises periódicas e logo crônicas de superprodução e desvalorização do produto; e as manobras artificiais de estímulo não trouxeram senão resultados momentâneos e muito precários. Isto sem contar o desgaste contínuo e precipitado dos recursos naturais naquele regime de exploração extensiva e descuidada. Outras atividades brasileiras alcançam logo também seu limite de expansão (como foi o caso do cacau), ou então recuam mesmo em termos

absolutos, como se deu com a borracha. Fizeram-se novas tentativas (e continuaram se fazendo) para substituir aquelas produções decadentes.

Mas o resultado será sempre medíocre e de perspectivas acanhadas.

Estes fatos comprovam que não era mais possível manter-se a economia brasileira e alimentar a vida do país dentro de seu antigo sistema produtivo tradicional. Para promover o progresso do pa-

ís e de suas forças produtivas, mesmo para simplesmente conservar o nível adquirido, tal sistema era evidentemente insuficiente. Apresenta-se então a perspectiva de estagnação e decadência; e é o que efetivamente ocorreu na maior parte do país. Entre outros, o exemplo da região amazônica é característico; mas está longe de ser o único. Com poucas exceções, a maior parte do território brasileiro encontrar-se-á logo estagnado, se não em regresso. Mas em outros setores (e estes ampararão e em certa medida arrastarão o resto), graças a circunstâncias particulares e muito especiais, desenvolver-se-ão novas formas econômicas que embora ainda de segunda ordem no conjunto, e à margem do sistema produtivo fundamental do país, conseguirão manter a vitalidade brasileira.

Tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir antes interesses estranhos. Não era isto que ocorria no Brasil, e nunca fora desde os primórdios de sua forma-

ção.

O progresso desta nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, is-to é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderá-

vel no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. A abolição da escravidão, em particular, trouxe neste sentido grande contribuição, pois transformou de um golpe quase um milhão de indivíduos até então meros instrumentos de trabalho e produção, em consumidores efetivamente ou pelo menos potencial-mente presentes no mercado. Não foi menor o efeito da imigração maciça de trabalhadores europeus, de nível nitidamente superior ao do antigo trabalhador brasileiro. A considerável influência que a imigração teve a

esse respeito se verifica na comparação das regi-

ões em que respectivamente aflui ou não com contingentes apreciá-

veis. O processo de transformação que analisamos foi no primeiro caso muito mais ativo. O exemplo de São Paulo, e em geral do setor Sul do país, é bastante ilustrativo.

Outra circunstância que condicionará o desenvolvimento do mercado interno é o progresso tecnológico dos transportes e comunica-

ções; aliás o progresso industrial em geral, que tomará acessível às grandes massas consumidoras os mais variados artigos antes fora de seu alcance ou mesmo inexistentes. Trata-se aí, contudo, de circunstâncias gerais do mundo moderno, e não precisam ser aqui pormenorizadas.

Nos quadros do tradicional sistema econômico do país, voltado inteiramente para a produção de gêneros exportáveis, e mal aparelhado para servir o mercado interno, a expansão teve de ser atendida por importações crescentes, o que se tornará cada vez mais difícil pelo desequilíbrio financeiro que provoca.101 Já foi referido como este desequilíbrio determina situações (como a desvalorização cambial da moeda e instabilidade financeira geral) e condiciona o aparecimento de medidas que estimulam a produção interna e sua diversificação (tarifas alfandegárias, fomento oficial da produção; depois de 1930 ainda ocorrem rigorosas restrições cambiais). Aos poucos a produção interna, tanto agropecuária como industrial, poderá ir fazendo frente em proporções cada vez maiores às solicitações do consumo. A análise do comércio externo do Brasil revela a transformação profunda que se vai operando. Apesar do crescimento da população e de uma nítida elevação de seus padrões médios de vida, a tendência é para o declínio e mesmo desaparecimento da importação de vários itens que nela ocupavam posição de destaque; assim os gêneros alimentares e grande número de manufaturas, sobretudo de bens de consumo. As importações restringir-se-

ão aos pouco e já antes da II Guerra Mundial, a certas mercadorias muito particulares: combustíveis (de que o Brasil é pobre, salvo em petróleo que somente começa a se produzir entre nós depois da II Guerra Mundial), o trigo (cuja produção no país também só muito recentemente começou a se desenvolver, e ainda é muito insuficiente), matérias-primas industriais, produtos químicos e manufaturas semiprocessadas que se destinam à elaboração no país, drogas e me-dicamentos, algumas manufaturas de metal, motores, máquinas e veí-

culos, aparelhos e utensílios especializados de certa complexidade. É que terá crescido, paralelamente, a produção interna dos outros gêneros antes adquiridos no exterior. Na agricultura assistimos a uma diversificação progressiva de atividades, e a par dos poucos gêneros exportáveis que dantes representavam a massa da produção brasileira, aparece toda uma gama de artigos de consumo interno. O consumo de cereais (salvo o trigo), de hortaliças, de derivados animais (leite, manteiga, ovos, etc), de vinhos e frutas de mesa européias, gêneros esses adquiridos na maior parte, ainda em princípios do século atual, no estrangeiro, torna-se na sua quase totalidade atendido pela produção nacional. Mas é nas indústrias manufatureiras que esta transformação econômica é mais sensível e profunda.A indústria nacional veio progressivamente substituindo com seus produtos a importação de quase tudo o que diz respeito a bens de consumo corrente; inclusive, depois da II Guerra Mundial, os bens duráveis e parte já significativa dos bens de produção.

Tal processo se vem desenvolvendo com certa intensidade desde os princípios do século atual. Mas será no correr da I Guerra Mun-101 Na primeira parte do século passado, como vimos, tivemos situação semelhante a esta que se repete no século atual, se bem que agora em escala incomparavelmente maior. Mas as circunstâncias que permitiram resolvê-la daquela vez já não ocorrerão mais. É o que se verificará no decorrer deste e do próximo capítulo.

dial (1914-1918) que toma largo impulso em virtude da perturbação sofrida pelo comércio internacional e dificuldades de abastecimento exterior do país. A produção interna teve de suprir suas falhas. Contudo, no decênio que se segue à guerra, ele sofrerá grandes vicissitudes quando uma conjuntura favorável estimula fortemente a produção de gêneros exportáveis; particularmente, como vimos noutro capítulo, a do café102. E ao mesmo tempo, a situação financeira do Brasil favorece a importação em prejuízo da produção indígena. Isto logo se refletirá naquela, onde reaparecem ou se avolumam muitos itens em franco declínio no período anterior. A indústria manufatureira, que trabalha só para o consumo interno, é particularmente atingida e sofre forte crise em virtude da concorrência de manufaturas importadas.

Mas este breve retorno ao passado não representará mais que uma conjuntura passageira. No conjunto, o setor nacional da economia brasileira se fortalece novamente e ganha cada vez mais raízes profundas na vida do país. Tanto mais que seu desenvolvimento vem acompanhado de transformações estruturais de grande importância que numa ação de retorno o vêm reforçar. É desta natureza o grande crescimento das aglomerações urbanas em virtude do progresso industrial, e que se constituem em núcleos de elevado nível econômi-co e grande potencial de consumo. É assim também com a remodela-

ção, modesta embora, do aparelhamento comercial e de distribuição que se vai adaptando às novas contingências de um grande mercado interno. É ainda, finalmente, o citado progresso da pequena propriedade agrária em algumas regiões do país, que simultaneamente cria um potencial de produtividade que nos gêneros da grande lavoura se encontra em relativa inferioridade (e volta-se por isso, de preferência, para o consumo interno), e eleva o padrão de vida da população rural.

É depois de 1930 que todo este processo de transformação se acentua. A crise mundial desencadeada em outubro do ano anterior, repercutirá gravemente no Brasil. O valor dos produtos fundamentais em que assentava a sua vida econômica (em particular o café), cai brusca e consideravelmente103. As exportações sofrem em conseqüência grande redução. A média anual do qüinqüênio 1926-1930 fora em libras esterlinas-ouro de 88.200.000; no qüinqüênio seguinte (1931-1935) desce para 38 milhões apenas. Ao mesmo tempo, não só se interrompe o afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país e que se tinham tomado indispensáveis, nas condições vigentes, para o equilíbrio de suas finanças externas, mas inverte-se o movimento em conseqüência do 102 Neste período de grande prosperidade da lavoura cafeeira, chegou-se a abolir quase inteiramente o sistema de permitir aos trabalhadores das fazendas cultivarem gêneros de consumo (feijão, arroz, milho...) por conta própria. Os altos preços do produto permitiam salários mais elevados, e os trabalhadores passaram a se dedicar unicamente à lavoura principal do café. Este é um dos casos típicos que bem ilustram o caráter absorvente das grandes lavouras nos seus momentos de prosperidade.

103 A cotação da libra-peso de café tipo Santos-4, que se mantivera desde 1924 acima de 20 centavos de dólar norte-americano, oscilará depois da crise em torno de 10, baixando mesmo para menos de 8 depois de 1938. O preço do café somente se recuperará no correr e sobretudo depois da II Guerra Mundial.

apelo dos grandes centros financeiros internacionais em crise a todas suas disponibilidades no exterior.

Tudo isto determinará naturalmente um brusco e profundo desequilíbrio das contas externas do país e um *deficit* considerável. A moeda se desvaloriza rapidamente apesar das restrições cambiais adotadas; o valor da libra esterlina em mil-réis sobe de 40, em 1929, para quase 60, em 1934 (e não foi maior devido à desvalorização da própria libra esterlina em 1933). No mercado livre de câmbio, restabelecido parcialmente em 1934104, o valor da libra saltará imediatamente para 73$000. O serviço das dívidas externas é suspenso, e um

rígido controle cambial dosará com rigor as remessas e pagamentos no exterior.

Em conseqüência, as importações declinam fortemente. A importação média anual no qüinqüênio 1926-1930 fora de 5.460.000 toneladas, no qüinqüênio 1931-1935 cai para 3.830.000. O consumo do país sofria assim grande desfalque, o que naturalmente estimulará a produção interna. Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais, resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias.

Mas este progresso não se fará ainda sem tropeços. Haverá momentâneos retornos ao passado, e contra a transformação que se opera, reagirão forças poderosas que tendem a manter o país em sua primitiva situação. Sintoma disso, entre outros, é a concentração de esforços da política oficial no empenho de desenvolver a produ-

ção de novos gêneros exportáveis em substituição dos antigos em decadência, e restaurar assim o perdido equilíbrio do velho sistema. Assim, a produção de frutas de mesa (laranja, abacaxi, banana).105 Mas sobretudo do algodão, como foi assinalado no capítulo anterior. Também de minérios e produtos extrativos vegetais (olea-ginosos, a cera de carnaúba, etc).

Contudo, salvo no caso do algodão, nenhum desses produtos de substituição terá importância apreciável. Ao estalar a II Guerra Mundial, a exportação do algodão brasileiro vinha efetivamente em aumento contínuo, alcançando em 1939 o alto nível de 323.529 toneladas. Já analisei acima as frágeis bases em que assentava este progresso. Os principais compradores do Brasil eram as potências do Eixo: Alemanha e Japão; o fechamento destes mercados reduziu consideravelmente as vendas, cuja média anual, de 1940 a 1945, não 104 Em setembro de 1931, para fazer frente ao grande desequilíbrio das contas externas determinado pela crise e violenta queda do valor das exportações, supri-mira-se o mercado livre de câmbio. A obtenção de moedas estrangeiras passou a depender de concessão das autoridades monetárias. Em 1934 estabeleceu-se um mercado livre ao lado do oficial, e o valor das cambiais (saques exteriores) era repartido, numa proporção que variou, entre ambos.

105 A de laranja em particular alcançará certo vulto já antes, mas sobretudo depois de 1930. Um presidente eleito do Brasil, parecendo ter consciência do que se passava, afirmará (1930) na sua forte convicção conservadora que "a laranja

salvará o café".

alcançará 170 mil toneladas. Crescerá nos três anos subseqüentes (período de recomposição de estoques dissipados no conflito), mantendo uma média anual de quase 300 mil; para se conservar em seguida, salvo raros anos excepcionais, abaixo de 150 mil; e depois de 1956, abaixo de 100 mil. Mais aliás não era de esperar de um produto que desfeita a conjuntura imperialista momentânea e excepcional que provocara o surto algodoeiro do Brasil, enfrentaria um mercado desequilibrado onde o maior produtor, nada menos que os Estados Unidos, vinha sendo, desde 1933, obrigado a uma política de restrições e valorização artificial a fim de proteger sua produção.

As perspectivas do Brasil como fornecedor do comércio internacional tornam-se assim mínimas. O café, que durante um século lhe assegurara neste terreno uma posição notável, já relativamente pouco lhe poderá dar. Não foi apenas uma crise passageira que atingiu a economia cafeeira em 1929. As dificuldades vêm de mais longe e são muito mais profundas. 1929 foi apenas uma catástrofe de maior vulto que veio depois de uma série de crises mais ou menos graves que se repetem desde os últimos anos do século passado.

Mas não se julgue a precariedade da economia cafeeira apenas por aí, por esses distúrbios financeiros embora tão sérios que vem sofrendo há tanto tempo e que nada são mais que sintomas de mal muito mais profundo. Desde princípios do século, embora através de fortes oscilações de ano para ano, as exportações brasileiras de café progrediriam muito pouco106. Pode-se dizer que desde aquela época o consumo mundial alcançara um teto além do qual, em contraste com o passado, só cresceria lentamente. As perspectivas da produção se achavam portanto definitivamente circunscritas. Entretanto, insistiu-se na expansão desmesurada das culturas. No café se apoiava a maior parte da existência do país, e para sustentar-lhe o peso era preciso estimulá-lo. Lança-se mão para isso, em diferentes épocas e sob diferentes formas, de expedientes de amparo e valorização. O resultado foi este que desde 1925, a produção de café ultrapassa largamente as exportações. O desequilíbrio teve de ser corrigido à custa de pesados sacrifícios, em particular a destruição de volumes imensos do produto. Depois de 1931 até às vésperas da guerra, incineraram-se ou se lançaram ao mar cerca de 80

milhões de sacas, quatro milhões e oitocentos mil toneladas que serviriam para alimentar o mundo, no nível atual de consumo (1969) durante quase dois anos. Providência semelhante se repetiu em seguida com as chamadas "quotas de sacrifício". Nem assim se consegue eliminar os excessos que se foram regularmente acumulando de ano para ano.

Além disso, é preciso levar em conta que o Brasil já não ocupa no terreno da produção cafeeira a posição desfrutada durante mais de meio século, quando dominava incontrastado no comércio internacional do produto. Hoje e já há bastante tempo, seus concorrentes são numerosos e respeitáveis. Isto se observa no fato que enquanto 106 A exportação por decênios foi a seguinte no correr do século (em toneladas): 1901-10.......... 7.835.940 1931-40 .... 8.801.263

1911-20 .... 7.230.180 1941-50 .... 8.291.931

1921-30 .... 8.371.920 1951-60 .... 9.036.906

as exportações brasileiras estacionam, as deles aumentam sensivelmente, captando todo crescimento do consumo mundial. Logo depois da guerra de 1914, elas não passavam de 5 milhões de sacas anuais, o que representava uma quinta parte da exportação brasileira de então. Em 1927-28107 ascendem a 8 milhões; 10 milhões em 1935-36; 13 milhões ao eclodir a II Guerra Mundial, para alcançarem no pe-ríodo 1958-9 a 1962-3, a média anual de 27,2 milhões; e no de 1963-4 a 1967-8, 33,0 milhões, largamente e crescentemente superiores às médias do Brasil, que são nos mesmos períodos respectivamente de 17,4 e 16,3 milhões.

Que grande futuro se pode esperar da produção de um gênero cu-ja situação é esta? O mais grave contudo é que a lavoura cafeeira do Brasil se acha em franca decadência: a sua produtividade e seus rendimentos declinam, e em boa parte delas os custos (apesar dos ínfimos salários pagos) tendem a ultrapassar o nível de preços.

Isso é repetição de uma velha história: já foi referido que em todas as zonas sucessivas em que se desenvolveu a cultura do café, a diminuição da produtividade seguiu de perto a fase de expansão.

Para chegar muitas vezes a um esgotamento total e destruição das plantações. O crescimento da produção brasileira durante um século foi possível unicamente porque as regiões esgotadas eram substitu-

ídas por outras. O mesmo se repete agora no extremo oeste de São Paulo, bem como no norte do Paraná por onde se espalhou em sua última etapa a onda verde originada em S. Paulo e que já desbancou o seu antecessor paulista. O Paraná produz hoje mais café que São Paulo.

Mas agora já não há mais terras a explorar, praticamente todas as regiões favoráveis à cultura do café se acham exploradas e na maior parte esgotadas. E as zonas mais recentes e com reservas de potencial produtivo, que são hoje as

principais produtoras do pa-

ís, no Oeste paranaense, se mostram menos próprias porque situadas em latitude excessiva e por isso sujeitas a recorrentes devasta-

ções por efeito de geadas, como se deu ainda neste último inverno de 1969.

É impossível portanto repetir o exemplo do passado. Sobra apenas o recurso de restaurar as antigas plantações decadentes. E de fato é isso que embora ainda em proporções ínfimas se está realizando em algumas partes de São Paulo e Sul de Minas. Mas o custo e as dificuldades dessa restauração são tais que não há que esperar mais, na melhor das hipóteses, que uma simples conservação de valores. Progressos efetivos do conjunto são muito pouco prováveis.

Diante disso tudo seria evidentemente ilusório esperar da economia cafeeira o que ela deu no passado ao Brasil, assegurando a prosperidade e o desenvolvimento do país. Ela se achava então num período único de ascensão em que o café começava apenas a ser consumido no inundo, os mercados se alargavam incessante e precipitadamente, concorrentes eram praticamente inexistentes e as lavouras tinham diante de si um espaço, que ainda parecia ilimitado, de terras novas a ocupar. A situação se tornou sob todos os aspectos, como se viu acima, inteiramente diversa.

Em outros setores além do café encontramos situações semelhan-107 O ano comercial internacional do café vai de julho a junho do ano seguinte.

tes: no do algodão cuja posição referimos acima; no do cacau, que já foi, como vimos, um grande item, e maior ainda esperança da exportação brasileira, e que em face de forte concorrência internacional mal consegue conservar seus medíocres valores... Há neste capítulo de nossas exportações casos dramáticos, como da borracha cuja produção, reduzida a uma fração pequena do que foi no passado, já não é suficiente hoje nem para cobrir todas nossas próprias necessidades... São muito limitadas, portanto, as perspectivas do Brasil como fornecedor de matérias primas e gêneros tropicais, função esta em que o país vem fundando sua existência desde os primórdios da colonização. É preciso não esquecer outra ameaça aos produtos tropicais brasileiros: a indústria sintética, já vitoriosa no caso da borracha, encaminhando-se para isso no da cera de carnaúba, e pairando como ameaça potencial sobre quase todas as nossas matérias-primas. O interesse que o Brasil poderá apresentar no futuro aos grandes mercados internacionais, nesse setor de ma-térias-primas, reside quase exclusivamente nos minérios. As nossas jazidas de ferro, manganês e alguns outros minérios oferecem certamente grandes perspectivas. Mas não como

produtos de exportação.

A exportação de minérios do ponto de vista do reerguimento e sustentação de nossa economia, pouco pode significar. Em bruto — é assim que o querem nossos eventuais compradores do exterior - seu valor é ínfimo, e sua simples extração, sem a utilização e processamento na indústria, é incapaz de servir de base a uma atividade econômica de nível elevado. As exportações de minérios, privando-nos de reservas esgotáveis e que não se reproduzem, deixarão no Brasil pouco mais que os minguados salários dos mineradores.

As perspectivas do nosso intercâmbio externo, nas bases tradicionais em que se acha colocado, não se mostram pois nada favorá-

veis. E com isto é todo um velho sistema econômico que entra em decomposição. Tal processo de decomposição vem, como já tenho referido, de longa data. Observando nossa evolução desde princípios do século atual (para não falar no que já vinha de antes), verifica-se que é então que se situa a última culminância daquele sistema. Saía-se de uma fase de expansão ininterrupta e o futuro ainda parecia brilhante. Entretanto, verificou-se um estacionamento, e logo em seguida o declínio que depois de 1930 se torna precipitado.108 Isto evidencia que a base oferecida pelo nosso antigo sistema, voltado precipuamente para o exterior, se torna progressivamente mais estreita e incapaz por isso de sustentar a vida do pa-

ís. E vindo de tão longa data como vem, este declínio mostra que é independente de conjunturas momentâneas e representa qualquer coisa de permanente e profundo em nossa evolução. A análise da situa-

ção econômica geral do mundo moderno levaria à mesma conclusão.

Dentro da ordem contemporânea do universo, somente conjunturas excepcionais poderiam momentaneamente restaurar um ou outro setor 108 A exportação-ouro média anual per capita foi, por decênio, a seguinte (cálculo em libras esterlinas ouro):

1871-80 .... 16,0 1921-30 25,9

1881-90 .... 16,6 1931-40 9,1

1891-1900 .... 21,0 1941-50 2,7

1901-10 .... 23,4 1951-60 2,9

1911-20 .... 26,8 1961-67 2,2

particular do nosso comércio exportador.

Paralelamente o imperialismo, tão ligado àquele sistema, também já se encontra em crise. Não me refiro apenas à sua crise geral, mas às vicissitudes financeiras particulares que sofre no Brasil. O crescimento de sua penetração no país, que ainda mantém seu ritmo ascendente, não deve iludir quanto ao grave enfraquecimento das bases em que assenta. Estas são representadas, em última instância, pela remuneração que seus capitais e operações podem retirar do país. Ora, essa remuneração, depois de 1930, co-meça a evidenciar a sua precariedade, uma vez que o Brasil se verá naquela ocasião, pela primeira vez de forma tão radical, na impossibilidade total de a atender. Tal impossibilidade provinha — vi-mo-lo anteriormente — da situação financeira e da nossa deficitá-

ria balança de contas externas. No setor das dívidas públicas, chegou-se ao repúdio puro e simples da maior parte das obrigações.

O simples serviço de juros já ultrapassava largamente as disponibilidades do país e não era materialmente possível satisfazê-lo. E

assim sucessivamente, em 1934, 1940 e ainda em 1944, os credores estrangeiros do Brasil foram obrigados a aceitar cortes drásticos de seus créditos que se reduziram a uma pequena fração de seu valor nominal109.

Quanto à remuneração dos capitais invertidos em atividades privadas, esta também sofreu depois de 1930, e pela primeira vez na história brasileira, as mais sérias vicissitudes. Boa parte das empresas estrangeiras que operavam no Brasil viram seus lucros aqui congelados, sendo impossível remetê-los por falta de cobertura cambial. Para avaliar a situação dos capitais estrangeiros invertidos em atividades privadas brasileiras nas vésperas da II Guerra Mundial, pode-se tomar como ponto de referência os ingleses, os mais importantes na ocasião, e cuja remuneração média foi em 1940, segundo cálculo do *South American Journal* (então ainda tradicional órgão oficioso dos interesses britânicos em nosso continente) de 0,96$ apenas. E observe-se que mesmo esta magra remuneração se fazia com incalculáveis sacrifícios do Brasil, que para realizá-la abria mão da importação de artigos básicos e essenciais para sua subsistência e desenvolvimento. Situação muito parecida, embora em conjuntura nova e diferente, verificar-se-á como ameaça pendente, trinta anos mais tarde, isto é, na atualidade. A ela voltaremos no próximo capítulo.

São todas essas circunstâncias que levarão a economia brasileira para novos rumos, que são os únicos que lhe sobrariam para sair das contradições profundas

em que se embrenhara. Isto é, refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efe-

109 A dívida pública externa do Brasil (governos federal, estadual e municipal) era em 1930 de 253 milhões de libras esterlinas. Suspendeu-se depois daquele ano o serviço de juros, que somente por momentos esporádicos se retomou depois. A dívida efetiva do Brasil já somaria, no pós-guerra, talvez o dobro daquela importância, não fossem as reduções impostas aos credores cujo crédito oficialmente reconhecido se reduziu a apenas 130 milhões, que com mais outros cortes posteriores se foram liquidando por entendimentos parciais com os diferentes credores, através de compensação com créditos brasileiros provenientes de exportações não pagas que se efetuaram durante a guerra, e que tinham sido congelados.

tivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheios.

Essa evolução se encontra, como vimos, em andamento. Mas forças poderosas contêm o seu ritmo: não somente os interesses fundados na ordem passada, e ainda essencialmente dominantes, mas a inércia de toda a parte mais importante e substancial da estrutura e organização econômica do país que se constituiu em função de uma finalidade e é agora solicitada por outra. Uma análise atenta da organização econômica do país nos mostra que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento comercial e financeiro, se dispõe sobretudo para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação até nossos dias, a ela essencialmente se impôs: a produção de gêneros exportáveis. E isto sem contar poderosos fatores sociais e políticos que agem no mesmo sentido. Não podia ser de outra forma depois de quatro séculos e tanto de hegemonia de tal sistema econômico, que somente em época recente entrou em sua fase de desagregação.

Doutro lado, a transformação parcial que apesar de tudo se operou, fez-se muitas vezes defeituosa, freqüentemente apenas como expediente oportunista em frente a embaraços que iam surgindo. Exemplo flagrante disso encontramos na indústria manufatureira que se desenvolveu no passado, e em período tão importante como foi aquele de sua formação, ao acaso de tarifas alfandegárias ditadas muito mais por necessidades do Tesouro público que pelo objetivo deliberado de estimular empreendimentos nascentes capazes de vin-garem e se manterem no futuro com suas próprias forças; ao acaso também das

depreciações cambiais, bem como de conjunturas completamente estranhas, como foi o caso da guerra de 1914-18, repetido com a II Guerra Mundial. A ação indiscriminada de tais fatores ocasionais, e muitos deles adventícios, teve freqüentemente o efeito de estimular indústrias fictícias, simples atividade de "ajuntamento de peças e partes", que dependiam de fontes externas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima ou materiais semiprocessados que empregavam.

Tinha perspectivas de sucesso qualquer atividade que fosse capaz de substituir, embora mal e com artigos inferiores, uma importação tornada por qualquer motivo impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira. Isso tinha de dar, como efetivamente deu, num crescimento industrial desordena-do, desconexo, mal estruturado e fundamentado. Os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso de circunstâncias fortuitas e objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação; e permanecerá por isso isolada, continuando a depender muitas vezes, no essencial, da importação.

Indústrias de expressão e significação econômicas secundárias te-rão por isso precedência sobre outras fundamentais, o que se observa em particular na debilidade e insuficiência, ainda hoje tão sentidas, das nossas indústrias de base: metalurgia, mecânica, química, etc.

Doutro lado, se a depreciação monetária assegurava a existência dessa precária indústria graças aos preços elevados que permitia fossem cobrados pelos seus produtos, aquela depreciação também onerava a indústria com o encarecimento do material que precisava adquirir no exterior. Esse será o caso, para todas as indústrias, de pelo menos a maquinaria que o país não produzia.

Constituirá isso um obstáculo muito sério oposto à renovação e aperfeiçoamento das indústrias; e as estabelecidas, mesmo quando obsoletas, gozavam com isso de um privilégio contra que dificil-mente podiam lutar concorrentes novos. Isso se traduz em índices deploráveis e que bem mostram a debilidade orgânica da indústria brasileira; como aqueles, acima citados (nota 89), que revelam o obsoletismo, nas vésperas da II Guerra, do equipamento industrial empregado no maior centro do pais, que é São Paulo.

Sintomas como este são muitos. Por força das circunstâncias peculiares em que se realizou a evolução econômica brasileira, e que esboçamos acima, a transformação que nela se está operando encontra pela frente grandes

embaraços. E por isso é ainda do jogo das contradições entre o passado colonial, que resiste, e as for-

ças de renovação, que impulsionam o país por novos rumos, que resulta o processamento de nossa evolução econômica. É isso que se retrata nesta fase mais recente de nossa história que ainda vivemos, e que procuraremos sintetizar no próximo capítulo.

27

A Crise Em Marcha

A II Guerra Mundial (1939-1945) trouxe grandes modificações na evolução de todos os povos. Ela assinalou uma acentuada deflexão na marcha dos acontecimentos humanos e os encaminhou por novos rumos que embora já preparados e em gestação em fase anterior, somente então se precisam de forma nítida e decisiva. Mas a guerra, apesar das repercussões profundas, diretas e indiretas, próximas e remotas com que se marcou na evolução econômica brasileira, não alterou essencialmente, como não poderia alterar, o processo de transformação nela observado nos decênios anteriores e que analisamos no último capítulo. A "crise do nosso sistema colonial" se manteve, e apesar das circunstâncias especiais e aspectos particulares que nela provocou a conflagração de que participamos passiva e também ativamente, tal crise se acentuou e precipitou consideravelmente, abrindo novas e largas perspectivas para a transformação final daquele sistema. Isso dará lugar, de um lado, ao esforço de adaptação da ordem econômica vigente às contingências criadas, e de reestruturação do mesmo sistema em formas renovadas; mas isto sem lhe comprometer a essência colonial. De outro lado, e como conseqüência, aguçam-se as contradições imanentes na ordem estabelecida e que se projetam agora vivamente no plano social e políti-co. O país ingressa numa fase em que a par do crescimento, sob certos aspectos, de suas forças produtivas e de diversificação de suas atividades econômicas — em particular no que diz respeito ao progresso industrial — se verificarão acentuados e crescentes desequilíbrios e desajustamentos que se prolongam na vida social e política. É esse processo, embora limitado aqui às circunstâncias de ordem econômica de seu desenvolvimento, que acompanharemos em seguida.

No curso da guerra, sobretudo em sua última fase e prolongan-do-se nos anos subseqüentes, assistimos a um revigoramento esporá-

dico do tradicional sistema do passado, abrindo-se para tal sistema (isto é, uma economia exportadora de produtos primários e voltada essencialmente para o exterior), nova e brilhante oportunidade. Com uma intensidade de que havia muito o país não tinha notí-

cia, o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário.

Essa intensificação da demanda não se reflete tanto no volume da exportação, cujo aumento não será muito sensível. Circunstância que devemos notar desde já

e que mostra o esgotamento da capacidade produtiva da economia brasileira de exportação110. Mas no valor, 110 Lembremos o caso da borracha. Quando deflagrou a guerra houve forte apelo, da parte dos Estados Unidos sobretudo, para a borracha brasileira, porque o Japão ocupara as regiões produtoras do Oriente, e a produção da borracha sintética ainda se encontrava em seus primeiros passos. Entretanto, não foi possível desen-o efeito será considerável, ascendendo a exportação brasileira de gêneros alimentícios e matérias-primas para altos níveis.

Ao mesmo tempo que assim se valoriza a exportação, declina a importação. De um lado, interrompiam-se quase completamente os fornecimentos dos países europeus isolados de nós pela guerra, ou empenhados numa luta que lhes absorvia todas as atenções e recursos; doutro, os Estados Unidos, ocupados como também estavam na produção de guerra, não puderam suprir aquele desfalque de nossos fornecedores europeus; e em alguns itens importantes não conseguiram nem ao menos manter seu nível de fornecimentos anterior à guerra.

Há a lembrar ainda a guerra submarina que reduziu consideravelmente o tráfego marítimo. Essa situação resultará em grandes privações, particularmente sensíveis no que diz respeito aos combustíveis, com a drástica redução das importações de derivados do petróleo e de carvão; bem como ao trigo. E ao mesmo tempo que se acelerava, para substituir aqueles combustíveis, a devastação de matas para extração de lenha e carvão vegetal, começa a se desenvolver em algumas regiões do país, como em São Paulo, e particularmente nas proximidades da capital, uma atividade quase nova entre nós, a silvicultura, destacando-se a do eucalipto.

* * *

Em conseqüência do aumento da exportação e declínio das importações, desaparece momentaneamente o sintoma mais expressivo pelo qual se manifestam as contradições de nosso sistema econômico, a saber, o desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores, cujo papel relevante em nossa finanças e na vida econômica em geral do Brasil, já foi caracterizado no curso desta história. E

como efeito disso, a moeda brasileira adquire notável estabilidade cambial, quase sem precedentes em todo nosso passado. Por outro lado todavia, o acúmulo de saldos comerciais obrigou a fortes emissões destinadas à aquisição, pelas autoridades monetárias, das divisas representativas daqueles saldos e que não encontravam compradores no mercado ordinário, isto é, entre importadores. Essas emissões constituíram o ponto de partida e impulso inicial do processo

inflacionário que se prolongará, estimulado mais tarde por outros fatores, no pós-guerra e até o momento presente.

As restrições do comércio importador ainda terão outra conseqüência importante. Privado do abastecimento externo no que diz respeito a um sem-número de manufaturas, o mercado interno tem de recorrer à produção nacional, o que abre amplas perspectivas para as atividades industriais do país. Repetia-se o que já ocorrera por ocasião da I Guerra Mundial (1914-18). E desta vez em escala muito maior, de um lado porque a redução dos fornecimentos exteriores é muito mais drástica, e doutro porque as necessidades do mercado nacional se tinham tornado maiores. Além disso, partia-se agora, o que não acontecera em 1914, de um nível industrial já volver-se a nossa produção em larga escala; e a exportação passou apenas de 9.000 toneladas (1940) para 14.500 (1944).

mais elevado, tornando-se por isso mais fácil o aparelhamento da indústria no sentido de atender a tais necessidades acrescidas e insatisfeitas pelo habitual recurso à importação.111

A indústria brasileira não será aliás solicitada unicamente pelo mercado interno; alguns de seus setores mais desenvolvidos e habilitados (como em particular a de tecidos de algodão) encontrarão também alguns mercados externos, como nos países da Amé-

rica Latina e na África do Sul, às voltas com as mesmas dificuldades de abastecimento que nós. Os próprios Estados Unidos se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros. A exportação de tecidos constituirá mais um elemento ponderável de reforçamento de nosso balanço comercial, chegando a figurar em segundo lugar na pauta das exportações, depois do café, com uma participação no total exportado de quase 13% (1943).

A economia brasileira encontrava assim, graças às circunstâncias excepcionais da guerra, um novo equilíbrio provisório; e apesar dos grandes sacrifícios suportados pelo país, os anos de dura-

ção do conflito representam uma fase de nítido progresso. É certo que este se fazia à custa da massa trabalhadora do pais, que su-portou todo o ônus daqueles sacrifícios (por efeito, em particular, das restrições alimentares e do encarecimento considerável da vida), e são somente as classes possuidoras que dele participarão efetivamente. A pressão sobre o mercado por efeito de uma oferta insuficiente de mercadorias (resultado da diminuição da importação e aumento da exportação sem acréscimo compensador da produção), bem como a

inflação do meio circulante (efeito de pesadas emissões provocadas por grandes despesas públicas decorrentes direta e indiretamente do estado de guerra112 e pelo financiamento acima lembrado dos saldos do comércio exterior) provocam uma rápida ascensão de preços, que não será acompanhada senão muito tardiamente pela elevação de salários e da remuneração do trabalho em geral; o que, em boa parte, será devido ao vigente regime ditatorial e conseqüente restrição às liberdades públicas, que colocava os trabalhadores em situação desfavorável na luta por melhores condições de vida. Aquela defasagem entre a progressão do custo de vida e o nível de salários resulta naturalmente em forte acréscimo da exploração da força de trabalho e um sobrelucro apreciável que provoca intensa acumulação capitalista. O considerável enriquecimento das classes possuidoras (ou melhor de alguns de seus setores mais bem situados para se prevalecerem da situação) ainda é fomentado pela valorização da propriedade imobiliária, sobretudo a urbana (reflexo da diminuição do poder aquisitivo da moeda, bem como do desenvolvimento dos centros urbanos) e pela intensa especulação 111 Um pequeno pormenor, mas bastante ilustrativo, exemplifica essa nova capacidade e flexibilidade da indústria nacional. Refiro-me à adaptação dos motores de explosão ao consumo de gases pobres em substituição da gasolina. A produção de

"gasogênios", aparelhos com os quais se faz a adaptação, realizada exclusivamente com recursos do país, atingiu nível relativamente elevado. E, entre outros, foi possível aparelhar por essa forma, e mantê-la assim em uso, boa parte da frota de veículos-motores.

112 É de lembrar que a redução das importações desfalcou sensivelmente um dos principais rendimentos federais, os direitos alfandegários, agravando assim o desequilíbrio das finanças públicas.

que caracterizou a vida financeira do Brasil (e a administrativa e política também...) no correr da guerra.

Esse momentâneo equilíbrio e artificial prosperidade começam a declinar na medida em que desaparecem as circunstâncias extraordinárias que os tinham provocado. As antigas contradições que sola-pavam a economia brasileira, um instante disfarçadas, voltam à to-na, muitas delas agravadas; e outras novas se vêm acrescentar a elas, aprofundando-se em conseqüência, consideravelmente, a crise em geral do sistema, já agora com grandes repercussões na vida po-lítica e social do país.

O impulso dado às exportações, embora mantendo-se depois da guerra, já não contrabalança o aumento das importações cujo progresso espetacular no

imediato após-guerra foi determinado sobretudo por duas ordens de fatores: de um lado a necessidade de repor o material desgastado e não substituído durante o período de interrupção das importações (material ferroviário, equipamentos industriais em geral etc); doutro, o grande poder aquisitivo acumulado em alguns setores da população, reflexo do enriquecimento das classes possuidoras que assinalamos acima. Este último fator é facilmente verificado na pauta das importações, em que se destacam os gêneros e artigos suntuários sem outra significação que a de alimentarem o bem-estar e luxo de classes possuidoras grandemente enriquecidas durante a guerra. A esse item de despesas no exterior é preciso acrescentar outro da mesma natureza que são gastos de viagem e turismo, que somam em 1947 a importância vultosa de quase 600 milhões de cruzeiros113.

As despesas no exterior, tanto com importações como com viagens (que envolviam geralmente uma grande importação disfarçada de mercadorias trazidas como bagagem e que não figuram nas estatísticas oficiais nem pagam direitos alfandegários) foi no pós-guerra fortemente estimulada pelo desnível de preços internos e externos.

Enquanto aqueles se mantinham elevados por força da inflação, os exteriores eram relativamente reduzidos graças à estabilidade cambial que se escudava nos grandes créditos do Brasil no exterior, e era mantida, a todo transe, pela política monetária do governo.

Em 1947, o valor das importações ultrapassa o da exportação, deixando um *deficit* de US$ 55 milhões114. Nos anos seguintes a situação do balanço comercial melhora ligeiramente, deixando em 1948

e 1949 saldos respectivamente de 88 e 17 milhões. O que é largamente insuficiente para fazer face aos compromissos financeiros no exterior (em particular os serviços da dívida externa e dos capitais estrangeiros aplicados no país). Nos três anos referidos (1947, 8 e 9) o *deficit* de nosso balanço de contas sobe, no total, a mais de US$335 milhões, que serão cobertos com empréstimos ofi-113 O câmbio oficialmente fornecido para gastos de viagem ao exterior foi de 593

milhões. A essa importância, contudo, é preciso acrescentar a moeda estrangeira adquirida no câmbio negro e que não é naturalmente registrada nas estatísticas.

114 Dólares norte-americanos, em que desde a II Guerra Mundial se tornou hábito, oficialmente consagrado, de computar as nossas transações com o exterior, em substituição à libra esterlina anteriormente empregada nesse fim.

Está computado nas importações o custo do transporte (fretes e outras despesas) das mercadorias importadas, desde o lugar onde se origina a exportação para a Brasil até o ponto de entrada em território brasileiro.

ciais e afluxo de novos capitais estrangeiros que representarão maiores encargos para o futuro e operação assim como novos drenos apostos às depauperadas finanças brasileiras, aumentando ainda seu desequilíbrio.

O desequilíbrio provocado pelos *deficits* era agravado pelo bloqueio das moedas de que possuíamos maiores saldos acumulados durante os anos de guerra, resultantes de uma balança mercantil favorável (Grã-Bretanha, França, etc.) Estes países devedores não somente se mostravam impossibilitados de liquidarem seus débitos comerciais atrasados (ou antes, preferiam destinar os recursos respectivos a outros fins mais interessantes que saldar dívidas para com países sem grande voz financeira ou política...), como ainda não conseguiam satisfazê-los em mercadorias. Isto em parte porque não dispunham de produção exportável suficiente; mas também porque nosso intercâmbio com eles era embaraçado pelos interesses norte-americanos que procuravam conservar seus fregueses brasileiros e seu quase monopólio em nosso mercado, conquistado por eles durante a guerra. O famoso Plano Marshall, destinado oficialmente à reconstrução e reerguimento econômico dos países europeus devastados pela guerra, teve naquele terreno papel considerável, pois foi manejado no sentido de cercear os fornecimentos europeus. E

por isso a maior parte de nossos créditos no exterior (particularmente na Grã-Bretanha) foi liquidada com a aquisição pelo governo brasileiro, em condições desvantajosas para nós, de empresas ferroviárias (a antiga São Paulo Railway, hoje Estrada de Ferro Santos-Jundiaí; a Leopoldina Railway, a Great Western, etc), das quais somente a primeira constituía mais que ferro velho quase imprestável.

Em conseqüência da posição pesadamente deficitária de nossas contas externas, acumulam-se no pós-guerra os atrasados comerciais, isto é, débitos em atraso por mercadorias importadas que o país não tinha recursos em divisas para saldar. Em 1947 esses atrasados ciframse em US$ 82 milhões, com grande dano para o nosso crédito comercial no exterior. Muitos fornecedores suspendem suas remessas para o Brasil; e diferentes indústrias são obrigadas a reduzir o ritmo de produção se não paralisarem suas atividades por falta de matérias-primas importadas. Chega a pairar uma certa ameaça até sobre o fornecimento, vital para nós, de combustíveis.

* * *

Recorre-se nesta situação ao controle rigoroso das importa-

ções. Pela Lei n.° 262 de 23 de fevereiro de 1948 é estabelecido o sistema de licença prévia para as importações. Obtém-se com isso uma dosagem das importações que permitiu conter a expansão verificada nos anos anteriores e mesmo alcançar uma certa redução de que resultaram os pequenos saldos já referidos nos anos seguintes (1948 e 1949). Não se fez isso, todavia, sem pesados sacrifícios, pois as restrições à importação, sem dúvida necessárias no que diz respeito ao esbanjamento presenciado nos anos que se seguiram imediatamente à guerra (e que a política oficial favoreceu abertamente e em muitos casos até estimulou), vão atingir também importa-

ções essenciais ao desenvolvimento do país. Para esse desenvolvimento e em muitos casos para a simples reposição de material produtivo desgastado (é o caso em particular das estradas de ferro), o Brasil exigia importações de vulto que a situação de nossas contas externas comprometia gravemente. Além disso, a drástica restrição às importações e pois à concorrência de manufaturas estrangeiras importadas, estimulam a alta de preços e o ritmo do processo inflacionário que vinha do período de guerra e a que já se fez referência. Será esse fato, daí por diante, um dos principais fatores imediatos da precipitada inflação e desvalorização da moeda brasileira que se prolongam até hoje com graves perturbações da normalidade econômica do país; e que atingem sobretudo e tão pesadamente as camadas menos favorecidas da população brasileira.

Melhorará a conjuntura com a valorização do café que acompanha a alta geral de preços das matérias-primas e dos gêneros alimentares, determinada pelo rearmamento norte-americano (iniciado em 1948) e pela ameaça de nova guerra115. O ano de 1950 trará para o Brasil um saldo comercial vultoso, cerca de US$300 milhões, ree-quilibrando-se em conseqüência as contas externas do país. Essa situação coincide com o início do novo governo do Presidente Getú-

lio Vargas (empossado em 31 de janeiro de 1951), que se aproveitará dela para lançar um programa de fomento da atividade industrial. Abrem-se as comportas para a importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semi-processadas, embora sem plano de conjunto e cuidadosa discriminação como se faria mister, não fossem os objetivos imediatistas e essenciais dessa política, como realmente foram, de tão-somente favorecer interesses financeiros privados.116 E na previsão de uma nova guerra (de que a guerra fria desencadeada pelos Estados Unidos e o conflito da Coréia pareciam constituir um prenúncio) acumularam-se grandes estoques.

Constituía tudo isso, como os fatos subseqüentes se incum-biriam de mostrar, um

jogo muito perigoso, pois em vez de se aproveitar a ocasião para marchar no sentido de uma remodelação profunda e de base da economia brasileira, única maneira de assegurar um desenvolvimento sólido e de reais perspectivas, preferiu-se assentar o projetado desenvolvimento industrial nos fundamentos precários de uma conjuntura apenas momentaneamente favorável e prenhe de incertezas. Não somente se apostava na eventualidade de uma guerra (o que já por si constituía sério erro, pois essa eventualidade poderia ter e teria certamente conseqüências das mais graves para o país), como ainda não se procurou pautar o projetado desenvolvimento industrial por um plano de conjunto em que se previsse cuidadosamente o aproveitamento máximo dos recursos disponí-

veis, com a eliminação de quaisquer desperdícios, particularmente no que se refere aos ocasionais saldos financeiros verificados. Ao contrário disso, a administração federal se louvou quase exclusi-115 A cotação do café na Bolsa de Nova Iorque (centavos de dólar por libra-peso do tipo 4-Santos) passa da média anual de 22,50 em 1948, para 31,80 em 1949; 50,80

em 1950 e 54,30 em 1951.

116 Essa segunda presidência do sr. Getúlio Vargas, resultante de eleições, se caracteriza por forte influência de interesses financeiros e industriais. É o reflexo, na política, da ascensão de grupos econômicos tornados poderosos em conseqüência do intenso processo de capitalização e concentração capitalista verificado no Brasil desde a guerra e a que já nos temos referido.

vamente nos estímulos imediatistas e nas diretrizes da iniciativa privada do mundo dos negócios, limitando-se a presidir a uma liberal, generosa e não raro venal e corrupta distribuição de licenças prévias para importação daqueles artigos que momentaneamente oferecessem aos felizes beneficiários maiores perspectivas de fáceis lucros imediatos e, em boa parte, quase puramente especulativos. A política do governo, se de um lado se inspirou acertadamente na necessidade de promover o processo de industrialização do país, fracassou por outro na realização de seus objetivos declarados, pois levou o país à gravíssima situação que logo veremos e que resultou afinal na agravação dos desajustamentos que vinham acompanhando a vida econômica brasileira e que tão fortemente oneravam a grande massa da população.

Da experiência dos anos de 1951-52 ficou sobretudo a lição, infelizmente não bem assimilada, de que o desenvolvimento industrial do país exige medidas muito mais profundas e de natureza muito mais geral que simples providências fundadas em circunstâncias excepcionais, como foi a momentânea e precária valorização, nos mercados internacionais, de nossos produtos de exportação.

Graças à política de largas facilidades proporcionadas aos ne-gócios e à especulação, o país conheceu um breve momento de prosperidade que embora restrito a pequenos setores da população, ani-mou e alargou as atividades econômicas, em particular as indústrias. As inversões atingem em 1952 a elevada cifra de 21,7 bi-lhões de cruzeiros (não se esqueça que o cruzeiro tinha na ocasião mais de 120 vezes o valor aquisitivo que tem hoje (1970). Logo viria, contudo, o reverso da medalha. Já em fins de 1952 a situação se apresentava catastrófica. O desequilíbrio da balança comercial que em 1951 (depois do grande saldo referido de 1950, de quase US$300 milhões) resultara no *deficit* de US$ 197 milhões, alcança em 1952 um recorde que deixa muito longe todos nossos déficits anteriores: 541 milhões. Em conseqüência, acumulam-se os atrasados comerciais que atingem outro nível recorde: cerca de 550 milhões.

A isso se acrescenta a aceleração do processo inflacionário, fortemente estimulado pela descontrolada expansão dos negócios e pelas emissões feitas para atenderem ao vertiginoso crescimento das despesas públicas que acompanham naturalmente a alta precipitada dos preços provocada por aquela mesma inflação. O país in-gressará definitivamente num processo inflacionário autoestimulante e de efeitos cumulativos cujo paradeiro não se enxergará mais e que se prolongará pelos tempos afora com todas as danosas conseqüências que lhe são inerentes.

Para fazer frente ao desequilíbrio verificado nas contas externas do país e que o colocava em situação semelhante, embora muito mais grave que a verificada em 1947 e que referimos acima, o governo volta aos processos clássicos é aos expedientes de emergência destinados precipuamente a resguardarem, o quanto possível, os interesses das esferas do negócio. A saber, restrições drásticas e no geral indiscriminadas das importações. Ao mesmo tempo, libera-se parcialmente o câmbio (Lei N. 1807, de 7 de janeiro de 1953), criando paralelamente ao oficial, o mercado livre que seria alimentado pela venda que nele se autorizava das divisas provenientes da exportação de alguns produtos, divisas essas destinadas à cobertura de remessas financeiras para o exterior — somente de tais remessas, pois as importações continuavam sujeitas à licença prévia, devendo ser pagas com câmbio adquirido no mercado oficial.

Visava-se obter com o novo sistema dois resultados que se comple-mentavam e destinados a corrigirem o desequilíbrio do balanço de contas: de um lado, valorizavam-se em moeda nacional as exporta-

ções cujo produto em divisas se vendia no mercado livre, uma vez que nesse mercado as divisas obtinham cotações mais altas que no oficial. Favoreciam-se assim aquelas exportações. De outro lado, estimulava-se o afluxo de capitais

estrangeiros, pois eram eliminadas quaisquer restrições opostas à remessa de juros, dividendos e outras formas de remuneração daqueles capitais, bem como ao retorno deles ao país de origem, pois essas remessas se fariam sem limitações pelo mercado livre de câmbio. Essa generosa concessão aos interesses imperialistas é bem reflexo da mentalidade colonialista das autoridades brasileiras e da ilusão, sempre recorrente, de que os distúrbios e as perturbações do nosso sistema colonial de economia se corrigem com a acentuação e fortalecimento desse sistema. Logo veremos o efeito contraproducente daquelas medidas.

O novo regime cambial foi parcialmente modificado pouco depois, em outubro de 1953, pela Instrução n. 70 da Superintendência da Moeda e do Credito (SUMOC),117 por força da qual passaram a se realizar pela taxa oficial todas as exportações e importações, ficando confinado o mercado de taxas livres às transações de caráter meramente financeiro — em particular a entrada e saída de capitais, bem como as remessas de juros, dividendos e outras formas de remuneração dos capitais estrangeiros publicados no Brasil118. Os favores, antes concedidos à exportação de algumas mercadorias, que consistiam na faculdade de vender as divisas provenientes dessas exportações privilegiadas no mercado livre onde alcançavam cotação muito superior à oficial, tais favores eram substituídos por "bonificações". Quanto às importações, sujeitavam-se as licenças respectivas à obtenção prévia de "promessas de venda de câmbio" (geralmente conhecidas pela sigla PVC), oferecidas à licitação em Bolsa. O regime da Instrução n. 70, confirmada pela Lei N. 2.145, de 29 de dezembro de 1953, se manteve em suas linhas gerais e essenciais até 1961, quando é restabelecida, praticamente em sua in-tegridade, a liberdade cambial.

Observe-se que o novo sistema introduzido pela Instrução n. 70

representava mais um passo no sentido do retorno à plena liberdade comercial e cambial, em substituição ao controle introduzido, como vimos, em 1948, pelo sistema da licença prévia para importações.

117 O Congresso ratificou as reformas introduzidas pela instrução n.° 70 e coones-tou assim o inconstitucional ato do Poder Executivo realizado através da SUMOC, ao promulgar a Lei n.° 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

118 Algumas empresas imperialistas (como entre outras o grupo Light & Power) obtiveram o favor especial de remeterem seus rendimentos através do mercado oficial de câmbio, em que a taxa do dólar norte-americano era de Cr$ 18,50. E como essas empresas podiam, como aliás qualquer pessoa, vender dólares no mercado livre na base de taxas que se encontravam naquela ocasião acima de

Cr$ 40,00 e chegaram a alcançar antes da revogação do privilégio, mais de Cr$ 100,00, pode-se avaliar a bela margem de lucros que lhes proporcionava a especulação cambial facilitada pela lei.

Segundo a lei de 1948 (veja-se acima), a concessão de licença pré-

via se deveria subordinar a um controle administrativo (exercido pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), o que tornava possível, em princípio, uma seleção das importações segundo sua essencialidade e as necessidades mais prementes e fundamentais da economia do país. Pelo novo sistema da Instrução n.

70, as licenças prévias ou PVC seriam vendidas em leilão, isto é, cedidas pelo maior preço oferecido. Isso significava de fato a libertação do câmbio e do comércio exterior, ficando as importações sujeitas unicamente ao livre jogo do mercado.

É certo que o sistema preconizado na lei de 1948 nunca se a-plicara adequadamente e sempre faltou um plano geral e racional que presidisse à concessão de licenças prévias e subordinasse assim a importação às reais e essenciais necessidades do país. A CEXIM (sigla pela qual se tornou conhecida a Carteira de Exportação e Importação) se fez aliás notória pelo favorecitismo e corrupção que presidiu à distribuição por ela realizada das licenças pré-

vias. O felizardo beneficiário de uma licença prévia obtinha o direito de pagar sua importação na base de Cr$18,50 o dólar, para revendê-la num mercado em que, por força da depreciação do cruzeiro, o valor real do dólar chegara, ao desaparecer a CEXIM, a quase Cr$80,00! Imagine-se por aí a margem de lucro proporcionado pela especulação e pelos favores do diretor da CEXIM que não estava legalmente cingido a nenhum plano de importações, plano esse que não existia, e concedia as licenças prévias praticamente a seu bel-prazer... Foi aliás esta inqualificável e tão absurda situação, que dava margem aos maiores abusos que se praticaram em larga escala, foi isso que serviu de principal justificativa para a modificação do sistema. Mas em vez de se sanarem seus defeitos dotando-o de critérios racionais para a concessão de licenças de importação, ele é de fato abandonado e substituído pela liberdade comercial.

Trata-se aí, na realidade, do choque de duas concepções opostas. Uma que reconhece, como é justo, a situação peculiar e toda especial da economia e das finanças do Brasil que exigem, por sua debilidade congênita e falta de reservas ponderáveis, uma regulamentação rigorosa da utilização dos parcos e de todo insuficientes recursos em divisas com que o país conta, a fim de lhes dar a mais

proveitosa aplicação com vistas ao interesse geral e à conveniente estruturação da economia nacional. Em oposição a isso, encontra-se a concepção liberal, inspirada por um pensamento econômico sem nenhuma justificação no Brasil e amparada pelos interesses tanto nacionais como estrangeiros direta ou indiretamente ligados à tradicional ordem econômica dominante no país, e que julga preferível confiar na livre iniciativa privada, deixando a seu cargo, na base do livre jogo do mercado e da oscilação de preços daí derivada, a seleção das importações e a utilização das divisas disponíveis.

Com a Instrução n. 70, é esta última solução que se consagrará.

Ora a liberdade do comércio exterior entregue aos impulsos imediatistas da especulação mercantil e aos azares de circunstâncias ocasionais, contra que uma débil e incipiente economia como a nossa não logra se defender, invariavelmente se traduz em fortes e bruscas oscilações da conjuntura que afetam gravemente a normalidade financeira e comprometem seriamente um desenvolvimento econô-

mico equilibrado e seguro. É o que se verificará de maneira flagrante logo no período que se segue às reformas assinaladas. Ao terminar o ano de 1953, era extremamente favorável a posição financeira do café, nosso grande produto exportável e principal fornecedor de divisas (na proporção de 60 a 70% na ocasião). A safra brasileira de 1953 sofrera grandemente de fortes geadas que as reduziram de cerca de 30%; e para se precaverem contra a eventual falta de disponibilidades, os importadores norte-americanos, principais compradores de café, procuram acumular estoques. Em conseqüência, as exportações brasileiras se intensificam nos últimos meses de 1953 — o que constituirá o principal fator do elevado saldo de nosso balanço comercial verificado naquele ano: US$266

milhões — e os preços se elevam. A cotação do nosso café na Bolsa de Nova Iorque, que vinha oscilando nos últimos três anos entre 50

e 55 centavos de dólar a libra-peso do tipo 4-Santos, ultrapassava, ao se encerrar o ano, 65 centavos, para atingir, em abril de 1954, o preço fantástico, nunca antes alcançado (nem depois), de 95 centavos119.

Essa excepcional conjuntura favorável da exportação brasileira leva aos leilões de câmbio instituídos pela Instrução n. 70, largas disponibilidades de divisas, o que provoca um forte impulso da importação. Na segunda parte do ano, contudo, a situação se inverte por efeito das boas perspectivas, efetivamente verificadas, da nova safra cafeeira. A isso se aliava a forte campanha nos Estados Unidos contra a alta do café. Declinam em conseqüência as cota-

ções, que da altura vertiginosa de 95 centavos atingida em abril, caem com a mesma rapidez com que tinham subido, voltando aos valores normais anteriores. Isso se reflete imediatamente no balanço comercial exterior que sofre golpe profundo; e o ano se encerra com um *deficit* de US$30 milhões, o que constitui, a par da liquidação dos demais compromissos financeiros externos do país (servi-

ço das dívidas e dos capitais estrangeiros invertidos no país), fator determinante de forte depreciação cambial do cruzeiro. Assim, o ágio médio ponderado de todas as moedas estrangeiras (isto é, o preço alcançado por elas no leilão de PVC, reduzido à base dólar), que por ocasião da instituição do sistema de licitações (outubro de 1953) era de Cr$ 17,87, se cifra em dezembro de 1954

em Cr$ 42,09. Uma desvalorização, portanto, de quase 60%.

Nessas condições (afora as perturbações graves que tão forte oscilação cambial não podia deixar de determinar), as importações se fazem, em grande número de mercadorias, praticamente proibitivas. Este é particularmente o caso de equipamentos industriais, o que era sumamente grave, pois comprometia de maneira muito séria o futuro desenvolvimento econômico do país e colocava a indústria e a iniciativa propriamente nacionais em posição francamente desvantajosa em frente aos empreendimentos, no Brasil, de capitais e trustes internacionais.

Em face dessa situação e do grave desequilíbrio de nossas contas externas, a política oficial, em vez de extrair da experiência 119 Para confronto, notamos que essa cotação não atingia, nos últimos anos, 40

ctos., subindo recentemente pouco acima de 50.

a devida lição que mostrava de forma tão patente a necessidade de resguardar a economia do país contra os azares da liberdade comercial sem freios e procurar o necessário equilíbrio dela pelo rigoroso disciplinamento do comércio exterior, em vez disso, lança novamente mão do velho arsenal colonialista, procurando a solução do problema no estímulo ao afluxo de capitais estrangeiros, o que traria, alegava-se, não somente a devida correção do desequilíbrio das contas externas, como ainda favoreceria, pelo impulso da iniciativa de empreendimentos estrangeiros, a industrialização brasileira. Que isso se fizesse à custa do pesado endividamento futuro do país — pois as atividades de empreendimentos estrangeiros importavam necessariamente em sua remuneração, e portanto numa so-brecarga de novos compromissos financeiros no exterior — bem como de uma submissão ainda mais pronunciada da economia brasileira aos trustes e à finança internacional, isso não se levava em consideração. E como

ingenuamente (ou por outro motivo qualquer...) afirmaria mais tarde o Conselho Nacional de Economia justificando as medidas adotadas, "depois de certo tempo, o capital estrangeiro nas diversas unidades de produção passa a ser misto e tende a ser absorvido pelo nacional".120 É exatamente o contrário que ocorrerá, como logo veremos e podia ser previsto por quem conhecesse o velho apólogo do "vaso de barro e do vaso de cobre". O que será absorvido serão o capital e as iniciativas nacionais.

Pela Instrução n. 113, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito em 17 de janeiro de 1955, a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil era autorizada a emitir licença de importação sem cobertura cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de câmbio), de equipamentos industriais que correspondes-sem a inversões estrangeiras. Praticamente, isso dava aos inversores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licen-

ças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem. Os interesses imperialistas eram tão poderosos junto às autoridades brasileiras, que logravam inclusive favores negados aos próprios nacionais.

Não é sem fundamento, por isso, que os industriais nacionais se rebelassem contra as medidas adotadas pela Instrução n. 113 da SUMOC, chegando inclusive a protestos formais levados ao governo brasileiro pelas suas associações de classe. Nada impediu contudo que as disposições da Instrução n. 113 se mantivessem em vigor, tendo sido incorporadas mais tarde ao Decreto n. 42.820, de 16 de dezembro de 1957, que consolidou e regulamentou o conjunto de leis e outras disposições atinentes ao regime cambial, de exportação e importação, às inversões estrangeiras e matéria correlata.

Coincide aliás essa acentuação do favoritismo dispensado aos empreendimentos estrangeiros pela política econômica do governo brasileiro (coincidência que, por certo, nada tem de fortuito...) com o revigoramento da ação imperialista por força, de um lado, das circunstâncias gerais derivadas da intensificação do processo de trustificação da economia capitalista contemporânea (o que a 120 Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1959, pág. 85.

impele para novas conquistas em países como o Brasil), e doutro lado, pela final recuperação econômica dos imperialistas europeus, até então ainda sofrendo as conseqüências devastadoras da guerra.

O efeito no Brasil dessa conjugação de fatores, internos e externos, será de estimular fortemente as inversões estrangeiras não somente em empreendimentos novos, mas sobretudo em associação com empreendimentos nacionais já existentes. Será aliás essa associa-

ção o caminho adotado por muitos industriais brasileiros, e entre os maiores e principais, para eludirem a posição desfavorável em que os colocara a Instrução n. 113. Através de seus novos associados, beneficiavam-se dos favores concedidos a estes últimos. Acabarão mesmo tirando vantajoso partido da situação, porque embora perdessem com a associação sua anterior e completa independência e autonomia, terão resolvidos seus principais problemas financeiros e técnicos com os grandes recursos de seus novos sócios, o que lhes permitirá verem suas empresas crescerem e prosperarem muito além daquilo a que poderiam, isolados, aspirar. Quanto aos empreendimentos estrangeiros, a associação com nacionais lhes facilita a tarefa e abre caminho mais cômodo e politicamente seguro para sua penetração na economia brasileira. E isso sem maior risco, pois os amplos recursos com que contam tornam sua posição inexpug-nável. Os sócios menores do negócio serão sempre e cada vez mais acentuadamente, os nacionais.

Todos parecem assim lucrar. Para o conjunto da economia brasileira, contudo, e para a imensa maioria do país que fica fora do negócio, ele representará o oposto da previsão acima referida do Conselho Nacional de Economia em sua Exposição de 1959, pois longe de o capital estrangeiro ser absorvido, ou tender para isso, são as empresas brasileiras que se dissolvem dentro das grandes organizações financeiras internacionais; e aos poucos a indústria brasileira evolui para a situação a que se verá reduzida e que não será, fundamentalmente, mais que de uma constelação de filiais e subsidiárias mais ou menos declaradas de grandes empresas imperialistas.

Acentua-se com isso a deformação do processo de industrialização do Brasil; e os vícios que marcam o início do processo e que já assinalamos anteriormente, se agravam e aprofundam ainda mais. Observe-se desde logo que o progresso da penetração imperialista na economia brasileira, longe de trazer com o concurso de capitais, com que aparentemente contribui, um desafogo às nossas finanças externas, como se julgava, tende pelo contrário a agravar o desequilíbrio. Como foi referido, a política de favores dispensados às iniciativas e empreendimentos estrangeiros objetivava essencialmente compensar, com os capitais trazidos por esses empreendimentos, a insuficiência de nossas exportações para fazerem frente aos pesados encargos da importação e de outros compromissos no exterior. Reforçar-se-ia com esse afluxo de recursos financeiros o ativo de nosso balanço de contas externas, permitindo assim não apenas sanar a posição de desequilíbrio

crônico dessas contas, mas ainda incrementar nossas importações, sobretudo de equipamentos industriais necessários ao desenvolvimento econômico do país.

Entretanto, não é isso que se verificará, pois o afluxo de capitais estrangeiros não chegará efetivamente a compensar aquilo que, por outro lado, os mesmos empreendimentos subtrairão às finanças brasileiras a título de remuneração direta ou indireta de suas atividades. E o saldo de suas operações será, no geral, negativo. Já sem contar "royalties" e outras formas disfarçadas da remuneração de capitais estrangeiros aplicados no Brasil, e considerando unicamente as rendas das inversões declaradas oficialmente como tais, o balanço de remessas dessas rendas e das inversões realizadas se comportou da seguinte forma desde 1947 quando se iniciou o cálculo dele. Até 1955 inclusive, temos um período de sucessivos anos deficitários, seguindo-se, de 1956 a 1962, o período áureo das inversões estrangeiras estimuladas pelos excepcionais favores e vantagens que lhes são proporcionados e que referi acima. São anos que apresentaram um saldo positivo global de 645 mi-lhões de dólares que encheram de otimismo e doces ilusões os defensores do capital estrangeiro. Segue-se contudo o reverso da medalha: o crescimento desmesurado das remessas de rendas, fruto do aumento de lucros resultante das volumosas inversões anteriores, e que novas inversões já não logravam mais cobrir. A partir de 1963

e até 1967, teremos sucessivos e crescentes *deficits*, como se verifica no quadro abaixo:121

1963 1964

1965 1966

1967

Remessas de rendas ...... -147 -192

-269 -291

-313

Inversões 51 76

75 133 84

Saldo............... – 96 -116

-194 -158

-229

Fonte: Boletim do Banco Central

Tal é o balanço final das operações dos empreendimentos estrangeiros no que se refere às finanças externas do país. Logo veremos outros aspectos e efeitos dessas operações. Mas desde já podemos verificar que as inversões de capital estrangeiro, longe de se apresentarem como solução para o problema do desequilíbrio de nossas contas externas, constituem pelo contrário um fator de agravamento delas. Embora tais inversões possam momentaneamente e em certos períodos excepcionais trazer um reforço às finanças exteriores do país, elas tendem a prazo mais ou menos longo, mas certamente fatal, num sentido oposto. Isso porque a natural expansão das empresas imperialistas instaladas no país, e portanto a ampliação de seus negócios e lucros, levam a um aumento de suas remessas para o exterior. Ao mesmo tempo, isso contribui para de-121 Neste assunto de movimento de capitais privados e da respectiva remuneração direta ou indireta, declarada ou mais ou menos disfarçada, não são possíveis dados precisos, pois se as entradas de capitais são em regra superavaliadas (uma vez que se têm constituído, na maior parte, em equipamentos industriais que é do interesse dos inversores, que os importam, valorizar), verifica-se nos pagamentos exteriores efetuados a título de remuneração dos capitais estrangeiros invertidos no Brasil, a tendência contrária de os disfarçar e reduzir, entre outros por motivos fiscais: evitar a incidência do imposto de renda. E como não há fiscalização adequada das remessas para o exterior, nem pode haver nas condições vigentes de liberdade do comércio externo, é preciso examinar cuidadosamente e procurar interpretar os dados existentes, e não aceitá-los sem maior espírito crítico, como freqüentemente fazem os defensores das empresas estrangeiras e de seus interesses.

sestimular novas inversões, pois aquelas remessas se fazem mais difíceis. Elas somente podem ser cobertas com os saldos do nosso comércio exterior — pois o expediente que vem sendo adotado, do recurso a financiamentos, empréstimos e moratórias, não pode evidentemente ser considerado permanente e não resolverá nunca, em definitivo, a situação. Mas nada faz prever uma ampliação apreciá-

vel da nossa capacidade de exportação — antes pelo contrário, segundo observamos - no capítulo anterior. Assim sendo, diminuirá o interesse dos inversores estrangeiros em aplicarem capitais quando não podem esperar a realização de seus lucros, o que somente se efetiva para eles com as remessas.

Agravar-se-á com isso, ainda mais, o balanço de nossas contas externas e estimular-se-ão em conseqüência os fatores que contribuem para o desequilíbrio.

Tratar-se-á, de fato, de um processo cumulativo e autoestimulante que se acentuará na própria medida e por efeito imediato de seu mesmo desenvolvimento. É aliás o que revelam os dados acima referidos. A saber, uma tendência ao crescimento das remessas para o exterior, com o declínio paralelo das inversões e reinversões de capitais estrangeiros. E se as conseqüências mais graves de uma tal conjuntura ainda não se fizeram plenamente sentir, isso se deve exclusivamente a que nossos credores vêm nos últimos anos reforçando suas contribuições extraordinárias em empréstimos de emergência, dilatação de prazos de pagamento, etc... É isso que tem feito possível adiar, provisoriamente pelo menos, um desenlace que de outra maneira seria fatal. Mas considerando-se sobretudo os motivos determinantes dessa "genero-sidade" de nossos credores — que no referente aos Estados Unidos, por exemplo, são sem dúvida inspirados no alarme provocado pelos acontecimentos de Cuba — conclui-se que não é evidentemente possí-

vel fundar em circunstâncias tão precárias e perigosas para nossa soberania nacional, a política econômica do país.

Mas seja como for e sejam quais forem as circunstâncias ocasionais que possam momentaneamente conceder novo alento ao sistema colonial dentro do qual se acha enquadrada a economia brasileira, o certo é que nesse sistema e nas suas contradições internas que acabamos de apontar, se encontra a raiz do desequilíbrio crônico de nossas finanças externas, com todas suas graves conseqüências: instabilidade financeira, inflação, perturbações profundas e incontroláveis que se repetem amiúde, ameaçando de cada vez os pró-

prios fundamentos da economia brasileira. E tornando impossível um desenvolvimento ordenado e solidamente alicerçado. No seu conjunto, o nosso balanço anual de contas externas (balanço comercial e financeiro) se vem saldando quase invariavelmente com pesados *deficits*. O decênio 1951-60 nos trouxe um *deficit* global de US$

2.275 milhões; no seguinte, o *deficit* até 1968 já se elevara a 862

milhões.

* * *

Direta ou indiretamente, o desequilíbrio de nossas contas externas conta como fator de primeira ordem no processo geral de nossa evolução econômica. Desde longa data — já vimos isso anteriormente — mas acentuando-se sobretudo no período consecutivo à II Guerra Mundial, isto é, quando a crise do nosso sistema colonial (a que tal desequilíbrio, como já se observou, se liga tão intimamente)

atinge a fase de seu desenlace final. Destaquemos em primeiro lugar, como reflexo do desequilíbrio de nossas contas externas, a precipitada e considerável desvalorização cambial da moeda, que fixada oficialmente, por ocasião da convenção internacional de Bretton Woods de julho de 1944, na paridade de Cr$ 18,50 por dó-

lar, se reduziu hoje (janeiro de 1970) a 4.350 cruzeiros velhos por dólar.

A queda do poder aquisitivo interno do cruzeiro seguiu naturalmente o mesmo caminho122. Este processo inflacionário tem sua origem imediata, como referimos anteriormente, nas largas emissões realizadas durante a II Guerra Mundial e grande escassez de mercadorias então verificada. Acentuou-se em seguida pelo efeito cumulativo de diferentes fatores, dentre os quais o desequilíbrio de nossas contas externas (que determinou a desvalorização cambial do cruzeiro e forçou a uma rigorosa dosagem das importações) entra como componente essencial que por efeito direto ou indireto atua decisivamente sobre os demais.

A inflação de preços, que se vem acelerando cada vez mais, constitui certamente um dos traços essenciais da evolução econômica brasileira em todo período que temos sob as vistas. Suas repercussões sobre o rumo e a natureza dos acontecimentos têm sido de toda a espécie, mas o que sem dúvida prima sobre o resto, como efeito de ordem mais geral, tem sido o poderoso estímulo que a inflação vem provocando na acumulação capitalista, isto é, no processo de formação de capitais. Não precisamos insistir aqui nesse fato óbvio que a alta de preços, que somente é acompanhada com larga defasagem pela elevação dos salários, determina uma elevação das receitas das empresas relativamente às suas despesas essencialmente constituídas pela remuneração do trabalho. Eleva-se em conseqüência a margem de lucros que vão alimentar a acumulação capitalista. E se isto de um lado implica na intensificação da exploração do trabalho — o que é aliás de fácil observação no baixo nível de vida da população trabalhadora, quase estagnado, se não freqüentemente em regresso, quando comparado com o rápido e largo enriquecimento das classes possuidoras e daquelas categorias soci-122 O índice de preços variou, desde a II Guerra Mundial, da seguinte forma (base: média mensal de 1953 = 100):

1944.......... 35 1957.......... 202

1945.......... 41 1958.......... 229

1946.......... 47 1959.......... 316

1947.......... 53 1960.......... 407

1948.......... 56 1961.......... 559

1949.......... 60 1962.......... 848

1950.......... 67 1963.......... 1.473

1951.......... 78 1964.......... 2.811

1952.......... 87 1965.......... 4.423

1953.......... 100 1966.......... 6.115

1954.......... 127 1967.......... 7.862

1955.......... 148

1968.......... 9.767

1956.......... 177

Fonte: Conjuntura Econômica

ais parasitárias que vivem à sua sombra —, resulta de outro no aumento das inversões e portanto das atividades produtivas. É a in-dústria, favorecida não somente pela política oficial (na qual os interesses de grupos financeiros ligados às atividades industriais começam nitidamente a se fazer sentir, como foi notado), em particular através de facilidades de financiamento proporcionadas direta ou indiretamente por organizações oficiais; como favorecida também por contingências determinadas pela possibilidade de substituir com produção interna, bens cuja importação se tornara proibitiva por efeito da desvalorização cambial da moeda e demais obstáculos criados pela situação precária do balanço de contas externas, é a indústria que mais se beneficia com a forte corrente de inversões determinada pelo incremento da capitalização verificada.

É essa circunstância, aliada à já referida ampliação do afluxo de capitais e iniciativas de empreendimentos estrangeiros, que constitui o principal fator determinante do grande impulso industrial de que o Brasil foi teatro no pós-guerra, quando o volume físico da produção mais que triplicou entre 1947 e 1961123. Além de ter melhorado sensivelmente a sua composição orgânica, com a participação já ponderável, e antes quase ausente, de bens de produção: maquinaria, motores, material elétrico e equipamentos industriais em geral; e mais toda uma gama de complexos bem duráveis, entre os quais se destacam os veículos motores cuja produção subiu, em 1962, a 191.194 unidades.

É preciso aqui lembrar a participação da iniciativa estatal no desenvolvimento da indústria brasileira. Embora a potencialidade dessa iniciativa ainda esteja longe de adequado aproveitamento em face dos imperativos da conjuntura atual da economia brasileira, a ação do Estado se tem marcado por empreendimentos que não somente demonstram a improcedência da tese da incapacidade do poder público como gestor de atividades econômicas, mas ainda, o que é mais importante, comprovam decisivamente que a iniciativa estatal constitui elemento da maior importância e freqüentemente insubstituí-

vel na estruturação da nossa economia. Isso é particularmente sensível no que diz respeito a setores fundamentais e essenciais em que, por um ou outro motivo, a iniciativa privada nacional se mostra deficiente. Setores esses, portanto, que ou retardariam grandemente em face das necessidades do país, como efetivamente retar-dam quando falta a intervenção estatal, ou ficam expostos à penetração e dominação imperialistas em suas mais graves e lesivas formas.

Aquela primeira eventualidade se observa no caso da siderurgia, que somente começou a se desenvolver seriamente no Brasil gra-

ças à iniciativa estatal, no caso representada pela Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) organizada no curso da II Guerra Mundial. Seguiram-se outras empresas siderúrgicas de iniciativa do Estado e por ele contratadas. Essas empresas estatais detêm ho-je em torno de 60% da capacidade do parque siderúrgico nacional.

Onde contudo a iniciativa estatal oferece o mais belo exemplo de ação benéfica e sucesso empresarial é no caso do petróleo. É

123 Depois dessa data, o processo de industrialização praticamente estagnou. Toca-remos nesse ponto mais adiante.

conhecida, e ainda da maior atualidade, a ação dos trustes norte-americanos, e em particular da *Standard Oil Company*, no sentido de acapararem em seu benefício os proveitos da indústria petrolífera que representa, internacionalmente, um dos maiores e mais rendosos negócios da atualidade. Os trustes norte-americanos encontraram todavia pela frente, poderosa oposição da opinião pública do país que conseguiu derrotar o projeto do Estatuto do Petróleo enviado ao Congresso pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra em fevereiro de 1948, projeto este que, transformado em lei, significaria a entrega do petróleo brasileiro à discrição dos trustes norte-americanos124. Essa vitória dos interesses nacionais foi coroada, depois de longa e árdua luta, pela promulgação da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953, que instituiu para a exploração do petróleo

brasileiro o regime do monopólio estatal, incumbindo dela uma entidade paraestatal, a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás). Desde então a Petrobrás se vem desenvolvendo precipitadamente, constituindo hoje a maior empresa operando no Brasil (sem exclusão das estrangeiras), com um capital em giro de NCR$ 2.846.530 mil, e se dedicando à extração do petróleo (com que já satisfaz uma propor-

ção de mais de 50% do consumo brasileiro), transporte marítimo do petróleo importado, e refino (que está realizando numa proporção de 90% do óleo bruto processado no Brasil).

Infelizmente, como foi notado, ainda se está longe no Brasil de dar à iniciativa estatal o papel que lhe cabe nas atividades econômicas, em face das exigências da atual fase de nosso desenvolvimento. Tenazmente combatida por interesses financeiros privados e sobretudo por aqueles ligados ao imperialismo para o qual a iniciativa estatal constitui, dentro do país, o único adversário temível, essa iniciativa se tem mostrado freqüentemente débil, deixando seus empreendimentos vegetarem (como foi o caso da Fábrica Nacional de Motores, que acaba aliás de ser cedida à empresa italiana Alfa Romeu), ou não lhes imprimindo ritmo adequado (como é o caso da Companhia Nacional de Álcalis, que organizada no correr da II Grande Guerra Mundial para servir de base indispensá-

vel à indústria química brasileira, somente inaugurou sua primeira e ainda modestíssima unidade produtora, a fábrica de barrilha, em 1960; e continua praticamente marcando passo). Em outros casos, a iniciativa estatal em vez de objetivar o fim que realmente lhe compete, que é de contribuir para a estruturação de uma economia efetivamente nacional, se põe a serviço de empreendimentos imperialistas, como se tem verificado no caso da energia elétrica, e mais recentemente (dezembro de 1968) neste setor econômico essencial e básico que é a petroquímica em cuja exploração o Estado vem aceitando a posição de impulsionador, auxiliar ou de sócio menor daqueles empreendimentos.

Em suma, embora a iniciativa estatal já tenha alcançado lugar destacado na vida econômica brasileira, ela ainda está longe de assumir integralmente a responsabilidade da grande tarefa que lhe 124 Sobre o assunto existe uma copiosa literatura esparsa nos jornais, revistas e debates parlamentares da época. Uma boa síntese da matéria se encontra num artigo de Fernando Luís Lobo Carneiro para a revista FUNDAMENTOS, de São Paulo, junho de 1948: A luta pelo petróleo brasileiro.

compete em nossa atual fase de evolução econômica e que vem a ser a de operar como fator e elemento decisivo na correção dos vícios e deformações de que padece o processo brasileiro de industrialização.

* * *

Efetivamente, o progresso industrial observado no Brasil e o destacado papel que as atividades manufatureiras já ocupam na economia brasileira, se de um lado se apresenta como um grande passo no sentido da transformação de nossa estrutura econômica — e sob esse aspecto se revela um poderoso fator de destruição do velho sistema colonial —, doutro lado ainda se insere nesse sistema, alimenta-se de suas contradições e assim lhe sofre as contingências. Daí, as fracas bases em que ainda assenta e suas limitações, reveladas entre outras circunstâncias no fato tão flagrante que apesar da mediocridade do nível atingido pela indústria brasileira, tanto em confronto com os padrões contemporâneos, como em face das necessidades do país (em particular no que respeita a insuficiência de novas frentes de ocupação e trabalho por ela gerados125, o ritmo relativamente acelerado de seu desenvolvimento na década de 50, se interrompeu em seguida para dar lugar à estagnação em que ainda nos encontramos (1970) e sem perspectivas sérias, dentro da ordem atual, de uma retomada do vigor perdido. Este fato, que tem o consenso da generalidade dos observadores da economia brasileira na atualidade, tem sua explicação em algo muito mais profundo que algumas circunstâncias ocasionais apontadas pelos economistas conservadores. Essa explicação encontra suas raízes verdadeiras nas condições gerais em que se alicerça e nas quais se estrutura o processo brasileiro de industrialização.

Referimo-nos no capítulo anterior aos vícios originários e or-gânicos de que padece o processo de industrialização no Brasil e que gravemente o deformam. Esses vícios se perpetuaram com o sistema retrógado em que a economia brasileira se enquadra e em cuja dependência a industrialização se vem realizando. Eles se vão mesmo fazendo ainda mais sensíveis na medida em que o progresso industrial começa a atingir níveis em que necessita cada vez mais, para avançar e mesmo se manter, de perspectivas amplas que os acanhados horizontes do obsoleto sistema colonial da economia brasileira, mesmo com suas parciais adaptações e as distorções que vem sofrendo, são incapazes de lhe proporcionar. A indústria brasileira, em geral surgida e se desenvolvendo por força de circunstâncias ocasionais derivadas de embaraços opostos às importações (se-125 O crescimento da indústria brasileira, mesmo nos seus anos de maior prosperidade, não logra absorver e dar ocupação à mão-de-obra disponível que o aumento populacional vai por isso jogando para uma posição marginal. Fato esse claramente patenteado, entre outros, na maioria dos centros urbanos de certa importância da maior parte do país onde se acumula uma

crescente população de desocupados ou semi-ocupados permanentes. Calcula-se que nas capitais do Nordeste cerca de 500.000 pessoas vivem nessas condições. Coisa semelhante se observa inclusive no Rio de Janeiro e em algumas das principais cidades do Rio Grande do Sul. Mesmo em São Paulo, a principal e mais ativa região industrial do país, fato idêntico já começa a se fazer sentir.

ja por efeito das duas grandes guerras mundiais, seja sobretudo em conseqüência de dificuldades cambiais), constituiu sempre no passado e constitui ainda no presente, em boa parte, fruto de expedientes ocasionais destinados a resolverem problemas prementes de abastecimento. Daí a improvisação que geralmente nela se observa, bem como o desordenamento da expansão industrial, que nas circunstâncias de imediatismo que a cercam, se concentrou sobretudo em esparsas e desconectadas atividades produtoras de bens direta ou indiretamente ligados ao consumo de restritos setores de maior poder aquisitivo, sem o atendimento suficiente das necessidades gerais e fundamentais do país. E sobretudo sem a complementar e indispensável difusão pelas atividades rurais que ainda constituem a principal base da economia brasileira.

Esses vícios de origem, que se perpetuaram, vêm sendo de certa forma reforçados por efeito do imperialismo e papel por ele representado na industrialização do país. Como já foi observado, os empreendimentos estrangeiros que se instalam no Brasil, o fazem no mais das vezes com a finalidade única de conservarem e expandirem um mercado que já era deles e que forneciam através da exportação para o Brasil realizada pelas suas matrizes instaladas nos respectivos países de origem. As dificuldades e restrições opostas às importações no Brasil induzem esses empreendimentos a transferirem para cá sua produção, ou parte dela. Considerando com isto a participação crescente e já hoje em proporções amplíssimas, desses empreendimentos imperialistas na indústria brasileira de que ocupam os postos-chaves e de significação econômica decisiva, verifica-se que o processo de industrialização se faz entre nós simples expressão da política internacional de vendas de organizações estranhas que têm seus centros diretivos completamente fora do alcance da economia brasileira e de seus interesses próprios. É ao acaso — acaso para nós — dos impulsos e iniciativas desses centros que se está desenvolvendo e se desenvolverá sempre mais, a persis-tirem as circunstâncias vigentes, o processo da industrialização do Brasil. Não é difícil avaliar o que isso significa em matéria de deformação daquele processo.

Note-se que tais fatos não são produto de circunstâncias ocasionais ligadas à uma fase preliminar de nosso desenvolvimento e que tenderiam, com o decorrer do tempo, a se corrigirem automaticamente e por si sós, como infelizmente ainda se julga muitas vezes. Efetivamente, há quem, reconhecendo embora os

inconvenientes que os empreendimentos estrangeiros apresentam em países como o nosso, considera todavia que eles são indispensáveis por constitu-

írem um impulso inicial necessário para o desenvolvimento industrial. Dado esse impulso, que seria simples ponto de partida, estaríamos em condições de prosseguir num desenvolvimento próprio e autônomo e já livre, por conseguinte, das perturbações de um elemento estranho cujo papel se iria natural e gradualmente reduzindo. E lembra-se, a propósito, o exemplo dos Estados Unidos, cujo desenvolvimento também contou inicialmente com o concurso de iniciativas e capitais estrangeiros originários da Europa.

O paralelo não se justifica, dada a profunda diversidade das situações, tanto de lugar como de época. Deixemos de lado a considerável diferença que existe entre a formação histórica dos Estados Unidos e a do Brasil, e que por si só excluiria qualquer paralelo entre os dois países no que se refere à respectiva evolução econômica. E consideremos apenas as condições econômicas gerais de hoje que são bem distintas das do capitalismo do séc. XIX, em que se processou o desenvolvimento norte-americano. Analise-se a natureza do capital imperialista de nossos dias e a dos empreendimentos em que ele se inverte no Brasil. Logo se impõe a observação de que nos encontramos num mundo bem diferente, no qual (em contraste com o do século passado) o cenário internacional, bem como o nacional das grandes potências cujo capital nos procura, se acha dominado direta ou indiretamente por essas imensas organizações que são os trustes e monopólios que partilham entre si a maior e principal parte das atividades produtivas e dos mercados nos mais importantes e fundamentais setores da economia, deixando aos produtores independentes uma margem cada vez mais acanhada. Observe-se também que uma tal situação decorre do próprio desenvolvimento natural e espontâneo do capitalismo, e que não há que esperar, portanto, um retorno dele para formas passadas já definitivamente su-peradas; mas antes, o que se pode prever é uma acentuação e extensão permanentes, para novos setores, do processo de concentração das atividades econômicas, da monopolização e trustificação crescentes que se realizarão em ritmo cada vez mais acelerado. O cará-

ter expansionista dos trustes constitui para essas organizações uma necessidade vital, faz parte de sua própria natureza e é mesmo condição de sua sobrevivência.

Ora, são desses trustes os empreendimentos que se estabelecem no Brasil por efeito das inversões de capital estrangeiro, ou pelo menos da maior e mais significativa parte deles. Tais empreendimentos, seja qual for o rótulo ou disfarce com que se apresentam, não passam na realidade de apêndices e extensões dos grandes trustes internacionais; e como tal, nada mais significam que elementos e

fatores de expansão deles e seus negócios.

Não se pode assim considerá-los como simples "cooperadores" e impulsionadores do desenvolvimento econômico brasileiro, prontos a cederem o lugar, ou pelo menos se retraírem logo que iniciativas nacionais estiverem em condições de promoverem, por si sós, o desenvolvimento econômico do país. Pelo contrário, eles se erguerão sempre como obstáculos a essas iniciativas que são de concorrentes que precisam ser eliminados. E obstáculos tanto mais sérios que se acham ligados a organizações imensas, internacionalmente amparadas e dispondo por isso de poderosos recursos. O capitalismo de nossos dias, que é o capitalismo em sua mais elevada fase de desenvolvimento, é algo bem distinto do capitalismo clássico que costuma ser descrito nos manuais correntes de economia política, em que se costumam louvar aqueles que defendem as atividades e iniciativas de empresas internacionais em nosso país. O moderno capitalismo não se caracteriza mais pela simples aplicação e inversão produtiva de uma certa disponibilidade de valores que constituiria o capital do empreendimento. O moderno lucro capitalista (que, ao contrário do passado, se apresenta hoje nas operações e finanças dos trustes com mil formas e disfarces que vão desde a remuneração de diretores e gerentes até os proventos derivados de manipulações financeiras), o lucro capitalista na atualidade é função muito menos da soma de capital originário e legítimo com que se constituiu a empresa, que da extensão que ela atinge e da proporção de poder aquisitivo da massa consumidora sobre que o empreendimento consegue lançar o seu domínio. Daí porque conta menos, para os empresá-

rios e grupos dirigentes dos trustes, a propriedade do capital que o simples controle dele. É esse controle que importa, mesmo que outros sejam os proprietários, como aliás é hoje a regra, porque é desse controle que deriva o lucro principal e não da soma de capital efetivamente possuído.

Não se pode portanto considerar o moderno empreendimento capitalista, que é o truste, como simples inversão de capital destinada a proporcionar um certo lucro a esse capital, segundo o modelo já largamente ultrapassado do capitalismo clássico. O truste é um empreendimento essencialmente dinâmico e conquistador insaciável de controle e domínio econômicos, que constituem para ele a fonte principal de lucro. Assim sendo, a sua expansão internacional, que é o que aqui nos interessa, longe de constituir mera inversão de capitais excedentes em busca de aplicação no exterior, é sobretudo instrumento de controle e domínio econômicos. A inversão em si e os lucros diretos daí derivados formam tão pouco a finalidade ob-jetivada pelo truste, e tanto a inversão constitui para ele unicamente um meio de que lança mão para conseguir seu verdadeiro fim, que o vemos captar e absorver o próprio capital indígena e as poupanças dos países em

que se estabelece, como vem ocorrendo cada vez mais acentuadamente no Brasil126.

Em suma, como todo empreendimento capitalista, o que o truste visa é naturalmente o lucro. Mas o lucro, no sistema atual do capitalismo, deriva menos da importância do capital de propriedade do grupo financeiro empreendedor e dirigente do truste, que da medida do controle e comando exercidos por esse grupo sobre atividades produtivas e mercados. Num tal sistema, evidentemente, o papel de empreendimentos estrangeiros no Brasil e demais países do nosso tipo não é o de simples impulsionador e iniciador do desenvolvimento industrial. O objetivo de um truste instalado no Brasil com suas filiais, subsidiárias e satélites será fatalmente o de se expandir ao máximo, destruindo todos os obstáculos que se anteponham a essa expansão e captando em seu proveito os benefícios daquele desenvolvimento na medida restrita em que ele se realizar.

Efetivamente, o nosso desenvolvimento econômico, enquadrado no 126 Não será esse aliás, num futuro bem próximo, se já não é presente, dos menores obstáculos que os empreendimentos estrangeiros podem opor ao desenvolvimento das iniciativas nacionais, pois as privarão do próprio capital disponível no país. A concorrência dos empreendimentos estrangeiros no mercado financeiro, graças ao prestígio de que gozam e dos poderosos recursos de que dispõem, não poderá ser enfrentada pelas iniciativas nacionais. Acrescenta-se a isso que na medida do seu crescimento relativo, que é inevitável, as empresas estrangeiras participarão cada vez mais das fontes de acumulação capitalista presentes na economia brasileira que se encontram no processo da produção que será por elas senhoreada em proporção crescente. No funcionamento do sistema produtivo do capitalismo, o capital não é apenas nem sobretudo um elemento inicial do processo da produção (um dos "fatores de produção", como costumam dizer os manuais ortodoxos da Economia Política), e sim representa principalmente e essencialmente um resultado da sucessão dos ciclos produtivos. A saber, do lucro que vai progressivamente derivando daqueles ciclos e de que se alimenta a acumulação capitalista.

sistema imperialista — e é isso que se propõe como o apelo ao concurso de empreendimentos imperialistas e que de fato se está no momento realizando no Brasil — pautar-se-á necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão, como já acontece e será cada vez mais o caso, o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar. E que limites são esses? Encontramo-los na margem de saldos financeiros que o Brasil oferece nas suas contas externas; a saber, aqueles que resultam do nosso

intercâmbio com o exterior.

De fato, o lucro auferido pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos do nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é o saldo restante e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes. Na base do previsível para esse saldo, portanto, fixarão os trustes o limite de suas atividades; e portanto, em conseqüência, o do desenvolvimento brasileiro que no sistema vigente é por eles enquadrado. A esse propósito, notemos que são sem dúvida as desfavoráveis perspectivas de nossas contas externas que contaram muito no declínio já referido das inversões estrangeiras no Brasil depois de 1961, o que constituiu fator importante da estagnação do processo de industrialização verificado depois daquela data.

Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com o nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primá-

rios, pois é dessa exportação que provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência. Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedor de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema. Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econô-

micas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que os trustes ocupam hoje o centro. Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação conseqüente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais à nossa subsistência e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país.

Mas não é somente pelos motivos apontados, a saber, a dependência da precária liqüidez das contas externas do país, que o enquadramento do processo de industrialização no sistema do imperialismo limita as perspectivas do desenvolvimento desse processo.

Mais grave ainda — já sem falar naturalmente no aspecto político da questão e conservando-nos aqui unicamente no plano econômico —, são as restrições e obstáculos que essa posição determina no referente ao progresso tecnológico do país, e conseqüentemente à vitalidade de suas forças produtivas. Não se ignora o papel singular, sem paralelo no passado, que as rápidas e contínuas transformações da tecnologia representam na indústria moderna. Já não se trata apenas, como ocorria há poucos decênios passados, do problema do aperfeiçoamento da indústria e da sua promoção e ampliação. O progresso tecnológico e a introdução contínua de inovações representa na indústria de nossos dias, em particular naqueles seus setores básicos e decisivos — como a indústria química, a eletrotécnica e outras semelhantes —, condição essencial e precípua de sua própria subsistência. O obsoletismo, e obsoletismo que se propõe aqui a cada momento, pode-se dizer, não é no caso apenas inconveniente ou mesmo intolerável. É simplesmente impossível. Transformar-se e progredir continuamente, ou então perecer, é esta a única alternativa que se apresenta. Daí a importância que significa a pesquisa científica destinada a traduzir permanentemente em aperfeiçoamentos técnicos e aplicá-los praticamente em modificações do processo industrial, os rápidos e ininterruptos progressos da ciência que se vêm verificando em nossos dias num ritmo cada vez mais acentuado. A continuidade, a mesma permanência da indústria moderna depende essencialmente e estritamente desse trabalho paralelo e permanente de pesquisa.

Ora os centros de pesquisas dessas grandes empresas internacionais e imperialistas que operam em países como o nosso, se localizam naturalmente, como não podia deixar de ser, nos países de origem, nas respectivas matrizes dessas empresas. E suas subsidiárias no exterior, que seria o nosso caso, somente recebem por isso a sua informação técnica em segunda mão, já elaborada e formalizada em suas fontes originárias. O que naturalmente retira dos cientistas e técnicos indígenas de países como o Brasil, as melhores oportunidades do trabalho de pesquisa, e os liga umbilicamente e em dependência completa a seus remotos informadores. E isso sem perspectiva de saírem de tal situação que somente tenderá a se agravar. Não pode haver dúvidas que em países onde não se realiza pesquisa técnico-científica de primeira mão, própria e autônoma, e diretamente integrada no processo industrial respectivo, nesses países estabelece-se um vínculo irremovível de dependência e subordinação que elimina qualquer perspectiva, por remota que seja, de um progresso tecnológico original independente e impulsionado por forças e necessidades próprias. O que significa a entrega e submissão de mãos e pés atados, do processo de industrialização e portanto da sorte futura da economia nacional estreitamente dependentes daquele progresso tecnológico, às contingências, às vicissitudes e aos azares ditados pelos interesses financeiros e comerciais das empresas imperialistas cujas subsidiárias

no país em questão enquadram e fundamentam o seu parque industrial e sua vida econômica.

É precisamente o que se dará e que já está aliás se dando em nosso caso, com os setores estratégicos da indústria brasileira cada vez mais penetrados e dominados por empreendimentos internacionais. É difícil imaginar, numa situação como essa, um desenvolvimento industrial e portanto econômico em geral, que seja mais que reflexo longínquo e apagado do que vai, em matéria de progresso e desenvolvimento, pelos grandes centros do mundo contemporâneo.

Não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distancia-dos, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros. E se isto pode ser situação aceitável para os reduzidos setores mais ou menos internacionalizados da população brasileira que lograrem acolher-se ao âmbito dos interesses imperialistas, não o será certamente para o restante dela, e sobretudo para o pa-

ís em conjunto.

Em suma, não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento. Ao contrário desse desenvolvimento, o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura brasileira, é uma deformação e amesquinhamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema.

Outro aspecto negativo da industrialização no Brasil, que tende a se agravar, são as circunstâncias em que, mercê de sua origem e dos fatores que a impulsionam, ela se realiza. A saber, através de crises e distúrbios financeiros graves que afetam profundamente as condições de vida da massa da população brasileira. É uma rápi-da desvalorização da moeda e conseqüente alta desmesurada e desordenada dos preços e do custo de vida que, em geral, acompanham os surtos da indústria brasileira; e constituem mesmo, como se vêm tão claramente verificando neste último período que estamos considerando, dos seus principais estímulos e fatores. Daí pesados sacrifícios para todos aqueles, que são a grande maioria, não inclu-

ídos no número dos que direta ou indiretamente se beneficiam de tais surtos da atividade industrial. O progresso se faz assim paradoxalmente em meio de grandes perturbações que afetam considerá-

veis setores da população; e ele não é acompanhado de uma prosperidade geral que constituiria importante circunstância para um desenvolvimento econômico

harmônico e bem fundamentado, que assegu-raria à própria indústria uma base mais segura e estável que aquela de que hoje dispõe.

É precisamente essa falta de uma larga e sólida base, isto é, de um entrosamento nas necessidades gerais e fundamentais da população brasileira tomada em conjunto, que constitui a grande debilidade e vício profundo do nosso processo de industrialização. Enquanto a produção industrial brasileira não for mais que o substi-tutivo da importação encontrado para suprir necessidades (que no conjunto da vida do país se podem considerar quase suntuárias) de uma pequena parcela da população que conseguiu ultrapassar o baixo teor geral do país e atingiu um padrão apreciável de existência,127

127 Isso se pode afirmar inclusive dos principais setores de nossa indústria, como a siderurgia, metalurgia, cimento, vidro, etc, que se fundam sobretudo, embora indiretamente, naquele consumo suntuario, pois se destinam em sua maior parte à produção final de bens de consumo durável cujo mercado é restrito a pequenos se-enquanto esse for o caso da nossa indústria, como ainda é no essencial, faltar-lhe-á base para um verdadeiro progresso de amplas perspectivas.

Realmente, a industrialização brasileira não se apresenta ainda, até o momento, como um verdadeiro processo, que deve ser, de elevação do nível tecnológico geral e de conjunto do país no qual se inserisse a produção industrial como instrumento daquela eleva-

ção. A industrialização somente fará isso e integrar-se-á efetivamente na vida brasileira tornando-se um fator orgânico de seu progresso, quando se desenvolver na base da introdução extensiva da técnica moderna nas atividades econômicas em geral da população do país; quando se puser a serviço da solução dos problemas fundamentais do Brasil, aqueles mesmos que os povoadores vêm enfrentando no curso da história brasileira e ainda enfrentam com técnicas de baixo nível apenas levemente tocadas pelas conquistas do conhecimento moderno. Problemas esses que dizem respeito às tarefas de ocupação, colonização e humanização do território brasileiro, a saber, a conquista desse território pelo homem e a domesticação de uma natureza hostil e ainda entregue em sua maior parte a si pró-

pria. O que se concretiza no plano do conveniente estabelecimento do homem — sua localização e instalação (habitação, etc), bem como intercomunicação eficiente —, do bom aproveitamento e utilização da água, e do aparelhamento das atividades agrárias — irrigação, drenagem, proteção contra a erosão, beneficiamento e industrialização da produção etc. —, do saneamento enfim e da defesa biológi-ca e promoção cultural do povoador. São essas as tarefas que nas

condições do Brasil e de seu imenso território, apenas de leve to-cado, onde o homem ainda é quase inteiramente submisso às contingências naturais, são tais tarefas que se propõem e que a técnica moderna há de enfrentar em substituição às práticas empíricas e tores da população brasileira, como sejam: automóveis, aparelhos eletro-domésticos etc, bem como edificações urbanas de luxo (prédios de apartamentos e de escritórios de alto custo). No que se refere à siderurgia, enquanto a construção civil absorve 26,1% do aço consumido no país, e a indústria automobilística, 12,6%, as atividades de interesse mais geral e que dizem respeito mais de perto às necessidades da massa da população, se mantêm em índices bem mais modestos: 7,4% para as ferrovias; 2,0% para a construção naval; 1,3% para o equipamento agrícola. (Dados extraídos da exposição do Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica Nacional, 1968).

Esse caráter essencialmente "suntuário" da principal parte de nossa indústria, se patenteia bem claramente no exemplo da indústria alimentícia, onde a par do elevado nível de desenvolvimento tecnológico e refinamento na produção de artigos de alta elaboração industrial, enlatados e pré-acondicionados, artigos esses de consumo limitado a reduzidas categorias da população, a farinha de mandioca, este alimento universal da grande massa da população brasileira, o seu sustentáculo já com toda justiça denominado o "pão brasileiro", é produzida em condições tecnológicas das mais rudimentares, o que não somente encarece a produção — suprema ironia, no caso — mas ainda resulta num produto de má qualidade, em todos os sentidos, inclusive, e sobretudo importante, no seu baixo valor nu-tritivo que poderia ser facilmente corrigido com a introdução de conhecidas técnicas de enriquecimento, o que teria efeitos certamente consideráveis no que respeita a saúde e bem-estar do povo brasileiro. E contribuiria muito mais para o progresso e desenvolvimento em geral do país, que o zelo hoje dispensado à so-fisticada indústria alimentícia de enlatados, pré-acondicionados e similares.

técnicas anacrônicas que ainda predominam128. E será a difusão daquela técnica moderna, e na medida em que ela se realizar, que constituirá o propulsionador do que verdadeiramente se poderá considerar o processo da industrialização brasileira.

Fora disso, poderemos ter, como efetivamente temos algumas esparsas, quase insuladas e desconectadas atividades industriais modernas fornecedoras dè certos bens que amenizam a vida de pequenas parcelas da população do país e adornam estritos setores de seu território. Isso contudo não significará propriamente "industrialização", no sentido que interessa, pois não se constituirão por essa forma as condições necessárias para um desenvolvimento industrial em larga escala, a saber, um processo contínuo e autoestimulante, alimentando-se de suas

próprias forças e propagando-se por elas; isto é, a técnica impulsionando e determinando novas técnicas; as atividades econômicas abrindo perspectivas para outras e mais largas atividades e tornando possível a sua realização. E sem um processo dessa natureza, não há que esperar um verdadeiro e largo desenvolvimento industrial.

É o que nos mostra a moderna evolução econômica nos países in-dustrialmente avançados. A industrialização constitui neles um processo onde a atividade industrial se fez sempre e desde logo, poderoso fator determinante e impulsionador de novas atividades. E

é uma tal circunstância que assegurou àquele processo a projeção que teve e a precipitação de sua marcha. Haja vista, por exemplo, o que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos com o estabelecimento das estradas de ferro, que não representaram apenas a introdução de um eficiente meio de transporte, e portanto fonte direta de produção e progresso econômicos. A construção e depois manutenção das estradas de ferro, bem como outras circunstâncias mais ou menos próximas que cercaram o planejamento, estabelecimento e posterior funcionamento delas, constituíram forte estímulo para um sem-número de atividades que estimulando-se e se impulsionando reciprocamente, irradiaram pela economia dos países afetados e preci-pitaram neles um largo processo de industrialização e de geral desenvolvimento técnico-produtivo.

Ao contrário disso, as iniciativas industriais no Brasil não apresentam, nos seus efeitos, nada de comparável. É que não significam a integração, com os elos faltantes, de um largo entrosamento econômico já predisposto e envolvendo necessidades essenciais da população do país. Destinam-se unicamente, pela sua própria natureza, à satisfação de uma necessidade limitada, antes suprida por via do comércio exterior e insulada no organismo econômico do país. Tornam-se assim, fora de tais limites, quase totalmente es-téreis.

Em contraste com o exemplo acima citado, considere-se o caso das estradas de ferro brasileiras e a insignificante repercussão que teve o estabelecimento delas fora dos limites fixados pela fi-128 Quando se considera que mesmo nos maiores centros urbanos brasileiros, a come-

çar por São Paulo, o maior deles, uma parte considerável da respectiva área ainda se encontra somente semi-urbanizada e às vezes nem isso, tem-se desde logo e sem ir muito longe, a medida da distância que ainda separa o nosso país dos modernos padrões de todo mundo civilizado, e do muito que haveria de fazer para o integrar nesses padrões.

nalidade restrita a que se destinaram e que foi, na generalidade dos casos, a de carrearem para os portos de embarque os produtos primários destinados à exportação. O que deu como resultado e continua dando, a precipitada decadência delas, até mesmo sua franca decomposição e total desaparecimento logo que se interrompe a conjuntura favorável do produto exportável para cujo transporte elas se estabeleceram.

Por que se dá isso? Por que uma tal limitação e estreiteza de perspectivas? É porque as atividades econômicas do Brasil não se entrosam num conjunto ditado pelas necessidades gerais e fundamentais do país; ou antes, esse entrosamento não se faz ou permanece débil porque a natureza colonial da economia brasileira se orientou essencialmente para o exterior; e é de lá, portanto, que provêm seus principais e fundamentais estímulos. É no plano do comércio externo que efetivamente se entrosou a estrutura fundamental da economia brasileira. Na medida que dele se afastam, as atividades econômicas se vão pulverizando e fazendo estanques umas às outras. Já não logram, por isso, estimular-se mutuamente, pois se acham entre si desligadas.

Em suma, o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza do seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado por força do baixo padrão dominante no país, mas sobretudo qualitativamente mal disposto e coordenado por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apóia e articula nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral. Sem um largo mercado em que aquelas necessidades e atividades se intercomuniquem e entrosem estreitamente entre si, estimulando-se mutuamente, não haverá como esperar um desenvolvimento industrial de amplas perspectivas, propagando-se e se difundindo extensiva e intensivamente pelo conjunto da coletividade brasileira.

* * *

Alcançamos com isso o ponto nevrálgico da economia brasileira: a estrutura agrária do país, responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira; e portanto, entre outras conseqüências, das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país. Não nos estende-remos aqui sobre o assunto porque não ocorreu, fundamentalmente, nenhuma modificação daquela estrutura que continua caracterizada essencialmente pela grande concentração da propriedade fundiária.

Assim, dentro dos limites dessa história, a matéria já se acha suficientemente

desenvolvida129. Assinalaremos unicamente as ocorrências e tendências principais verificadas em nossa economia agrária nos últimos decênios.

De um modo geral, prosseguiu e prossegue ainda a expansão geográfica da ocupação rural, como particularmente, com alguma inten-129 A análise da estrutura agrária brasileira, com base nos dados do Recenseamento de 1950, bem como das relações entre essa estrutura e os baixos padrões de vida.

da população trabalhadora rural, encontra-se em: Caio Prado Júnior, Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. Revista Brasiliense, n.° 28 — mar-

ço-abril de 1960.

sidade e expressão econômica, na região limítrofe dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais (bacia do Rio Doce); no sul de Goiás (para o norte da ponta dos trilhos, que fica em Anápolis, em direção ao Rio Tocantins e pelo traçado da rodovia BelémBrasília); nos Estados meridionais (de São Paulo para o sul), sobretudo no extremo oeste deste último; e com o impulso provindo daí, no noroeste do Paraná e sul de Mato Grosso. É no Paraná que hoje se localiza a zona pioneira por excelência do país. Nela se situa a mais recente e provavelmente a última avançada (por contingência de espaço geográfico) da cultura cafeeira; e se repete, ou continua a velha história da "caça ao humo", isto é, a busca e ocupação de novos solos virgens e frescos cuja natural fecundidade é capaz de proporcionar, sem maior esforço técnico, abundante produção de um gênero como o café, de alto valor comercial nos mercados internacionais para os quais se destina.

Com se vê, não há nisso, para a história econômica do Brasil, nada de original. E considerando-se que essa avançada se faz à custa do depauperamento de regiões de exploração mais antiga onde decai a cultura do solo, verifica-se que o Brasil persiste nos seus tradicionais métodos de agricultura itinerante, verdadeira extração e "bombeamento" de recursos naturais em benefício de uma fugaz atividade econômica que não cria raízes. Isso que ocorre com a cultura cafeeira no Centro-Sul, não constitui aliás senão repetição em ponto grande daquilo que, em proporções mais modestas, se verifica na agricultura brasileira em geral. É assim que segundo um inquérito da extinta Comissão Nacional de Política Agrária, o desbravamento de regiões florestais e o deslocamento conseqüente de atividades agrícolas, se processa normal e permanentemente em nada menos de 253 municípios da zona leste (Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia).

Um tal fato é tanto mais importante e impressionante que a ba-se essencial da

economia agrícola brasileira, bem como da própria riqueza do país tomada em conjunto, se encontra naquela atividade pioneira de desbravamento; e se sustenta assim, em última instância, à custa sobretudo da ocupação de terras novas. É o caso em particular da produção cafeeira, que com o subsídio do algodão, contribui substancial e decisivamente para o total das nossas exportações e assegura com isso a própria subsistência do país e de sua população. É graças à marcha e deslocamento das lavouras cafeeira e algodoeira para terras novas, que o nível de produção desses gêneros se tem conseguido manter. A principal e substancial parte da produção brasileira de café e algodão provém de regiões de ocupação recente: extremo-oeste de São Paulo e noroeste do Paraná; e não há assim exagero na observação do geógrafo francês, Pierre Monbeig, de que "a atividade econômica do Estado de São Paulo, centro vital da economia brasileira, recebe seu mais forte impulso da existência de zonas novas"130.

Isso mostra bem claramente como são precários os fundamentos atuais da economia brasileira, por mais complexa e vistosa que ex-teriormente ela se apresente em alguns lugares. Estes seus fundamentos se constituem de uma reserva, aliás largamente desfalcada e 130 Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris, 1952. Pág.ll.

prestes a se esgotar, de solos virgens e férteis. Nesse sentido, muito pouco progredimos em nossa evolução econômica, e qualquer apreciação da economia brasileira atual há de tomar esse fato em primeira e principal linha de conta.

* * *

A natureza e o caráter da expansão geográfica da ocupação e exploração rural brasileira se refletem nos dados estatísticos que resumimos abaixo e que são dos Recenseamentos de 1940, 1950 e 1960, e do Cadastro de propriedade imóvel do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (1967).

	1940	1950	1960	1967
Área total dos estabelecimentos rurais (h.),	197.720.247	232.211.106	249.862.142	307.250.348
e % de aumento:	-	17,4%	7,5%	22,9%

Área de lavouras (h.) 18.885.430 19.095.057 29.759.784 37.212.692

e % de aumento — 1,0% 55,7% 24,9%

Área de lavouras

% da área total 9,5 8.1 11,9 12,1

Pastagens (h.) 88.141.733 107.547.262 122.670.251

e % de aumento: – 22,0% - 14,0%

Pastagens

% da área total 44.4 46,2 — 39,9

Bovinos 44.600.000 46.891.208 55.692.653 90.153.000(x) e % de aumento: 4.9% 18,7% 61,87o (x) área de pastagem

por cabeça(h.) 1,9 2,2 — 1,3 (x) (x) 1966

O particularmente notável nestes dados é o considerável aumento da pecuária, em que se compreende tanto o gado vacum de corte, como o leiteiro — este último concentrado sobretudo no leste de São Paulo, oeste do Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais. Esse crescimento da pecuária se explica essencialmente pelo aumento do consumo de carne, do leite e seus derivados, nos grandes centros urbanos do centro leste, em particular São Paulo e Rio de Janeiro (Guanabara). Entre 1940 e 1967, as pastagens aumentam de quase 35

milhões de hectares, e o rebanho bovino mais que dobrou.

Em parte, a considerável expansão das pastagens se fez em terras antes desocupadas, como em certas regiões pioneiras de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, onde aliás a expansão prossegue em ritmo acelerado, correspondendo às perspectivas de intensificação das exportações de carne. Em boa parte contudo, a extensão das pastagens representa uma substituição da agricultura pela pecuária e revela a decadência das atividades agrícolas nas zonas de exploração mais antiga, que esgotada a fertilidade natural do solo, conseguem com a pecuária manter um resto de vitalidade econômica.

Não exigindo mão-de-obra numerosa, como a agricultura, satisfazen-do-se com um custeio reduzido e com solos de baixa fertilidade e exauridos, e sendo de fácil instalação, a pecuária representa uma atividade de substituição ideal nas terras cansadas, erodidas e desgastadas onde os rendimentos agrícolas se tornaram

excessivamente baixos.

Uma tal substituição da agricultura pela pecuária já constitui fato antigo em nossa história econômica, e observamo-la em quase todas as velhas regiões agrícolas, particularmente no Centro-Sul do país (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo). Ela contudo se acentuou consideravelmente nos últimos anos, graças à valorização do gado de corte em virtude da forte demanda de carne, durante a guerra e logo depois, nos mercados consumidores do exterior; e também nos grandes centros urbanos brasileiros em forte expansão, como já foi acima referido, desde a guerra até hoje.

Como resultado dessa transformação, assistimos à extensão de pastagens por terras, inclusive de primeira qualidade, antes ocupadas pela agricultura. Tal fato, se representa uma solução para grandes propriedades decadentes e em crise, significa doutro lado um nítido retrocesso econômico. A densidade econômica da agricultura (produção por unidade de área) é sensivelmente superior à da pecuária; particularmente da pecuária de corte e extensiva, tal como geralmente se pratica entre nós. Além disso, a criação de ga-do significa o despovoamento, com todas suas graves conseqüências, que não é preciso aqui relembrar, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor nú-

mero de atividades subsidiárias. A substituição da agricultura pe-la pecuária, tal como ocorre entre nós na generalidade dos casos, significa, em última análise, decadência no rigor da palavra.

Temos aliás uma prova patente disso onde o fato é mais recente e conserva ainda testemunhos vivos. Assim em certos setores rurais do Estado de São Paulo, outrora regiões agrícolas florescentes e de elevado nível de riqueza, hoje reduzidos a pastagens de baixo teor econômico e semidespovoados, onde o grande número de habita-

ções rurais abandonadas e em ruínas são um atestado eloqüente e doloroso de decadência. É o que ocorre em diversas partes do nordeste dõ Estado, nas chamadas zonas "velhas" (embora mal contem cem anos, note-se bem), percorridas pelas estradas de ferro Paulista e Mojiana. É aliás sensível e notório o deslocamento da população rural dessas regiões (bem como, através delas, do vizinho Estado de Minas Gerais e mesmo do longínquo nordeste do país) para as pontas de trilho do oeste do Estado e para o norte do Paraná; e a invasão da pecuária conta nisso como um fator importante.

Em extensas regiões de Minas Gerais, interior da Bahia e Estados do nordeste

verifica-se coisa semelhante, com intensidade agravada e repercussões sociais profundas. Em muitos lugares, o ga-do vem literalmente expulsando a população local que já não encontra meios suficientes de subsistência que antes tirava da agricultura, substituída agora, progressivamente, por pastagens. Para os grandes proprietários que senhoreiam a maior parte e quase totalidade das terras naquelas extensas regiões, a pecuária, com os elevados preços do gado de corte, é comercialmente muito mais interessante que a agricultura de meação praticada por miseráveis lavradores nos melhores solos de tais regiões. E assim esses solos vão sendo progressivamente entregues ao gado. É difícil avaliar, assim de longe, o drama social que se abriga por detrás desse fa-to, aparentemente simples e aliás já bastante grave como fenômeno econômico. Representa ele a pauperização total de milhares de fa-mílias cujo único recurso está na emigração, sempre difícil e muitas vezes nem mesmo possível. Uma boa parte dessa população flutuante que se aglomera em todos os centros urbanos de maior importância do Nordeste, e que oscila entre a mendicância e ocupações precárias e esporádicas, tem sua origem naquele fato que assinalamos. E é somente uma parcela mais feliz daqueles agricultores expulsos pelo gado que consegue emigrar para mais longe, em busca de terras novas e pioneiras onde há lugar para suas atividades e possibilidade de subsistência, de ínfimo padrão embora.

* * *

Apesar contudo desses aspectos negativos, o largo desenvolvimento da pecuária de corte, estatisticamente expresso no incremento do rebanho brasileiro cujos efetivos passam, como vimos, de 44,6 milhões de cabeças em 1940 para 90 milhões em 1966, revela o fato geral da constituição de um amplo mercado interno, servido por uma atividade produtiva também interna e própria do país. E

dado o vulto que essa atividade e demais a ela ligadas vão adquirindo (abate, industrialização da carne, distribuição e comércio), aquele fato ganha considerável relevo, pois nele se estrutura um conjunto de atividades econômicas de largas perspectivas onde, em contraste com o sistema colonial de economia, produção e consumo se integram nacionalmente. Isto é, em que se conjugam, num sistema nacional íntima e totalmente entrosado, as diferentes atividades ligadas à produção e ao consumo, desde a produção primária e através das atividades de transformação industrial e distribuição, até o último ato do consumo final e da satisfação das necessidades próprias da população do país. Em um tal sistema entram em jogo todos os estímulos recíprocos que as atividades econômicas podem proporcionar umas às outras, quando assim articuladas entre si; e não é mais apenas o consumo que impulsiona a produção, mas também esta última, em todas suas fases sucessivas, que pela fonte de rendimentos que cria,

impulsiona reciprocamente o consumo. É o que não ocorre no sistema colonial, isto é, na produção primária para a exportação, por força da desarticulação em que nele se encontram as atividades ligadas respectivamente à produção e ao consumo que se extremam em organismos econômicos à parte e largamente diferen-ciados. A pecuária de corte, com todas as atividades econômicas que a ela se ligam direta ou indiretamente, não apenas forma um importante setor da economia brasileira; mas ainda, e graças a es-sa importância que adquiriu, constitui hoje um importante elemento e fator do novo sistema nacional de economia que vai surgindo em substituição à velha estrutura colonial brasileira131.

Em outros setores da agropecuária assiste-se a fatos semelhantes. O mais saliente caso é o açúcar que, eliminado da categoria de produto essencialmente de exportação (na qual desempenhou no passado tão grande papel), se reconstituiu na base, nova para ele, do consumo interno. E não apenas como produto final, mas também como matéria-prima de uma indústria já de grande importância na economia brasileira; a de doces, confeitos e conservas. O desenvolvimento da lavoura canavieira foi considerável, pois a área por ela ocupada ascendeu de menos de 500.000 hectares nas vésperas da II Guerra Mundial, para 1.680.763 hectares em 1967. É de se notar que o principal centro da produção açucareira se transferiu de sua tradicional localização no nordeste, para São Paulo, que é hoje o maior produtor do país, com cerca de 30% do total da área canavieira e 36% da produção132. O progresso da lavoura canavieira no Brasil, tanto quanto o da pecuária de corte, não se deu sem o a-companhamento de graves conseqüências de ordem econômica e social, em particular a grande concentração da propriedade fundiária por ele provocada e a que já me referi. Esse último fato é muito sensível tanto no nordeste como em certas regiões de São Paulo onde o desenvolvimento da cultura canavieira foi mais pronunciado. Além desse efeito, o progresso da cultura canavieira, realizada em bases onde se acentuaram nitidamente os traços característicos das relações capitalistas de produção, isto é, a introdução do assalariado puro, com o abandono de práticas anteriores (como o direito de o trabalhador produzir ele próprio seus gêneros de subsistência 131 É interessante lembrar que a produção de carne se estabeleceu no Brasil, em bases modernas e amplas, nas vésperas da I Guerra Mundial, por iniciativa de empreendimentos ingleses e norte-americanos (Armour, Swift, Anglo, Wilson), desti-nando-se originariamente ao fornecimento do mercado europeu. Através de vicissitudes várias, a produção de carne tornou-se hoje, fundamentalmente, uma atividade integrada na vida brasileira, isto é, voltada essencialmente para as necessidades próprias do país e de sua população. Como resíduo do passado, todavia, ficaram as grandes empresas frigoríficas estrangeiras, esses trustes internacionais que continuam dominando quase toda ou, pelo menos, a principal

parte da economia brasileira de carne. Notemos aqui o interesse que empreendimentos internacionais vêm ultimamente manifestando pela cria e engorda de gado no Brasil, ameaçando com isto introduzir uma nova cunha em nosso negócio de carnes. De anos para cá, o famoso *King Ranch Inc*., do Texas, Estados Unidos, cujas propriedades se estendem, além de nos Estados Unidos, pela Austrália, Venezuela e Argentina, voltou-se para o Brasil, onde associado aos frigoríficos *Swift & Co*. e à empresa financeira *Deltee International* (que maneja, entre outros, note-se bem, poupanças brasileiras), adquiriu, com fazendas em São Paulo e Minas Gerais, de área global de mais de 20 mil hectares, mais 70 e tantos mil hectares ao sul de Belém, Pará, a que se acrescentarão mais cerca de 50 mil em negociações (1969). No recente debate em torno da aquisição de vastas glebas de terra no Brasil por norte-americanos, e que serviu para algumas solenes afirmações de fé

"nacionalista", falou-se muito nas compras fraudulentas de aventureiros cujo noticiário não merecia talvez ultrapassar a crônica policial. Mas não se fez referência alguma aos negócios da *King Ranch, Inc*. e associados. Possivelmente porque se trata hoje de empresa nacional, " *King Ranch do Brasil*". Ou teria o sensa-cionalismo daquelas aventuras imobiliárias servido de pára-choque e cortina de fumaça para os "legítimos" negócios imperialistas poderem desenvolver-se em sos-sego?

132 Em 1967, São Paulo teve 496.287 hectares cultivados com cana-de-açúcar, e sua produção foi de 27.900.551 toneladas. Os números globais para o Brasil foram respectivamente, no mesmo ano, 1.680.763 hectares e 77.086.529 toneladas.

em terras cedidas pelo proprietário), resultou em acentuada deterioração do nível de vida do trabalhador. O que mostra que a problemática proposta pelo velho sistema colonial da economia brasileira e a herança por ele legada, não se resolvem essencialmente, nem mesmo fundamentalmente com a evolução e transformação ocorrida e o desenvolvimento de ordem apenas econômica e tecnológica verificada.

Onde, neste setor da agropecuária, a superação do sistema colonial mais se afirma, é numa série de atividades de grande especialização e relativo alto nível tecnológico que atingiram grande vulto nesta última fase da história econômica do Brasil que vimos considerando, como a fruticultura, a viticultura, as culturas hor-tenses, a avicultura e a produção de leite e derivados, que vêm assumindo em certas regiões, particularmente no sul do país e em São Paulo muito destacadamente, uma importância considerável. Essas atividades já contribuem decisivamente para fazer de uma ponderável parte da economia rural brasileira

algo bem diferente do passado. Graças a ela, a economia agrária do país já não consiste unicamente, nem mesmo de forma essencial, como foi sempre o caso até época muito próxima, na produção primária destinada ao fornecimento dos mercados internacionais. Em importantes setores, já de considerável expressão no conjunto da vida brasileira, a nossa economia agrária se acha a serviço direto das necessidades próprias da população brasileira e se dispõe num amplo sistema nacional em que o conjunto e todos os elementos componentes, desde a produção primária até o consumo final, se articulam imediata e inteiramente entre si; e por isso se estimulam e impulsionam reciprocamente. O

sistema colonial da economia brasileira, também no setor da agricultura onde ele tem suas principais raízes, abre-se em brechas por onde penetram e em que se estabelecem os elementos renovadores da velha estrutura, substituída gradualmente por uma organização econômica que seja função das necessidades próprias do país e capaz, por conseguinte, de atender efetivamente ao bem-estar e prosperidade de seus habitantes.

* * *

Em conclusão, na crise do sistema colonial brasileiro, já francamente desencadeada no período imediatamente anterior à II Guerra Mundial, e precipitando-se nos anos decorridos desde então, geram-se as forças e fatores renovadores que desvendam largas perspectivas para a reestruturação da economia brasileira em bases novas, mais condizentes com o nível atingido pelo nosso povo. Tais perspectivas ainda são contudo, no fundamental, obstadas pelos remanescentes do velho sistema. Encontram--se aí as raízes das dificuldades e perturbações econômicas que atingem tão profundamente, na atualidade (1970), a vida do país e de seu povo.

Trata-se pois de apressar o processo de transformação e orientá-lo convenientemente, realizando com isto a reforma estrutural da economia brasileira capaz de a elevar a um novo plano inteira e definitivamente liberto de seu passado colonial.

POST SCRIPTUM EM 1976

Nos últimos parágrafos e conclusão da HISTÓRIA ECONÔMICA DO

BRASIL foi notado que "as largas perspectivas para reestruturação da economia brasileira em bases novas, mais condizentes com o ní-

vel atingido pelo nosso povo, ... são contudo, no fundamental, obstadas pelos remanescentes do velho sistema". E é em tal circunstância que se encontram "as raízes das dificuldades e perturbações econômicas que atingem tão profundamente a vida do país".

Tais observações, que já datam de muitos anos, encontram nos dias que hoje vivemos (1976) a mais flagrante comprovação; e é is-so que se procurará mostrar nas linhas que seguem. Isto é, que a política e orientação econômica adotadas nestes últimos anos, a saber, o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento", que não é outra coisa, em última análise, senão precisamente a consagração e oficialização daqueles "remanescentes do velho sistema da economia brasileira" acima referidos, em particular o nosso enquadramento no sistema internacional do capitalismo, que vem a ser o imperialismo, na posição de simples dependência dele, um tal modelo é o grande responsável pela atual situação de dificuldades que atra-vessamos.

É curioso notar que na análise desse tão louvado e incensado modelo brasileiro de desenvolvimento que se elevou à categoria de

"milagre econômico", e que em linguagem mais simples e despreten-siosa, e sobretudo mais verdadeira, quer dizer "o comportamento imprimido à economia brasileira em sua fase mais recente e atual", é curioso notar que na análise dele não se tenham os economistas, em regra, lembrado suficientemente, e mesmo, muitas vezes, dado sequer atenção, à circunstância que sem dúvida representa o principal, e pode-se mesmo dizer, o decisivo papel no desenrolar dos acontecimentos. Refiro-me à situação, no essencial, de dependência e subordinação da economia brasileira com respeito ao contexto internacional do capitalismo em que nos enquadramos, e onde comandam os centros financeiros do sistema: as matrizes dos velhos trustes conhecidos hoje pela eufêmica designação de "multinacionais". Numa palavra, o imperialismo, para empregarmos a expressão consagrada, nos meios menos ortodoxos, há três quartos de século.

Essa falha da análise econômica em nosso país se observa, nos dias que correm, inclusive em muitos daqueles que embora reconhecendo uma tal subordinação

da economia brasileira, não vão contudo às suas derradeiras e mais profundas conseqüências. E destaco esses economistas porque dos demais nem é bom falar. São os ortodoxos da Economia que rezam fielmente e exclusivamente pela cartilha dos consagrados autores norte-americanos e assemelhados, e que infelizmente ainda são os teóricos de maior influência e poder de decisão na política econômica do país. Estes sonham num mundo keynesiano (ou "neo-keynesiano", como preferem designar-se) modelado à imagem das grandes potências capitalistas, como se o Brasil fosse qualitativamente seu semelhante, com apenas um PIB mais modesto. E não, como é de fato — tanto quanto a maioria dos seus iguais do mundo subdesenvolvido —, um simples setor periférico e satélite do capitalismo internacional de onde lhe vêm todos os impulsos e freios que comandam o seu comportamento econômico. E por isso tais economistas — e muitas vezes, infelizmente, outros menos apegados aos esquemas consagrados da ortodoxia capitalista — empregam linguagem e conceitos inspirados naquela ortodoxia que precisamente tem por um de seus essenciais objetivos disfarçar as contradições do sistema capitalista, como esta que confina os países da nossa categoria na situação de dependência e subordinação em que se encontram.

É assim interessante recapitular aqui, embora seja fartamente conhecida, a evolução econômica capitalista internacional neste período que nos interessa aqui, à fim de compreender melhor o que se passou e passa ainda entre nós como reflexo que somos daquela evolução.

No imediato pós-guerra, a economia capitalista, e particularmente os Estados Unidos, que dão as palavras de ordem do sistema, conheceram uma fase de forte crescimento graças sobretudo ao estí-

mulo dos negócios proporcionado, de um lado, pela folgada situação financeira em que se encontravam os Estados Unidos — a par de larga liquidez resultante do financiamento da guerra e das restrições ao consumo no correr dela, e conseqüente explosão da demanda fortemente contida no correr das hostilidades por efeito daquelas mesmas restrições. Doutra parte, impulsionariam os negócios a considerável tarefa de reconstrução da Europa devastada e a reorganização da vida convulsionada do continente. São bem conhecidos o papel e a projeção, no caso, do famoso Plano Marshall.

O impulso adquirido, com a liquidez que o acompanha, se prolongarão muito além das conseqüências e dos efeitos imediatos da guerra, tanto por obra da política financeira do governo norte-americano, de largo financiamento dos gastos públicos e privados, como sobretudo, no plano internacional, pela reorganização financeira mundial na base do acordo de Bretton Woods.

Contribuirá en-tão particularmente, para a liquidez da economia capitalista, o fato da liberação do dólar que se erigira em padrão e moeda internacional a ser oficialmente recebida e convertida em moeda nacional pelos países signatários do acordo. É essa a origem dos famosos eurodólares que determinariam, como era natural, larga disponibilidade financeira em todo mundo capitalista; e a par da infla-

ção de preços, a conseqüente intensificação, sem precedentes, dos negócios e a paralela sofreguidão na busca de aplicação e inversão dos capitais assim formados.

Quem se beneficiará particularmente dessa conjuntura de lar-gueza financeira, abrindo-lhe perspectivas e oportunidades imensas, serão naturalmente, em primeiro lugar, os grandes trustes e monopólios norte-americanos, e logo em seqüência, das demais po-tências capitalistas, em especial a Alemanha e o Japão. O crescimento dos monopólios capitalistas — esse rebento do capitalismo desenvolvido, e fruto da natural tendência para a concentração do capital — será tal, e a sua expansão internacional, onipresença e papel de tamanho vulto e importância, que de ignorados e, até mesmo muitas vezes, negados pela ortodoxia econômica, adquirem foros de fato reconhecido, e com a eufêmica designação de "multinacionais" se fazem personagens aceitos pela teoria econômica oficial.

E aqui entra em cena o caso brasileiro. O nosso país não ficaria à margem da tremenda ofensiva, pelo mundo afora, do capitalismo internacional mobilizado pelos grupos financeiros e monopólios, e que encontraria aqui larga e generosa acolhida graças à orienta-

ção política entre nós adotada. Os primeiros, à busca de aplica-

ções para os excessos de liquidez proporcionada pelos eurodólares e outras fontes abundantes de capitais na época disponíveis; os outros, os monopólios, como bons negociantes, à cata de quaisquer oportunidades de novos negócios que relativamente abundavam, e, de imediato, muito bons, nas áreas do Terceiro Mundo semivirgem ainda do progresso capitalista mais recente, onde quase tudo, no nível desse progresso, estava por fazer ou introduzir. E oferecendo por isso boas perspectivas em que se associavam, de um lado, à ânsia de uma relativamente escassa, mas, em conjunto, apreciável minoria de consumidores potenciais melhor aquinhoados e aspirantes seden-tos dos padrões da sociedade de consumo norte-americana e européia (é o que os economistas chamam de "efeito de demonstração"). De outro lado a presença naquele Terceiro Mundo de abundante disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo e sem as impertinentes

exigências — ou liberdade de exprimi-las — que tornavam tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo do capitalismo desenvolvido.

Tais são os fatores que impulsionarão o afluxo de iniciativas, capitais (a "poupança externa", como dizem os economistas) e a tecnologia dos grandes centros para os países de nossa categoria, imprimindo-lhes o momentâneo surto de que tivemos no Brasil — embora relativamente tarde — tão belo exemplo nestes últimos anos. E

que nos promoveu, sempre no jargão dos economistas, de "subdesenvolvidos", para "países em desenvolvimento".

Foi a isso que assistimos nestes recentes tempos de "milagro-sa" evolução econômica. E se a nossa participação no assunto, em particular à política nele seguida, queremos dar o nome de "modelo", como tem sido feito, esse modelo terá essencialmente consis-tido em preparar, facilitar, recepcionar, acomodar e favorecer mais e o melhor possível aquela enxurrada imperialista que submergirá a economia brasileira.

Mas antes de procedermos ao balanço final do "milagre" quando ele entra, como está entrando, para discreto retiro, retomemos por ora o fio do desdobramento da conjuntura internacional que nos informa tão claramente, como se viu, a respeito do surto de atividades verificado ultimamente no Brasil; e nos informará também do seu naufrágio.

Os precários fundamentos financeiros em que se apoiava a expansão do sistema capitalista (e que somente um Chefe de Estado capitalista, o General De Gaulle, soube prever, ou pelo menos a-trever-se a denunciar e, embora debilmente, a criticar e combater), organização financeira aquela por certo muito engenhosa, pois tornou possível disfarçar artificialmente durante três decê-

nios a tendência estrutural do sistema capitalista à estagnação,1

1 Impossível entrar aqui nos pormenores do assunto. Remeto o leitor interessado à obra de Paul A. Baran e Paul M. Sweezy: Monopoly Capital, publicada em 1966 pela Monthly Review Press, New York, e traduzida no mesmo ano por Zahar Editores.

com apenas breves momentos de pequenas e suaves recessões, aqueles precários fundamentos assentados nos acordos de Bretton Woods cederão afinal, como tinham mais dia menos dia que ceder. O que se revelará nitidamente por volta de 1971/72, por forte e generaliza-do processo inflacionário de preços, acompanhado, em particular nos Estados Unidos, de crescente desemprego e

capacidade industrial ociosa. Desenhava-se com isso uma situação jamais ocorrida e inconcebível na teoria econômica ortodoxa: a ocorrência simultânea da inflação e de estagnação crescente. E enquanto se aguarda uma interpretação coerente e explicação do fato dentro das concepções ortodoxas — o que até hoje não se propôs, nem parece possível propor — consolam-se os economistas com batizá-lo, inventando um estranho nome: "estagnação".

E, com isso, começa a se desconjuntar o sistema financeiro armado no pós-guerra e que tanto favorecera e tomara possível o crescimento e expansão da economia capitalista internacional. Desequilibra-se grandemente a balança de contas externas dos Estados Unidos, regente e grande mentor do sistema, fazendo periclitar su-as reservas de ouro. O padrão do dólar é quebrado — não havia outro recurso — e suspende-se sua convertibilidade. O que leva também à suspensão da compra de dólares pelos bancos centrais dos pa-

íses da Comunidade Econômica Européia (C.E.E.), precipitando-se a desvalorização da moeda norte-americana, que chega a perder mais de 3/4 partes de seu valor.

Note-se que essa degringolada e insegurança do dólar tem por efeito colateral momentâneo o aumento da disponibilidade de eurodólares que, na falta de melhor, encontrará aplicação em empréstimos a países como o Brasil, pesadamente endividados e necessitados urgentemente de recursos para cobrir os crescentes déficits de su-as contas externas.

Mas sobre isso voltaremos adiante na análise da repercussão desses fatos ocorridos no âmbito internacional, na situação econô-

mica de nosso país. O importante aqui é registrar o completo des-moronamento das finanças internacionais do capitalismo, e o retorno à descontrolada oscilação cambial em todos os países centrais do sistema e instabilidade do valor relativo de suas respectivas moedas. Instabilidade essa que tanto afligia a economia desses pa-

íses e sobretudo embaraçava o comércio internacional no pré-

guerra. A estabilidade cambial e a rigorosa limitação das oscila-

ções das principais moedas relativamente umas às outras — que foi a grande realização de Bretton Woods — constituíra sem dúvida o principal fator do considerável impulso dado às transações internacionais, o que tanto contribuíra para a fase de prosperidade do pós-guerra.

É nesta altura dos acontecimentos, que tão gravemente afetavam a normalidade econômica do mundo capitalista, que se desencadeia o tremendo golpe desferido pela súbita e brutal elevação do preço do petróleo, o que representa um considerável *deficit* das contas internacionais das principais potências capitalistas européias (que não produzem petróleo) e do Japão, *deficit* que assume mesmo, em boa parte, a prazo pelo menos médio, o aspecto de algo estrutural.

Será o dobrar de sinos da moribunda ordem financeira e do equilí-

brio econômico do pós-guerra que assegurara a relativa estabilidade e desenvolvimento do sistema capitalista internacional nos quase trinta anos decorridos desde então. E ninguém sabe ainda por enquanto (janeiro de 1976), nem aproximadamente, como se sairá do verdadeiro caos em que o mundo capitalista afundou e em que se debate.

Quem sofrerá mais em tal situação são os países do Terceiro Mundo não produtores em escala apreciável de petróleo. Por dois motivos: o alto e inatingível preço, para eles, do precioso mineral; e mais que isso ainda (o que será em particular o caso, entre outros, do Brasil) o ponto final que a nova conjuntura porá à liquidez internacional até então desfrutada, com o que se estancará a fonte de que se vinha alimentando e graças à qual subsistia e aparentemente prosperava a economia desses países artificialmente estimulada e empurrada para frente, e altos índices do PIB graças à larga e generosa liberalidade creditícia internacional. Até mesmo os desmoralizados eurodólares, último recurso para o endividamento do Terceiro Mundo, começarão a se fazer escassos, desviados que são para a aplicação preferencial, e cada vez mais forçada e absorvente, na liquidação das gordas faturas dos produtores de pe-tróleo. Ter-se-ão transformado em "petrodólares", e já não afluirão com a facilidade passada para o Terceiro Mundo.

O Brasil estará incluído, como não podia deixar de ser, entre as vítimas dessa brusca reviravolta da conjuntura internacional.

Vão-lhe faltar os recursos suficientes de créditos e inversões externas que vinham estimulando e assegurando o processamento normal de suas atividades econômicas. E o país se verá na iminência de situação gravíssima, de conseqüências finais ainda imprevisíveis, mas que começam a despontar e de que já estamos sofrendo o ante-gosto.

Será o resultado de uma inconseqüente política econômica — em termos das reais necessidades do país e da massa de seu povo — que iludida com as facilidades proporcionadas pelo abundante afluxo de recursos externos que uma

conjuntura internacional muito mais especulativa que outra coisa qualquer tinha determinado, julgou — ou quis julgar, preferivelmente — que o Brasil entrara em nova etapa de sua evolução econômica, um *take-of rostoviano*, isto é, a decolagem descrita nos textos ortodoxos da teoria econômica, que em breve período elevaria o país à categoria de grande potência...

A dependência em que se encontrava e se encontra ainda o funcionamento normal da economia brasileira, tal como se acha estruturada, do financiamento do exterior, já não para alcançar qualquer coisa que mesmo longinquamente se assemelhe aos enganadores índices especulativa e artificialmente atingidos nestes últimos anos — pois isso nem pode entrar em cogitação —, mas simplesmente para subsistir normalmente, uma tal dependência do financiamento externo pode-se avaliar pela maneira como vem evoluindo e a situa-

ção a que chegaram nossas contas externas. Destacam-se aí os nossos vultosos compromissos em débitos que montam a mais de 20 bi-lhões de dólares, paralelamente a uma acentuada e crescente restrição relativa dos meios e recursos de que o país dispõe para fazer face a tais compromissos.

De fato, a única fonte significativa de divisas com que contamos para saldar os nossos compromissos externos são os saldos que sobram do valor exportado uma vez pagas as importações mais alguns serviços como sejam fretes, seguros, viagens internacionais, etc.

Ora, essa balança comercial e de serviços vem encerrando-se com deficits crescentes desde 1967, o que, dado o tempo decorrido e a tendência verificada, mostra tratar-se de situação que não é excepcional e meramente conjuntural e momentânea, e sim que se prende a circunstâncias profundas que, pelo menos no que respeita a nossa organização econômica atual, podem considerar-se quase como de natureza estrutural. Os dados estatísticos são, no último decê-

nio, os seguintes (milhões de dólares):

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

467

172

-57

-302

-49

-230

-901

-974 -1017 -6095

Fonte: BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Note-se de passagem que esse desequilíbrio de nossas contas externas não se deve essencialmente ao brusco encarecimento do pe-tróleo, que tem sido apontado como responsável pela situação em que nos encontramos. Esse encarecimento data de fins de 1973, e somente começou a produzir plenos efeitos no ano seguinte. Se a alta dos preços do petróleo agravou a situação (como aliás os dados acima indicam), o responsável principal do desequilíbrio de nossas contas externas já vem de muito antes. E tudo indica, como foi notado, que se trata de situação fundamente implantada no funcionamento normal de nossa economia, tal como ela se acha estruturada e é conduzida pela política oficialmente adotada. Tudo faz crer que nas condições atuais ela é, em prazo previsível, irremovível. Não há nenhuma perspectiva razoável, dentro do que se pode prever, nem de um aumento relativamente apreciável da exportação, nem tampouco de redução substancial, como seria necessário, da importação e despesas com os serviços referidos. Os valores respectivos poderão variar, e com grandes esforços e sacrifícios vamos admitir-se tornem mais favoráveis. Mas acredito que ninguém com um mínimo de informação sobre a situação vigente, e

com sinceridade, sustentará que há qualquer perspectiva, dentro do previsível, de uma reviravolta tal de nossa balança comercial capaz de proporcionar ao país saldos positivos apreciáveis.

Ora, é de grandes, mais que isso, consideráveis saldos que ne-cessitamos para fazer frente aos compromissos assumidos por efeito do tipo de nossa economia umbilicamente ligada e subordinada ao imperialismo e cujos inconvenientes se agravaram consideravelmente em virtude da orientação adotada nestes últimos anos de institu-cionalizar, já sem nenhum disfarce ou atenuante, aquela subordina-

ção erigida em norma, e digna de todos os incentivos.

Tais compromissos se podem avaliar pelos pagamentos que vimos fazendo ao exterior como remuneração dos capitais aqui aplicados sob diferentes formas, e cujo montante cresce a ritmo acelerado.

São esses pagamentos os seguintes:

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

478

547

701

712

756

1025

1270

1722

2384

2823

Incluem-se nesses pagamentos rendas de capital e amortizações.

Para avaliarmos a gravidade do nosso progressivo endividamento, e as perspectivas que apresenta, é de notar que tais amortizações não estão trazendo uma redução do débito total que, pelo contrá-

rio, cresce aceleradamente, ascendendo de 4.403,3 milhões em 1969, para 18.360,9 milhões em março de 1975 (últimos dados publicados), com um ritmo de crescimento que se verifica na variação do nível do débito de ano para ano:

1969/70 1970/71 1971/72 1972/73 1973/74

1974/75 (março)

891,9

1.326,4 2.899,4 3.050,5 4.594,20

1.195,20 (3 meses)

Como se vê, os nossos compromissos para com o capital imperialista crescem violentamente e apontam para um crescimento ca-da vez maior. Isso porque, para fazer face a eles, bem como aos *deficits* de nossa balança comercial e dos serviços que referimos, não houve outro recurso, e haverá cada vez menos, senão apelar pa-ra comprometimentos ainda maiores através de novas e crescentes aplicações de capital estrangeiro. Foram elas as seguintes no último decênio decorrido:

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

433

582

606

646

1390

1656

2692

4657

5669

8011

Esses dados nos mostram claramente que de fato estamos satis-fazendo nossos compromissos com outros ainda maiores. Isso já vem de longa data, de antes mesmo da exacerbação do processo de comprometimento com o capital estrangeiro verificado nestes últimos anos. De fato, a evolução da economia brasileira é, e tem sido, nesse sentido de satisfazer obrigações externas com novas obriga-

ções ainda maiores. Na gíria popular, "tapando buracos com outros buracos". E

maiores ainda que os tapados.

Em suma, o que os dados de nossas contas externas evidenciam é a marcha cada vez mais acelerada para a insolvência — se é que já não se chegou aí —, faltando apenas o reconhecimento expresso da situação. Bem como suas graves conseqüências imediatas, entre as quais se destacam os "atrasados comerciais" de que já tivemos no passado pequenas e momentâneas experiências, e que agora ameaçam tornar-se crônicos e assumindo grande vulto. Isto é, a impossibilidade de satisfazer o pagamento de fornecimentos do exterior, implicando a restrição e suspensão mais ou menos ampla deles, com tudo que isso representa para o funcionamento normal e continuado de boa parte de nossas atividades econômicas, em particular as industriais, tão dependentes daqueles fornecimentos: componentes, equipamentos, etc. E com isso, a perspectiva da perda do que ainda sobra de autonomia econômica e livre disposição de nossos recursos. A ameaça que pesa sobre o monopólio da exploração do petróleo é bem uma amostra disso.

Enxerga-se aí muito bem no que foi dar o chamado "milagroso"

modelo brasileiro que se apresentou - ou antes se apresentava, porque as ilusões a respeito já se foram para a maior parte, pelo menos, dos brasileiros - como destinado a abrir ao nosso país a perspectiva de marcha acelerada para o estatuto de grande potência. Muito longe disso, e até, de certa forma em sentido contrá-

rio, o que a situação presente e o futuro previsível mostram, é que tal milagre não passou de breve surto de atividades econômicas, condicionado por momentânea e excepcional conjuntura internacional cujo fatal encerramento, como de fato ocorreu, trouxe a degringolada catastrófica do castelo de cartas que se lograra erigir e por um momento sustentar.

De fato, o que vai sobrar desse breve surto de atividades econômicas verificado no decurso dos últimos anos é muito pouco, quase nada, em termos de contribuição efetiva e solidamente alicerçada para um real progresso e consistente desenvolvimento futuro do país; e integração dele e da massa de sua população nos pa-drões do mundo moderno, que é o que efetivamente nos está faltando, e infelizmente ainda de muito. Os índices econômicos, nossos famosos e tão alardeados índices, nos apresentam um razoável ganho no crescimento industrial que seria, como se vangloriavam os arau-tos da política econômica oficial, e muitos acreditaram, passo decisivo de um legítimo processo de industrialização auto-estimulante e senão quantitativamente, pelo menos qualitativamente semelhante àquele dos países efetivamente industrializados do mundo moderno.

É de indagar, contudo, o que de fato se disfarça atrás dos enganadores números revelados nas estatísticas. O que se encontrará é fundamentalmente, e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importações, sem infra-estrutura apreciável, e dependente, do exterior, no fornecimento de seus principais e essenciais insumos. E mais, da tecnologia empregada, que na falta de elaboração própria, que o mesmo sistema de nossa dependente economia torna inacessível, faz-se em simples repetição mecânica de modelos que nos vêm prontos e acabados, em seus mínimos pormenores, do exterior. Concretamente, uma indústria pouco ou quase nada mais que modesto fim de linha de estruturas industriais exteriores ao país. De fato, a indústria brasileira, naquilo que apresenta de mais significativo em termos modernos, não vai qualitativamente além, tanto quanto no passado, e sob certos aspectos ainda mais acentuadamente, de uma dispersa constelação de filiais ou dependências periféricas, em maior ou menor grau, de grandes empresas internacionais (as chamadas eufemicamente de "multinacionais") que, originariamente exportadoras de seus produtos, transferem para as proximidades do mercado local brasileiro, como fazem para a generalidade do mundo subdesenvolvido a que pertencemos, uma ou outra fase de suas atividades, para com isso aproveitarem mão-de-obra mais barata e menos reivindicadora, contornarem problemas de transporte e obstáculos alfandegários, ou para melhor se adaptarem a situações e circunstâncias específicas do mercado local que exploram.

Nada, como se vê, que se assemelhe a um processo de industrialização digno desse nome e comparável àquele que se verificou e, em alguns casos se verifica ainda, nos autênticos centros do progresso industrial moderno.

Eis aí o que vai por detrás dos belos índices numéricos de nossas estatísticas. E se voltamos as vistas de particularidades do crescimento econômico verificado nesta última etapa de nossa evolução que estamos considerando — a etapa do "modelo milagroso"

— para o panorama geral sócio-econòmico do país, é ainda mais flagrante, talvez, para o observador prevenido e que não se deixa en-ganar por aparências ilusórias, o pouco que andamos no sentido de um real progresso em profundidade e superação do passado. Posta de lado a acelerada urbanização — fruto do defeituoso processo de industrialização que analisamos —, e mais ainda que outra coisa qualquer, contrapartida da estagnação e decadência, sob tantos aspectos, das atividades rurais que transportaram para os centros urbanos a miséria tornada intolerável no campo (haja vista o caso máximo e tão característico dessa transformação urbanizadora do Brasil, que é São Paulo), posto de lado esse congestionamento urbano, com os leves retoques de modernismo de fachada que

acrescen-tou aqui e acolá à paisagem brasileira, não se assinala efetivamente no decurso da fase que presenciamos nestes últimos anos (e já lá vai mais de uma dezena deles) nenhum sinal significativo de mudança essencial e fundamental das arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial. Embora numa forma mais complexa e exte-riormente revestido de aspectos mais conformes com maneiras de ser dos dias de hoje, o que é fato universal, o sistema sócio-econômico brasileiro continua, no essencial, o mesmo daquele passado. Isto é, uma sociedade apoiada inteiramente, em última instância, e essencialmente organizada com esse objetivo, na produção primária de gêneros demandados em mercados estranhos. É com essa produção e exportação conseqüente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam importações essenciais à nossa subsistência, inclusive e em particular a instalação e manutenção da rudimentar e precária atividade industrial que é a nossa; bem como se pagam os serviços financeiros e outros dos bem remunerados trustes imperialistas — as "multinacionais", se preferirem — aqui operando. Atividades e serviços esses com que se enfeita a existência de relativamente restritos setores da população, de um conforto e trem de vida que aspiram a canhestramente imitar a sociedade de consumo dos grandes centros capitalistas do mundo moderno. Relegando-se para o outro lado do abismo que separa esses setores do resto da população — tal como no modelo que nos legou o passado de nossa formação histórica — a massa popular que vegeta, material e culturalmente, no nível da simples subsistência física e do mínimo de desenvolvimento intelectual; ou excepcionalmente pouco mais que isso.

A política econômica e social do milagroso modelo brasileiro, para dizer dele o melhor, se se orientou e soube acomodar o caminho — façamos-lhe essa justiça — para o aproveitamento máximo da especulação em que ferveu nestes últimos anos o mundo capitalista, no sentido de promoção da economia brasileira dentro de seu tradicional modelo colonial, não lhe imprimiu, nem cogitou disso, nenhum desvio de seus velhos padrões que manteve praticamente intactos. Como deixou com isso intactas e em aberto no mesmo pé em que se encontravam as grandes e fundamentais questões que se propõem no Brasil desde longa data, e de cujo equacionamento e solução depende a integração da nação brasileira nos níveis da civilização deste século em que vivemos. Em conclusão, o "milagre" brasileiro não passou - e já (janeiro de 1976) se começa, mesmo fora do círculo de economistas, a senti-lo e a compreender muito bem — não passou de breve surto de atividades estimulado por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstâncias excepcionais. A inflação de eurodólares em particular. Encerrado o ciclo dessa situação excepcional, e invertida a conjuntura, como não podia deixar de mais dia menos dia acontecer, o Brasil retorna à sua medíocre normalidade amarrada ao passado. Com a agravante agora de fazer frente ao

oneroso custo de seu instante de euforia e sonho de seus dirigentes com um Brasil "plenamente desenvolvido" e "grande potência" a curto prazo.

Janeiro de 1976

ANEXOS

Moeda Brasileira

A unidade monetária herdada pelo Brasil de Portugal, foi o mil-réis: Rs. 1$000 (1.000$000 = um conto de réis) substituído pe-lo cruzeiro, de igual valor, por força do Decreto-Lei n.° 7491, de 5 de outubro de 1942.

O padrão monetário, ao se fazer a Independência, era de Rs.

1$000 por oitava de ouro (3.586 gramas), o que dava para o mil-réis o valor de 67d. (dinheiros ou pence — singular: penny —, moeda inglesa em que, até a última guerra, sempre se computou o câmbio oficial brasileiro). Contudo, o valor do papel-moeda, que se começou a emitir no Brasil em 1808, variou muito. Ele nunca foi conversível em ouro. Em 1833, devido à grande desvalorização, quebrou-se o padrão monetário brasileiro, que passou a ser de Rr.

2$500 por oitava de ouro de 22 quilates (lei de 8 de outubro de 1833). Nesta base o mil-réis valia 47 1/5 d. Em 1846, nova quebra do padrão (lei 11 de setembro), passando a oitava de ouro a valer Rs. 4$000, correspondendo ao câmbio sobre a Inglaterra de 27d. Es-te padrão vigorou legalmente até 1948, pois a reforma monetária de 1926 (mil-réis de 200 miligramas de ouro do toque 900 mg.) não chegou a seu termo. Mas isso não impediu a desvalorização contínua do mil-réis (depois cruzeiro) papel.

Pela convenção de Bretton Woods, EE.VU. (julho de 1944), de que participaram 44 países, inclusive o Brasil, e que instituiu o Fundo Monetário Internacional, obrigaram-se os signatários a fixar definitivamente a paridade de suas moedas respectivas. Em julho de 1948, o Brasil deu cumprimento a essa obrigação, tendo comunicado ao Fundo a nova taxa oficial de sua moeda: Cr$ 18,36 por dólar norte-americano. A equivalência em ouro do cruzeiro ao par tornou-se assim 0,0484 gramas de ouro, o que representa um valor quase 19

vezes menor que o do mil-réis do padrão de 1846. Essa paridade foi em seguida e sucessivamente alterada na medida da desvalorização efetiva do cruzeiro.

Pelo Decreto n.° 60.190, de 8 de fevereiro de 1967, foi instituído o cruzeiro novo (NCR$) do valor de 1.000 (mil) cruzeiros velhos. A paridade no momento (janeiro de 1970) do cruzeiro novo é de NCr$ 4,35 por dólar.

População do Brasil

Anos Livre Escravos Total 1576....... - - 57.000 (?) 1776....... - - 1.900.000 (?) 1800....... 2.000.000 1.000.000 3.000.000 (?) 1823 .... 2.813.351 1.147.515

3.960.866

1850....... 5.520.000 2.500.000 8.020.000

1872 (recens.) 8.601.255 1.510.806 10.112.061

1887....... - 723.419

(censo of.)

1890....... - - 14.333.915

1900....... - - 17.438.434

1920 (recens.) - - 30.635.605

1940 (") - - 41.236.315

1950 (") - - 51.944.397

1960 (") - - 70.799.352

1970 (est.) - - 95.305.000

Comércio Exterior do Brasil

Exportação e Importação Export. e Import.

Decênios Contos de Réis £ 1.000 Ouro 1821-1830........ 243.263 265.164 39.097 42.504

1831-1840........ 348.258 385.742 45.205 54.291

1841-1850........ 487.540 540.944 54.680 60.999

1851-1860........ 900.534 1.016.686 102.007 115.280

1861-1870........ 1.537.175 1.347.514 149.433 131.866

1871-1880........ 1.963.718 1.621.251 199.685 164.929

1881-1890........ 2.411.006 2.102.297 220.725 192.361

1891-1900........ 7.349.258 6.397.324 291.017 252.817

1901-1910........ 8.123.578 5.391.775 476.222 318.843

1911-1920........ 12.300.768 9.960.223 688.038 546.906

1921-1930........ 32.797.144 27.321.166 805.848 674.479

1931-1940........ 41.978.656 36.650.153 377.024 300.349

Qüinqüênios NCr$ 1.000 US$ 1.000.000

1941-1945........ 45.880 32.983 2.334 1.625

1946-1950........ 106.172 97.764 5.680 5.183

1951-1955........ 188.115 211.993 7.712 8.232

1956-1960........ 440.457 623.875 6.667 6.911

1961-1965........ 4.494.123 4.765.792 7.048 6.781

Bibliografia

A bibliografia da história econômica brasileira é em geral pobre e fragmentária, estando quase toda dispersa em monografias, pequenos trabalhos e ensaios muito particulares e incompletos. Reuni aqui algumas obras fundamentais que têm pelo menos valor documentário. Para a época mais recente, constituem fontes importantes as revistas: OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO (1936 - encontram-se nessa revista, além dos assuntos de atualidade, alguns bons trabalhos propriamente de história econômica -) e CONJUNTURA ECONÔMICA (1947) — publicação da Fundação Getúlio Vargas.

GERAL

História do Brasil, José Francisco da Rocha Pombo. 10 vols.Rio de Janeiro.

Nessa história geral encontram-se capítulos informativos e interessantes a respeito da história econômica do Brasil.

História Geral da Civilização Brasileira, sob direção de Sérgio Buarque de Holanda. 5 vols. publicados (1967).

A história econômica acha-se bem cuidada nessa obra geral, cujos volumes publicados alcançam o Brasil monárquico.

Formação Econômica do Brasil. Celso Furtado. Rio de Janeiro, 1959.

Interpretação sobretudo monetária da história econômica, ou nas palavras do próprio autor, "análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos".

Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, 1922.

Este Dicionário, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contém artigos especializados sobre história econômica e os diferentes setores da economia brasileira.

Brazil, A study of economic types. J. F. Normano, Chapel Hill, 1935.

Trabalho superficial e apressado, com algumas perspectivas de conjunto interessantes.

COLÔNIA

História Econômica do Brasil 1500-1820. Roberto C. Simonsen. 2

vols. 1937.

Trabalho sobretudo informativo.

Pontos de partida para a História Econômica do Brasil. Brito Lemos, 2ª ed., 1939.

O autor estuda diferentes aspectos da evolução econômica brasileira no período colonial, mas sem unidade e com pouco espírito crítico.

Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. Caio Prado Júnior. 9.a ed. São

Paulo, 1969

A presente História Econômica do Brasil, no que se refere à Colônia, é em grande parte resumo desse livro.

Cultura e opulência do Brasil. André João Antonil. Reedição de 1923.

Esse livro, publicado pela primeira vez em 1711, é uma es-plêndida descrição da economia colonial brasileira.

AÇÚCAR

Embora a produção do açúcar representasse até a primeira metade do século passado, a principal riqueza brasileira, e ainda hoje de uma parte considerável da sua população, ela ainda não mereceu um estudo de conjunto.

Existe no entanto uma série muito interessante de monografias sobre o assunto, da autoria de um técnico, o sr. Gileno de Carli, do Instituto do Açúcar e Álcool. Destaque-se também a revista especializada BRASIL AÇUCAREIRO, publicada desde 1933 pelo Instituto do Açúcar e do Álcool.

CAFÉ

Rapport sur Ia culture du café em Amérique, Asie et Afrique. C. F.

van Delden Laèrne.La Haye. Paris, 1885.

Notável estudo sobre a cultura cafeeira do Brasil, analisada sob todos seus aspectos: geográfico, econômico, financeiro, comercial, técnico.

História do Café no Brasil. Afonso de E. Taunay.15 vols.1939-1943.

É a história exaustiva da cultura do café no Brasil desde a introdução do cafeeiro no País, em 1727. Obra prolixa, desordenada, sem nenhum espírito crítico; mas que reúne informações indispensáveis e que não se encontram noutra parte.

Roteiro do café e outros estudos. Sérgio Milliet.São Paulo, 1939.

Breve análise estatística da expansão da lavoura cafeeira em São Paulo e sua implantação nas diferentes regiões do Estado.

Grandeza e Decadência do Café. Stanley J. Stein.Trad. port. de Ed-gar Magalhães. S. Paulo, 1961.

Admirável trabalho descritivo e interpretativo da evolução do ciclo cafeeiro

numa região típica do Rio Paraíba: Vassouras.

MINERAÇÃO

As minas do Brasil e sua legislação. João Pandiá Calógeras. 3

vols. 1904-5.

Trabalho excelente, tanto do ponto de vista histórico, como econômico e técnico.

Recursos Minerais do Brasil. Sylvio Fróis de Abreu. 2 vols. Instituto Nacional de Tecnologia. Rio de Janeiro, 1960-1962.

Trabalho sobretudo técnico, com algumas informações históricas e extensa bibliografia.

O Petróleo no Brasil. Traição e Vitória. Lourival Coutinho e Joel Silveira. Rio de Janeiro, 1957.

Histórico da exploração do petróleo no Brasil e da luta pelo monopólio estatal. Transcreve a legislação a respeito, desde 1938

até 1957.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

L'Amazonnie Brésilienne.Paul Le Cointe.2 vols.Paris, 1922.

É um estudo sobre o Vale do Amazonas em geral. Mas estuda particularmente a indústria da extração da borracha.

INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

A evolução industrial do Brasil. Roberto C. Simonsen. Setembro, 1939. (São Paulo).

Síntese interessante e informativa. É um trabalho muito su-mário, mas único no assunto. Seu autor fala com a autoridade e experiência de um dos grandes industriais brasileiros.

Evolução industrial de São Paulo. Heitor Ferreira Lima. São Paulo (1953).

Trabalho sobretudo informativo, com dados biográficos de alguns dos pioneiros da indústria paulista e brasileira.

Industry in Latin America. George Wythe. New York, 1945.

Traz um longo capítulo dedicado ao Brasil.

The Brazilian Cotton Manufacture. Stanley J. Stein. Harvard University Press. Cambridge. Massachussets, 1957.

Histórico exaustivo da mais antiga e até hoje importante atividade industrial brasileira, desde suas origens até o presente.

A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930). Nícia Vilela Luz. São Paulo, 1961.

Histórico da política econômica brasileira no que respeita a indústria manufatureira, e análise dos fatores e circunstâncias que influíram nessa política e contribuíram para impulsionar a industrialização.

A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Werner Baer. Tradução do inglês de Paulo de Almeida Rodrigues. Fundação Getúlio Vargas.Rio de Janeiro, 1966.

Analisa particularmente o desenvolvimento industrial brasileiro no período posterior à II Guerra Mundial, mas considera unicamente os aspectos financeiros do assunto. Seu maior interesse encontra-se nas informações que traz, sobretudo no que respeita dados estatísticos.

TRANSPORTES

Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. José Alípio Goulart. Rio de Janeiro, 1961.

Primeiro trabalho de conjunto sobre matéria de máxima importância para a história econômica brasileira.

Monções. Sérgio Buarque de Holanda.Rio de Janeiro, 1945.

Descrição da navegação fluvial realizada em canoas e que constitui uma das principais formas de comunicação e transporte utilizadas no Brasil colonial.

Public and Private Operation of Railvvays in Brazil. Julian Smith Duncan New York, 1932.

Esta obra, embora objetivando uma finalidade restrita — a de fazer o confronto entre a administração pública e privada nas estradas de ferro —, constitui o único trabalho de conjunto sobre a evolução histórica do transporte ferroviário brasileiro.

História da Viação Pública de São Paulo (Brasil). Adolpho Augusto Pinto São Paulo. 1903.

Unicamente descritiva e informativa, com minuciosos dados, inclusive estatísticos, acerca das diferentes linhas que formam a maior e mais importante rede ferroviária brasileira.

ESCRAVIDÃO

L'Esclavage au Brésil.Louis Couty.Paris, 1881.

É uma boa análise social da escravidão no Brasil.

A Escravidão no Brasil. João Dornas Filho.Rio de Janeiro, 1939.

Resumo histórico da escravidão — indígena e de africanos — in-cluindo um capítulo sobre as insurreições negras e uma extensa bibliografia.

Escravidão Africana no Brasil. (Das origens à extinção do tráfi-co). Maurício Goulart.São Paulo, 1949.

Interessa-se sobretudo pelo tráfico africano e avaliação do número de escravos traficados e presentes no Brasil em diferentes épocas.

Do escambo á escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil 1500-1580. Alexander Marchant.

Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo, 1943.

Análise do maior interesse para a explicação da introdução do regime escravista nas relações de trabalho da colônia.

Da Senzala à Colônia. Emília Viotti da Costa. São Paulo, 1966.

Analisa com rigor e segurança a transição do regime de trabalho, da escravidão para a liberdade, na zona cafeeira.

IMPÉRIO

Le Brésil en 1889. Coletânea organizada por F. J. de Santa-Ana Né-

ri. Paris, 1889.

Traz valiosa colaboração sobre diferentes aspectos da história econômica, do Império em particular. O artigo sobre imigração e colonização, da autoria de Eduardo Prado, é o melhor resumo que possuímos sobre o assunto.

Resenha financeira do Ex-Império do Brasil em 1889. Amaro Caval-cânti. Rio de Janeiro, 1890.

Obra de valor sobretudo documentário, que traz grande número de dados econômicos e em particular financeiros sobre o Império do Brasil e suas diferentes províncias.

REPÚBLICA

Le Brésil au XXe. siècle. Pierre Denis. Quatrième édition. Paris, 1911.

A história econômica da República é particularmente pobre, e nada existe ainda de conjunto sobre ela. Pierre Denis, o conhecido geógrafo, nos dá aqui uma síntese do Brasil de princípios deste século, desenvolvendo particularmente os aspectos econômicos do pais. Os capítulos sobre imigração, cultura e valorização do café formam excelentes resumos.

Brazil on the March. A Study in International Cooperation. Morris Llewel-lyn Cooke. New York, 1944.

Comentários acerca do relatório da Missão Técnica Norte-americana que sob a chefia do autor, esteve no Brasil nos anos de 1942 a 1943, a fim de orientar o

esforço brasileiro de guerra em apoio aos aliados. É um bom balanço da economia brasileira daqueles anos; e o relatório, que por assim dizer ele resume, influiu grandemente na política econômica brasileira do pós-guerra.

HISTÓRIA FINANCEIRA, MONETÁRIA E BANCÁRIA

História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação. Dr. Liberato de Castro Carneiro.Rio de Janeiro, 1889.

O autor acompanha, ano por ano, a história das finanças brasileiras desde a Independência até a proclamação da República, re-unindo dados mais ou menos completos sobre receitas e despesas pú-

blicas, empréstimos, etc. Cataloga as leis sobre a matéria e descreve as diferentes medidas financeiras adotadas pelo Império. É

puramente documentário e informativo, sem nenhuma preocupação crí-

tica.

La politique monetaire du Brésil. J. P. Calógeras. Rio de Janeiro, 1910.

O autor foi um importante homem público do Brasil, e seu livro é uma forte crítica, dentro de um espírito acentuadamente conservador, contra as finanças da República nos seus primeiros anos.

Bancos de emissão no Brasil. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Rio de Janeiro, 1923.

Muito bom resumo da evolução monetária do pais.

História do Banco do Brasil. Primeira fase 1808-1835. Afonso Arinos de Melo Franco. Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo (1948).

Trabalho minucioso, que oferece um histórico seguro e bem tra-

çado da fase inicial das finanças brasileiras.

IMPERIALISMO

British preeminence in Brazil. Its rise and decline. Allan K. Man-chester Ph. D. The University of North Carolina Press. Chapel Hill, 1933.

É um excelente histórico das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Inglaterra. Traz uma desenvolvida análise da questão do tráfico africano de escravos.

Migration of industry to South America. Dudley Maynard Phelps Ph.D. McGraw-Hill Book Company, Inc. New York and London, 1936.

Estuda um dos aspectos mais interessantes da penetração imperialista: os empreendimentos industriais. Mas ocupa-se unicamente com empresas norte-americanas.

British Investiments in Latin America.1822-1949. J. Fred Rippy.

University of Minnesota Press. 1959.

Trabalho informativo que contribui com grande número de dados estatísticos e outros sobre inversões britânicas na América Latina em geral e Brasil em particular.

The Struggle for South America. J. F. Normano. Boston and New York, 1931.

Estudo superficial e apressado. Mas indispensável ainda num assunto de bibliografia particularmente pobre.

Capitais Estrangeiros no Brasil. Aristóteles Moura. 2.a edição.

São Paulo, 1960.

Analisa particularmente o aspecto financeiro das operações do capitalismo internacional no Brasil.

Britain and the Onset of Modernization in Brasil 1850-1914. Ri-chard Craham. Cambridge University Press, 1968.

Analisa de um modo geral, e admiravelmente, embora sem perspectiva política, a influência inglesa e participação de ingleses na vida brasileira; e se bem que acentue os aspectos econômicos do assunto, a eles não se limita. E dado o papel que efetivamente representaram os ingleses na grande transformação pela qual passou o Brasil no período considerado, o livro traz grande contribuição para a

compreensão e interpretação do conjunto da evolução econô-

mica brasileira, e mesmo da história geral do país no correr do 2.° Império e até a I Guerra Mundial.

Os dados estatísticos utilizados se acham esparsos nas obras referidas acima, bem como nas fontes citadas no texto. Destaquemos, pela sua importância, as publicações periódicas (mensais, anuais e outras) do SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA, do Ministério da Fazenda, o BOLETIM ESTATÍSTICO, do Instituto Brasileiro de Estatística, e o ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL que vem sendo publicado desde 1935.

Biografia do Autor

Caio Prado Júnior, nascido em São Paulo, aí fez seus estudos secundários no Colégio São Luís, bem como em Eastbourne, Inglaterra.

Formado em 1928 pela Faculdade de Direito, hoje incorporada à Universidade de São Paulo, obteve nela, em 1956, a Livre Docência com a sua tese Diretrizes para uma política econômica brasileira.

Deputado estadual em 1947, teve seu mandato cassado em conseqüência do cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil pelo qual se elegera.

Recebeu o título de Intelectual do Ano de 1966 pela publicação do seu livro A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, sendo agraciado com o prêmio Juca Pato.

*****

Revisão: Argo – www.portaldocriador.org